



Escola de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia

Drogas em combate. Usos e significados das substâncias psicoativas na Guerra Colonial Portuguesa.

Vasco Gil Ferreira Calado

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em Antropologia

Orientador:
Prof. Doutor Francisco Oneto
ISCTE

Dezembro, 2018



Escola de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia

Drogas em combate. Usos e significados das substâncias
psicoativas na Guerra Colonial Portuguesa.

Vasco Gil Ferreira Calado

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em Antropologia

Júri:

Doutora Susana Henriques, Professora Auxiliar, Universidade Aberta
Doutor Bruno Sena Martins, Investigador, CES – Universidade Coimbra
Doutora Maria Carmo Carvalho, Professora Assistente, Universidade Católica Porto
Doutor Miguel Cardina, Investigador, CES – Universidade Coimbra
Doutor Francisco Oneto, Professor Auxiliar, ISCTE - IUL

Dezembro, 2018

Aos meus filhos João, Rita e António
(sem os quais esta tese teria sido terminada muito tempo antes).

AGRADECIMENTOS

A primeira palavra de agradecimento é necessariamente para os ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa que tão generosamente aceitaram falar comigo acerca do que viveram em África enquanto jovens militares. Espero ter-lhes feito justiça. É importante que todos saibam o que eles e os seus camaradas passaram – ou foram obrigados a passar – em Angola, Guiné e Moçambique. Esta é também uma modesta contribuição para que se reconheça a experiência de vida de uma geração que tão justamente se sente esquecida e abandonada.

Em segundo lugar, tenho que agradecer ao meu orientador, o Prof. Doutor Francisco Oneto, por toda a paciência com que dirigiu os trabalhos e pela forma como soube lidar com as minhas dúvidas, descrenças e indecisões.

Agradeço aos meus colegas de Doutoramento Maria e Glauber, pelas frutuosas discussões e trocas de ideias. Estou em dívida para com Elsa Lavado (para variar!) e, sobretudo, com Luís Vasconcelos, que me sugeriu e disponibilizou muitos títulos bibliográficos e com quem fui constantemente discutindo ideias, hesitações e conclusões.

Agradeço também a Lourenço Lopes, Daniel Monteiro, Carla Carvalho, João Figueiredo, José Pimentel Teixeira, José Manteigas e Catarina Pereira por terem facilitado o contacto de informantes ou o acesso a bibliografia. O meu obrigado também a Luís Graça e outros que ajudaram a divulgar o inquérito *on-line*.

Embora seja crítico – do ponto de vista teórico – da visão biomédica das drogas e das dependências, reconheço o trabalho muito meritório do SICAD, instituição responsável pelo sucesso do chamado «modelo português», na pessoa do seu Diretor Geral, Dr. João Goulão, e Subdiretor Geral, Dr. Manuel Cardoso. Agradeço-lhes o bom ambiente profissional de que lá usufruí: se saísse do trabalho «de neura» jamais teria sido possível concluir um Doutoramento em regime pós-laboral. Também por isso, e por tudo o que aprendi com elas, agradeço às chefias diretas que fui tendo ao longo dos anos: Prof. Doutor Jorge Ribeiro e as Dras. Fernanda Feijão e Carla Ribeiro.

Deixo uma palavra de apreço aos Profs. Doutores Miguel Vale de Almeida, Brian O'Neill, Filipe Verde, Cristiana Bastos e Noémia Lopes, por terem, ao longo do meu percurso académico, contribuído decisivamente para que esta dissertação tomasse a forma que assumiu.

Agradeço o incentivo que recebi dos meus pais, sogros e outros familiares, colegas e amigos, que sempre se mostraram interessados no decorrer dos trabalhos, incluindo alguns que, de uma forma insistente, me perguntavam todas as semanas se e quando é que eu terminava a dissertação.

Por fim, não sei como agradecer à Ana Sim-Sim o tempo que passou na Biblioteca Nacional e por muito, muito, muito mais.

Índice

AGRADECIMENTOS	iii
I - INTRODUÇÃO	1
1. GÉNESE	3
2. MÉTODO	13
Entrevistas	13
Triangulação e complemento	20
3. INCIDÊNCIAS DE PESQUISA E HESITAÇÕES METODOLÓGICAS	25
4. TERMOS E CONCEITOS	35
Guerra e militares	35
Drogas e substâncias	41
II - ANTROPOLOGIA, GUERRAS E DROGAS	49
5. PERSPETIVAS TEÓRICAS	51
6. USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS EM CONFLITOS MILITARES	65
<i>Assassinos</i>	73
II Guerra Mundial.....	79
Guerra do Vietname	83
III - GUERRA COLONIAL PORTUGUESA	89
7. RECORDAÇÕES DA GUERRA COLONIAL PORTUGUESA	91
Traços comuns	97
Tempo de experimentação.....	107
Tensão.....	113
Impreparação e contestação	126
Cacimbado	139
8. USO DE <i>CANNABIS</i> NA GUERRA COLONIAL PORTUGUESA	145
África.....	151
Descoberta.....	157
Experiência de consumo	176
Chefias	185
Inquérito <i>on-line</i>	188
Regresso.....	195
Considerações finais	200
9. USO DE <i>ÁLCOOL</i> NA GUERRA COLONIAL PORTUGUESA	203
Motivações de consumo.....	210

Problemas	218
Chefias	226
Contestação	231
Regresso.....	233
África.....	235
IV - GUERRA ÀS DROGAS	239
10. POLÍTICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	241
Discurso de Ano Novo.....	254
Debates parlamentares	255
<i>Droga-Loucura-Morte</i>	256
Militares.....	258
V – CONCLUSÕES.....	261
11. PALAVRAS FINAIS	263
VI - REFERÊNCIAS	275
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	277
11. REFERÊNCIAS DISCOGRÁFICAS	299
12. REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS	299

I - INTRODUÇÃO



1. GÉNESE

*Aqui nada se aprende
Odeio espingardas
Não fui feito para isto
E tenho horror a fardas.
Eu não quero ir à máquina zero.*

Carlos Tê

*Ora é tão vingativo, ora é tão paciente
Amanhã é comedor, hoje abstinente
Mentiroso alcoviteiro, doce e verdadeiro.
Uma vez conquistador, outra vez vencido
Amanhã é navegante, hoje é desvalido
Sensual aventureiro, doido e bandoleiro.
E na verdade o que nos dói
É que não queremos ser heróis.*

Fausto Bordalo Dias

Nunca tive qualquer fascínio por guerras, lutas ou soldados. Nem mesmo na infância, quando via outras crianças brincarem aos exércitos e às batalhas, com armas imaginárias ou de plástico. Eu não. Mais tarde, na adolescência, passei por uma fase ferozmente antimilitarista. Enviava para publicação na secção *Pregões e Declarações* do jornal *Blitz* mensagens corrosivas contra o serviço militar obrigatório e nos intervalos da escola secundária que ficava em frente ao ISCTE, antes de a professora chegar e as aulas terem início, escrevia no quadro negro da sala de aulas *slogans* irónicos (“marchem Amélias!” e “Pátria Sábia”¹) e desenhava símbolos e ícones pacifistas. Identificava-me com o

¹ *Pátria Sábia* é uma música de *Veneno*, o primeiro disco da banda de *punk* portuguesa Peste & Sida, editado em 1987. Com letra de Paulo Delfim, rezava assim: “Não quero ser azul, nem verde nem cinzento / Não

movimento *hippie*, se bem que não conhecesse nenhum *hippie* pessoalmente (não era fácil encontrá-los no bairro de Telheiras dos anos 90!). Tratava-se, portanto, de uma identificação – que hoje reconheço como *naif* – centrada sobretudo na ideia de pacifismo e na rejeição da violência e da luta armada (o início dos anos 90 foi marcado por guerras muito mediáticas, nomeadamente a Guerra do Golfo e a Guerra Civil Jugoslava). Digamos que não era um *hippie* militante ou, sequer, praticante: nunca considerei seriamente a ideia de deixar crescer o cabelo, tomar LSD, adotar a indumentária ou seguir a estética *hippie*, por exemplo.

Fosse como fosse, queria distância de fardas, de armas e da instituição militar: estava decidido a ser objetor de consciência, caso fosse chamado a cumprir o serviço militar. E, no entanto, mais de vinte anos depois, escolhi o que se passou numa guerra como assunto de uma tese de doutoramento.

Como tantos da minha geração, nascidos já depois de esta ter terminado ou quando estava prestes a chegar ao fim, pouco ouvi falar acerca da Guerra Colonial Portuguesa (1961 - 1974). Até recentemente, quase nada sabia sobre o assunto. No máximo, tinha umas ideias vagas: sabia que tinha sido particularmente dura na Guiné, que foi uma das causas que levou ao golpe militar de 25 de abril de 1974 e pouco mais. Conhecia, claro, a imagem estereotipada dos ex-combatentes que era difundida de forma trocista e como caricatura – retratados como racistas, perturbados, potencialmente violentos e com uma tatuagem no braço – mas nunca tivera contacto direto com estes. O meu pai não foi à guerra, tal como a maioria dos pais dos meus amigos (pelo menos, tanto quanto sabia). Dois tios meus foram mas nunca falavam sobre isso: pura e simplesmente não era tópico de conversa nos encontros de família. Da mesma forma, a Guerra Colonial Portuguesa também não era matéria que fosse estudada na escola ou, tanto quanto eu me desse conta na altura, assunto de grande debate público (ninguém diria que, na verdade, o número de portugueses que participou no conflito ascendeu a muitas centenas de milhares, incluindo cerca de oito mil mortos e muitos mais que ficaram feridos. Tal significa que poucas foram as famílias portuguesas que, de uma forma ou de outra, não foram afetadas pelo acontecimento²).

quero ser general, nem soldado nem sargento / Fica-me mal, não me contento / Isto está mal, não quero ir passar o tempo.”

² Para se ter uma ideia do enorme impacto causado à época pela Guerra Colonial Portuguesa basta visitar igrejas, ermidas e santuários onde haja ex-votos. Aí será possível constatar que uma parte importante do espólio diz respeito a este episódio da História de Portugal. O anexo I compila algumas fotografias minhas

Para a minha geração, arrisco dizer, a Guerra do Vietname (1962 - 1975) era-nos bem mais familiar, entrando-nos pela casa adentro, através de filmes e séries de televisão norte-americanos. De facto, alguns dos meus heróis dos anos 80 eram veteranos da Guerra do Vietname, como o *Rambo*³ ou os *Soldados da Fortuna*⁴, por exemplo.

Pelo contrário, até há uns anos atrás, quantos filmes sobre a Guerra Colonial Portuguesa conhecia eu? Um ou dois, mas nunca os vira. O mesmo se passava na literatura: sabia que António Lobo Antunes e Lídia Jorge tinham escrito romances que se debruçavam direta ou indiretamente sobre o tema, mas também não os lera ou, sequer, sentido vontade de os ler. Desconhecia que João de Melo, Manuel Alegre e outros também tinham escrito sobre a experiência da Guerra Colonial Portuguesa. Acabou por ser a música que, ainda assim, me chamou mais a atenção para o assunto, em particular canções de Trovante (*Aerograma*, com letra de João Monge, de 1986), Delfins (*Aquele Inverno*, de 1988) e Sérgio Godinho (*Fotos de Fogo*, de 1993)⁵. Mas eram claras exceções. Durante as décadas de 80 e 90, a regra era a Guerra Colonial Portuguesa não ser tema de canções, livros, filmes, séries e reportagens da televisão.

Parecia haver uma espécie de conspiração de silêncio em torno da Guerra Colonial Portuguesa, como se fosse um tema que não merecesse, não se conseguisse ou não se devesse discutir, retratar, divulgar. De facto, como defende Bruno Sena Martins (2013: 8), “a construção do passado de Portugal passou pela supressão da Guerra Colonial da memória social”. Apesar de ser um eixo central, dei-me conta desta realidade apenas quando comecei a presente investigação, e não pude deixar de a relacionar com a grande necessidade que encontrei nos ex-combatentes de contar a sua história e não deixar cair no esquecimento aquilo por que passaram. Nunca tinha pensado nisso mas não fiquei

de ex-votos referentes a promessas relacionadas com a Guerra Colonial Portuguesa tiradas em 2013 no santuário de Nossa Senhora d’Aires, em Viana do Alentejo, e na ermida de Nossa Senhora da Visitação, em Montemor-o-Novo.

³ *John Rambo* é uma personagem literária criada originalmente pelo escritor David Morrell (2000), em 1972, num romance intitulado *First Blood*. Mas foi nos anos 80, com uma trilogia de filmes (1982; 1985; 1988), que *Rambo*, interpretado por Sylvester Stallone, se tornou uma personagem icónica e se transformou na imagem de marca do herói americano.

⁴ Produzida entre 1983 e 1987, *The A-Team* é uma série de televisão centrada à volta de um grupo de mercenários constituído por antigos membros das forças especiais do exército norte-americano que combateram no Vietname e que eram injustamente perseguidos pela justiça.

⁵ Há outras músicas que, apesar de as ter ouvido muitas vezes ao longo dos anos, só recentemente me apercebi que abordam o tema da Guerra Colonial Portuguesa. É o caso de *Um Trolha d’Areosa*, de Rui Veloso (“Arménio, fui tua madrinha-de-guerra / rezei por ti longas novenas sem fim / para voltares inteirinho e sem mazelas / mas ficaste por lá tão perdido no capim.”), e de *Ronda do Soldadinho*, de José Mário Branco (“Mas o soldadinho percebeu / que esses senhores / mandam essa guerra / contra os seus irmãos de cor”).

indiferente, nomeadamente quando li palavras como estas de Jorge Ribeiro (1999: 8): “[...] da Guerra Colonial escondemos tudo num ápice: as bandeiras que arreámos nas províncias ultramarinas, os destroços em que gastámos mais de metade do orçamento de Estado, os arquivos dos nossos atos. Abandonámos lá os mortos, e cá os mutilados”.

A temática da memória social, das sombras, dos silêncios e dos interditos é algo incontornável e impossível de ignorar por parte de quem se debruça sobre a Guerra Colonial Portuguesa. Por um lado, à data, o conflito foi pouco investigado e até documentado (quer durante, quer imediatamente após), pelo que nos dias de hoje o seu estudo depende essencialmente dos depoimentos de ex-combatentes, produzidos muitas vezes a larga distância temporal, física e sociocultural dos acontecimentos, numa dialética constante entre o passado e o presente, entre o *cá* e o *lá*. Por outro lado, as próprias características do conflito e o contexto político da altura e do regime que se seguiu ao Estado Novo contribuem para exacerbar a dimensão da memória, relevando a importância dos processos de criação de memórias (Quintais, 2000a). Como se verá ao longo da presente reflexão antropológica, o facto de até ao 25 de Abril a guerra que se travou em África ter sido escondida dos olhares públicos ou veiculada apenas de forma propagandística e de, a seguir à Revolução de Abril, consistir num tema silenciado, «maldito» e nunca resolvido é algo que está sempre subjacente às narrativas dos militares que participaram na Guerra Colonial Portuguesa. Tal como o carácter traumático (que decorre, em grande medida, de muito do que será discutido mais à frente, como a impreparação das tropas e a falta de condições de vida na maioria dos aquartelamentos portugueses, por exemplo) e esquivo (uma guerra de guerrilha é, por norma, um conflito entre forças que se escondem mutuamente e que procuram atacar-se de surpresa, para depois se voltarem a esconder, o que é descrito, por alguns, como uma guerra de «escaramuças») da Guerra Colonial Portuguesa.

Como tal, o tema do uso de drogas na Guerra Colonial Portuguesa podia perfeitamente ser analisado a partir da dimensão da construção da memória, tomando como referência o conceito-chave de «memória social» e a teorização de autores como Maurice Halbwachs (1994) e Paul Connerton (2009; 1993), entre outros, dando grande importância à forma como as narrativas são construídas e aos processos que lhes são subjacentes: por exemplo, em que medida os militares recordam relutantemente ou fazem por esquecer determinados assuntos, ou que processos de reificação e reconstrução estão adjacentes aos assuntos que não conseguem ou não se querem esquecer. Seja qual for o

tópico específico da Guerra Colonial Portuguesa em estudo, é provável que a dimensão da memória tenha grande peso e preponderância. Inevitavelmente, grande parte da produção científica sobre o conflito parece ser construída a partir da dimensão da memória: de facto, como se verá, muitos dos autores da área das Ciências Sociais que estudaram a Guerra Colonial Portuguesa escolheram esta abordagem.

No presente trabalho, arrisco não o fazer, privilegiando a dimensão social do uso de drogas à análise de como os discursos contemporâneo sobre esses usos são hoje ou foram no passado contruídos, reconstruídos, omitidos, distorcidos ou ficcionados. No entanto, ainda que o tema não seja explicitamente desenvolvido e opte por discutir as realidades da Guerra Colonial Portuguesa a partir de outras perspetivas, a temática da memória social está presente em grande parte do texto, embora não seja aprofundada como eventualmente mereceria. Seja como for, estou consciente que os silêncios e a construção da memória condicionaram o que ouvi e li mas também o que perguntei ou quis ouvir, como explicarei noutra capítulo.

Na verdade, mais do que algo que eu conhecia mal, a Guerra Colonial Portuguesa não era temática que me fascinasse ou despertasse muita curiosidade. A escolha do tema não nasceu de uma vontade de conhecer mais sobre este episódio da história contemporânea portuguesa nem da intenção de contribuir para o seu maior conhecimento. Não houve também qualquer razão política subjacente à escolha – não era minha intenção louvar ou denunciar quem quer que fosse. A principal razão que me levou a escolher a Guerra Colonial Portuguesa como cenário foi puramente instrumental e teve que ver com o facto de procurar um contexto de uso e um grupo de consumidores de drogas⁶ (nomeadamente ilícitas⁷) que não tivessem sido já suficientemente estudados e que simultaneamente permitissem problematizar e levantar questões interessantes, a partir da perspetiva histórica e antropológica. Inicialmente, pretendia apenas iluminar e contribuir para a compreensão do presente e de processos sociais contemporâneos a partir da discussão do uso de drogas num tempo passado e por via de uma posição de desconstrução social, em

⁶ Mais à frente, discuto o que entendo por «drogas». Por agora, digo apenas que o termo engloba uma série de substâncias tanto lícitas como ilícitas.

⁷ O meu foco inicial estava essencialmente nas substâncias ilícitas, área em que trabalho desde 2001, integrado em núcleos de estudos e investigação: primeiro no Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT), estrutura da Presidência de Conselho de Ministros, que depois deu origem ao Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) e ao Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), entretanto integrados no Ministério da Saúde. Só neste último organismo foi contemplado como área de missão o uso de bebidas alcoólicas e também os comportamentos aditivos sem substância.

contraponto à abordagem normativa que domina a área em diversos campos e dimensões. Nesse sentido, pareceu-me que nada melhor do que um contexto-limite, atípico e a vários níveis excecional, como é a guerra (qualquer guerra, suponho), para revelar e relevar o carácter sociocultural dos usos de drogas, isto é, como uma prática social que não só não pode ser desligada como não pode verdadeiramente ser explicada e entendida sem ter em consideração, por um lado, o contexto histórico e social e, por outro, as motivações, as expectativas e os significados dos consumidores. Demonstrar que o uso de substâncias psicoativas não é um ato individual explicável e entendível na sua plenitude sem uma contextualização sociocultural era, e é, o principal objetivo da presente reflexão antropológica. Esta é, portanto, uma defesa da perspetiva social, por oposição à visão biomédica das drogas e das dependências que, em grande medida, é dominante no campo político, do senso comum e até entre a maioria dos técnicos que trabalham na área.

O inicialmente proposto era de que, enquanto contexto de uso, a Guerra Colonial Portuguesa serviria como um pretexto para refletir em torno da natureza das drogas e para demonstrar o quão redutor é olhá-las unicamente do ponto de vista farmacológico e da ordem biomédica, por muito que essa seja a perspetiva dominante. A ideia subjacente era de que a distância temporal permite melhor discutir e desconstruir conceitos usados de forma geralmente acrítica.

A escolha da Guerra Colonial Portuguesa enquanto contexto preciso e tempo concreto foi, então, a escolha de um pano de fundo que servia os meus propósitos. Ao mesmo tempo, escolhia um contexto com o seu quê de exótico e um grupo de consumidores radicalmente diferente dos consumidores de drogas ilícitas que as ciências sociais em Portugal mais têm estudado, que são, por um lado, os indivíduos (toxico)dependentes, delinquentes e excluídos socialmente (também apelidados de «consumidores problemáticos») e, por outro, os jovens frequentadores de contextos de diversão noturna, *raves* e outras festas de música eletrónica (também apelidados de «consumidores em meio recreativo»).

Na verdade, num primeiro momento, nem sabia se tinha havido consumo de drogas entre os militares presentes no conflito. Nunca tinha lido nada sobre o assunto, nunca tinha falado com ninguém acerca do tema. Sabia, sim, da importância que a experiência colonial (em especial a figura do «retornado») teve na difusão do uso de *cannabis* em Portugal no pós-25 de Abril e também que o uso de drogas (lícitas e ilícitas) na Guerra do Vietname, um conflito contemporâneo à Guerra Colonial Portuguesa, foi muito

considerável e emblemático – tinha presente algumas cenas de *Apocalypse Now*, de Francis Ford Coppola (1979), de *Platoon*, de Oliver Stone (1986) e de *Casualties of War* (1989), de Brian de Palma, por exemplo, onde os soldados norte-americanos aparecem em diversas cenas a consumir álcool, *cannabis* e alucinogénios em estado de verdadeira intoxicação.

Portanto, no limite, mesmo que chegasse à conclusão de que os militares portugueses não tinham consumido drogas durante a guerra em África, teria sempre assunto para dissertar: por que não, quando o contrário se tinha passado entre os soldados norte-americanos envolvidos numa guerra que teve lugar na mesma altura? Mas suspeitava, e estava disposto a apostar, que tinha havido consumo de drogas (mesmo ilícitas) na Guerra Colonial Portuguesa e queria saber mais acerca desse consumo: era expressivo ou residual? De onde provinham as substâncias? Havia controlo ou censura social? Quais eram as motivações dos consumidores e os significados do consumo? Que consequências decorreram do consumo? Como é que é possível o uso de drogas num contexto de guerra e no seio de uma instituição tão particular, fortemente marcada pela disciplina e pela hierarquia, como é a instituição militar (Carreiras, Castro & Frederic, 2016)? Como é que nunca se tinha escrito nada sobre o assunto? A primeira versão do projeto de doutoramento que entreguei limitava-se em grande medida a estas questões, ainda que o objetivo passasse por reunir argumentos que permitissem uma discussão mais teórica e até filosófica – influenciado por textos emblemáticos de David Lenson (1995) e Sadie Plant (2001), por exemplo – em torno da natureza das drogas.

No entanto, quando, logo no início da pesquisa, comecei a ler autobiografias de militares que participaram no conflito e, sobretudo, quando, mais tarde, me vi pela primeira vez cara a cara com um desses homens, percebi que não faria sentido tratar a Guerra Colonial Portuguesa de forma superficial, como um simples cenário apenas. Não poderia tratar de episódios que se passaram na guerra sem analisar as condições da própria guerra e o que significa viver em tais condições. Em suma, descobri que uma guerra nunca é apenas um contexto onde acontecem coisas, ela é a própria causa das coisas que aí acontecem. Não é uma realidade de onde se entra e sai, mas uma realidade que transforma (mais à frente, os ex-combatentes hão de explicar isto melhor do que eu). Perante a dimensão do que lia e ouvia, as coisas começaram rapidamente a mudar: abandonei a ideia de fazer uma mera história social das drogas e, à dimensão social, acrescentei também o plano individual, a

partir das ideias de experiência de guerra e significado social do uso de substâncias psicoativas.

A guerra revelava-se afinal um tema fascinante, algo maior do que a vida⁸ (“onde o diabo anda à solta”, como no fim de uma entrevista alguém me disse, com os olhos no chão), ainda que eu, antimilitarista filho da revolução de Abril, não conseguisse verdadeiramente compreender ou interiorizar o que é viver essa realidade. Ser-se antropólogo é pormo-nos no lugar do *outro*, mas neste caso era particularmente difícil e, por isso mesmo, excecionalmente desafiante.

Por outro lado, os ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa mostravam ser mais do que o estereótipo que eu conhecia. Alguns eram muito diferentes daquilo que eu antecipava com base em ideias feitas. Outros eram precisamente o contrário dessa imagem estereotipada: calmos, afáveis, com a questão da sua participação numa guerra aparentemente bem resolvida e com um discurso crítico (e politicamente de esquerda) em relação às causas e consequências do conflito

Surpreso por não confirmar o que deles se dizia pela negativa, comecei a ver nos ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa uma espécie de anti-heróis⁹: alguém que tinha ido à guerra contrariado e sem empenho, tentando salvar a pele e aproveitar o tempo o melhor que podia, através de todas as formas (e esquemas) possíveis, enquanto chacinava, seduzia e se deixava conquistar pelo encanto exótico de África e das suas gentes (em especial as mulheres). Encontrei um inesperado paralelo na forma como Fausto Bordalo Dias (1982) descreveu os portugueses que participaram no que ficou conhecido como *Descobrimientos*, em *Por Este Rio Acima*. Foi também por aí que me deixei conquistar.

De uma generosidade incrível, os antigos militares que entrevistei nunca quiseram realmente partilhar comigo o sofrimento e as experiências-limite por que passaram, talvez por pudor ou porque me quiseram poupar ao desconforto, talvez por não quererem expor-

⁸ Em carta enviada de Angola para a mulher, o então alferes Manuel Beça Múrias (2009: 53), escreve: “existem nesta experiência os condimentos das grandes histórias: dor, sofrimento, morte, amizade, abnegação, coragem, cobardia, heroicidade consciente ou desnecessária e louca, seres abjetos e criaturas sublimes, fome, sede, medo e cansaço”.

⁹ Se *John Rambo*, o herói de guerra, é a representação do veterano da Guerra do Vietname, *Zé Fraga* – personagem principal de *Olhos de Caçador*, a magistral obra de António Brito (2007) – é a representação do soldado português que participou na Guerra Colonial Portuguesa: a típica figura do anti-herói, desobediente e impertinente, mulherengo e sedutor, malandro mas com bom coração e de uma enorme coragem.

se, ou porque não o conseguissem facilmente através da palavra dita, ainda para mais na presença de um gravador. Mas pelos seus silêncios e olhares percebia que tinham tanto por e para contar: nunca o silêncio é vão e ninguém suspira sozinho, não é o que dizem? E talvez tenha sido isso que fez a diferença, na altura de fazer as minhas escolhas acerca do caminho que a dissertação devia levar.

Logo no início do trabalho de campo cinco ideias afiguraram-se como princípios orientadores e seria a partir delas que iria dirigir os trabalhos: a) efetivamente, os militares portugueses tinham consumido substâncias psicoativas durante a Guerra Colonial Portuguesa, incluindo drogas ilícitas; b) não faria sentido centrar a análise exclusivamente no uso de drogas ilícitas, dado o carácter central do consumo de bebidas alcoólicas, nomeadamente de cerveja, que assumia o papel de substância psicoativa emblemática; c) o tema era especialmente incómodo¹⁰ e nada fácil de abordar; d) não havia uma bibliografia óbvia a que pudesse recorrer, muito menos na área da Antropologia; e) havia que dar voz aos atores sociais e à sua experiência de guerra, favorecendo a multivocalidade.

Face às narrativas que ia encontrando e compilando, fui abandonando a ideia de fazer um trabalho vincadamente teórico. Tornava-se claro que o consumo de drogas na Guerra Colonial Portuguesa era, de alguma forma, uma prática instituída em determinados contextos, pelo que havia que desviar o foco da prática (o consumo) para os sujeitos (os consumidores) e para o contexto (a guerra), isto é, deixar de pensar o uso de drogas como um desvio para olhá-lo como a norma.

Em suma, quando escolhi o tema da presente dissertação, não pensava dar muita atenção à Guerra Colonial Portuguesa. Inicialmente idealizei um trabalho mais teórico sobre as drogas ilícitas, de crítica analítica e com uma clara agenda política. Apesar de algumas

¹⁰ Na verdade, o tema revelou-se mais polémico e incómodo do que eu inicialmente pensava. Enquanto escrevia os primeiros capítulos, divulguei numa comunidade de ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa no *facebook* um artigo que entretanto escrevera e publicara (Calado, 2016), como agradecimento por ali ter recrutado alguns respondentes a um inquérito *on-line* (de que falarei no próximo capítulo). Para minha grande surpresa, foi muito mal recebido. “Histórias da carochinha”, “vai dar banho ao cão mais a tua pesquisa”, “não tem nada que vir para aqui com as suas mentiras”, “não ligo a provocadores de meia tijela”, “vamos ser honestos e não inventar!” são exemplos de comentários com que fui brindado. Ainda que alguns membros desta comunidade eletrónica tenham condenado este tipo de comentários, dizendo que o artigo estava bem fundamentado e que eles próprios tinham consumido ou testemunhado diretamente o consumo de drogas, nomeadamente ilícitas, o tom geral foi de condenação, como se divulgar um estudo sobre o uso de substâncias psicoativas por parte de ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa, ainda mais por parte de alguém que não participou no conflito (e não é, portanto, reconhecido como par), constituísse um atentado à honra e eu fosse um agente infiltrado, provocador e com segundas intenções.

intenções iniciais se manterem, como se verá, acabou por não ser bem assim. Por diversas razões. A principal das quais é que quase nunca é assim – o «terreno» manda mais do que as nossas intenções iniciais.

E foi assim que, sem ter ido à tropa, vim parar à guerra.

2. MÉTODO

*In the social interaction of the qualitative interview,
the perspectives of the interviewer and the respondent dance together
for the moment but also extend outward in the social space
and backward and forward in time.*

Carol Warren

*É curioso como não sei dizer quem sou.
Quer dizer, sei-o bem, mas não posso dizer.
Sobretudo tenho medo de dizer porque no momento em que tento falar
não só não exprimo o que sinto como o que sinto se transforma lentamente no que eu digo.*

Clarice Lispector

Entrevistas

O grosso do trabalho de campo decorreu durante os anos de 2015 e 2016 e consistiu em grande medida na realização de entrevistas em profundidade com antigos militares das forças armadas portuguesas que participaram na Guerra Colonial Portuguesa. Neste sentido, no essencial, o terreno etnográfico trabalhado circunscreve-se às memórias das experiências vividas na Guerra Colonial Portuguesa, incluindo o uso de substâncias psicoativas, que ocorreram num tempo passado, e às narrativas produzidas no tempo presente acerca destas pelos ex-combatentes entrevistados.

Ao contrário do que é regra na tradição antropológica, não houve propriamente observação participante, ou sequer pesquisa etnográfica no sentido mais comum do termo. O trabalho de campo, que é a pedra de toque da disciplina, tipicamente envolve ir para «fora», em longos períodos de tempo, durante os quais o investigador vive submerso na realidade e entre a população que estuda. No mundo contemporâneo as coisas são bem mais complexas, obrigando a um questionamento e a uma redefinição de conceitos como «trabalho de campo», «terreno», «etnografia» ou «ir para fora», por exemplo (Hockey &

Forsey, 2012; Amit, 2000), à medida que a Antropologia se debruça sobre novos objetos de estudo e adota novas metodologias, que não as tradicionais, e alguns autores vão colocando em causa o trabalho etnográfico e a observação participante como traves mestras da disciplina (Ingold, 2017; 2014; 2008; Hockey & Forsey, 2012; Marcus, 2009). E assim, se não é muito comum ver-se uma investigação antropológica assente em entrevistas formais ou semiformais, tal vai sendo cada vez mais frequente, nomeadamente com recurso à Internet e a outros meios eletrónicos (Pink, 2000).

Na presente investigação, o terreno etnográfico não é um lugar físico ou, sequer, algo «palpável» (práticas sociais observáveis, grupos ou contextos sociais, por exemplo). Aqui o objeto de estudo consiste essencialmente em memórias e discursos que só podem ser reunidos, observados e analisados a partir de uma inquirição ativa. Neste sentido, a entrevista não decorre do trabalho de campo, a entrevista *é* o trabalho de campo (Hockey & Forsey, 2012). Como refere Robert Weiss (1994: 1) na abertura do seu livro sobre a arte e o método da entrevista qualitativa, *Learning from Strangers*, “entrevistar dá-nos acesso às observações feitas pelos outros.” Consistindo o assunto desta reflexão antropológica em algo que ocorreu há mais de quarenta ou cinquenta anos, não podia ser de outra forma.

A presente investigação está próxima de uma etnografia multissituada. Não propriamente nos termos exatos com que George Marcus (1995) definiu o termo nos anos 90 do século XX, mas no sentido em que os informantes estão entre *cá e lá*: entre Portugal, onde vivem e de onde partiram para a guerra, e África, onde os acontecimentos narrados tiveram lugar, e, portanto, também entre o passado e o presente. Reconheço como minhas algumas das dúvidas e questões que alguns autores têm levantado mais ou menos recentemente acerca do papel do «antropólogo nativo» ou do conceito de «fazer etnografia em casa» (Amit, 2000; Caputo, 2000).

Neste caso, em virtude da própria natureza do tema em estudo, os ex-combatentes, na sua condição de informantes, não foram inquiridos através de conversas informais ou entrevistas não-estruturadas, as formas de inquirição mais comuns na produção antropológica (Fontana & Frey, 2005). Pelo contrário, as entrevistas realizadas não podem ser consideradas espontâneas ou informais, na medida em que foram previamente combinadas e não decorreram, como (ainda) é regra, da presença (mais ou menos prolongada) do investigador no terreno, no seu trabalho de campo entre o meio social em

estudo (Barker, 2012; Agar, 1980), nos moldes propostos logo em 1922 por Bronislaw Malinowski, a figura fundadora do método etnográfico (Erikson & Nielsen, 2001).

Os entrevistados são ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa, mas também são reformados ou profissionais no ativo, membros de clubes, associações ou partidos políticos, habitantes de um bairro, vila ou aldeia, detentores de saberes próprios ou conhecimentos especializados, entre outras coisas. Isto é, a condição de ex-combatente é apenas uma parte (maior ou menor) da sua identidade e ter participado numa guerra é uma parcela da sua vida passada. Para mais, na maior parte dos casos, esta condição não é óbvia e só é assumida no discurso ou então em momentos muito pontuais: nos encontros anuais ou nas associações de veteranos de guerra, em manifestações ou homenagens, por exemplo. O convite para conceder uma entrevista teve necessariamente que deixar claro em que condição os informantes se apresentariam na entrevista – isto é, como alguém que participou na Guerra Colonial Portuguesa –, pelo que os entrevistados sabiam de antemão sobre que temática, grosso modo, se centraria a entrevista.

Neste caso, pelas razões apresentadas, dificilmente seria possível fazer assentar a inquirição em conversas espontâneas e/ou informais, que são características da disciplina. Para poder conduzir este tipo de entrevistas com os meus informantes teria que fazer trabalho de campo nos momentos e contextos específicos em que os ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa assumem esta condição (por exemplo, quando frequentam um grupo de autoajuda para veteranos de guerra com síndrome de *stress* pós-traumático ou quando se encontram e desfilam com antigos companheiros de armas). Como não foi o caso, optei por um modelo de entrevista de natureza semi-estruturada, isto é, a meio caminho entre a entrevista estruturada e a entrevista não-estruturada.

Por *entrevistas semi-estruturadas* – ou *semi-dirigidas* – entendo aquelas em que pode haver um guião de entrevista mas nunca a obrigatoriedade de seguir uma lista de questões predefinidas e encadeadas: o facto de existir um guião de entrevista não significa que as questões a colocar se esgotem aí ou que não haja liberdade para abordar outros temas, utilizar outros termos, etc. (Devillard, Mudanó & Pazos, 2012; Bernard, 2006). Por *entrevistas estruturadas* entendo aquelas em que são colocadas as mesmas questões (e geralmente apenas essas) a todos os respondentes, seguindo uma ordem predefinida e procurando a maior objetividade possível. Neste caso, o entrevistador é, ao mesmo tempo, diretivo e impessoal: assume o controlo do ritmo da entrevista e dirige as respostas, apesar de procurar ter um papel de neutralidade, abstendo-se de manifestar a sua opinião ou

intervir. Trata-se de uma entrevista totalmente planeada, em que nada deve ficar ao acaso (Bernard, op. cit.). Pelo contrário, *entrevistas não estruturadas* são aquelas que são intrinsecamente informais, sem guião de perguntas a colocar e que decorrem do trabalho etnográfico, em interações mais próximas do registo da conversa (Bernard, op. cit.; Agar, 1980).

O modelo seguido durante a presente investigação foi o de uma entrevista conduzida a partir de uma espécie de esboço de guião previamente preparado. Na verdade, tratou-se mais de um conjunto de tópicos a abordar durante a entrevista do que propriamente questões bem formuladas a aplicar a todos os entrevistados: pelo contrário, os tópicos a abordar foram-se alterando, acrescentando e eliminando de entrevista para entrevista. Em todas tive a preocupação de não forçar o entrevistado a contar a sua história de forma cronológica e bem estruturada: pelo contrário, cada entrevistado teve liberdade para estruturar o seu discurso conforme achou melhor, o que se traduziu, na maior parte das vezes, em narrativas fragmentadas e não em histórias com princípio, meio e fim. Nesse sentido, não procurei fazer uma história de vida, mesmo que limitada a um tempo preciso (o da comissão militar em África).

Não obstante a existência de algo parecido com um guião, na essência, seguiu-se os princípios da conversa etnográfica, tal como esta é proposta por Devillard, Mudanó & Pazos (2012), isto é, o mais próximo possível do registo das conversas da vida social quotidiana, por oposição à entrevista mais coloquial e forçosamente mais artificial. Neste registo, o entrevistador não assume o papel de interrogador (Barker, 2012), mas o de parceiro de conversa. Da mesma forma, isto é crucial, a entrevista etnográfica não pode nunca assumir a forma de um interrogatório.

Embora, por vezes, se faça equivaler os termos «entrevista não-estruturada» e «entrevista etnográfica» (Fontana & Frey, 2005), na presente investigação segui um modelo de entrevista etnográfica formalmente distante da entrevista não-estruturada mas muito próxima desta no espírito e nos propósitos, nomeadamente a intenção última de revelar o mundo interior do informante ou entrevistado e de tornar visível o invisível (Kvale, 1996).

Assentando nas noções de enraizamento e de abertura¹¹ (Barker, 2012), a entrevista etnográfica caracteriza-se acima de tudo por não ser dirigida: as perguntas não são

¹¹ Joshua Barker (op. cit.: 55-58) usa o termo *embeddedness* (no original) num duplo sentido. Por um lado, a entrevista etnográfica decorre no mundo social em estudo, e não fora dele. Por outro lado, é realizada a partir do conhecimento que o entrevistado tem do seu próprio mundo social, cultural e material. Em relação

respondidas a partir das categorias do entrevistador, permitindo, assim, uma maior aproximação aos pontos de vista dos informantes (Devillard, Mudanó & Pazos, 2012; Kvale, 1996). A liberdade dada ao entrevistado visa iluminar as questões que considera mais relevantes. A sua perspectiva é expressa nos seus próprios termos e léxico, que não são necessariamente os mesmos do entrevistador. Tal é especialmente importante no estudo de determinados temas, como é o caso das substâncias psicoativas, onde muitos dos termos usados, como se verá mais à frente, são essencialmente conceitos políticos e não neutros, acarretando necessariamente uma carga ou juízo de valor associado.

A conceção de entrevista etnográfica usada deriva, em grande medida, dos contributos propostos pela corrente reflexiva em Antropologia (Barnard, 2000; Davis, 1999) e também da forma como alguns autores pós-modernos (Clifford & Marcus, 1986; Rabinow, 1977) puseram em cheque as contradições do processo de conhecimento antropológico (Erikson & Nielsen, 2001; Prattis, 1996).

Neste aspeto particular, aceito sem condições a proposta reflexiva: o discurso revelado pelos informantes ao entrevistador é um entre vários possíveis, na medida em que há diversos fatores que influenciam o que é relatado, quer na forma, quer no conteúdo, incluindo as condições em que decorre a entrevista. Ou seja, esta não é uma ferramenta neutra e, muito menos, objetiva. Pelo contrário, qualquer entrevista é condicionada histórica e politicamente, sendo influenciada pelo contexto e as circunstâncias em que ocorre (Fontana & Frey; 2005). A reflexividade, enquanto jogo de espelhos, implica olhar não só para o que foi dito na entrevista mas também para forma como esta decorreu, e as suas limitações, aceitando a ideia de que o entrevistador não é uma figura invisível ou, sequer, neutra. O próximo capítulo consiste numa tentativa de abordar estes temas e contar a história do processo de investigação, incluindo o modo como decorreu quer a condução das entrevistas, quer o restante trabalho realizado.

É também herança da corrente reflexiva a ideia – que acredito hoje em dia ser consensual – de que a entrevista etnográfica não pode deixar de ser entendida como um produto coletivo, no sentido em que não é uma mera troca de perguntas e respostas, mas antes um «texto negociado», para usar a expressão de Fontana & Frey (op.cit). Tal é absolutamente assumido no presente trabalho, pelo que, para dar voz aos informantes (Kvale, 2006; Rubio, 2006), e lhes entregar, de alguma forma, a coautoria do resultado final, as suas

a *openness* (no original), o autor refere-se a privilegiar a ausência de condicionalismos de vária espécie e incentivar a liberdade metodológica.

palavras estão destacadas ao longo do texto, seguindo um modelo influenciado pelos registos biográficos adotados, entre outros, por Sally Cole¹² (1994) e, mais recentemente, por Matthew Gutmann e Catherine Lutz¹³ (2010) ou Maria José Lobo Antunes (2015)¹⁴, a partir de entrevistas a antigos militares.

De modo a obter um produto final menos reificante (Barker, 2012), recorro com muita frequência ao longo do texto a citações relativamente extensas retiradas de narrativas de ex-combatentes¹⁵, com o propósito último de favorecer a multivocalidade e pôr justamente em causa a voz do investigador social como única voz autoral (Denzin, 1997), bem como reduzir o exercício de poder e domínio sobre os entrevistados e outros antigos militares. Tal implica necessariamente questionar a objetividade como princípio orientador do trabalho etnográfico e aceitar o carácter, de alguma forma, ficcional dos testemunhos. Isto é, recuso a ideia de que o investigador, através dos seus métodos de estudo da vida social, seja capaz de produzir conhecimento válido do mundo exterior de uma forma independente dos processos de pesquisa. Mais uma vez, tal adquire maior importância quando se toma consciência de que os informantes estão, neste caso, a recontar e a discursar acerca de episódios e acontecimentos que ocorreram num local distante há mais de 40 ou 50 anos atrás.

Michael Agar (1997; 1980), um dos autores pioneiros da aplicação do método etnográfico ao estudo das questões das drogas e da toxicodependência, defende que o que chama «realidade cultural» não é uma coisa objetiva nem subjetiva, antes uma questão de

¹² Nesta obra sobre uma comunidade costeira do norte de Portugal, Sally Cole dá voz no texto a quatro mulheres, usando citações extensas na primeira pessoa do singular.

¹³ Nesta obra, Gutmann & Lutz entrevistaram em profundidade seis ex-combatentes do exército norte-americano que estiveram em missão no Iraque, recorrendo no texto final a citações extensas e a registos biográficos, centrados no período que vai do treino militar até à reentrada na vida civil.

¹⁴ Nesta obra, Maria José Lobo Antunes inclui no texto inúmeras citações retiradas das entrevistas que fez aos ex-militares pertencentes à antiga companhia militar objeto de estudo (CART 3313).

¹⁵ Em especial nos capítulos dedicados à Guerra Colonial Portuguesa e aos usos de álcool e *cannabis* que aí tiveram lugar, o texto é, por opção metodológica, construído a partir do discurso dos militares. Este foi também o caminho seguido por outros antropólogos que antes de mim trabalharam com ex-combatentes, como Daniel Seabra Lopes (1998), Sara Primo Roque (2004), Elísio Jossias (2007), Maria José Lobo Antunes (2015) e outros. Por múltiplas razões, também eu considerei crucial dar voz aos combatentes. Por um lado, por serem personagens sociais que, de uma forma geral, se consideram sem voz, esquecidos e por legitimar, mas também por sentir que, por palavras minhas, não faria justiça a uma realidade tão desafiante quanto é participar numa guerra. As citações dos entrevistados aparecem sob pseudónimo e no fim de cada uma constam algumas informações consideradas relevantes em relação à sua condição de ex-combatente: patente e/ou função desempenhada no conflito, teatro de guerra onde esteve e os anos em que decorreu a sua comissão militar em África. Alguns informantes (os mais importantes) são apresentados no corpo de texto, outros não. Opto por não fazer referência ao local e à data de entrevista e excluir a caracterização sociodemográfica dos informantes (idade atual, profissão ou local de residência, por exemplo), a não ser quando tal se justifica. Sigo a mesma lógica em relação às citações de textos biográficos de ex-combatentes.

intersubjetividade, uma construção que resulta do encontro do investigador com os seus informantes ou com os atores sociais observados.

Neste sentido, as entrevistas foram conduzidas com o propósito último de apreender os significados dos informantes sobre a sua experiência de guerra (incluindo o consumo de drogas nesse contexto), e recusando, portanto, entender a realidade como uma entidade autónoma da prática discursiva. Ou seja, o trabalho antropológico é aqui entendido mais como uma interpretação e menos do que uma descrição objetiva, assumindo como centrais para a disciplina as noções de *experiência* e *compreensão*. Da mesma forma, a entrevista é aqui entendida como algo capaz de gerar saber etnográfico (Hockey & Forsey, 2012).

Procurei não interromper ou dirigir demasiado as respostas para os meus interesses e a temática em estudo, e manter o que Maria Isabel Rubio (2006: 39) chama uma «atitude de vigilância» de modo a minorar a imposição dos pontos de vista durante a entrevista etnográfica. Por ser um campo profundamente «contaminado» (como se discutirá mais à frente), na formulação das perguntas evitei, por exemplo, os termos «droga», «drogas», «dependência» ou «alcoólico», e procurei fugir a todas as possíveis conotações que estes e outros conceitos possam ter. Da mesma forma, tive particular atenção a alguns termos usados pelos informantes, como por exemplo «guerra do ultramar» ou «guerra colonial», «colónia» ou «província ultramarina», que espelham uma posição política e/ou um posicionamento ideológico. Maria Isabel Rubio (op. cit.: 17) defende que a aprendizagem de conduzir entrevistas etnográficas se faz sobretudo pela prática e através da reflexividade, não por via de manuais e regras gerais.

As entrevistas etnográficas decorreram em local escolhido pelos informantes (casa própria, cafés, esplanadas, centros culturais e outros espaços públicos e privados), numa única sessão ou repartidas por várias sessões (cada uma com duração entre 1 a 3 horas), consoante a disponibilidade dos entrevistados e/ou a riqueza dos testemunhos justificou. Com o seu consentimento, as entrevistas foram gravadas, recorrendo a um gravador de som de pequenas dimensões¹⁶, e mais tarde transcritas na sua totalidade¹⁷. No início da

¹⁶ Apesar dos inconvenientes óbvios, nomeadamente a possibilidade de, alguma forma, a presença de um gravador constranger e inibir o entrevistado, em especial na abordagem a certos temas mais polémicos, sensíveis ou ilícitos, a gravação permitiu uma releitura mais cuidada e uma interpretação do que foi dito e como foi dito que não teria sido possível de outra forma (Weiss, 1994).

¹⁷ Ao passar o que foi dito na entrevista a escrito, foram corrigidos erros de concordância e alguns tiques de linguagem verbal, de modo a facilitar a leitura.

entrevista foi sempre transmitido ao entrevistado que se garantiria o anonimato e a confidencialidade.

No total, foram realizadas entrevistas etnográficas com oito ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa. Outros nove, porque vivem longe de Lisboa ou lhes foi mais conveniente, foram entrevistados por meio eletrónico (*email* e *Skype*). São estes dezassete antigos militares portugueses que constituem a rede informal de informantes. Muitos outros foram abordados, contribuíram com informações ou responderam a questões específicas, mas não foram propriamente entrevistados nos moldes da entrevista etnográfica ou eletrónica. Os dezassete informantes têm perfis distintos: estiveram na Guerra Colonial Portuguesa em alturas e territórios diferentes, uns combateram ativamente, enquanto outros tiveram funções puramente administrativas ou técnicas, sem que tivessem que sair do quartel em missões de combate. A maioria pertenceu à tropa regular, mas alguns estiveram integrados em tropas ditas especiais, sendo que, em relação à hierarquia militar, uns eram graduados (oficiais e sargentos), enquanto outros eram praças (cabos e soldados). Em comum têm apenas o facto de terem sido militares milicianos do exército português, isto é, não eram da carreira militar, pelo que a experiência de guerra foi um episódio (e uma interrupção) na sua vida civil.

A maior parte dos informantes foi recrutada através do método *bola de neve*¹⁸, tendo como ponto de partida dois ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa. Embora fosse o perfil desejado, o facto de ter tido contacto com substâncias psicoativas (nomeadamente ilícitas) durante os anos que passaram em comissão militar em África não foi condição obrigatória de recrutamento.

Triangulação e complemento

Igualmente importante foi o trabalho realizado como complemento de pesquisa às entrevistas etnográficas e eletrónicas, num esforço de acesso a outro material para

¹⁸ O método bola de neve (*snowball*, em inglês) é uma técnica de constituição de amostra ou rede de informantes usada sobretudo quando a população em estudo é de difícil acesso ou é considerada «oculta» (como, em certa medida, é a comunidade de ex-combatentes). Este método em cadeia consiste em pedir aos informantes previamente identificados que indiquem outros seus conhecidos para serem entrevistados, desde que cumpram determinados critérios predefinidos (neste caso, ter participado na Guerra Colonial Portuguesa e, preferencial mas não obrigatoriamente, ter tido contacto com substâncias psicoativas durante a guerra). Deste modo, é possível constituir uma rede informal de entrevistados. É um método usado com alguma frequência no campo das drogas ilícitas, dado o carácter específico do fenómeno (Fernandes & Carvalho, 2000; Kemmesies, 2000).

triangulação (Griffiths & Mounteney, 2010; Denzin, 2009; Fontana & Frey, 2005), com destaque para uma extensa pesquisa bibliográfica e documental, observação etnográfica no ciberespaço e a aplicação de um questionário *on-line* a ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa.

Estes esforços foram desenvolvidos devido sobretudo às especificidades do tema e a algumas dificuldades encontradas no desenrolar da pesquisa, nomeadamente a ausência de bibliografia e o quão sensível se revelou abordar o tema das drogas (nomeadamente ilícitas) durante as entrevistas etnográficas. Neste sentido, o trabalho desenvolvido em complemento foi uma tentativa de triangular e gerar mais e também informação diferente do que a que resultou das entrevistas.

Em simultâneo com as diversas fases do trabalho realizado – da escrita do projeto inicial, passando pela realização e transcrição das entrevistas, até à redação final da dissertação –, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica e documental extensiva, de maneira a encontrar suporte teórico, mas também material, informação ou pistas de investigação. Isto é, não se tratou, como muitas vezes acontece, de uma simples revisão bibliográfica, em que se procura atualizar o estado da arte e proceder a um enquadramento teórico, antes de passar à fase seguinte, chame-se inquirição, recolha de dados¹⁹ ou trabalho de campo. Neste caso, a pesquisa bibliográfica e documental foi também trabalho de campo e nunca cessou, na medida em que foram sendo constantemente publicados novos textos e informação relevante sobre a temática da Guerra Colonial Portuguesa²⁰, incluindo o consumo de substâncias psicoativas.

Foram consultados diversos arquivos (com grande destaque para o Arquivo Histórico Militar e o Arquivo Histórico Ultramarino), e compilados documentos históricos e

¹⁹ Manifesto grandes reservas em relação à expressão «recolha de dados», na medida em que transmite a ideia de que a informação («dados») está *lá*, algures, à espera que o investigador a encontre e compile, em função do seu interesse científico. Pelo contrário, como dito atrás, o processo de investigação é marcado pela intersubjetividade, pelo que, em boa verdade, a informação é gerada e não recolhida, é construída, não dada (Rhodes & Coomber, 2010).

²⁰ Por exemplo, enquanto escrevia este capítulo foi publicada *Estranha Guerra de Uso Comum*, de Paulo Faria (2016), uma interessantíssima reflexão em torno da memória e da pós-memória, a partir de cartas que o autor escreve ao seu falecido pai (que participou na Guerra Colonial Portuguesa) e de entrevistas que fez aos seus ex-companheiros de guerra em Moçambique. No seu estilo literário, esta obra levantou algumas questões em que ainda não tinha pensado, comprovou outras, enfim, ajudou a refletir. Uns meses mais tarde, foi publicada *Irmãos de Armas*, de António Brito (2016), a história ficcionada de um grupo de militares de esteve em Moçambique nos últimos anos da Guerra Colonial Portuguesa, e *An Oral History of the Portuguese Colonial War: Conscripted Generation*, de Ângela Campos (2017), uma magnífica história oral dos antigos combatentes do conflito. Já na fase final da escrita, foi publicado *As Voltas do Passado. A Guerra Colonial e as suas Lutas de Libertação*, uma coletânea organizada por Miguel Cardina e Bruno Sena Martins (2018).

etnográficos, relatórios militares e também textos biográficos e ficcionais escritos por ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa, alguns deles edições de autor de pequena tiragem. Dado o ciberespaço ter-se revelado inesperadamente uma importante fonte de informação no que à Guerra Colonial Portuguesa diz respeito, alarguei à Internet a pesquisa de textos e registos biográficos sobre o tema.

Uma boa parte dos textos compilados consiste, então, num conjunto de biografias, histórias de vida e relatos biográficos, textos na sua maioria centrados exclusivamente no período da guerra em África (da recruta na «metrópole» ao fim da comissão e regresso a casa), escritos por antigos militares que participaram no conflito inseridos nas forças armadas portuguesas. A maior parte foi editada mais ou menos recentemente – muitos anos após o regresso da guerra, portanto –, embora alguns tenham sido escritos ao longo dos anos e outros tenham por base diários, cartas e aerogramas escritos na altura, em pleno contexto de guerra. Apesar de raramente se falar do uso de substâncias psicoativas ilícitas nestes textos, foram importantes para o trabalho em curso, dado que ajudaram a compreender o contexto e a experiência de guerra, contribuíram para me familiarizar com o jargão militar, o calão castrense e os termos utilizados pelos informantes, ao mesmo tempo que davam acesso a uma linguagem mais cuidada e, em alguns casos, mais poética e literária do que as entrevistas inevitavelmente proporcionam para falar da experiência de guerra.

Numa espécie de etnografia do ciberespaço, foram analisados determinados conteúdos disponíveis na Internet onde a experiência da Guerra Colonial Portuguesa é contada, debatida, documentada ou expressa artisticamente por ex-combatentes, nomeadamente em blogs, fóruns eletrónicos de discussão e, sobretudo, comunidades do *facebook*. Entre estes conteúdos incluem-se não só textos mas também fotos e imagens²¹, que se revelaram um precioso contributo, na medida em que me ajudaram a visualizar os ambientes e as descrições que lia nos textos.

Com o aproximar do fim do milénio, com a crescente importância da Internet na vida social, a Antropologia e as ciências sociais em geral começaram a admitir a hipótese de desenvolver pesquisas no e através do ciberespaço (Hine, 2000; Miller & Slater, 2000; Escobar, 1994), à medida que o mundo virtual foi tomando o lugar que era do *street corner* (White, 1955). No essencial, não se trata de uma grande revolução epistemológica,

²¹ Com exceções das fotos de ex-votos, todas as imagens foram retiradas da Internet, mais concretamente de grupos do *facebook* dedicados à Guerra Colonial Portuguesa, tendo sido partilhadas por ex-combatentes.

mas antes de estender a análise etnográfica a terrenos virtuais, nomeadamente às interações sociais que têm lugar no ciberespaço (Kozinets, 2010). No fundo, trata-se de seguir as pessoas: se elas hoje passam tempo na Internet e interagem no ciberespaço, nomeadamente nas chamadas redes sociais, é também lá que os cientistas sociais devem estar. A premissa básica é entender os utilizadores da Internet como atores sociais. Isto é, como alguém que não processa e busca apenas informação mas também pertença e apoio (Cardoso, 1998).

Em trabalhos anteriores, a técnica de pesquisa e análise de dados disponíveis na Internet, nomeadamente em fóruns eletrónicos de discussão, provou ser uma mais-valia, permitindo ter acesso a uma informação privilegiada. Foi o caso de observações não-participantes em mundos virtuais de adeptos de *trance psicadélico* (Calado, 2006), um estilo de música eletrónica de dança, de cultivadores de *cannabis* (Calado, 2009) ou ainda de consumidores de *salvia divinorum* (Calado, 2013), uma planta com propriedades alucinogénias. Sendo especialmente relevante no caso de fenómenos proibidos ou considerados desviantes, bem como em estudos com populações «ocultas» (Fernandes & Carvalho, 2008), a Antropologia Virtual ou do Ciberespaço (Horst & Miller, 2012) procura ter acesso a uma comunicação entre pares, não mediada, e, por conseguinte, com menores filtros inibitórios do que na presença do investigador.

Neste caso, com a análise da interação que decorre na Internet, nomeadamente em fóruns de discussão e em comunidades virtuais (com destaque para o *facebook*), pude ter acesso, num registo escrito, a palavras que respondem a perguntas que não coloquei, pude assistir a discussões que não provoquei, tomei conhecimento de posições e informação de que não suspeitava, etc. Aqui, sim, ao contrário da entrevista etnográfica, é possível assumir uma presença invisível. Mas não neutra, evidentemente, no sentido em que, por uma razão ou outra, escolhi que páginas ou comunidades do ciberespaço monitorizar, acompanhar ou analisar, em detrimento de outras.

Finalmente, num momento mais tardio, concebi e lancei um pequeno inquérito *on-line* dirigido a ex-combatentes que serviram nas forças armadas portuguesas durante a Guerra Colonial Portuguesa²². Combinando perguntas abertas e fechadas, o inquérito foi divulgado junto de associações, blogues e comunidades de antigos militares no *facebook*. Daqui resultou um total de 210 questionários válidos. O inquérito teve como principais

²² O anexo II apresenta os resultados das questões fechadas, sendo que algumas respostas às questões abertas serão apresentadas nos capítulos 8 e 9.

objetivos quantificar, de alguma forma, o uso de substâncias psicoativas na Guerra Colonial Portuguesa e comprovar ou aprofundar algumas ideias-chave que emergiram das entrevistas e dos textos analisados, nomeadamente o carácter decisivo da tensão vivida na experiência de guerra e no uso de substâncias psicoativas, em particular.

Assim sendo, o conjunto de textos e narrativas analisados é, daqui para a frente, designado genericamente de «testemunhos», sendo composto pelas entrevistas realizadas propositadamente para o presente trabalho, pelos textos editados em livro, pelos textos publicados no espaço digital²³ que foram compilados e pelas respostas às perguntas abertas do questionário *on-line*.

No capítulo seguinte, dedico algum espaço para discutir o que muitas vezes está ausente das dissertações académicas: as contradições, impasses e falhanços metodológicos e percalços em geral, especificamente a forma como os informantes foram recrutados, como reagiram, sobre o que aceitaram e/ou recusaram abordar, como o fizeram, entre outras coisas. No fundo, neste caso, tudo aquilo que está para lá da entrevista etnográfica ou eletrónica como produto acabado e que não é habitualmente considerado conteúdo útil para os propósitos da investigação, pelo que tende a não ser incluído no texto final. Subjacente à decisão de discutir tais assuntos está a influência da corrente reflexiva e, mais uma vez, a ideia de que uma entrevista é essencialmente um processo, um encontro social.

²³ A grafia das citações retiradas de textos publicados em livro ou na Internet foi adaptada ao Novo Acordo Ortográfico, quando necessário. Para além disso, foram corrigidas gralhas, erros de ortografia e de concordância.

3. INCIDÊNCIAS DE PESQUISA E HESITAÇÕES METODOLÓGICAS

*Fecha a janela
e vê como a memória
também tem as suas frestas.*

João Monge

*She knows there's no success like failure
and that failure's no success at all.*

Bob Dylan

Com exceção de dois tios meus, não conhecia bem ninguém que tivesse participado na Guerra Colonial Portuguesa. Entrevistar familiares nunca me pareceu boa ideia, a não ser em casos muito específicos, pelo que comecei pelos familiares de amigos e os amigos de familiares, passando palavra entre a minha rede de relacionamentos de que pretendia entrevistar antigos militares que tivessem participado na Guerra Colonial Portuguesa, de preferência que tivessem dispostos a abordar o tema dos consumos de álcool e drogas ilícitas nesse contexto. As primeiras abordagens não correram particularmente bem. Pelo contrário, todas as pessoas sondadas ou demonstravam pouco ou nenhum interesse em falar sobre a Guerra Colonial Portuguesa ou, as poucas que mostravam estar disponíveis para uma entrevista, avisavam que sobre o tema do uso de substâncias psicoativas, nomeadamente ilícitas, nada tinham a dizer: não sabiam, nunca viram, nunca ouviram falar. “Que raio de tema!”, diziam ou mandavam dizer. Daqui não resultou nenhuma entrevista ou qualquer contacto útil. Falsa partida, portanto.

Por outro lado, ao mesmo tempo abordei, por telefone ou por correio eletrónico, algumas figuras que se podem considerar «especialistas» da Guerra Colonial Portuguesa: essencialmente oficiais da carreira militar que participaram na guerra e têm escrito sobre o tema (nomeadamente algumas das obras «de referência» sobre o tema), mas também

historiadores, jornalistas, cientistas sociais e algumas figuras públicas que participaram no conflito e que se distinguiram na reflexão ou na produção de conhecimento sobre o tema. Pensei que a sua condição de «especialistas» pudesse servir de precioso contraponto à informação que viesse a obter das entrevistas etnográficas com informantes mais «anónimos». No entanto, para minha surpresa e desolação, alguns dos contactados nunca responderam, outros mostraram-se amáveis e com disponibilidade para colaborar com a investigação mas queriam saber concretamente sobre o que incidia a entrevista. E aí, quando explicava melhor o que pretendia saber e que o assunto consistia no uso de substâncias psicoativas durante a Guerra Colonial Portuguesa, mais uma vez tudo desabava: “oh, não tenho informação sobre esse assunto”, “não posso nem devo falar sobre o tema, pois não tenho dados suficientes”, “não vejo que tenha muito para a troca”, “lamento não ajudar, mas não devo falar de cor”, “tente os arquivos”, “olhe, boa sorte”. Uma a uma, sem grande estrondo, as portas fechavam-se. Basicamente, durante uns tempos tive apenas uma ideia de pesquisa e uma mão cheia de nada.

Por mais que tentasse explicar aos potenciais entrevistados que se tratava de um trabalho de Antropologia, baseado em entrevistas, e não um inquérito sociológico ou sequer um trabalho de História, pelo que era precisamente o saber empírico – forçosamente pessoal e subjetivo – de quem viveu a realidade específica da Guerra Colonial Portuguesa que me interessava, era escusado. Tal como se revelou inútil insistir na garantia de confidencialidade e anonimato, ou explicar que não estava focado no alcoolismo ou na dependência, muito menos pretendia sugerir que eram um mal endémico nas tropas portuguesas, mas que queria essencialmente perceber as circunstâncias em que ocorreu o consumo de álcool e de outras substâncias psicoativas, fosse ele esporádico, ocasional ou intensivo. A verdade é que, apesar da boa vontade manifestada, não consegui que um único destes «especialistas» me dissesse mais do que coisas genéricas e/ou descomprometidas e aceitasse ser entrevistado formalmente. E não foi por falta de tentativa. A consequência disso foi ter entrevistado apenas ex-militares milicianos e figuras sem grande visibilidade pública: deve ser tomado em consideração, portanto, a ausência ao longo do texto da perspectiva dos militares de carreira, que eram as chefias de topo da administração militar e os responsáveis por áreas cruciais para o assunto em discussão, como a logística ou os castigos disciplinares, por exemplo.

Perante tanta recusa, reinava a incerteza, a dúvida e a hesitação. Como pesquisar sobre um tema sobre o qual não se encontra nada escrito e acerca do qual os potenciais

informantes manifestam indisponibilidade para falar, interrogava-me. Só via duas hipóteses, embora, na verdade, nenhuma delas me agradasse especialmente: ou fazia desta dificuldade em investigar o tema da reflexão antropológica, focando-me no silêncio e nos interditos da memória, ou centrava a discussão na questão do consumo de álcool, esquecendo as drogas ilícitas (pois tornava-se evidente que a maior resistência evidenciada pelos potenciais informantes e também pelos ditos «especialistas» dizia respeito às substâncias ilícitas).

Foi-me sugerido amiúde e por várias pessoas, entre amigos, colegas e professores, que recrutasse os informantes junto de associações de ex-combatentes ou grupos de autoajuda. Outra solução, diziam-me, era cingir-me a uma única companhia militar, contando a sua história e fazendo a sua etnografia. Embora tal resolvesse uma série de problemas práticos e metodológicos, nem uma nem outra hipótese me agradavam e, por diversas razões, nunca as considerei realmente. Por um lado, procurava entrevistar ex-combatentes com perfis diferentes e pretendia idealmente constituir uma rede heterogénea de informantes. Receava que junto de associações não encontrasse essa diversidade que procurava, mas tendesse a deparar-me com um discurso único – porventura mais politizado, reivindicativo e de tónica na vitimização –, próximo da imagem estereotipada do ex-combatente como alguém traumatizado física ou psicologicamente. Por outro lado, cingir-me a uma única unidade militar seria, sem dúvida, interessante, mas não em função do assunto em estudo: esta opção só faria sentido se soubesse, de antemão, que esses antigos militares tinham usado substâncias psicoativas, nomeadamente ilícitas, durante a comissão em África e que aceitariam falar sobre isso. Além do mais, o saber etnográfico ficaria limitado a uma única região e a uma altura histórica específica. Preferi correr o risco de reunir pouca informação sobre o tema que me interessava a reunir muita informação sobre outros temas laterais.

Até que, num dia frio de janeiro, através de amigos de amigos de amigos, tive conhecimento de que havia alguém que tinha consumido *cannabis* em Moçambique, durante a Guerra Colonial Portuguesa, e que falava abertamente do facto, estando na disposição de ser entrevistado. Era um começo e um sinal de esperança: talvez não tivesse que recorrer às outras duas hipóteses de pesquisa²⁴, afinal. Este ex-alferes miliciano – e

²⁴ Não tendo sido, de facto, o cerne da presente dissertação, a questão da dificuldade em abordar o tema das drogas, nomeadamente ilícitas, e, sobretudo, a questão do carácter transversal do consumo de álcool, nomeadamente cerveja, acabaram por ter um peso grande, maior do que o planeado inicialmente, na presente reflexão antropológica.

mais tarde engenheiro e empresário, entre outras coisas – foi o meu primeiro informante, a quem atribuí o pseudónimo *Rui Vaz*. Quando, uma semana depois, entrei na sua casa, num bairro semiperiférico de Lisboa, entrei na esperança de quebrar o enorme muro de silêncio que enfrentava desde que começara a pesquisar sobre o tema. E assim foi, mas apenas parcialmente.

Enquanto explicava o que queria saber da maneira que melhor sabia (ou seja, de forma imprecisa e atabalhoada, dado que na altura nem eu próprio sabia muito bem o que queria saber nem como abordar o tema), olhava atentamente para o informante – um septuagenário, com uma manta pelos joelhos e um olhar adormecido, entre o desconfiado e o desinteressado. Temi o pior. Mas depois, quando tomou a palavra, todo ele se iluminou, ganhou vida e rejuvenesceu. De repente, a sua postura mudou, definitivamente não era a mesma: já não parecia um aposentado, vencido pela vida, mas uma personagem fascinante, com um passado misterioso e glorioso.

Com esta primeira entrevista, começava a quebrar-se o muro de silêncio, efetivamente. Foi a primeira pessoa a quem ouvi dizer que se fumava *cannabis* durante a Guerra Colonial Portuguesa e que esta era inclusivamente uma prática generalizada, tolerada e não condenada, pelo menos na região em que estive e na altura em que participou na guerra. Falou abertamente do uso pessoal de *cannabis*, sem preconceitos e sem grandes juízos de valor, como se fosse uma coisa banal, não um ato ilícito. Só que do tema falou pouco, apesar de a entrevista ter-se prolongado por mais de duas horas. Para aquilo que eu estava à espera, desejava e necessitava, falou realmente muito pouco, como se não houvesse muito a dizer. A sensação com que fiquei foi a de que, para ele, o uso de substâncias psicoativas na Guerra Colonial Portuguesa era um assunto sem importância, algo que era assim, pronto, nada de especial. A mesma sensação que imagino o meu filho tinha quando era mais pequeno e me perguntava por que é o céu azul e eu respondia “sei lá, é azul, e pronto, vai perguntar à mãe”.

Rapidamente o assunto da conversa derivava para aquilo que ele parecia dar mais importância: a geoestratégia, o contexto político, a história das operações militares, alguns episódios e infortúnios que marcaram a história da companhia, as relações de amizade e de conflito. As *estórias*, basicamente. É isso que fica da guerra – 40 ou 50 anos depois –, suponho: as estórias caricatas, violentas, dramáticas ou comoventes, para além da camaradagem e dos traumas, claro.

Com o primeiro informante, e depois com todos os outros, procurei não dirigir demasiado a entrevista mas arrisquei, sem forçar, abordar o assunto das drogas ocasionalmente ao longo da conversa. Não é que os informantes não tenham falado sobre a questão, fugido ao tema ou recusado responder às minhas perguntas, mas a verdade é que uma e outra vez, sem exceção, ninguém se mostrou verdadeiramente interessado em falar ou aparentemente ter muito que dizer acerca do uso de substâncias psicoativas, nomeadamente drogas ilícitas. Às vezes percebia-se que era um tema incómodo, quase tabu (neste caso, o tom às vezes assumia a forma de sussurro), mas outras vezes não se tratava disso: simplesmente era um assunto menor, ao qual não é dada muita importância, ainda para mais quando há tanto para contar acerca de uma experiência tão significativa e marcante como é ter participado numa guerra. A tónica geral, comum a todos os informantes, era a de contextualizar o uso de drogas (lícitas e ilícitas) em função do ambiente de guerra, sendo que, aqueles que consumiram substâncias ilícitas durante a guerra, não se assumiram como consumidores de drogas e deixaram bem claro que nunca, depois do regresso a casa, voltaram a consumi-las.

Em suma, assisti, de alguma forma, à mesma resistência em abordar certos temas e ao traçar da “fronteira que separa o que deve ser lembrado do que deve ser esquecido”, de que fala Maria José Lobo Antunes (2015: 374), na sua etnografia de uma companhia militar que esteve em Angola durante a Guerra Colonial Portuguesa. Claro que o facto de as entrevistas terem decorrido maioritariamente em espaços públicos, ou semipúblicos, pode ter contribuído para esta maior relutância em abordar assuntos mais delicados. Também pode ter contribuído o facto de os entrevistados não me verem como um par, mas antes alguém 20, 30 ou 40 anos mais novo, que nunca foi à guerra e que, por isso, na sua opinião, nunca pode entender o que isso significa, o que tal faz a uma pessoa. E todos insistiram no mesmo: não se pode perceber o que se fez na guerra, incluindo os usos de substâncias psicoativas, sem perceber o quão duro era o contexto. E, portanto, foi essencialmente do contexto que falaram.

Estou absolutamente convencido de que os meus informantes nunca perceberam ao certo o que eu pretendia com a pesquisa e com as entrevistas, em particular. Não sei até que ponto isso influenciou as suas narrativas, mas não era fácil explicar-lhes o que pretendia saber acerca dos usos de substâncias psicoativas num contexto-limite como é a guerra, e que, em última instância, queria argumentar que o consumo de drogas não é uma doença – ideia em que assenta todo o paradigma biomédico – mas antes deve ser visto através da

perspetiva da construção social. Sem saber bem quais as minhas intenções, alguns entrevistados poderão ter utilizado termos que pensaram ser a minha linguagem («droga» ou «drogados», por exemplo) e que, na verdade, se revelam desadequados para a realidade em causa. Por outro lado, talvez fazendo a associação entre drogas e desvios morais e/ou presumindo que eu estaria interessado no lado «obsuro» da guerra, outros entrevistados falaram-me de casos que testemunharam de homossexualidade, prostituição, pedofilia, abusos sexuais, entre outras coisas. «Isto é capaz de lhe interessar...», diziam, muitas vezes sem que viesse a propósito de coisa alguma. Não é por acaso que em *Nó Cego*, de Carlos Vaz Ferraz (2008), aquela que é justamente considerada uma das mais importantes obras de ficção escritas sobre a Guerra Colonial Portuguesa, a *cannabis* marque presença na trama pela mão da figura do homossexual que «desencaminha» os colegas de armas com drogas e práticas sexuais.

Pouco depois da primeira entrevista, convicto de que estava no caminho certo, encontrei na Internet aqueles que viriam a ser os meus dois informantes seguintes. Um deles assumia num blogue ter consumido *cannabis* durante a Guerra Colonial Portuguesa, o outro apresentava uma história de vida particularmente interessante. Abordei os dois por correio eletrónico, dizendo-lhes apenas que gostaria de os entrevistar na condição de ex-combatentes, e ambos, apesar da surpresa, manifestaram de imediato grande disponibilidade para me conceder uma entrevista presencial. Ao primeiro atribuí o pseudónimo *Luís Leal* e ao segundo o pseudónimo *Avelino Nunes*. Aos dois pedi depois que me indicassem potenciais entrevistados seus conhecidos, de preferência que tivessem tido contacto com as drogas, nomeadamente ilícitas, durante a Guerra Colonial Portuguesa, mas não necessariamente. Através deles cheguei a mais cinco informantes, sendo que quatro deles foram entrevistados presencialmente, e o outro por correio eletrónico.

Os restantes entrevistados foram recrutados de forma semelhante: sempre a partir de um contacto inicial da minha parte, por *email*, por telefone ou através do *facebook*, na sequência de ter lido algo que publicaram no ciberespaço ou em papel. Alguns foram contactados porque correspondiam a alguns dos perfis que eu achava importante e pertinente entrevistar (ter sido enfermeiro militar ou ter pertencido a tropas especiais, por exemplo), outros porque faziam referência aos usos de substâncias psicoativas na Guerra Colonial Portuguesa.

Os ex-combatentes contactados por meio eletrónico não me conheciam de lado nenhum, mas, ao contrário dos «especialistas» da Guerra Colonial Portuguesa abordados uns tempos antes, poucos foram os que se recusaram a colaborar com a investigação, concedendo-me uma entrevista. Por vezes, alguns queriam saber de que assunto específico tratava a entrevista e, quando eu falava nas substâncias psicoativas, acabavam por responder: «ah, sobre isso não sei de nada, mas posso falar-lhe da questão do álcool e de outras coisas», ou algo do género. Ou seja, para estes, a menção às drogas como assunto da entrevista não foi razão para não me conceder uma entrevista. Outros não perguntavam sequer qual seria o assunto da entrevista: sabiam que era sobre a Guerra Colonial Portuguesa e isso bastava-lhes.

O que distingue estes potenciais informantes dos amigos dos familiares e dos familiares dos amigos que abordei inicialmente é que, ao contrário destes últimos, os primeiros assumem-se, de alguma forma, como ex-combatentes – isto é, escreveram livros sobre a Guerra Colonial Portuguesa, deram depoimentos, escrevem ou já escreveram em blogues dedicados ao tema, são membros ativos de comunidades de ex-combatentes no *facebook*, etc. Foi assim que cheguei até eles, aliás. Daqui decorre que a Guerra Colonial Portuguesa é, então, um interesse pessoal e a condição de ex-combatente é um traço mais ou menos importante da sua identidade. No entanto, não podem ser considerados «figuras públicas» e que talvez isso explique a diferença de reação ao meu pedido de entrevista em relação ao que atrás chamei «especialistas».

Apesar dos meus informantes terem falado menos do que estava à espera sobre o uso de substâncias psicoativas na guerra (mesmo aqueles que confirmaram uso pessoal de drogas ilícitas em África), as entrevistas foram particularmente ricas naquilo que sempre fascinou a Antropologia: as relações sociais, ou seja, a experiência humana na vida em grupo. E foi graças a isso, repito-me, que o tema da Guerra Colonial Portuguesa foi adquirindo maior preponderância na pesquisa. Sabia que, com esta opção, corria o risco de daqui resultar um produto final híbrido, que não agrade totalmente nem aos cientistas sociais que estudam a questão das drogas nem àqueles que estão interessados sobretudo na Guerra Colonial Portuguesa, na medida em que os dois temas não são estudados na presente reflexão antropológica com a profundidade com que seriam se fossem estudados em separado. Mas assumi o risco.

Por fim, devo dizer que, embora os informantes sejam apresentados sob pseudónimo, a grande maioria disse-me explicitamente que, por eles, tal não seria necessário, nem

pareceu importar-se com a confidencialidade, afirmando que não tinham nada a esconder e que já tinham dito em público o que me tinham para contar. O que não invalida que alguns deles me tenham pedido para desligar o gravador, nomeadamente quando fizeram referência a comportamentos menos dignos de oficiais seus ou quando nomearam camaradas de armas que, na sua opinião, não terão agido da melhor maneira, por exemplo. Mas foram exceções. A regra foi uma conversa aberta, frontal e direta, sem cortes nem vergonha.

De uma forma geral, em comparação com as entrevistas face a face, as entrevistas eletrónicas foram naturalmente menos ricas. Ainda assim, alguns entrevistados por *email* destacaram-se por escrever de forma refletida e encadeada acerca de algumas questões, o que se revelou um excelente complemento ao material que resultou das entrevistas face a face.

Uma limitação séria foi a ausência absoluta de trabalhos realizados sobre a temática das drogas na Guerra Colonial Portuguesa. Nem do ponto de vista antropológico, nem do de outras disciplinas. O que significava que dependia fortemente da informação que resultasse das entrevistas realizadas e da pesquisa bibliográfica. As poucas referências que encontrei sobre o assunto eram dispersas e, de uma forma geral, laterais a outros temas. Assim sendo, deparei-me com a inexistência de uma bibliografia de suporte, bem como de uma tradição académica consolidada. Tal obrigou-me a olhar para outras bibliografias, o que resulta numa dissertação final muito mais multidisciplinar do que inicialmente previsto: por ter que socorrer-me de referências dispersas e de uma bibliografia particularmente diversificada do ponto de vista teórico e de tradição académica, não só privilegiei a multidisciplinaridade como aceitei o facto de, no final, vir a obter um trabalho de pendor histórico e aberto a contributos teóricos variados e, por vezes, até conflituantes.

Apesar de tudo, a Guerra Colonial Portuguesa não é temática que tenha ficado completamente por estudar pela Antropologia portuguesa, nomeadamente nos últimos anos, com a recente vaga de estudos (pós-)coloniais. Assim, algumas investigações antropológicas puderam servir de referência ao presente trabalho, ainda que se centrem em temas muito específicos, como o trauma (Martins, 2015, 2013; Quintais, 2007; 2000b), a construção da identidade (Jossias, 2007; Lopes, 1998) ou a memória (Antunes, 2015; Roque, 2004), e pouca ou nenhuma atenção deem à questão das drogas, nomeadamente ilícitas. Outras disciplinas, como a Sociologia, a História, a Psiquiatria ou

a Psicologia, e campos de estudos específicos (como os Estudos Militares, os Estudos Literários ou os Estudos Coloniais e Pós-Coloniais, por exemplo) têm também se debruçado bastante sobre a Guerra Colonial Portuguesa, mas, mais uma vez, tendem a deixar de lado a questão do uso de drogas por parte dos militares envolvidos no conflito, privilegiando questões como o trauma, a deficiência e as desordens do *stress* pós-traumático, o papel das mulheres, as representações literárias da guerra e nos meios de comunicação social, a propaganda e outras questões políticas, bem como a memória e a pós-memória.

Por outro lado, encontrei uma bibliografia relevante (ainda que escassa) sobre o uso e «abuso» de drogas por parte de soldados e veteranos de outras guerras, sendo sobretudo referente à Guerra do Vietname e proveniente predominantemente da área das Ciências Médicas, Psicologia, Políticas de Saúde e Políticas Públicas. Muito recentemente, têm sido publicados alguns trabalhos especificamente acerca da relação entre drogas ilícitas e as guerras (Kamienski, 2016; Kan, 2009), e também sobre o papel desempenhado pelas substâncias psicoativas em contexto de conflito militar (Ohler, 2016; Camp, 2015; Bergen-Cico, 2012; Kuzmarov, 2009). Outros trabalhos não se centram exclusivamente no tema, mas abordam-no de forma mais ou menos aprofundada (Nutt, 2012; Maraniss, 2003). Esta bibliografia não adota, no entanto, uma perspetiva antropológica, bem como tende a centrar-se em guerras que envolvam ou tenham envolvido sobretudo o exército norte-americano (nomeadamente nas guerras do Vietname, Iraque e Afeganistão). Não obstante, não deixou de ser útil para enquadrar o objeto em estudo, em especial os trabalhos sobre a Guerra do Vietname: apesar das muitas diferenças, por ser contemporânea à guerra que Portugal travou em África, a Guerra do Vietname serviu como referência e importante termo de comparação.

O próximo capítulo é uma tentativa de, antes de passar à reflexão antropológica propriamente dita, apresentar e discutir alguns conceitos utilizados até aqui de forma acrítica, tais como «Guerra Colonial Portuguesa», «ex-combatentes», «substâncias psicoativas», «droga» ou «consumo».

4. TERMOS E CONCEITOS

*Cuando una sociedad decae,
es el lenguaje lo primero en gangrenarse.
Como resultado,
la crítica social comienza por la gramática
y el restablecimiento de significados.*

Octavio Paz

We know the meaning so long as no one ask us to define it.

William James

Guerra e militares

Há várias designações para a guerra²⁵ – ou guerras, se entendermos que não se trata de um único mas de três conflitos distintos e autónomos – que opôs as forças armadas portuguesas aos movimentos independentistas de Angola, Moçambique e Guiné, e que se iniciou em 1961 (Angola), 1963 (Guiné) e 1964 (Moçambique) e terminou em 1974, com a queda do Estado Novo e o consequente processo político que culminou com a independência das possessões portuguesas em África.

Se no presente trabalho não discuto ou, sequer, apresento o contexto histórico nacional e internacional, as causas, o início, o desenrolar, o fim ou as consequências da Guerra Colonial Portuguesa é sobretudo por razões de falta de tempo e espaço. Assim, remeto quem queira conhecer a história e o enquadramento histórico deste conflito para textos de outros autores (Pinto, 2001; Afonso & Gomes, 2000; Teixeira, 1998; Antunes, 1995;

²⁵ Na verdade, dado o estado de guerra nunca ter sido declarado formal e politicamente pelo governo português, no limite até pode ser posto em causa se se tratou de uma guerra.

Melo, 1988). Estas obras de referência resumem o essencial da história política, social e militar da Guerra Colonial Portuguesa.

A questão da terminologia não é pacífica, pois cada termo utilizado expressa pontos de vistas e posições ideológicas diferentes e, em alguns casos, até antagónicos (Oliveira, 2011). *Guerra do ultramar* foi a designação oficial e de uso comum até à revolução de 25 de Abril de 1974, ou seja, enquanto o conflito decorria – desde a revisão constitucional de 1951 que as «colónias» (termo adotado em 1930 com o *Acto Colonial*) eram oficialmente designadas «províncias ultramarinas», ao mesmo tempo que foi abolido o conceito de «Império Colonial Português». A partir do golpe militar de 1974, com o ambiente e as mudanças políticas preconizadas com o que ficou conhecido como *processo revolucionário em curso* (PREC), a expressão «guerra do ultramar» rapidamente passou a ser conotada com o anterior regime ditatorial e, tal como outros termos até aí em voga, foi caindo em desuso, nomeadamente no discurso oficial e também entre o meio académico. Hoje não é muito frequente encontrar-se esta designação no plano institucional, na academia e mesmo no senso comum²⁶. No entanto, alguns (muitos? poucos?) ex-combatentes, com ou sem ter por trás uma clara intenção política, ainda se referem assim à guerra em que participaram (como se referem pelas designações antigas, pré-independência, às vilas e cidades africanas onde estiveram: Lourenço Marques em vez de Maputo, ou Porto Amélia em vez de Pemba, por exemplo). Depois de 25 de Abril de 1974, ganhou força a designação *guerra colonial*. Ainda que alguns sectores da sociedade portuguesa o rejeitem e condenem, alegando que tem subjacente a ideia de um regime colonialista, é atualmente, e de longe, o termo de uso mais comum e aceite. Por outro lado, *guerra de libertação nacional* ou *da independência* são designações que exprimem o ponto de vista dos movimentos africanos que lutaram (com sucesso) pela *descolonização* e a independência dos seus territórios²⁷. Finalmente, *guerra(s) de África*, *guerras africanas* ou *campanhas de África*²⁸ são termos mais recentes mas de uso menos frequente, que pretendem ser mais neutros e apolíticos e evitar a questão se Angola, Moçambique e Guiné eram «colónias» ou «províncias ultramarinas» (nessa medida, parte

²⁶ Veja-se como a expressão «guerra do ultramar» está praticamente ausente dos títulos da bibliografia citada ao longo do presente trabalho, incluindo os registos biográfico produzidos pelos ex-combatentes, em que consta quase invariavelmente a expressão «guerra colonial».

²⁷ Se um lado assentava a sua posição na defesa da nação portuguesa como multirracial e pluricontinental, o outro defendia a autodeterminação e a independência de um território.

²⁸ No meio militar, usa-se o termo «campanhas de África (1961-1974)», distinguindo-se daquelas que ocorreram no fim do século XIX e princípios do século XX (Costa, 2009).

integrante de Portugal enquanto nação una) e, conseqüentemente, se o exército português era uma força legítima ou, pelo contrário, uma força invasora ou ocupante. São estas leituras políticas diferentes que levam a que *guerra do ultramar* e *guerra colonial* sejam ambos entendidos como termos pejorativos quando vistos pelos prismas antagónicos.

Ainda que a grande maioria da produção académica sobre o tema use a designação *guerra colonial*, sem mais, na presente reflexão antropológica assumo a expressão *Guerra Colonial Portuguesa*. A escolha não foi, no entanto, uma decisão eminentemente política ou ideológica. Segui a opção tomada por autores como Luís Quintais (2000b) e outros de, à expressão *guerra colonial*, a designação mais comumente aceite, acrescentar o termo *portuguesa*, no sentido de acentuar que estou a falar do conflito essencialmente a partir da perspectiva e da experiência dos militares portugueses que nele participaram e de deixar explícito que estou, de algum modo, a secundarizar o ponto de vista dos combatentes africanos pertencentes aos movimentos de guerrilha, de acordo com a opção tomada no presente trabalho em função das limitações de tempo e espaço. Além do mais, acrescentar o termo «portuguesa» situa o conflito num contexto histórico mais vasto de guerras coloniais, ou seja, o processo de fim dos Impérios e de luta armada a favor da independência de antigas possessões europeias em África e noutros continentes que decorreu no pós-Segunda Guerra Mundial (Pinto, 2001). Nesse sentido, podia perfeitamente ter optado por uma designação mista – *Guerra Colonial Portuguesa / Guerra de Libertação Nacional*, por exemplo, como faz Bruno Sena Martins (2015) –, reconhecendo também legitimidade aos movimentos independentistas africanos. Se não o fiz, foi também para simplificar a escrita e a leitura.

Como atrás ficou exposto, evitei deliberadamente usar este e outros termos durante as entrevistas que realizei, procurando não impor designações, conceitos e pontos de vista, e deixei que fossem os informantes a escolher as suas próprias palavras e expressões. No entanto, nem sempre isso foi fácil ou, sequer, possível, o que gerou, por vezes, alguns momentos de hesitação e, até, tensão entre entrevistador e entrevistado. O que um dos entrevistados por correio eletrónico, *Alfredo Vieira* – que participou na Guerra Colonial Portuguesa como furriel durante uma comissão em Angola –, fez questão de me dizer, no final da entrevista, em forma de advertência, demonstra bem que esta permanece uma questão sensível e que a designação *guerra colonial* não é, de modo algum, consensual entre os ex-combatentes:

Perdoe-me o reparo. Desconheço a sua idade porque, sabendo-o, eu poderia avaliar em boas condições o enquadramento do seu conhecimento empírico que poderá ter sobre esta guerra. Isto vem a propósito da designação da própria guerra: Guerra Colonial. As razões desta denominação advêm do período pós-25 de Abril, epíteto colocado pelos regressados exilados ditos políticos que assumiam ter desertado por opções ideológicas. Tenho sérias dúvidas desta argumentação, até porque o PCP, então único partido existente (na clandestinidade), dava instruções aos seus militantes e sugeria aos seus simpatizantes para não desertarem no sentido de principalmente os milicianos tentarem influenciar politicamente os militares profissionais. Sempre me assumi como cidadão ideologicamente de esquerda, todavia, nunca usei e rejeito em absoluto a designação de «Guerra Colonial» porque não aceito que me digam que eu vesti uma farda de um exército colonial. Forças armadas com esta função são forças ocupantes, o que não era o caso, pois todos os cidadãos das então designadas Províncias Ultramarinas cumpriam obrigatoriamente o mesmo serviço militar, vestiam, pois, a mesma farda e tinham os mesmos direitos e obrigações. Inclusive ascendiam aos postos de graduados milicianos, tivessem eles as necessárias habilitações académicas como os metropolitanos, fossem brancos, pretos ou mestiços. Acresce que da Academia Militar haviam já saído oficiais não-brancos (pretos, mulatos ou indostânicos). Sei que é uma matéria polémica, mas esta é a minha posição e assumo-a. No meu livro, a denominação «Guerra Colonial», no prefácio, aparece precedida de "a agora designada...", por imposição minha. A designação que utilizo para aquela guerra é «Guerra do Ultramar». Admito que o uso da terminologia «Guerra de África» obterá mais consensualidade, mas começou a ser usada posteriormente como alternativa às outras duas para se evitar a colagem de eventual assunção de campo ideológico. [Alfredo Vieira, furriel, Angola, 1969-1971]

Houve outros informantes, contudo, que usaram a expressão «guerra colonial» sem reservas ou constrangimentos e outros, até, que alternaram as expressões «guerra colonial» e «guerra do ultramar» sem critério aparente, como se fossem sinónimos e não tivessem uma carga política inerente.

Seja como for, as palavras contam, e muito. Deliberadamente ou não, os termos e as expressões utilizadas traduzem ponto de vistas. Por exemplo, naturalmente não é o mesmo usar os termos «guerrilheiro», «turra» ou «terrorista» para designar o inimigo que se combateu. Eis o que, acerca disto, diz Rogério Pereira em *Almas que Não Foram Fardadas* (2011), um livro de memórias e reflexões acerca da sua passagem pelo norte e

centro de Angola durante a Guerra Colonial Portuguesa, na condição de enfermeiro militar:

«Turra» servia para designar os combatentes dos Movimentos de Libertação. Na terminologia corrente a palavra “inimigo” estava confinada ao uso de relatórios militares formais e aos comunicados e quem usava o termo «guerrilheiro» corria o risco de ser conotado com «ideias avançadas», expressão esta usada para rotular, indistintamente, alguém simpatizante com os ideais socialistas, anticolonialistas e independentistas. [Rogério Pereira (2011: 42), furriel enfermeiro, Angola, 1969-1971]

Quando ao longo do texto uso o termo «ex-combatentes»²⁹ ou, mais genericamente, «antigos militares», estou a incluir somente aqueles que participaram na Guerra Colonial Portuguesa incorporados nas forças armadas portuguesas e a excluir os membros dos movimentos independentistas africanos que se opuseram militarmente ao regime colonial português³⁰. Incluo nesta categoria tanto aqueles que tiveram funções operacionais (isto é, que «andaram no mato», como então se dizia no meio militar) como os que tinham funções administrativas (escriturários, operadores de cripto, etc.) ou funções muito específicas (mecânicos, cozinheiros, etc.) e que, portanto, em princípio não saíam em missões de combate e nunca chegaram a disparar um tiro que fosse. Entre os informantes há quem tenha participado em combates e estado sob fogo e também quem não tenha deparado com o inimigo uma única vez durante toda a comissão, mas todos aqui são considerados ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa, no sentido em que «ter ido à guerra» é muito mais do que a vivência operacional e a atividade estritamente militar (ou bélica). Dito de outra forma, participar numa guerra não é o mesmo do que combater; ser ex-combatente é ter participado numa guerra, é ter vivido essa experiência, é ter partilhado um conjunto de vivências, mesmo sem ter pegado em armas, sem ter enfrentado militarmente ou, sequer, avistado tropas inimigas uma única vez. Muitos dos que estavam confinados aos quartéis não deixaram sofrer com o isolamento ou de passar, por exemplo, pela situação estar sob ataque de morteiro ou percorrer uma «picada» sabendo que podiam sofrer uma emboscada ou ser alvo do rebentamento de uma mina.

²⁹ Alguns dos militares portugueses que participaram na Guerra Colonial Portuguesa preferem o termo «combatente» a «ex-combatente», defendendo que uma vez combatente, para sempre combatente, e enfatizando também que as marcas resultantes de ter participado numa guerra nunca desaparecem e ficam para sempre. O mesmo se aplica à designação «ex-militar».

³⁰ Exceto, naturalmente, aqueles que depois desertaram para o lado português e foram «incorporados» militarmente, como é o caso dos chamados *GE* («Grupos Especiais») e de outras forças irregulares.

Por outro lado, outros militares durante a comissão em África foram colocados em quartéis situados em zonas onde não havia guerra ou onde o inimigo não tinha interesse em desencadear ações ofensivas, por exemplo. Neste caso, nem mesmo os militares operacionais tiveram que participar em ações de combate ou viver em estado de alerta, dado que não havia grande ameaça ou inimigo ativo militarmente.

Da mesma forma, quando uso a expressão «militares portugueses» estou a incluir nesta categoria também militares africanos³¹ que participaram na guerra incorporados nas forças armadas portuguesas. Mais uma vez, sublinho que a opção de focar a presente reflexão antropológica na perspetiva apenas de um dos lados do conflito deve-se somente a razões práticas e de exequibilidade, não a razões políticas ou de princípio ideológico. Teria sido naturalmente muito enriquecedor ter também entrevistado ex-combatentes pertencentes aos movimentos independentistas africanos, ter ouvido as suas experiências narradas e procurado entender os seus significados. No entanto, se excluo a perspetiva destes ex-combatentes sobre a guerra, e acerca da sua experiência de consumo de substâncias psicoativas em particular, foi apenas por uma questão de economia de espaço e porque tal tornaria o trabalho ainda mais exigente e complexo, dificilmente passível de ser concluído nos prazos impostos.

Consciente de que o discurso hegemónico acerca da Guerra Colonial Portuguesa tende a secundarizar a «africanização» das forças armadas portuguesas que participaram no conflito e, nessa medida, a omitir a experiência e a perspetiva dos militares de incorporação local – isto é, aqueles («brancos» e «pretos») nascidos ou que viviam nos territórios africanos –, cujo número nas forças armadas portuguesas foi aumentando à medida que se prolongava o conflito militar (Gomes, 2013; Rodrigues, 2012; Teixeira, 1998), procurei que alguns entrevistados correspondessem a esse perfil. Assim, o termo «militares portugueses» não inclui apenas os homens que foram da «metrópole» (Portugal Continental e Ilhas) para os territórios africanos «combater», mas também aqueles que foram recrutados localmente e se juntaram às fileiras das forças armadas portuguesas.

Embora o grosso dos militares que participaram na Guerra Colonial Portuguesa estivesse integrado no exército, uso os termos «militares» (em vez de «soldados») e «forças armadas» (em vez de «exército») para reconhecer importância aos outros dois ramos:

³¹ Por *africano* entendo aquele que nasceu ou cresceu em África, seja «branco» ou «preto», «colono» ou «nativo», para usar a terminologia corrente da altura.

força aérea e marinha, que, ainda que com menor representação de efetivos, não deixaram de desempenhar um papel ativo no conflito, cumprindo missões muito específicas.

Finalmente, ressalvo que uso termos como «picada», «mato», «inimigo», «branco», «preto», «negro»³², «colono», «metrópole» ou «Guiné» (em vez de «Guiné-Bissau»), por exemplo, sem qualquer segunda intenção ou conotação política, mas apenas porque fazem parte do léxico³³ dos informantes e eram amplamente usados na altura da Guerra Colonial Portuguesa, nomeadamente por parte dos militares nela envolvidos, razão pela qual optei por não os substituir por outros termos politicamente mais corretos.

Drogas e substâncias

Na presente reflexão antropológica, uso os termos «drogas» e «substâncias psicoativas» como sinónimos e incluo aqui todas as substâncias, preparados ou produtos que, depois de consumidos (ingeridos, fumados, inalados, injetados, principalmente) condicionam o estado mental ou o sistema nervoso central, atuando sobre as funções ou as capacidades físicas e psíquicas, o estado de consciência, o desempenho motor, a percepção sensorial, o humor ou, mais genericamente, o funcionamento cerebral.

De acordo com a abrangente definição que aqui adoto, tanto o álcool, como o tabaco (nicotina), o café (cafeína), as benzodiazepinas, a *cannabis*, a mescalina, a cocaína ou o LSD, por exemplo, são substâncias psicoativas, independentemente de umas terem um estatuto lícito e outras serem de posse ou consumo proibido, de serem alimentos, bebidas, plantas ou medicamentos (neste último caso, incluem-se sobretudo ansiolíticos, hipnóticos e sedativos), de terem uso medicinal, ritualístico ou terapêutico ou de serem consumidas por razões recreativas apenas.

Não há uma definição consensualmente aceite do que é uma droga ou uma substância psicoativa (Baer, Singer & Susser, 2003): pelo contrário, existem diversas definições e formas de as classificar, dependendo do prisma e da disciplina académica. Mesmo entre antropólogos, apesar dos óbvios pontos de contacto, as definições variam de forma

³² Mais à frente, ainda que a contragosto, usarei a expressão «população negra». Se emprego este termo – recorrendo, portanto a uma categoria racial – e não a expressão «população africana» é apenas porque me parece importante distinguir esta população da população de origem «metropolitana» (ou seja, os «colonos»), que, por terem nascido ou crescido em África, considero também «africanos».

³³ O anexo III consiste num glossário de termos e siglas usados pelos ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa.

considerável, em função da formação, da sensibilidade e da corrente teórica em que cada autor se inscreve. Cito três meros exemplos. Richard Rudgley (1999: xi) define as substâncias psicoativas simplesmente como aquelas capazes de alterar o estado de consciência. Já para Bryan Page e Merrill Singer (2010: 5), figuras destacadas da Antropologia Médica norte-americana, uma droga é um composto químico que, quando em contacto com o corpo humano, é capaz de produzir alterações no funcionamento biológico do consumidor, especialmente os estados mentais e emocionais. Por último, Oriol Romaní (1999: 53) define as drogas como substâncias químicas que têm a capacidade de modificar várias funções corporais (percepção, comportamento, motricidade, etc.) mas cujos efeitos, consequências e mecanismos de ação são condicionados acima de tudo pelas definições sociais, económicas e culturais do grupo social onde o consumidor está inserido.

Alguns autores, como Axel Klein (2008: 40), distinguem «drogas» de «medicamentos», apesar de ambas categorias de substâncias psicoativas serem consumidas por razões não-nutricionais e ainda que, por norma, reconheçam que a fronteira que separa uns e outros não é clara. Outros, como Andrew Sherratt (2007: 1), distinguem as «drogas» de «alimentos», definindo as primeiras como uma categoria de substâncias psicoativas que é consumida por razões não-nutricionais. Finalmente, autores há que não sentem necessidade de definir o que entendem por drogas ou substâncias psicoativas.

As drogas podem ser classificadas de acordo com a sua ação sobre o sistema nervoso central, por exemplo – nesse sentido, podem ser estimulantes, depressoras ou alucinogénias. Também podem ser classificadas segundo categorias farmacológicas (substâncias depressoras do sistema nervoso central, opioides, inalantes, canabinóides, etc.), em função da sua origem (natural, sintética ou semissintética), ou ainda do seu estatuto legal (lícitas ou ilícitas), que é a distinção a que mais vezes recorro ao longo do presente trabalho, dada a natureza do tema em estudo. Seja como for, na aceção que defendo aqui, todas as substâncias com propriedades psicoativas *são* drogas, e este último termo não remete necessariamente para algo ilícito e nefasto, mas para um conjunto muito heterogéneo de substâncias que só têm em comum o facto de poderem atuar sobre o sistema nervoso central, condicionando a função cerebral.

Mais uma vez por razões práticas, e de maneira a tornar exequível o trabalho de campo e o processo de análise da informação gerada, optei por centrar a presente reflexão antropológica nas substâncias ilícitas (com grande destaque para a *cannabis*, como se verá

mais à frente) e numa única substância lícita (o álcool), excluindo da discussão, portanto, substâncias psicoativas como o café, os medicamentos (estimulantes e calmantes com ou sem prescrição médica, por exemplo) e, sobretudo, o tabaco, que, tudo indica, era de considerável consumo entre as forças armadas portuguesas que participaram na Guerra Colonial Portuguesa.

Para simplificar, embora esteja consciente das diferenças existentes entre os dois conceitos, tomo como sinónimos os termos «uso» e «consumo»³⁴. Por outro lado, quando daqui para a frente usar a expressão «substâncias psicoativas» estou a referir-me também a «produtos» (no caso, essencialmente bebidas alcoólicas e preparados fumáveis a partir de folhas secas de uma planta), não propriamente a substâncias entendidas como compostos químicos ou princípios ativos apenas.

Como bem alerta Luís Vasconcelos (2003: 20-21), esta questão do produto *vs.* substância é essencial, ainda que particularmente complexa. Por exemplo, o cigarro de tabaco é o produto, nicotina é a substância psicoativa. Por outro lado, o MDMA (metilenodioximetanfetamina) é o nome da substância com propriedades psicoativas, enquanto *ecstasy* é o nome por que é conhecido o produto (em forma de pastilhas ou pó) que é vendido nas ruas (e que pode, inclusivamente, nem conter MDMA!). Da mesma forma, *cannabis* é o nome da planta, mas o principal (mas não único) princípio ativo, o THC (tetra-hidrocanabinol), não está presente em todas as partes da planta com a mesma concentração, sendo que há estirpes da planta mais potentes do ponto de vista psicoativo do que outras, e algumas praticamente não o são (como o cânhamo industrial, por exemplo). Finalmente, usada originalmente por índios da Amazónia, mas hoje também consumida em Portugal (Calado, 2006) e outros países ocidentais, *ayahuasca* é o nome dado a uma mistura de ervas capaz de provocar estados alterados de consciência, visões e alucinações. Neste caso, *ayahuasca* é o nome do produto (um preparado) mas as substâncias com propriedades psicoativas são principalmente a *banisteriopsis caapi*, uma planta trepadeira, mas também a *pychotria viridis* e a *diplopterys cabrerana*, plantas que contêm DMT (dimetiltriptamina) como princípios ativos. Em resumo, os consumidores de drogas são, em última instância, consumidores de produtos – tenham eles a forma de plantas, bebidas ou comprimidos, por exemplo, que podem desencadear determinados efeitos e sintomas, decorrendo da presença e da interação de uma ou mais substâncias

³⁴ Remeto para um artigo de David Graeber (2011), onde este brilhantemente discute de forma crítica o conceito de «consumo».

psicoativas – e muitas vezes desconhecem totalmente ou até certo ponto que substâncias com propriedades psicoativas estão a consumir.

O processo que, para o senso comum e não só, fez equivaler o termo «drogas» a determinadas substâncias psicoativas e não a outras é essencialmente um processo de controlo social que remonta aos séculos XIX e XX, no contexto da Revolução Industrial e afirmação do capitalismo, tendo origem principalmente nos Estados Unidos da América e noutros países ocidentais (Sherratt, 2007; Musto, 1999; Parascandola, 1995; Ribeiro, 1995) e que teve como marcos fundamentais as convenções internacionais de 1912, 1961, 1971 e 1988, através das quais se definiu internacionalmente as substâncias psicoativas que deveriam ser controladas – inicialmente narcóticos e entorpecentes, e mais tarde alargando-se a estupefacientes – e em que moldes – inicialmente através de medidas fiscais e mais tarde através de medidas proibicionistas e repressivas. Em suma, trata-se de um processo histórico que fez equivaler em diversos planos o termo «drogas» a uma dimensão de ilicitude e de interdito, por via da emergência e da afirmação das perspetivas criminal e patológica do fenómeno (Milhet *et al.*, 2011; Valentim, 2000). Como refere Axel Klein (2008: 10), a associação entre o conceito «drogas» e a transgressão permite, por um lado, que as substâncias psicoativas assim consideradas se distingam das substâncias psicoativas excluídas desta categoria e, por outro lado, que estas últimas sejam consideradas menos perigosas, simplesmente através de uma desassociação.

Análise Psicocriminal da Droga: o Discurso do Legislador, de Carlos Poiares (1999a) e *A Droga, o Poder Político e os Partidos em Portugal*, de Carlos Costa (2007), incluem boas introduções que, a partir de uma perspetiva política e geoestratégica, detalham a história da construção das drogas ilícitas em problema social, com destaque para a posição portuguesa nesse processo. Para uma panorâmica geral e internacional, remeto para obras históricas incontornáveis como *Historia General de las Drogas*, de Antonio Escohotado (1998), *Forces of Habit. Drugs and the Making of the Modern World*, de David Courtwright (2002) ou *A History of Drugs. Drugs and Freedom in the Liberal Age*, de Toby Seddon (2010). O que estes e outros textos demonstram é que a história das drogas – nomeadamente aquelas que hoje têm um estatuto ilícito – não é recente mas muito antiga e é, por um lado, feita essencialmente de processos de controlo social, de pânico morais, de interesses políticos e económicos e, por outro, de trocas, trânsitos e transações, sendo que historicamente os militares tendem a desempenhar um papel importante nestes fluxos, como se verá mais à frente. Neste aspeto, a história dos usos de drogas na Guerra Colonial

Portuguesa não é exceção: se excluirmos a população negra de Angola e de Moçambique que, em tempos, fez parte do Império Português, os militares que participaram no conflito estão entre a primeira geração de portugueses que consumiu *cannabis* numa escala apreciável e contribuíram decisivamente para a disseminação do seu uso em contextos mais vastos.

Estou consciente que tomar como sinónimos os termos «drogas» e «substâncias psicoativas» não é consensual e nem todos os cientistas sociais o fazem, precisamente porque, como alguns defendem (Seddon, op. cit.), o termo «drogas» tem uma dimensão intrinsecamente política (no sentido em que é uma categoria «inventada» por governos e instâncias de poder, integrada num processo de controlo social) que o termo «substâncias psicoativas» não tem nem procura ter. No entanto, face aos objetivos do presente trabalho, faz sentido usar os dois termos como sinónimos, reservando para o conceito «droga» essa dimensão política, bem como o reconhecimento dos juízos morais e da carga pejorativa que o termo passou a ter em virtude de processos históricos e sociais que culminaram no paradigma proibicionista.

Defendo que usar o termo «drogas» como sinónimo de «substâncias psicoativas» retira o foco das drogas ilícitas, reconhece como arbitrária essa categoria e abre caminho para incluir outras substâncias psicoativas, com destaque para o álcool. Tradicionalmente a Antropologia, e as Ciências Sociais em geral, construíram dois campos de saber autónomos – um para o álcool e outro para as drogas ilícitas, acompanhando o sistema jurídico, que separa claramente as substâncias em função do seu estatuto legal. Neste particular, acompanho os argumentos de Geoffrey Hunt e Judith Barker (2011) quando criticam as ciências sociais, e a Antropologia em particular, por autonomizarem o estudo do álcool e das drogas ilícitas e criarem duas tradições académicas distintas e tendencialmente de costas voltadas. À sua pequena escala, esta reflexão antropológica procura contrariar essa tendência.

Nesse sentido, para entender tudo o que se segue daqui para a frente é absolutamente crucial a distinção que faço entre «droga» (no singular) e «drogas» (no plural): a própria distinção é já o assumir de uma posição teórica. Se Edmund Leach (1989: 41) dizia que se devia desconfiar dos antropólogos que escrevem acerca de culturas humanas no plural, eu digo que se devem rejeitar as abordagens teóricas que falam de droga no singular (e não no plural), sem questionar criticamente o conceito. Por muito que tal possa parecer óbvio a alguém com um mínimo de formação em Antropologia, a verdade é que não

faltam trabalhos na área das ciências sociais e humanas – nomeadamente na área do Direito e da Psicologia – que aceitam o conceito «droga» de forma acrítica e não o questionam enquanto algo que é construído e reconstruído, como se as substâncias psicoativas incluídas nesta categoria partilhassem uma série de características intrínsecas e existisse uma fronteira óbvia e objetiva.

Como disse, uso «drogas» como sinónimo de substâncias com propriedades psicoativas e incluo aqui tanto substâncias com estatuto lícito como ilícito. Em suma, este procura ser um conceito neutro e abrangente, baseado apenas no carácter potencialmente psicoativo das substâncias e que assume que não é o estatuto social, político ou legal que define o que é uma droga ou não, na medida em que as fronteiras são intrinsecamente artificiais, pois resultam de processos históricos e variam geográfica e culturalmente. Como dizia Edgar Morin (2002: 45), a propósito de algo que nada tem que ver com as drogas (no caso, a cultura de massas), “as fronteiras que separam os reinos imaginários são sempre fluidas, diferentemente daquelas que separam os reinos da terra.”

«Droga» é, então, muito mais do que um termo, é um conceito que tem uma história e traduz opções políticas, um constructo ocidental que impõe uma ordem económica, jurídica e social, espelhando uma determinada visão médico-legal da realidade, em função da qual as diferentes substâncias ilícitas – e somente estas – partilham uma série de características: nomeadamente serem aditivas, alterarem o comportamento e terem efeitos nefastos sobre a saúde física ou mental. Neste sentido, produtos ou substâncias como o álcool, o café e o tabaco, por terem um estatuto lícito³⁵, não são geralmente incluídos nesta categoria, apesar de partilharem muitas das propriedades que são tidas como intrínsecas às substâncias ilícitas – como seja o potencial aditivo ou terem efeitos secundários sérios para a saúde –, o que demonstra o quão artificial é esta distinção. Seja como for, «droga» é essencialmente um objeto reificado, uma entidade retórica (Valentim, 2001) e o conceito-chave que sustenta o dispositivo médico e legal de combate

³⁵ Na verdade, o que se convencionou chamar «substâncias psicoativas lícitas», por não fazerem parte das tabelas das Nações Unidas e não estarem no cerne do paradigma do «combate às drogas» (que será discutido mais à frente), não é livre de condicionalismos, ou seja, não é de venda e consumo inteiramente livre. Dependendo de país para país, a venda, a disponibilização e consumo de bebidas alcoólicas ou tabaco em espaços públicos é geralmente interdita a menores de 16, 18 ou 21 anos, por exemplo. Outras substâncias necessitam de prescrição médica. O que distingue as «substâncias psicoativas lícitas» das «substâncias psicoativas ilícitas» é que as primeiras são encaradas essencialmente do ponto de vista da saúde e as últimas também do ponto de vista legal e criminal. A nível das Nações Unidas, por exemplo, os problemas relacionados com o álcool são do âmbito da Organização Mundial da Saúde (WHO), enquanto os problemas relacionados com as drogas ilícitas são do âmbito do Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC).

às drogas ilícitas e o modelo proibicionista que vigora a nível mundial desde a segunda metade do século XX.

Assim sendo, quando daqui para a frente usar o termo «*droga*» (no singular e em itálico) estou a referir-me ao «problema social» (Cruz, Machado & Fernandes, 2012; Fraser & Moore, 2011; Romaní, 1997), à categoria com determinadas conotações negativas que é usada tanto pelo senso comum como pelas instâncias oficiais e por determinadas disciplinas para se referirem indiscriminadamente a um conjunto de substâncias psicoativas, excluindo outras (igualmente psicoativas).

Naturalmente, a postura da Antropologia, e de outras ciências sociais, como a Sociologia, tende a ser radicalmente diferente: a sua posição teórica de base é de crítica ao conceito de «*droga*» (e outros, como «*adição*», «*intoxicação*» ou «*toxicoddependência*», por exemplo), tomando-o inevitavelmente como uma construção social, por oposição ao que Suzanne Fraser e David Moore (2011: 1-3) denominam posição objetivista ou positivista. Neste sentido, para a Antropologia, a *droga* não existe *a priori* (MacRae, 2001) ou na *natureza* – para usar a expressão de Jacques Derrida (1995: 33) –, existe apenas como conceito político e entidade retórica, não como algo que possa ser discutido de forma acrítica (Boothroyd, 2006).

O próximo capítulo apresenta, necessariamente de forma breve, em que consiste a perspetiva antropológica sobre as drogas, as propostas teóricas de alguns dos autores na área das ciências sociais e humanas que mais se distinguiram neste campo de estudos, e também a minha própria posição teórica.

II - ANTROPOLOGIA, GUERRAS E DROGAS



5. PERSPETIVAS TEORICAS

*Tout ce qu'on fait dans la vie, même l'amour,
on le fait dans le train express qui roule vers la mort.*

*Fumer l'opium,
c'est quitter le train en marche.*

Jean Cocteau

*Great men are usually first understood
when framed by the perspective of years.
Something to give them perspective is necessary.
The world is far-sighted and always confused
by what takes place under its nose.*

Robert W. Chambers

Não existe propriamente uma «Antropologia das Drogas». Não enquanto campo de estudos bem definido e consolidado, pelo menos. De facto, com a exceção de *The SAGE Handbook of Social Anthropology* (Fardon *et al.*, 2012), que inclui um texto de Axel Klein (2012) sobre a matéria, quem procure uma entrada acerca do tema das substâncias psicoativas em dicionários ou enciclopédias de Antropologia vai deparar-se com um enorme vazio. Na verdade, tal não constitui surpresa, considerando que a disciplina nunca prestou muita atenção à questão do uso de substâncias psicoativas, sejam estas de estatuto lícito ou ilícito. Embora todas as sociedades ou grupos humanos tradicionalmente estudados pela Antropologia, no presente ou no passado, usem ou usassem substâncias psicoativas – para fins terapêuticos, cerimoniais, rituais, utilitários, recreativos e outros³⁶

³⁶ Em *Human Universals* (1991), Donald Brown reflete sobre o que considera ser transversal e verificável em todas as sociedades humanas, incluindo a alteração intencional do estado de consciência ou estado de espírito, seja através de técnicas, seja através do uso de substâncias psicoativas. Embora não me identifique nem um pouco com a postura crítica do relativismo cultural expressa pelo autor, a verdade é que, de facto, não parece haver uma única sociedade que, de uma forma ou de outra, não dê uso a substâncias com propriedades psicoativas (Decorte, 2011; Jay, 2010). Mesmo quando se limita a análise a plantas com

– raramente o assunto teve destaque e, muito menos ainda, foi tema central de pesquisas antropológicas e monografias etnográficas. Um bom exemplo disso é a escassez de referências ao uso tradicional de *cannabis* e de outras substâncias psicoativas por parte dos povos africanos de Angola, Moçambique e Guiné nos textos produzidos pela Antropologia portuguesa colonial ou pós-colonial. É paradigmático que os missionários do século XVII e os exploradores africanos portugueses do século XIX tenham prestado mais atenção ao uso de substâncias psicoativas entre a população dos territórios portugueses em África do que os etnógrafos do século XX. Mas disso falarei melhor mais à frente, num outro capítulo.

Assim sendo, considerando que não existe no seio da disciplina uma tradição académica sólida e um corpo teórico consensual e bem enraizado no que às drogas diz respeito, a minha posição conceptual em relação ao uso de substâncias psicoativas contempla contributos de diferentes ciências sociais e correntes disciplinares, incluindo os chamados «estudos culturais»³⁷ (Race & Brown, 2017), e foi muito influenciada pelas propostas de autores provenientes de campos muito diversos, como, por exemplo, Stanton Peele, Thomas Szasz, Norman Zinberg ou Howard Becker, só para nomear alguns dos mais frequentemente citados.

O psicólogo social Stanton Peele foi um dos primeiros (e provavelmente o mais célebre dos) críticos do modelo biomédico das drogas e dos comportamentos aditivos que concebe a adição como um problema de saúde mental, nomeadamente enquanto uma doença crónica do cérebro³⁸. A partir de uma posição de crítica e desconstrução de conceitos como «dependência» ou «toxicodependência», a sua extensa obra pode ser lida como um esforço de comprovar que a adição (de álcool, drogas ilícitas, jogo a dinheiro, compras, sexo, comida, o que for) não é uma doença (no sentido biomédico do termo), antes uma questão comportamental. Em resumo, para o autor não há uma relação causal

potencial psicoativo de alterar o estado de consciência ou provocar a distorção dos sentidos, poucas são as sociedades conhecidas que nunca usaram este tipo de produtos, sendo os Inuit a exceção mais frequentemente citada (Klein, 2008).

³⁷ Depois de *Resistance Through Rituals: Youth Subcultures in Postwar Britain*, a clássica coletânea editada por Stuart Hall e Tony Jefferson (1975), que contém algumas referências ao uso de drogas, os «estudos culturais» voltaram a interessar-se pelo tema de forma mais acentuada na década de 90 do século XX, com a emergência de uma série de «subculturas juvenis» (*ravers*, *clubbers*, *trancers*, etc.) que faziam do uso de alguns produtos sintéticos (como *ecstasy*, *ketamina*, etc.) uma prática identitária, destacando-se autores como Steve Redhead (1995; 1993), Andy Bennett (2000), David Muggleton (2000) ou Fiona Measham (2009).

³⁸ Para uma discussão detalhada do modelo biomédico das drogas e das dependências, remeto para autores como Tom Decorte (2011)

e inexorável entre usar drogas (ou outro tipo de práticas ditas «compulsivas») e ficar dependente, sendo que tal é mais provável de acontecer em pessoas afetadas por determinado tipo de sofrimento («solidão», «ansiedade», «depressão», etc.)³⁹, uma vez que o comportamento aditivo não é mais do que uma forma lidar com a realidade, nomeadamente quando esta é entendida como algo difícil de suportar (Peele, 2016; 2000; 1998; 1990; 1977).

De Thomas Szasz, figura de proa da chamada «Antipsiquiatria», destaco *Ceremonial Chemistry. The Ritual Persecution of Drugs, Addicts, and Pushers* (1974), um texto seminal que é simultaneamente uma profunda reflexão e um feroz ataque à chamada conceção médica da *droga*, assente no positivismo científico. No essencial, a posição defendida por Szasz é a de que as drogas ilícitas devem ser vistas pelo prisma do «bode expiatório», na medida em que a diferença entre o «uso» e a «dependência» (isto é, o uso transformado em patologia) não é uma questão científica e objetiva, antes é uma questão essencialmente moral e política. Mais tarde, o autor publicou *Our Right to Drugs: the Case for a Free Market* (1993), uma violenta crítica ao modelo proibicionista, que, desde o início do século XX, domina o discurso e a prática em relação a determinadas drogas e que Szasz apelida de «hipócrita» e «imoral».

Em *Drug, Set and Setting. The Basis for Controlled Intoxicant Use* (1984), o psiquiatra Norman Zinberg propõe que o efeito de uma droga é uma combinação das suas propriedades farmacológicas e forma de administração (*drug*) com o conjunto de motivações e a atividade simbólica do utilizador (*set*), bem como com o contexto sociocultural (*setting*)⁴⁰. Segundo Zinberg, é isso que explica que se verifiquem diferentes padrões de uso de uma mesma droga, que vão do que chama de «uso controlado» ao «uso compulsivo». O autor chegou a esta conclusão⁴¹ após anos de estudo com dois grupos:

³⁹ Curiosamente, no campo das ciências naturais, têm surgido nos últimos tempos propostas que vão no mesmo sentido, nomeadamente por parte de autores como Marc Lewis (2015) ou Carl Hart (2014), neurocientistas que rejeitam o modelo biomédico de pensar as drogas e a adição e se revelam herdeiros das ideias de Stanton Peele e de outros. Numa área diferente, outro exemplo é *Chasing the Scream, The First and last Days of the War on Drugs*, do jornalista Johann Hari (2015).

⁴⁰ Extrapolando esta conceção, pode dizer-se que à Antropologia e às outras ciências sociais cabe o estudo do *setting*, enquanto a Psicologia se interessa sobretudo pelo *set* e as ciências naturais pela *drug*.

⁴¹ Num artigo recente, Ido Hartogssohn (2017) traça a história da teoria de *set* e *setting*, defendendo que, embora tenha sido apresentada originalmente por Norman Zinberg (op.cit), os conceitos foram utilizados pela primeira vez, nos anos 60 do século XX, por Timothy Leary, uma das figuras fundadoras do que ficou conhecido como «contracultura» norte-americana, de que falarei melhor mais à frente, num outro capítulo. Hartogssohn vai mais longe, defendendo que a ideia de que o efeito das substâncias psicoativas depende, em grande medida, da disposição e da envolvência foi passada a escrito pela primeira vez no século XIX,

um constituído por veteranos da Guerra do Vietname e outro por consumidores de heroína ditos «recreativos». O que observou no trabalho de campo foi que os militares que no teatro de guerra se haviam tornado manifestamente dependentes de heroína, finda a sua participação no conflito, abandonavam maioritariamente o consumo; e que consumidores experientes de heroína, em determinadas circunstâncias, conseguiam ter um uso «controlado» da substância, sem prejuízo da sua vida familiar e profissional, desafiando o estereótipo tão em voga. Perante tal, Zinberg concluiu que as propriedades farmacológicas das drogas não explicam tudo e que, pelo contrário, há que ter em atenção outras dimensões. No caso da heroína, uma substância tida como particularmente aditiva e, então como hoje, muito associada a uso compulsivo e crescente (em frequência e na quantidade), com todas as consequências nefastas que daí advém, para se explicar como era possível que militares conseguissem descontinuar o consumo de uma forma espontânea ou que um certo tipo de consumidores conseguissem usá-la sem que daí decorressem problemas de saúde, familiares ou profissionais, que eram vistos como inevitáveis, era necessário considerar as suas motivações e representações e também o contexto sociocultural onde se integram. De acordo com o autor, um uso «controlado», não «problemático», é possível em função de processos formais e informais de controlo social desenvolvidos no interior do próprio grupo, nomeadamente sob forma de sanções e rituais.

De todas as ciências sociais, a Sociologia foi a disciplina que primeiro estudou de forma mais detalhada e consistente o tema do uso de substâncias psicoativas numa perspetiva sociocultural, tendencialmente em contextos históricos onde a *droga* começava a constituir-se em problema social e era cada vez mais associada a questões como a exclusão social, o crime e a marginalidade, nomeadamente em contextos urbanos desfavorecidos de algumas cidades norte-americanas. Na esteira da *Escola de Chicago* e do *interacionismo simbólico*, que lançaram as bases das «teorias da rotulação», surgiu uma vaga de autores provenientes da Sociologia que se propôs estudar fenómenos ditos «desviantes», como a criminalidade e a marginalidade, práticas sexuais e também o uso de drogas ilícitas. Em relação às drogas enquanto objeto de análise, destaca-se claramente Howard Becker, considerado um das figuras fundadoras da chamada «Sociologia do Comportamento Desviante» e, a par de Zinberg, o autor mais citado pela maioria daqueles

pela pena de figura centrais do *Club des Hashischins*, como Moreau ou Baudelaire, de quem também falarei melhor mais à frente.

que estudam o uso de drogas adotando uma perspectiva sociocultural (Goode, 2018). Becker é autor de textos particularmente influentes, como *Outsiders. Studies in the Sociology of Deviance* (1966) ou *Becoming a Marijuana User* (1953), onde analisa o processo de aprendizagem social através do qual alguém se torna consumidor de uma droga, no caso a *cannabis*. Segundo o autor, o utilizador de drogas para apreciar a experiência psicoativa tem que estar motivado e ter aprendido previamente a identificar e valorizar positivamente os seus efeitos. Isto é, há todo um saber detido pelo grupo de consumidores, consubstanciado em normas e valores e posto em prática em rituais, que é determinante para a experiência psicoativa.

No fundo, Becker, Zinberg, Szasz ou Peele o que fazem é demonstrar que as drogas são muito mais do que substâncias com determinadas propriedades psicoativas e, nesse sentido, o seu carácter inerentemente bom ou mau, problemático ou terapêutico, prejudicial ou benéfico é socialmente construído, isto é, resulta mais de processos sociais do que bioquímicos. Apesar das suas diferentes abordagens, o que os une é a crítica à «medicalização» das drogas e a proposta de uma forma diferente de conceber o uso de drogas, nomeadamente a partir da perspectiva e das significações do utilizador e com ênfase nas dinâmicas sociais, o que contrastava com a visão então dominante e hegemónica que assentava numa posição de julgamento moral e de *patologização*, com base na teorização de médicos psiquiatras e criminalistas. Dessa forma, estavam lançadas as bases do que pode ser considerada uma «perspetiva construcionista» das drogas e das dependências (Goode, 2018).⁴²

Dito de outra forma, a importância destes autores reside no facto de terem sido os primeiros que, de uma forma fundamentada empiricamente, questionaram e criticaram o que pode ser apelidado de «determinismo farmacológico», demonstrando que a conceção médica e legal do uso de drogas ilícitas, que define a prática como algo intrinsecamente compulsivo e que conduz necessariamente ao descontrolo e à desestruturação (familiar, profissional e em termos de saúde física e mental) é extremamente redutora, no sentido em que não é universalmente verificável: pelo contrário, qualquer que seja a droga em causa, existe uma panóplia muito variada de padrões de uso, incluindo padrões absolutamente contrários ao chamado «uso problemático». Ao reduzir a ação das substâncias psicoativas às suas propriedades químicas e aos mecanismos biológicos que

⁴² Para uma discussão mais detalhada da perspetiva construcionista das drogas remeto para Ido Hartogssohn (2017) e Suzanne Fraser e David Moore (2011).

desencadeiam, algumas disciplinas adotam uma postura determinista, de causa e efeito, encarando o uso de drogas como algo que se passa exclusivamente no plano interno, a um nível celular, como se a pessoa consumidora (com as suas expectativas e representações) e o contexto social (com as suas normas, regras e sanções) não contassem para nada. Entre este tipo de abordagens, destaca-se o emergente campo das neurociências, que procura predisposições genéticas ou causas patológicas a nível cerebral para explicar as adições, algo que, para um cientista social, não pode deixar de ver visto como um comportamento social.

Outros autores que não posso deixar de referir, na medida em que se destacaram na teorização do uso de substâncias psicoativas tendo em conta fatores socioculturais, são os sociólogos Alfred Lindesmith (1938), autor da primeira teoria sociológica da dependência de drogas, Erich Goode (1972; 1970), Jock Young (1971), Robin Room (2003; 1975), Harry Levine (1984; 1978) ou Peter Cohen (1990). Foi, portanto, no seio da Sociologia que surgiram as primeiras abordagens «construcionistas» ao tema do uso de substâncias psicoativas, de que eu (como a maior parte dos cientistas sociais que estudam a matéria) sou herdeiro, por oposição às visões de outras disciplinas ou ao discurso reificado do senso comum.

Também devo destacar reflexões de filósofos como Jacques Derrida (1995), David Lenson (1995) ou Sadie Plant (2001), e o trabalho de alguns psicólogos, como Jean-Paul Grund (1993) ou Bruce Alexander (2008). No entanto, distancio-me da maior parte dos autores do campo da Psicologia, que demasiadas vezes parecem aceitar termos como «droga» ou «adição» de uma forma acrítica, para além de adotarem uma abordagem exclusivamente centrada no utilizador e na sua personalidade, ignorando, dessa forma, a importância do contexto sociocultural.

Há, por outro lado, uma literatura histórica de grande importância, na medida em que demonstra que, no passado, muito do que tomamos como certo referente às adições não se verificava ou, então, assumia contornos muito diferentes, relevando o carácter político dos processos de controlo social do uso de determinadas drogas. Assim, destaco a obra de autores como Virginia Berridge (2013), David Courtwright (2012; 2002), Antonio Escohotado (1998), Michel Rosenzweig (1998) e outros que cito ao longo do texto.

Ao contrário da Sociologia e da Psicologia, a Antropologia nunca mostrou grande interesse em estudar questões como o fenómeno da adição *per se* ou, por exemplo, o que há de comum aos comportamentos ditos «aditivos», tendendo a debruçar-se no uso de

produtos psicoativos em concreto entre membros de uma comunidade, ao invés de procurar propor teorias mais abrangentes. Como é seu apanágio, os antropólogos tendem a privilegiar o particular em detrimento do geral e a focar-se no detalhe (etnográfico) em vez de nas generalizações (sociológicas). Talvez por isso, desde o início, o estudo antropológico do uso de bebidas alcoólicas e de drogas ilícitas seguiu caminhos autônomos e separados, dando origem a tradições acadêmicas distintas e, em grande medida, de costas voltadas. Tal é hoje criticado por alguns autores (Hunt & Barker, 2011), que defendem uma abordagem unificadora, embora sejam poucos os que o fazem⁴³. O presente trabalho procura ir nesse sentido de não tratar os usos de álcool e de drogas ilícitas como coisas totalmente separadas, ainda que reconheça ter um maior conhecimento acerca da bibliografia referente às drogas ilícitas do que às bebidas alcoólicas e também que, ao longo do texto, tenda a dar maior importância ao uso de *cannabis* entre os militares portugueses que participaram na Guerra Colonial Portuguesa do que ao uso de álcool.

No caso da abordagem antropológica, entre os primeiros autores que estudaram o uso de substâncias psicoativas, nomeadamente produtos com propriedades alucinogénias utilizadas por xamãs e outras figuras em regiões da América Central e do Sul, destacam-se autores que, a par do biólogo Richard Evans Schultes, faziam trabalho etnográfico mas que estavam também próximos da Etnobotânica, da Arqueologia e da Mitologia, como Weston La Barre (1938), Gordon Wasson (1968), Marlene Dobkin de Rios (1972), Gerardo Reichel-Dolmatoff (1975) ou Peter Furst (1976). Exceto no caso dos campos de estudo do psicadelismo e do xamanismo, o seu impacto não foi particularmente relevante e hoje em dia são muito pouco citados. Dentro de outro género académico, merecem destaque coletâneas multidisciplinares mas de pendor antropológico, como *Cannabis and Culture*, com edição de Vera Rubin (1975), e *Constructive Drinking. Perspectives on Drink from Anthropology*, com edição de Mary Douglas (1987), obras de referência sobre *cannabis* e álcool, respetivamente. No caso do uso de bebidas alcoólicas, há toda uma literatura que merece ser citada, tendo sido desenvolvida maioritariamente por antropólogos e sociólogos que procuraram fazer do uso desta droga um campo de estudos

⁴³ É preciso ter em atenção que muitos dos cientistas sociais que se dedicam ao estudo do tema estão vinculados direta ou indiretamente a agências e instituições pertencentes ao poder médico-legal responsável por definir e agir no campo das drogas e dos comportamentos aditivos, no sentido em que trabalham (é o meu caso) ou são financiados por estas, pelo que dificilmente não estão condicionados pelo modelo de saúde pública. O que se espera dos cientistas sociais que trabalham na área é a identificação e resolução de problemas, mais do que uma teorização reflexiva.

por direito próprio, a começar por Craig MacAndrew e Robert Edgerton (1969) e Dwight Heat (2000; 1976). Muitas vezes adotando uma perspetiva transcultural, histórica e comparativa (*cross-cultural*), estes e outros autores procuraram demonstrar que são sobretudo fatores socioculturais que influenciam e determinam os padrões de uso e as consequências associadas à ingestão frequente de bebidas alcoólicas.

Na segunda metade da década de 60 e início da década de 70 do século XX, a realidade do mundo ocidental mudou no que ao uso de drogas ilícitas diz respeito, primeiro com a chamada «contracultura» (de que falarei melhor mais à frente, em capítulos posteriores) e depois com a diversificação do perfil de utilizador de drogas ilícitas. Com isso, passou a associar-se cada vez mais a prática à contestação social mas também ao crime e à exclusão social. Perante estes novos fenómenos, antropólogos e outros cientistas sociais promoveram estudos etnográficos em comunidades de utilizadores de drogas ditos «problemáticos» em meio urbano e desfavorecido e, com isso, a contribuição da disciplina para o estudo do tema fez-se realmente sentir pela primeira vez. De facto, com a aplicação do método etnográfico e a observação participante entre comunidades de utilizadores de drogas (nomeadamente heroína e cocaína), a Antropologia fazia sobressair a sua mais-valia: dar voz aos atores sociais, ajudando a compreender a sua vivência e a realidade social a partir dos seus próprios termos e significações. De tal forma que este método tem sido adotado por autores de vários campos disciplinares quando o objeto de estudo é o uso de drogas. Assim, entre os autores que primeiro se destacaram por incursões de cariz etnográfico entre comunidades de utilizadores de droga destacam-se antropólogos como Michael Agar (1973), Philippe Bourgois (1995) ou Oriol Romaní (1999), mas também sociólogos como Dan Waldorf (1973), Marsha Rosenbaum (1981) ou Patricia Adler (1985)⁴⁴.

Um bom exemplo da mais-valia do método etnográfico para o estudo dos usos de drogas foi o que se passou em Portugal a partir dos anos 90 do século XX, quando muitos dos primeiros académicos⁴⁵ que estudaram o assunto optaram por fazê-lo com base em observações participantes de cariz etnográfico, como os psicólogos Luis Fernandes

⁴⁴ Para uma discussão mais detalhada da utilização do método etnográfico no estudo das drogas, remeto para textos de Sheigla Murphy, Paloma Sales e Sheigla Averill (2016), Bryan Page e Merrill Singer (2010), Robert Carlson *et al.* (2009) ou David Moore (1993).

⁴⁵ Excluo aqui autores pioneiros do estudo do assunto em Portugal, mas que o fizeram a partir de uma perspetiva médica ou criminalista, como, por exemplo, Cândido Agra, Carlos Amaral Dias, Jorge Ribeiro ou Nuno Félix da Costa.

(1998; 1995) e Maria Carmo Carvalho (2007; 2003), ou os sociólogos Miguel Chaves (1999; 1998) e Susana Henriques (2003a; 2003b). De facto, o método etnográfico parece especialmente indicado para o estudo de populações situadas nas margens ou populações ditas «ocultas», marcadas pela distância social e pela estigmatização, e tal foi particularmente bem ilustrado nas monografias dos antropólogos Manuela Ivone Cunha (2002) e Luis Vasconcelos (2003).

No que ao uso de drogas diz respeito, um pouco por todo o mundo, a tendência dominante entre a academia é o estudo deste tipo de populações, privilegiando-se os usos e os consumidores ditos «problemáticos» ou pertencentes a determinadas «culturas juvenis». No entanto, por cá, os consumidores mais ocasionais, heterogêneos e não estigmatizados, bem como as representações sociais de diferentes grupos, não deixaram de ser também objeto de estudo, nomeadamente por parte de autores como Artur Valentim (1997), Jorge Quintas (1997; 2000; 2006) ou Olga Cruz (2011). Com a presente reflexão etnográfica, insiro-me nesta última tradição académica de centrar o foco mais na «norma» do que no «desvio», de não procurar o carácter «problemático» das drogas mas uma vertente mais transversal, banal e comum, com tudo o que isso nos diz acerca da sua natureza.

Nesse sentido, distancio-me da abordagem quantitativa, que é absolutamente dominante, remetendo para segundo plano estudos de natureza qualitativa (MacRae, 2004), que, mais do que descrever, procuram compreender e enquadrar os fenómenos. Esta predominância por estudos quantitativos, nomeadamente de natureza epidemiológica, decorre do facto de há muito o uso de drogas ser visto pelo lado problemático, pelo que interessa, antes de mais, ser constantemente medido, monitorizado e avaliado. Não é que esse tipo de estudos não seja importante, obviamente – até porque, com muita frequência, participo em investigações dessa natureza –, a questão é que apurar prevalências ou incidências de fenómenos sociais, a partir de amostras, sejam estas aleatórias ou estatisticamente representativas, é sempre um exercício de tomar uma representação pela realidade, sob um manto de uma pretensa objetividade. Em última análise, tudo se resume a números, sobrevalorizando a descrição em detrimento da compreensão da realidade. Como se os respondentes de um inquérito (descritos como N=) não fossem pessoas, mas uma massa homogênea, que age sem intenção, e não atribuísse significados diferentes às mesmas práticas sociais⁴⁶.

⁴⁶ Remeto para Patrick Peretti-Watel (2011) para uma discussão mais detalhada acerca do modelo epidemiológico.

Ainda que a produção antropológica sobre o tema seja teoricamente muito diversificada, para simplificar, pode dizer-se que, seja no contexto moderno e urbano, seja no contexto rural não-ocidental, a disciplina tende a procurar explicações socioculturais para tudo o que rodeia a experiência psicoativa (incluindo o efeito das drogas e o comportamento dos seus consumidores), pondo geralmente em causa as relações causais que muitas vezes são tidas como óbvias e inevitáveis entre o consumo de substâncias psicoativas (nomeadamente ilícitas) e problemas sociais, de saúde e criminais (Klein, 2012). É o que resulta de algumas das mais interessantes obras do que pode ser considerada uma «Antropologia das Drogas», como, por exemplo, *Ganja in Jamaica: a Medical Anthropological Study of Chronic Marijuana Use*, de Vera Rubin e Lambros Comitas (1975), *Consuming Habits. Global and Historical Perspectives on How Cultures Define Drugs*, coletânea editada por Jordan Goodman, Paul E. Lovejoy e Andrew Sherrat (2007) e *Drug Effects: Khat in Biocultural and Socioeconomic Perspective*, de Lisa Gezon (2016). E é também o que me proponho fazer ao longo do presente texto, ainda que nem sempre de uma forma explícita.

Naturalmente, esta posição teórica não implica que negue ou desvalorize por completo os processos bioquímicos e fisiológicos que derivam do consumo das diversas substâncias psicoativas. Afinal de contas, o que define uma substância psicoativa é o facto de, quando consumida por seres humanos, desencadear tais processos. No entanto, a posição teórica da esmagadora maioria dos antropólogos que se dedicam ao estudo destas matérias é de que os efeitos, os sintomas e as experiências sensoriais que decorrem do uso de substâncias psicoativas não se podem reduzir à ação farmacológica dos seus princípios ativos e não se explicam apenas em função de fenómenos bioquímicos. Parafraseando Thomas Szasz (1974: 4), não é a Química que explica o que distingue a água benta da água da torneira. Pelo contrário, são fatores políticos, económicos, morais, ideológicos e outros que transformam uma substância psicoativa em *droga* e a investem de certas características e propriedades, incluindo serem consideradas bentas ou vistas como diabólicas⁴⁷. Embora, em grande medida, o modelo vigente de controlo legal e social das drogas assente numa perspetiva médica, na verdade a categorização do que é ou não uma *droga* não é feita predominantemente em função das propriedades farmacológicas das substâncias e de critérios objetivos como a toxicidade, os efeitos secundários, o potencial

⁴⁷ Mais à frente, num outro capítulo, discuto o processo que teve lugar em Portugal no início da década de 70 do século XX, através do qual se «problematizou» o uso de determinadas substâncias psicoativas e se constituiu a *droga* em problema social.

aditivo, etc. (Escohotado, 1998). Se assim fosse, algumas das substâncias ilícitas provavelmente não o seriam e com outras (lícitas) passar-se-ia precisamente o contrário, conforme tão bem demonstrou em *Drugs – Without the Hot Air: Minimizing the Harms of Legal and Illegal Drugs* o neuropsicofarmacologista David Nutt (2012).

A necessidade demonstrada pela Antropologia de a todo o momento relevar o contexto sociocultural e contestar a predominância da dimensão neurobiológica do consumo de drogas é provavelmente inevitável, ainda que tal a uns possa parecer redundante e a outros excessivo. No entanto, tal decorre da particularidade e da originalidade do fenómeno, há muito dominado por uma visão que se afirmou hegemónica e redundou numa patologização e na criminalização do uso de certas drogas. De um modo geral, no paradigma proibicionista a *droga* tende a ser encarada como algo doentio e o consumo como um crime ou um comportamento marginal, pelo que muita da produção antropológica é, muitas vezes, uma resposta reivindicativa e crítica à perspetiva da Medicina e do Direito, disciplinas que detêm o poder e autoridade de punir, discursar e legislar sobre a substância e o consumidor. Como disse atrás, muita da produção da disciplina nesta área é, em grande medida, uma antropologia aplicada, procurando oferecer uma visão diferente do fenómeno e dos seus atores e avançar com explicações dos processos sociais envolvidos assentes em pressupostos diferentes ou complementares. Talvez isso ajude a explicar por que razão a teorização antropológica sobre as drogas incorre muitas vezes num excesso de holismo, muito próximo de um determinismo social, na verdade, como se tudo se passasse a um nível demasiado macro e societal e os utilizadores de substâncias psicoativas não tivessem agência. Ao negligenciar a perspetiva individual e a especificidade de cada consumidor, a Antropologia pode ser acusada de cometer o mesmo pecado de que acusa as ciências naturais – com a diferença que umas centram tudo num plano estritamente biológico e outras no plano social.

Portanto, o mais sensato será reconhecer que as substâncias psicoativas têm um lado biológico – são assim classificadas em função de propriedades químicas, que são demonstráveis num qualquer laboratório situado em que parte do mundo for – mas têm também um lado cultural, na medida em que, como autores como Becker, Zinberg, Peele e outros comprovaram, os seus efeitos dependem e são condicionados pelo contexto social, a forma como são enquadradas legalmente e tudo o que rodeia o consumo, incluindo as expectativas e os propósitos dos consumidores.

A minha conceção de Antropologia é a de uma disciplina que se distingue essencialmente por colocar em causa o que tomamos como certo na vida social que nos é próxima e familiar, e simultaneamente por mostrar que o que tomamos como exótico e irracional na vida social que nos é estranha e distante não é assim tanto se visto à luz do contexto sociocultural e da teia de significações aí forjada. Não partilho, portanto, do projeto unificador de uma certa Antropologia, cada vez mais em voga, que está mais interessada em encontrar semelhanças e universalismos na diversidade da vida social humana e que, inclusivamente, procura pontes de contacto com a Biologia e com outras ciências naturais, contestando a dicotomia «natureza/cultura». Pelo contrário, sempre me interessei mais pelas diferenças, na medida em que, antes de mais, o que a diversidade humana nos prova é a extrema flexibilidade do engenho humano, para usar a expressão de Edmund Leach⁴⁸ (1989: 19), pelo que necessariamente a nossa (ou qualquer outra) organização social é apenas uma de várias possíveis. E quem diz organização social, diz sistemas políticos, religiosos, quadros legais, enfim, todos os domínios da vida social. Ou seja, muito do que tomamos como certo não se aplica à realidade de outras formas de organização social, e muito do que conhecemos na nossa vida social foi em outros tempos históricos radicalmente diferente. Transportando esta postura para o caso das drogas, o que me interessa é verificar como, noutros contextos, os problemas que tomamos como certos decorrentes do uso de determinadas drogas não se verificam e também que a forma como organizamos, regulamos e atribuímos sentido ao uso de determinadas drogas nem sempre foi assim, tem toda uma história e decorre de processos sociais, políticos e morais.

Depois de terminar a licenciatura em Antropologia Social, prossegui a minha formação na área da Antropologia Médica e da Sociologia da Saúde, e fui muito influenciado por autores como Arthur Kleinman (1995; 1988), Nancy Scheper-Hughes (1993; 1990), Byron Good (1994) e Deborah Lupton (1994), por exemplo. Posteriormente, no âmbito de um mestrado em Ciências Sociais – variante *O Sofrimento: Perspetivas Socioculturais* –, tomei conhecimento com várias correntes teóricas e aprofundei conceitos que se revelariam fundamentais no futuro, como «biopoder» (Foucault, 2005; 1994; 1984; 1975), «hegemonia», (Valentim, 2000; Gramsci, 1988), «margens» (Pina Cabral, 2000),

⁴⁸ Em *A Diversidade da Antropologia*, um texto marcante durante a minha formação inicial em Antropologia, Leach (1989:49) defende que a característica fundamental do que chama cultura humana é a sua infinita diversidade.

«sofrimento social» (Kleinman, Das & Lock, 1997) ou «construção social» (Hacking, 1999; Berger & Luckman, 1998), e que estruturam a presente reflexão antropológica.

O meu quadro conceptual sobre as drogas partilha muito dos princípios orientadores do que é entendido como Antropologia Médica. Num certo sentido, este é um texto de Antropologia da Saúde. De uma forma muito resumida, pode dizer-se que este ramo da disciplina se centra essencialmente na crítica ao modelo biomédico e na análise de outras formas de medicina, de cura, de práticas clínicas e de relações terapêuticas, assumindo que o que chamamos «medicina» – ou mais concretamente «biomedicina», por oposição a outros modelos médicos – é apenas uma entre várias formas de abordar a saúde e a doença. A gestão e a resolução de males e problemas de saúde é um dado universalmente verificável, mas as formas de o fazer variam culturalmente, pelo que se deve dar atenção também à dimensão social da saúde e da doença. Ainda que a medicina – entendida num sentido lato e definida como um conjunto organizado de práticas medicinais e terapêuticas – seja um fenómeno universal e comum a todas as formas de sociedade humanas conhecidas, as personagens e as instituições locais aos quais é conferida legitimidade para cuidar, tratar e curar, e o modo como o fazem, são fenómenos conjunturais e específicos de cada sociedade. Nessa medida, a doença é culturalmente construída, pois a forma como é conceptualizada, experienciada e lidada tem por base um conjunto de saberes e valores culturais, sem esquecer as posições sociais que os indivíduos ocupam, os contextos temporais, etc. Em resumo, a doença é, então, um facto social e os processos de cura não se podem reduzir a toda uma farmacopeia química. A eficácia dos placebos sustenta a ideia de que há mais coisas envolvidas em qualquer processo de cura do que apenas elementos bioquímicos.

A abordagem sociocultural à questão da saúde e da doença distingue três termos – *disease*, *illness* e *sickness* – que correspondem a três dimensões diferentes. O primeiro é a doença médica, o objeto que a medicina constrói, diagnostica e trata, a que faz corresponder processos patológicos no corpo ou na mente. O segundo é a experiência individual e subjetiva da doença, correspondente à perceção dos sintomas da enfermidade clínica. O último é a condição social do enfermo, correspondente ao estatuto e papel social do que sofre de doenças médicas. A medicina ocidental, preocupada em classificar, de modo a produzir conhecimento, centra-se na *disease*, enquanto as ciências sociais procuram estudar os comportamentos e os sentidos inerentes à experiência da *illness* e os processos sociais referentes à *sickness*.

A grande crítica da Antropologia da Saúde é a de que a medicina ocidental se centra na doença e não na pessoa doente, parecendo não compreender as dimensões sociais que toda e qualquer processo de doença envolve. A biomedicina é criticada pelo seu etnocentrismo, o seu reducionismo, e pela sua incapacidade de se interessar e procurar perceber os referentes socioculturais dos seus pacientes, na medida em que se fica pela dimensão biológica da pessoa: a doença define-se pela alteração de determinados parâmetros biológicos e somáticos. Outros aspetos – sociais, ambientais, psicológicos ou comportamentais – tendem a ser negligenciados na prática clínica. A conceção biomédica vê nas doenças simples fenómenos patológicos: uma doença – definida em termos de desvios ou disfunções – é um processo bioquímico que afeta um corpo. Assim vistas as coisas, saúde e doença acabam por ser realidades orgânicas independentes dos indivíduos ou dos grupos sociais, dos contextos culturais, do tempo e do espaço.

Para a Sociologia da Saúde e a Antropologia Médica, a conceção biomédica da doença é altamente redutora. As radiografias, as ressonâncias magnéticas ou as análises ao sangue não captam a dimensão psicossocial do doente (Reis, 1998). Por um lado, é negligenciado todo o universo sociocultural da pessoa doente, ignorando o seu carácter individual e não legitimando o seu sofrimento. Por outro, a medicina ocidental recorre a pré-tipologias, (re)organizando o real em conjuntos de atributos que lhe permitam determinar categorias de doentes e de doenças. A medicina ocidental retira o doente do seu tempo – centrando-se na doença, faz do corpo portador um objeto clínico, um ser fora do tempo. Com o seu saber comparativo, a Antropologia encara a saúde e a doença como coisas relativas, culturais, mas também naturais).

No meu entender, esta postura crítica da Antropologia Médica pode e deve aplicar-se a uma enorme panóplia de domínios: não só à questão da saúde e da doença, mas também ao género, à exclusão social, a todos os processos de controlo social, de dominação e hegemonia, etc. E às drogas, naturalmente. E, portanto, há que assumir uma posição de desconstrução, relevando processos históricos e sociais, bem como as questões de poder e legitimação. Ainda que aceite contributos disciplinares de vária ordem e reconheça a importância de não cair num determinismo holístico e de tomar em consideração a agência individual, com a presente reflexão insiro-me nesta tradição académica construtivista, por oposição ao empirismo.

6. USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS EM CONFLITOS MILITARES

*La cucaracha, la cucaracha
ya no puede caminar
porque no tiene, porque le falta
marihuana que fumar.*

Canção popular mexicana

*It's all for me grog, me jolly jolly grog
all for me beer and tobacco.
oh I spent all me tin on the lassies drinkin' gin
far across the western ocean I must wander.*

Canção popular inglesa

Antes de passar à realidade vivida na Guerra Colonial Portuguesa, discuto a relação que há muito existe entre substâncias psicoativas e o meio militar, nomeadamente em contexto de guerra. Ainda que sumariamente, pretendo demonstrar, por um lado, que a guerra travada entre Portugal e os movimentos independentistas africanos de Angola, Guiné e Moçambique não foi exceção no que ao uso de substâncias psicoativas diz respeito e, por outro, que, ao longo dos séculos, os conflitos militares serviram frequentemente como fator disseminador do conhecimento e consumo de determinadas substâncias psicoativas em contextos mais vastos. Defendo aqui que o uso de substâncias psicoativas por parte de militares envolvidos em conflitos e a sua disseminação por ação destes se devem essencialmente ao carácter excepcional de que se reveste qualquer contexto de guerra e também à mobilidade e fluxos de pessoas e bens que geralmente um conflito armado implica, o que também se aplica à Guerra Colonial Portuguesa.

Apresento alguns conflitos e contextos militares onde determinadas substâncias psicoativas desempenharam um papel importante, tendo sido usadas pelos militares envolvidos sobretudo como estimulantes físicos e cognitivos, relaxantes, medicamentos ou forma de alívio, mas também como alimento ou, mais recentemente, por razões recreativas. A partir dos vários exemplos históricos, pode concluir-se que, nas guerras, as substâncias psicoativas foram usadas com dois objetivos principais: potenciar o desempenho militar e de forma terapêutica – isto é, por um lado, aumentar a capacidade de resistência ou os níveis de agressividade, por exemplo, e, por outro, curar, fazer esquecer e ajudar a lidar com as agruras físicas e psicológicas da guerra e as consequências da experiência de combate. Hoje em dia, em contexto de guerra, as drogas continuam, grosso modo, a ser usadas com os mesmos propósitos, ainda que mais recentemente o uso recreativo se confunda, de certa maneira, com o uso terapêutico. Os vários contextos em questão ajudam a enquadrar historicamente os usos de substâncias psicoativas que tiveram lugar no decorrer da Guerra Colonial Portuguesa, mas, como exemplos empíricos que são, não deixam também de elucidar e contribuir para a discussão de alguns tópicos analisados ao longo do presente texto, nomeadamente a associação entre *cannabis* e violência, que marcou a guerra que Portugal travou em África entre 1961 e 1974, como se verá.

Se até há pouco não existia uma bibliografia que sistematizasse a informação disponível sobre a relação das substâncias psicoativas com o contexto militar, recentemente foram editadas algumas obras que se propõem fazê-lo. É o caso de *Drugs and Contemporary Warfare*, de Paul Kan (2009), de *War and Drugs: the Role of Military Conflict in the Development of Substance Abuse*, de Dessa Bergen-Cico (2012), e, muito especialmente, de *Shooting Up: a Short History of Drugs and War*, de Lukasz Kamienski (2016), sem dúvida alguma a melhor das três. No entanto, a maior parte destes e de outros títulos em questão foca-se excessivamente em realidades ocidentais e, mais concretamente, no contexto anglo-saxónico. Também na *Encyclopedia of Drugs, Alcohol & Addictive Behavior*, que dedica uma entrada ao uso de substâncias psicoativas em contexto militar (DePadilla, 2009), se limita a discussão apenas ao consumo de álcool e de drogas ilícitas por parte de efetivos das forças armadas norte-americanas envolvidos em conflitos mais tardios, nomeadamente nas duas Guerras Mundiais, na Guerra do Vietname e nas recentes intervenções no Iraque e no Afeganistão. De facto, a bibliografia especificamente sobre o uso de substâncias psicoativas nestes conflitos militares em concreto, apesar de escassa,

tem vindo a ser atualizada na última década. Deixando de lado a produção científica (Bray & Hourani, 2007) sobre o uso de substâncias psicoativas nas intervenções militares norte-americanas pós-Guerra do Vietname (uma vez que é uma realidade que ocorre anos depois do fim da Guerra Colonial Portuguesa), merecem destaque *The Myth of the Addicted Army. Vietnam and the Modern War on Drugs*, de Jeremy Kuzmarov (2009), *US Army Psychiatry in the Vietnam War: New Challenges in Extended Counterinsurgency Warfare*, de Norman Camp (2015) e *Blitzed: Drugs in Nazi Germany*, de Norman Ohler (2016). *Nazis on Speed: Drogen im 3. Reich*, editado por Werner Pieper (2002), é uma obra já com alguns anos mas também importante.

De uma forma geral, as obras até aqui citadas não adotam uma perspetiva socioantropológica e algumas tomam até o conceito de «droga» acriticamente, ignorando ou omitindo o processo histórico que transformou o uso de determinadas substâncias psicoativas em problema social, bem como tendem a deixar de lado ou a não reconhecer a devida importância ao uso de outras substâncias psicoativas, como álcool e o tabaco, o que, considerando que são aquelas que David Courtwright (2002: 144), um dos principais historiadores da temática das drogas, apelida justamente de «as duas grandes drogas militares», é no mínimo questionável. Ainda que dê grande importância a fenômenos mais recentes ou a questões laterais ao assunto em discussão na presente dissertação⁴⁹, esta bibliografia não deixa de se revelar muito útil, na medida em que permite contextualizar a realidade do uso de substâncias psicoativas por parte dos militares portugueses que participaram na Guerra Colonial Portuguesa, enquadrando-a numa tendência histórica mais vasta e transversal a diferentes tempos e contextos.

Poderá pensar-se que, sendo o meio militar tipicamente caracterizado por uma forte noção de disciplina, hierarquia e cadeia de comando, as substâncias psicoativas – precisamente por serem psicoativas, isto é, por potencialmente alterarem e comprometerem o funcionamento cerebral, o comportamento ou a percepção – fossem altamente controladas

⁴⁹ Entre estas questões destacam-se o papel desempenhado pelas drogas ilícitas como fator instigador de guerras (a começar pelas Guerras do Ópio, naturalmente) ou como forma de financiamento de conflitos armados (nomeadamente no contexto da Guerra Fria) ou ainda a relação entre drogas e tropas irregulares (como milícias, guerrilhas ou «crianças-soldado», por exemplo), ou entre drogas e *Stress Pós-Traumático*. Por outro lado, também a relação entre o contexto militar e o desenvolvimento e teste em laboratório de determinadas substâncias psicoativas, nomeadamente sintéticas, é frequentemente abordada: de facto, do LSD ao MDMA, passando por todo o tipo de anfetaminas e metanfetaminas, muitas substâncias psicoativas foram desenvolvidas e/ou testadas para uso militar, nomeadamente como arma de guerra (com o intuito de potenciar as capacidades das tropas e/ou de comprometer as capacidades do inimigo).

e condicionadas entre militares, ainda para mais em contexto de guerra⁵⁰ e sobretudo quando em causa estão substâncias de consumo proibido por lei, aquelas que as autoridades legais ou sanitárias consideram as mais disruptivas. Ver-se-á que, pelo menos no que aos conflitos militares diz respeito, não é assim e que, de facto, em contextos geográficos e históricos muito diversos, as guerras foram e continuam a ser um contexto de considerável (ou mesmo intenso) uso de substâncias psicoativas e também um importante veículo para a sua difusão, por via dos trânsitos de efetivos militares e de populações civis afetadas – uns a caminho da guerra, outros a fugir dela. David Courtwright (2002: 140) defende inclusivamente que, de todas ocupações profissionais, os militares podem ser considerados os mais suscetíveis de um uso regular de substâncias psicoativas, essencialmente como forma de mitigar o tédio e a fadiga inerentes à vida militar, mais do que propriamente para acalmar os nervos antes do combate. De forma menos perentória, outros autores estabelecem também ligações entre o meio militar e o uso de substâncias psicoativas, defendendo que a figura do militar, nomeadamente enquanto combatente e veterano de guerra, destacou-se muitas vezes, e em diversos contextos, por um elevado nível de consumo de determinadas substâncias psicoativas, a começar pelo álcool e o tabaco, mas também de substâncias hoje de estatuto ilícito, como ópio, cocaína ou *cannabis* (Duvall, 2014; Berridge, 2013; Spivak, 2012; Gately, 2008; Burns, 2007; Goodman, 2005; Carson-DeWitt, 2003; Poiares, 1999b; Matthee, 1995). Nesse sentido, na história das drogas, os militares foram muitas vezes personagens importantes, já desde o tempo da Grécia Antiga e do Império Romano (Escohotado, 1998), o que parece explicar-se, por um lado, pela sua mobilidade através de fronteiras e, por outro, por se encontrarem em situações tipicamente marcadas pela ansiedade e a tensão emocional, em que as capacidades físicas e psicológicas são muitas vezes levadas ao limite.

Pretendo, portanto, relevar aqui o estranho caso que é o paradigma hegemónico discursivo (Valentim, 2000) sobre as drogas ser dominado há várias décadas por uma simbologia e um léxico bélico (assente em termos e expressões como «guerra às drogas», a «luta» ou o «combate contra a droga», por exemplo), apesar de as substâncias psicoativas (incluindo aquelas atualmente consideradas ilícitas à luz da legislação nacional e internacional) historicamente marcarem presença nas guerras propriamente ditas. Mais, por muito que

⁵⁰ Talvez esta possível contradição explique a relutância demonstrada pelos militares de carreira que participaram na Guerra Colonial Portuguesa em abordar o tema dos usos de substâncias psicoativas durante o conflito, conforme discuti atrás.

o assunto não seja muitas vezes falado e, por vezes, seja até omitido e silenciado (o que parece também aplicar-se à Guerra Colonial Portuguesa), a presença das drogas nas guerras foi tendencialmente aberta e oficial. E quando não foi – assumindo forma de uma prática clandestina e escondida e, por vezes, não autorizada ou até expressamente proibida por oficiais superiores ou pela administração militar –, na maior parte das vezes não parece ter sido algo que as chefias conseguiram erradicar ou impedir efetivamente, pelo menos em tempos de guerra. Não é por acaso que os autores que estudaram a relação entre as drogas e o meio militar se concentraram todos eles especificamente no contexto de guerra: ou seja, parecem conjugar-se diversos fatores que favorecem o uso de substâncias psicoativas por parte de tropas envolvidas em conflitos militares, a ponto de este ser tolerado ou inclusivamente incentivado, em nome da eficácia militar.

Dois bons exemplos de usos superiormente aceites são o caso das substâncias psicoativas que assumiram a forma de soldo ou ração em conflitos militares: determinadas bebidas destiladas distribuídas numa base diária aos marinheiros de guerra de alguns países europeus⁵¹, por exemplo, ou o vinho, igualmente distribuído em determinadas quantidades aos militares portugueses da Guerra Colonial Portuguesa, como se verá em capítulos futuros; e aquelas intencionalmente disponibilizadas por médicos e enfermeiros aos efetivos militares por forma a melhorar o seu desempenho no campo de batalha ou a recuperar na retaguarda – é o caso das anfetaminas, durante a II Guerra Mundial, ou da morfina, durante a Guerra Civil Norte-Americana. No caso português, não pode deixar de ser assinalada a ironia histórica que é, ao mesmo tempo que os militares portugueses estacionados em África descobriam a *cannabis* sem consequências disciplinares, terem lugar na «metrópole» as primeiras campanhas públicas e as primeiras iniciativas de proibição e controlo da *droga*, isto é, o processo de transformação de algumas drogas em problema social. Mas disso falarei melhor em capítulos posteriores da presente reflexão.

⁵¹ Um bom exemplo de uma bebida alcoólica emblemática entre marinheiros de guerra é o grogue, bebida que resulta da adição de água ao rum, de modo a diminuir o teor alcoólico, imortalizada em muitas canções populares europeias. Em 1740, o vice-almirante Edward Vernon, que comandava a armada britânica nas Índias Ocidentais, decretou que se diluísse o rum que era distribuído aos marinheiros numa medida de água, por indicação dos médicos e dos comandantes dos navios, convictos de que o rum (que no início do século XVIII substituíra a cerveja e o vinho como soldo dos marinheiros ingleses, por ter um maior teor alcoólico e, portanto, ocupar menor espaço nos convés) (Jones & Fear, 2011) tinha um efeito prejudicial na saúde dos marinheiros e no seu comportamento a bordo (Kamienski, 2016). Não obstante a preocupação com os seus efeitos nefastos, o certo é que as doses de rum que eram distribuídas por soldados e marinheiros aumentavam em períodos de guerra e, muito especialmente, antes das batalhas, levando Ian Williams (2005), autor de uma história social do rum, a defender que esta bebida foi durante muitos anos, de facto, uma arma de guerra.

Se na bibliografia sobre cada um dos conflitos militares o assunto do uso de substâncias psicoativas por parte das tropas tende a ser deixado de lado ou, quanto muito, aflorado apenas muito superficialmente, na bibliografia sobre a história social das várias substâncias psicoativas ou das drogas em geral (Gutiérrez, 2016; Duvall, 2014; Jay, 2010; Rasmussen, 2008; Booth, 2005; 1996; Courtwright, 2002; Escohotado, 1998; Porter & Teich, 1995), pelo contrário, é possível encontrar inúmeras referências – mais ou menos pontuais, mais ou menos aprofundadas – ao uso de drogas por parte de militares em contexto de guerra e ao papel que estes tiveram na sua difusão, por vezes após a desmobilização⁵². O tabaco (Jay, 2010; Matthee, 1995) e a *cannabis* (Kamienski, 2016; Booth, 2005) são exemplos de substâncias psicoativas cuja disseminação na Europa se deveu em grande parte a militares em trânsito.

O tabaco foi algo com que os europeus só tiveram contacto após as viagens de Cristóvão Colombo até às Américas, sendo um dos mais importantes produtos de lá trazidos, a par da batata, do milho, do tomate e do cacau, por exemplo. Ao contrário de outras substâncias psicoativas usadas pelos povos do Novo Mundo (nomeadamente alucinogénios, preparados a partir de catos, cogumelos, ervas e outras plantas locais) (Escohotado, 1998; Xiberras, 1997), o tabaco e o cacau foram relativamente bem aceites e, aos poucos, entraram na farmacopeia europeia, tal como o chá e o café, vindos do Oriente (Goodman, 2007; Courtwright, 2002; Matthee, 1995). Na segunda metade do século XVI e princípios do século XVII, as opiniões dividiam-se na Europa entre aqueles que consideravam o tabaco uma maravilhosa panaceia (entre eles, o espanhol Nicolás Monardes⁵³) e aqueles que viam no seu uso um costume bárbaro e pouco higiénico, como o rei Jaime I de Escócia e Inglaterra, que em 1604 publicou um manifesto contra a planta e, em particular, o seu uso fumado (Goodman, 2005). Na sua história das substâncias psicoativas, Mike Jay (2010: 114) defende que o fumo de tabaco se disseminou na Europa por obra de viajantes, comerciantes e, muito especialmente, soldados, que viam no produto uma ótima forma de lidar com a alternância de longos períodos de inatividades e, até algum tédio, com curtos períodos de grande ação, tensão e ansiedade. A Guerra dos

⁵² Dito de outra forma: a bibliografia sobre as substâncias psicoativas dá desproporcionadamente mais importância à figura do militar e do contexto de guerra do que a bibliografia sobre os conflitos militares dá às substâncias psicoativas.

⁵³ Nicolás Monardes, botânico e médico, pode ser considerado o equivalente espanhol ao português Garcia da Orta, mas para as plantas das Américas (Boxer, 1963). Com a sua história natural das plantas medicinais do Novo Mundo, publicada em 1571, o tabaco passou a ser apresentado como uma panaceia com propriedades terapêuticas e curativas (Goodman, 2007).

Trinta Anos foi central neste processo de disseminação ao longo do século XVII, sendo apontado como o primeiro conflito onde o uso de tabaco por parte de militares foi significativo, padrão que se estabeleceu de forma crescente na maior parte das guerras futuras envolvendo militares ocidentais. Neste conflito em concreto, que na verdade consistiu numa série de guerras em várias zonas da Europa, foram os soldados protestantes (holandeses e ingleses) quem deu a conhecer o uso de tabaco em cachimbo às populações de outras regiões do continente europeu, como a Europa Central ou a Escandinávia (Gately, 2001; Matthee, 1995).

Também a disseminação da *cannabis* na Europa se deveu, em grande medida, a militares, neste caso franceses. Naquela que é a mais interessante obra sobre o uso de drogas em conflitos armados, Lukasz Kamienski (2016: 51-57) dedica um pequeno capítulo à campanha do exército de Napoleão Bonaparte no Egipto, entre 1798 e 1801, e à guerra pela ocupação francesa da Argélia, entre 1830 e 1847, discutindo o processo de descoberta da *cannabis* por parte dos militares franceses e as suas consequências. Muito resumidamente, foi no Egipto que pela primeira vez, em larga escala, tropas europeias se interessaram pelo consumo de *cannabis*, pois até aí na Europa praticamente só se conhecia o cânhamo⁵⁴ (Jay, 2010), uma espécie da planta com muito baixa ou residual concentração de THC, o principal princípio psicoativo. Pelo contrário, o uso de uma *cannabis* muito mais psicoativa, na forma de haxixe, era um hábito enraizado entre alguns segmentos das populações (islâmicas) do Norte de África e do Médio Oriente (Nahas, 1982). Os soldados franceses aderiram a este costume local a tal ponto⁵⁵ que, em 1800, Napoleão – com o pretexto que tal punha em causa a capacidade militar do seu exército (Abel, 1980) e também que causava delírios violentos à população *nativa* (Escohotado, 1998) – acabou por decretar contra o uso da planta, impondo severas penas para quem importasse, produzisse, vendesse ou consumisse haxixe em todo o território do Egipto

⁵⁴ O cânhamo é conhecido, cultivado e utilizado na Europa, e em Portugal em concreto, há muitos séculos, tendo sido inclusivamente levado para o continente americano por colonos europeus. Para além da utilização nutritiva e terapêutica, conhecida há muito na Europa, o cânhamo foi sempre de grande importância graças à utilização industrial das suas fibras. Por esta razão, esta espécie de *cannabis* é conhecida também como «cânhamo industrial». No caso dos chamados *Descobrimientos* portugueses, por exemplo, as cordas das naus e caravelas portuguesas eram feitas de fibra de cânhamo (Fontes & Carvalho, 2011).

⁵⁵ A grande adesão à *cannabis* que se verificou entre os soldados franceses não pode deixar de ser relacionada com o facto de no Egipto, enquanto país de costumes islâmicos, ser proibida a ingestão de bebidas alcoólicas. Nesse sentido, o uso de *cannabis* pode ser entendido como uma substituição por parte das tropas de Napoleão da sua substância psicoativa de eleição – o álcool – por outra, que desconheciam mas cujo consumo era prática local (Kamienski, 2016).

(Richard & Senon, 1995). No entanto, tudo indica que a *cannabis*, apesar de proibida, continuou a ser consumida no Egito, inclusivamente entre as tropas francesas: de facto, a planta foi algo que os soldados franceses (e também os médicos militares que os acompanhavam) trouxeram consigo de volta a casa, e com isso contribuíram decisivamente para disseminar o seu uso em França e, a partir daí, noutros países europeus. O mesmo se passou na Argélia, três ou quatro décadas depois. Apesar das potenciais consequências disciplinares, que advinham do uso de uma substância controlada, foram os veteranos das campanhas militares francesas no Egito e na Argélia quem no início do século XIX mais contribuiu para tornar conhecida uma planta que, até aí, na Europa poucos conheciam, pelo menos em termos psicoativos, culminando na criação do famoso *Club des Hashichins*⁵⁶ (Aldrich, 1997; Abel, 1980), em 1844, que muito fez para divulgar a *cannabis*, nomeadamente através de poemas, contos e ensaios⁵⁷. Lukasz Kamienski (2016: 56) defende que este caso em concreto ilustra bem como os militares frequentemente andam à frente do seu tempo, pelo menos no que ao uso experimental e recreativo de substâncias psicoativas diz respeito.

Para além das campanhas coloniais francesas e do que apelida de “período pré-moderno” (destacando o uso de ópio na Grécia Antiga, de haxixe na Pérsia Antiga, de cogumelos alucinogénios entre os povos «bárbaros» do norte da Europa e de coca na Civilização Inca), Kamienski (op. cit.) concentra a sua atenção em conflitos mais recentes, cada um com um uso emblemático de uma ou mais substâncias psicoativas: as guerras coloniais entre Inglaterra e China (ópio), a Guerra Civil Norte-Americana (morfina), as guerras coloniais britânicas em África (*cannabis*), a Primeira Guerra Mundial (cocaína), a Segunda Guerra Mundial (anfetaminas e metanfetaminas), a Guerra da Coreia (anfetaminas e metanfetaminas), a Guerra do Vietname (heroína, *cannabis* e LSD) e a intervenção soviética no Afeganistão (heroína e cocaína).

⁵⁶ Dedicado à experimentação das drogas (e da *cannabis*, em particular) de um ponto de vista sensorial e de exploração artística, o *Club des Hashichins* funcionou em Paris entre 1844 e 1849, tendo como membros figuras destacadas da artes e letras francesas, como Victor Hugo, Alexandre Dumas, Charles Baudelaire e Honoré de Balzac. A par do escritor e poeta Teóphile Gautier, uma das suas figuras maiores foi o psiquiatra Jacques-Joseph Moreau, que tomou contacto com a planta durante uma extensa viagem justamente pelo Egito e outros países do Médio Oriente e da Ásia Menor. Considerado um dos fundadores da psicofarmacologia, Moreau publicou em 1845 o primeiro estudo científico sobre os efeitos da *cannabis* sobre o sistema nervoso central, *Du Hachisch et de l'Alientation Mentale. Études Psychologiques* (Abel, 1980).

⁵⁷ Segundo Ernest Abel (1980: 150), até ao início do século XIX, era possível encontrar não mais do que dez referências à *cannabis* em toda a literatura francesa. Em 1850, o número tinha quadruplicado.

Além dos casos já citados, ficam ainda por referir muitos outros, bem menos documentados, como, por exemplo, o uso de morfina na Guerra Franco-Prussiana (Booth, 1996), os usos de *cannabis* na Revolução Mexicana⁵⁸, na Guerra Civil Espanhola⁵⁹, na Guerra Civil Nigeriana⁶⁰ ou o papel desempenhado por veteranos de guerra na sua disseminação⁶¹. Por limitações de espaço, apresento aqui apenas a lenda dos *Assassinos*, a II Guerra Mundial e a Guerra do Vietname, por serem aquelas mais úteis para a análise do uso de substâncias psicoativas entre as tropas nacionais que participaram na Guerra Colonial Portuguesa.

Assassinos

Para o tema da presente reflexão antropológica, a lenda dos *Assassinos* é absolutamente paradigmática, na medida em que estabeleceu um imaginário que perpassou séculos e serviu de sustento simbólico a algumas campanhas públicas contra a *cannabis* e outras substâncias psicoativas (Almeida, 1998; Abel, 1980). De facto, a lenda é tida como a génese da associação que, nas mentes ocidentais, há muito se estabeleceu entre algumas drogas (e a *cannabis*, em particular) e violência, sendo também um dos mais antigos relatos do (pretenso) uso de substâncias psicoativas como forma de potenciar o desempenho no campo de batalha e também para justificar a barbárie por parte do inimigo.

⁵⁸ Vários autores (Herer, 2011; Booth, 2005; Abel, 1980) defendem que, no início do século XX, durante a Revolução Mexicana, as tropas de Pancho Villa fumavam *cannabis*, na forma de *marijuana*, nomeadamente antes e depois de uma batalha, como forma de desinibir e relaxar. Uma prova disso são os versos de uma canção muito popular da altura, *La Cucaracha*, que falam da procura da planta por parte das tropas revoltosas e da sua utilidade: «porque le falta marijuana que fumar». Algumas leituras mais recentes (Campos, 2012), no entanto, colocam tal em causa.

⁵⁹ Remeto para Mónica Hinojosa Becerra (2017) e Isidro Marín Gutiérrez (2016) quem queira saber mais sobre o uso de *cannabis* entre os militares berberes que lutaram ao lado de Franco no início da Guerra Civil Espanhola, e que inclusivamente recebiam uma parte do salário na forma de *kief* (um preparado canábico a partir das folhas da planta).

⁶⁰ Segundo Neil Carrier e Gernot Klantschnig (2012: 36), foi durante a guerra civil que se travou na Nigéria, entre 1967 e 1970, que o cultivo de *cannabis* no país sofreu um enorme incremento, sendo que muitos dos militares envolvidos no conflito se tornaram consumidores da planta.

⁶¹ Por exemplo, Gernot Klantschnig (2014: 71) refere que a *cannabis* foi introduzida em alguns países da África Ocidental, na altura pertencentes ao Império Britânico, por ação dos soldados africanos locais que durante a II Guerra Mundial estiveram estacionados na Índia e na Birmânia, onde tiveram contacto com a planta. O mesmo aconteceu na Austrália, onde a introdução da *cannabis*, na segunda metade da década de 60 do século XX, é atribuída aos soldados norte-americanos que ali se deslocavam em licença vindos da Guerra do Vietname (Jiggins, 2004).

Os *Hashashin* foram uma ordem religiosa e militar⁶² nizaris de filiação ismaelita e de influência sufi⁶³, fundada por Hassan ibn al-Sabbah⁶⁴, no final do século XI, com a conquista da fortaleza de Alamut, em 1090, a partir da qual se dominava uma extensa região montanhosa no norte do atual Irão, antiga Pérsia. Segundo fontes cristãs e muçulmanas, a Ordem distinguia-se por criar um clima de terror, ao seguir uma prática de assassinatos seletivos de carácter político, por forma a eliminar os seus principais inimigos (sunitas) ou as ameaças emergentes (cristãos)⁶⁵, e assim conquistar e manter o poder na região (Daftary, 2006; Abel, 1980): para isso, al-Sabbah contava com uma fileira de jovens operacionais (conhecidos como *fida'is*), extremamente fiéis e dispostos a cumprir as missões, muitas vezes à custa da própria vida (Hodgson, 1980). Graças a tal, desde sempre a Ordem foi temida e descrita como uma seita radical e particularmente violenta, tanto por outras leituras do Islão, como pelos europeus que a enfrentaram durante as Cruzadas. O certo é que cedo os *Hashashin* alcançaram fama e geraram medo em ambos os mundos cristão e muçulmano, sendo que ainda hoje os seus fiéis são considerados uma espécie de remotos antepassados da figura dos «terroristas islâmicos» contemporâneos (Lewis, 2003). O impacto dos *Hashashin* na Europa foi tal que o seu nome (em árabe) deu origem à palavra ocidental «assassino», ou seja, um homicida profissional ou contratado.

Para a presente reflexão antropológica, a importância dos *Assassinos*, como ficaram conhecidos na Europa, prende-se com o facto de serem há muito tomados como utilizadores de *cannabis*, na forma de haxixe. Mais, segundo se conta, para a Ordem, a planta seria absolutamente instrumental, nomeadamente no recrutamento e na «alienação» dos seus membros, de tal forma que, a partir de certo ponto, tornou-se prevalente a ideia de que *hashashin* significaria «consumidor de haxixe» (Richard &

⁶² Em vez de «ordem», há quem prefira os termos «seita» (Lewis, 2003) ou «confraria» (Herer, 2011).

⁶³ O Califado Fatímida foi fundado no século X por ismaelitas, uma facção do xiismo. Com a morte do califa al-Mustansir, os seus dois filhos – Ahmad e Nizar – tinham ambos pretensões à liderança do califado. Os principais governantes fatímidas apoiaram o primeiro, o que levou o segundo a fugir, sendo mais tarde capturado e executado. Na sequência disso, os apoiantes do segundo, que ficaram conhecidos como *nizaris*, fugiram para zonas remotas, onde se organizaram em pequenos grupos. Remeto quem queira saber mais sobre os nizaris para autores como Farhad Daftary (2006), Bernard Lewis (2003) ou Marshall Hodgson (1980).

⁶⁴ A partir de crónicas cristãs medievais, para a História, Hassan ibn al-Sabbah ficou conhecido como o *Velho da Montanha* (Lewis, 2002), título também atribuído aos seus sucessores, nomeadamente Rashid ad-Din Sinan (Gutiérrez, 2016).

⁶⁵ Ao longo do século XII, foi atribuída aos *Hashashin* a autoria do assassinato de diversas personalidades importantes, entre sultões e emires muçulmanos e cavaleiros cristãos (Nahas, 1982).

Senon, 1995). Apesar de a maioria dos autores contemporâneos colocar esta ideia em causa (Booth, 2005), hoje ainda há quem a veicule (Gutiérrez, 2016; Escohotado, 1998). É comum ler-se que a associação entre estes nizaris e a *cannabis* remonta aos escritos de Marco Polo (Guba, 2016; Daftary, 2003), que ouviu falar dos temíveis *Assassinos* quando, nos finais do século XIII, visitou a região cerca de vinte anos depois de a fortaleza de Alamut ter sido destruída pelos Mongóis, em 1256, o que levou à extinção da Ordem, passado uns anos (Hodgson, 1980). No entanto, o viajante veneziano nunca mencionou a *cannabis* em concreto, referindo-se antes à utilização por parte dos nizaris de uma substância psicoativa sem a especificar (Nahas, 1982; Abel, 1980). Na verdade, Marco Polo não foi o primeiro ocidental a escrever sobre os *Assassinos* (Booth, 2005; Lewis, 2003): antes dele, cruzados cristãos regressados do Próximo Oriente deram a conhecer os *Assassinos* através de relatos e crónicas medievais, descrevendo-os como um inimigo particularmente temível, capazes de violências atrozes. Contudo, a lenda cresceu sobremaneira com Marco Polo e foi sobretudo através dos seus escritos que a Ordem se tornou conhecida na Europa.

Construída a partir do relato original de Marco Polo, uma das versões mais difundidas da lenda conta que, entre os *Assassinos*, a *cannabis* era peça importante no recrutamento de novos fiéis e, muito especialmente, de candidatos a *fida'is* (Casto, 1970): al-Sabbah terá mandado construir em Alamut um sumptuoso jardim, para onde os jovens eram levados, depois de lhes ter sido dado a beber um preparado psicoativo à base de *cannabis*, que os adormecia profundamente, numa simulação da própria morte. Mais tarde, os jovens acordavam no «jardim das delícias», onde durante um período (de horas, dias, semanas ou meses, consoante quem narra a lenda) gozavam de todo o tipo de mordomias, sendo-lhes dito que estavam no Paraíso. Depois de novamente sedados, eram dali levados e acordavam fora do jardim, sendo-lhes prometido que para lá voltariam, caso morressem em combate pela causa nazarita.

Muitos anos depois das viagens de Marco Polo, na França do século XIX, em parte devido à campanha de Napoleão pelo Egipto, o fascínio orientalista pelo Médio Oriente era cada vez maior, e sinal disso é a criação do *Club des Hashichins* e a introdução da *cannabis* no país. É nesse contexto que, em 1809, Silvestre de Sacy, considerado o maior especialista em questões árabes da altura (Said, 1996), propôs uma releitura da lenda dos *Assassinos* que se tornará canónica (Guba, 2016): o linguista e renomado orientalista francês defendeu pela primeira vez que *hashashin*, o termo árabe por que a Ordem era

conhecida, derivava de «haxixe». Segundo de Sacy, a substância intoxicante que Marco Polo não especificava no seu relato era, na verdade, *cannabis*, na forma de haxixe (Hodgson, 1980). Se de Sacy não o afirmava de forma perentória (Lewis, 2003), outros autores posteriores, como Teóphile Gautier, figura destacada do *Club des Hashischins*, logo vieram defender que os *Hashashin* eram ávidos consumidores de haxixe: só assim se explicaria a cega obediência dos fiéis nazaritas, capaz de transformar qualquer um num cruel assassino, sem amor à própria vida; de outra forma, como explicar o fanatismo e a extrema violência demonstrada pelos *fida'is*? Segundo David Guba (2016:60), estes argumentos são baseados mais em fantasias do que em factos verificáveis e reduzem os nazaritas a caricaturas da barbárie oriental e o haxixe à personificação do mal intrínseco. Seja como for, o certo é que nazaritas acabaram transformados por ser representados como fanáticos radicais que se intoxicavam com haxixe, de modo a conseguir cumprir, de forma particularmente fria, calculista e cruel, os assassinatos políticos, que eram a sua imagem de marca. Estava estabelecida, nas mentes ocidentais, a correlação lógica e simbólica entre o uso de *cannabis*, a violência e a loucura (Booth, 2005).

Algo comum às diferentes versões conhecidas na Europa é o papel central da *cannabis* entre os *Assassinos*, tida como verdadeiramente instrumental para a vida social da Ordem, nomeadamente no recrutamento de novos fiéis e na fidelização e obediência à causa, fosse como substância que favorecia um determinado comportamento ou como recompensa deste. Em suma, na lenda europeia dos *Assassinos*, a *cannabis* pode ser entendida como um elemento de alteridade, algo que, na prática, ajuda a explicar o que é descrito como comportamento irracionalmente violento e bárbaro, próprio do fanatismo. Hoje em dia, contudo, muitos autores negam estes usos de *cannabis* por parte dos nazaritas, salientando que as fontes islâmicas contemporâneas à Ordem não fazem qualquer referência ao uso de *cannabis* entre os seus membros (Booth, 2005; Lewis, 2003; Casto, 1970). Mais, muito do que se sabe acerca dos *Assassinos* é com base em fontes islâmicas sunitas – isto é, a história é narrada a partir do ponto de vista dos vencedores, não dos derrotados, o que pode ter contribuído para distorcer determinados aspetos. De acordo com alguns autores (Daftary, 2006; Casto, 1970), *hashashin* é um termo pejorativo (que pode ser traduzido como «párias») usado por sunitas árabes para se referirem à Ordem, e que, portanto, não está relacionado com a *cannabis*.

Por outro lado, se não há dados que confirmem ou desmintam o seu uso entre nazaritas (Hodgson, 1980), a importância da *cannabis* na vida social da Ordem parece resultar

principalmente de leituras europeias oitocentistas, com manifestas dificuldades em explicar o comportamento dos *fidais* (Daftary, 2006). Nesse sentido, autores europeus como de Sacy e outros podem ter recorrido à figura de uma substância psicoativa ainda mal conhecida na Europa, exacerbando-a ou conferindo-lhe um papel que nunca teve. De facto, na descrição de Marco Polo, a droga usada como soporífero (nomeadamente no âmbito daquilo que pode ser entendido como um rito de passagem) parece adequar-se mais a algo da família dos opiáceos ou outro entorpecente. No entanto, essas drogas eram bem mais conhecidas na Europa e não conferiam à lenda o exotismo orientalista em voga na França do século XIX. Por outro lado, também a *cannabis* não parece consistir em algo que pudesse ser usado para estimular ou aumentar a eficácia da prática de assassinatos políticos, que exigiam concentração e um elevado estado de alerta. O mais certo é que a grande obediência que os membros da Ordem manifestavam, e que levava alguns a cometer assassinatos pondo em risco a própria vida, se devesse essencialmente a questões religiosas e políticas, mais do que ao efeito de uma qualquer substância psicoativa (Lewis, 2003), até porque o que se sabe de al-Sabbah é que era um asceta, o que não se coaduna com uma atitude de incentivo ou concordância com o uso institucional de um intoxicante (Casto, 1970). Em suma, a *cannabis* pode ser entendida como uma espécie de «bode expiatório» perante um modo de comportamento difícil de entender e aceitar por outras leituras do mundo cristãs e muçulmanas, descrito como fanático, radical e extremista. De resto, este padrão repetiu-se inúmeras vezes ao longo da história das drogas.

Não obstante as leituras críticas da lenda e os argumentos que expõem as suas omissões e contradições, a verdade é que esta teve ao longo dos séculos um impacto considerável no mundo ocidental e, por exemplo, foi decisiva para as primeiras campanhas políticas a favor da proibição da *cannabis*, de que Harry Anslinger⁶⁶ foi um dos grandes impulsionadores. Nos anos 30 do século XX, a campanha contra a planta levada a cabo por Anslinger e outros fazia eco da lenda dos *Assassinos* e assentava, em grande parte, na ideia de que o seu consumo podia fazer de uma pessoa «normal» um assassino cruel (Casto, 1970). Em 1937, Anslinger, com a ajuda de Courtney Cooper (um escritor de policiais e argumentista de Hollywood), publicou o seu famoso artigo *Marijuana*:

⁶⁶ Harry Anslinger foi o primeiro comissário do Departamento Federal de Narcóticos, criado em 1930. Manteve-se no cargo até 1962, pelo que durante décadas foi uma figura central no processo de afirmação do chamado *modelo proibicionista das drogas* (e da *cannabis*, em particular), tanto no plano político, como mediático.

Assassin of Youth (2008), onde fazia referência explícita aos *Assassinos* e os descrevia como um grupo de assassinos cruéis e bárbaros e consumidores de *cannabis*, tal como havia feito uns meses antes num depoimento perante o Congresso norte-americano, onde defendeu que a *cannabis* era uma droga mais perigosa do que o ópio e que estava intimamente associada à criminalidade. Tal, em conjugação com a estreia do filme *Assassin of Youth*, também nesse mesmo ano, estabeleceu definitivamente uma associação entre a planta e um comportamento criminoso, violento e irracional, nomeadamente entre a juventude, uma categoria social que estava então a afirmar-se crescentemente no mundo ocidental como uma entidade autónoma (Feixa, 1998). Esta ideia entrou nas consciências públicas a tal ponto que, em 1955, a Organização Mundial de Saúde alertava que, sob influência da *cannabis*, era grande a probabilidade de se cometer um homicídio não premeditado, muitas vezes sem razão aparente (Casto, 1970). Esta não era uma ideia apenas médica, mas também política, no sentido em que se tratava de, num clima de pânico moral, transformar a *cannabis* na «erva da loucura» (*the weed of madness*), ou seja, num agente que levava algumas minorias sociais e estigmatizadas (essencialmente a população negra e hispânica) a cometer crimes e ter comportamentos violentos e subversivos (Richard & Senon, 1995).

Quase cem anos depois da campanha de Harry Anslinger, a associação entre drogas, violência e irracionalidade permanece viva, sendo a utilização de algumas drogas (ainda que já não a *cannabis*⁶⁷) muitas vezes apresentada como justificação do comportamento violento mais difícil de entender e aceitar, incluindo no meio militar e em contexto de guerra. Um bom exemplo são as recentes notícias e reportagens acerca do *captagon*, o nome comercial de uma anfetamina⁶⁸ apresentada na comunicação social como «a droga dos *ihadistas*», por ser amplamente utilizada por membros de grupos terroristas islâmicos, nomeadamente o autodesignado *Estado Islâmico* (Al-Imam *et al.*, 2017). No entanto, também este uso tem vindo a ser seriamente posto em causa (EMCDDA, 2018; Laniel, 2017; Guba, 2016), devendo ser lido mais como um mito do que como uma prática que acompanha e justifica a violência dos terroristas islâmicos, como muitos querem fazer

⁶⁷ Quando as circunstâncias mudaram, no contexto da «contracultura» norte-americana e emergência da contestação juvenil e do movimento *hippie*, o discurso oficial mudou, abandonando a associação entre *cannabis* e violência. Pelo contrário, o argumento passou a ser que o seu uso «adormecia» os jovens e retirava-lhes a vontade de combater (na Guerra do Vietname), repetindo a justificação apresentada por Napoleão para proibir o uso de *cannabis* no Egipto, cerca de um século e meio antes.

⁶⁸ A fenetilina foi sintetizada pela primeira vez em 1961 e de venda livre entre os anos de 1963 e 1981, altura em que foi proibida (Hout & Wells, 2006).

crer: por exemplo após os atentados terroristas de Paris de 2015, saíram notícias nos meios de comunicação nacionais e internacionais que afirmavam que os responsáveis pelos ataques agiam como *zombies*, como resultado de um intenso uso de *captagon*. No *Diário de Notícias* de 20 de novembro de 2015 saiu uma notícia com o título «Terroristas terão realizado atentados sob efeito de drogas». A partir do relato de testemunhas e investigadores policiais que estranharam o comportamento dos terroristas e as seringas encontradas no seu quarto alugado, a notícia estabelecia uma ligação direta entre o uso de *captagon* – descrito como um estimulante que inibe o medo e a dor – e o comportamento irracional dos terroristas islâmicos, embora não se deixasse de reconhecer que não eram ainda conhecidos os resultados dos exames toxicológicos. Mais, a notícia citava Martine Cador, à data diretora do Centro Nacional de Investigação Científica francês (CNRS), que afirmava que «tomar drogas para ir para o combate não é nada de novo», e fazia referência aos *hashashin*, apresentados como consumidores de haxixe e antepassados dos terroristas islâmicos modernos.

II Guerra Mundial

À semelhança do que aconteceu em muitos dos anteriores conflitos militares, incluindo a I Guerra Mundial (Jones & Fear, 2011), o álcool e o tabaco foram, de longe, as substâncias psicoativas mais usadas pelos militares que participaram na II Guerra Mundial (Berridge, 2013). Durante o conflito, o consumo de bebidas alcoólicas foi uma prática corrente entre as forças armadas de todos os países envolvidos, sendo que o álcool era tendencialmente entendido como a «coragem em forma de líquido»⁶⁹ (Kamienski, 2016; Bergen-Cico, 2012) e, por isso, considerado pelos Estados-Maiores como um bem de primeira necessidade do ponto de vista militar: era, por isso, uma presença constante em todas as frentes de guerra do conflito. No entanto, se o álcool era transversalmente consumido, as bebidas de eleição das tropas envolvidas variavam consideravelmente em função da tradição cultural: por exemplo, se os soldados franceses consumiam preferencialmente vinho, os ingleses preferiam rum e os russos vodka (Jones & Fear, 2011).

⁶⁹ Ainda hoje, em língua inglesa existe a expressão *Dutch's courage*, que, tudo indica, remonta à Guerra dos Trinta Anos, quando os soldados ingleses, aliados dos holandeses, ingeriam gin para acalmar os nervos antes de entrar em combate (Jones & Fear, 2011). De lá para cá, a expressão refere-se ao uso de bebidas alcoólicas como forma de aumentar a coragem ou o ânimo.

O assunto do uso de tabaco e de bebidas alcoólicas durante a II Guerra Mundial nunca foi muito estudado e a historiografia oficial tende mesmo a omiti-lo e/ou ignorá-lo, quanto muito aflora-o muito superficialmente: de facto, quem procure referências ao seu uso na bibliografia geral sobre a II Mundial não vai encontrar muita informação; quem procure na bibliografia específica sobre o consumo de drogas no conflito também não, uma vez que esta se foca principalmente no uso de substâncias sintéticas – hoje com o estatuto ilícito –, deixando em segundo ou terceiro plano o consumo de álcool e tabaco por parte dos militares envolvidos. A julgar por alguns dos títulos já citados, dir-se-ia que o uso destas substâncias sintéticas na II Guerra Mundial foi muito mais importante do que o consumo de outras drogas, reconhecidamente mais prevalentes. De facto, é recorrentemente dito que o conflito não teria sido travado da mesma forma sem um conjunto de substâncias sintéticas, nomeadamente anfetaminas e metanfetaminas, encaradas como armas de guerra (Kamienski, 2016, Ohler, 2016; Bergen-Cico, 2012).

As primeiras anfetaminas foram sintetizadas no final do século XIX, enquanto as primeiras metanfetaminas foram sintetizadas um pouco mais tarde, já no século XX (Miller, 2008). A sua produção em laboratório e posterior comercialização por parte da indústria farmacêutica (alemã, inglesa e norte-americana, sobretudo) data da década de 1930, à medida que se foram descobrindo utilizações médicas para estes compostos, nomeadamente no tratamento de determinados sintomas (enjoo, congestão nasal, bloqueio cardíaco, etc.) ou condições (depressão, narcolepsia, obesidade, esquizofrenia, dependência tabágica ou opiácea, etc.) (Miller, 2008; Courtwright, 2002; Escohotado, 1998). Estes estimulantes sintéticos farmacêuticos (de estrutura molecular similar à adrenalina produzida naturalmente pelo corpo humano) rapidamente se tornaram populares na Europa e nos Estados Unidos da América, sendo inicialmente de venda livre em farmácias, drogeries ou boticários, e anunciados como autênticas panaceias, inclusivamente em anúncios de jornal, tendo como alvo a população trabalhadora e as «donas de casa»⁷⁰ (Jay, 2010). Um dos produtos anfetamínicos mais conhecidos, a benzedrina, começou a ser comercializado em 1933 na forma de inalador nasal (Grim, 2009). Inevitavelmente, assim que começaram a ser conhecidos os mecanismos de ação das novas drogas e, sobretudo, alguns dos seus efeitos (intencionais ou não) – redução do apetite e do sono, alívio das náuseas e do cansaço –, a sua utilização militar começou a

⁷⁰ O mesmo acontecera umas décadas antes com a cocaína, um produto que surgiu no mercado como uma maravilha da ciência, até o seu consumo ser ilegalizado. Para uma discussão do uso de cocaína na I Guerra Mundial, remeto para Lukasz Kamienski (2016: 91-103).

ser considerada, tendo em mente as tropas com missões de maior desgaste: como não aproveitar militarmente as novas drogas que surgiam no mercado que, para espanto de muitos, podiam suprimir o sono, disfarçar o cansaço e aumentar o ânimo e os níveis de energia?

De facto, o uso destes estimulantes sintéticos foi testado em primeiro lugar na Guerra Civil Espanhola (Escohotado, 1998), tantas vezes descrita como um verdadeiro tubo de ensaio da guerra mundial que se adivinhava. Passados poucos anos, este tipo de drogas foi extensamente usado durante II Guerra Mundial, sendo distribuído a militares de ambos os lados do conflito por ordem de oficiais intermédios e superiores (Ohler, 2016; Rasmussen, 2011), por forma principalmente a aumentar a resistência física e o estado de alerta, nomeadamente daqueles que tinham missões específicas e particularmente exigentes, como os pilotos de aviação ou os tripulantes de tanques ou submarinos. O caso mais paradigmático é o dos *camicases* japoneses, que, segundo alguns, agiam sob influência de altas doses de metanfetaminas (Kamienski, 2016; Bergen-Cico, 2012).

A Alemanha foi o primeiro país a usar militarmente uma destas substâncias, o *pervitin*⁷¹, patenteado em 1937 e de venda livre até 1940, altura em que passou a ser controlada legalmente. Otto Ranke, o diretor do Instituto Alemão de Psicologia Militar, foi figura-chave neste processo, ao mandar iniciar uma série de testes com o objetivo de avaliar a eficácia da utilização em combate de metanfetaminas (Grim, 2009). Independentemente do resultado dos testes científicos, o certo é que algumas das principais vitórias das tropas alemãs durante o conflito, como a invasão da Polónia ou a ocupação da França, são atribuídas ao uso destas substâncias, na medida em que concedia às tropas uma clara vantagem no campo de batalha. Segundo alguns (Ohler, 2016), o comportamento aguerrido que as tropas alemãs demonstravam em combate é, em parte, explicado por um intenso uso de metanfetaminas, ajudando a construir a imagem temível do soldado nazi. Sabedores de tal, os Aliados consideraram fazer o mesmo e acabaram por dar início aos seus próprios testes laboratoriais (Rasmussen, 2011). O mais curioso é que, com o decorrer do conflito, as tropas alemãs parecem ter reduzido ou mesmo abandonado o uso de metanfetaminas, à medida que foram ficando cada vez mais patentes os custos e as consequências negativas do seu uso. Pelo contrário, as tropas inglesas e norte-americanas

⁷¹ Remeto para Norman Ohler (2016), autor de um extenso trabalho de arquivo (incluindo os registos pessoais de Theodor Morell, o médico assistente de Adolf Hitler), quem queira saber mais acerca do uso de metanfetaminas por parte das tropas alemãs durante a II Guerra Mundial.

foram aumentando o uso de anfetaminas: tal parece ter ficado particularmente enraizado entre os norte-americanos, que intensificaram o seu uso ainda mais no conflito em que se envolveram a seguir, a Guerra da Coreia, e na maior parte das intervenções militares futuras⁷² (Kamienski, 2016).

O que o uso de substâncias psicoativas na II Guerra Mundial tem de particularmente relevante para a presente reflexão antropológica é que, ao contrário do que tantas vezes aconteceu ao longo da História, a droga emblemática não consistiu num produto psicoativo oriundo dos territórios onde a guerra era travada (e que as tropas ocidentais descobriram através das populações). Neste caso, as anfetaminas e metanfetaminas eram produtos farmacêuticos, recém-chegados ao mercado, que os Estados-Maiores aproveitaram para fins militares, assim que se descobriram os benefícios da sua utilização no campo de batalha. Tanto é assim que, enquanto o conflito durou, grande parte da produção destes produtos anfetamínicos foi desviada para a utilização militar (nomeadamente na Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos da América e Japão⁷³). Tratou-se, portanto, de um uso incentivado, instrumentalizado, tendo em conta os ganhos em eficácia militar, onde a ciência foi usada em benefício da máquina de guerra (Rasmussen, 2011).

Contudo, o caso da II Guerra Mundial é semelhante em muitos aspetos a outros contextos militares atrás citados, verificando-se algumas das tendências históricas já identificadas. Para começar, este é mais um exemplo de uma guerra onde os militares desempenharam um papel central no uso e na disseminação das drogas: na história dos produtos anfetamínicos há claramente um antes e um depois da II Guerra Mundial (Miller, 2008). Por outro lado, embora tenham sido usados por ambos os lados do conflito, o seu uso é muitas vezes associado sobretudo ao lado derrotado, nomeadamente como justificação da irracionalidade dos comportamentos mais difíceis de explicar: sejam os *camicases* japoneses, as temíveis tropas de Rommel ou até mesmos os campos de concentração nazis, onde se faziam experiências macabras com todo o tipo de drogas sintéticas (Bergen-Cico, 2012; Courtwright, 2002). Mesmo sem o explicitar de forma clara, a tese

⁷² Hoje em dia, ainda é prática comum entre as tropas norte-americanas – em especial na força aérea – envolvidas em intervenções militares a utilização das chamadas *go-pills*, pastilhas de dexedrina, que permitem manter acordados os militares por muito tempo.

⁷³ No final do conflito, já numa fase de desespero, cresceu exponencialmente a produção de metanfetaminas no Japão, a fim de aumentar a eficácia militar e evitar a derrota. Quando se deu a rendição japonesa, os excedentes armazenados passaram a ser controlados pela máfia e as metanfetaminas passaram a ser drogas de rua (Bergen-Cico, 2012; Escohotado, 1998).

de Norman Ohler (2016) acaba por ser que a brutalidade e a imoralidade do regime nazi eram alimentadas por um uso intensivo de todo o tipo de drogas por parte da população alemã (incluindo o *führer*), e em especial pelas metanfetaminas usadas em grandes quantidades pelas tropas alemãs durante a II Guerra Mundial. A tese de Nicolas Rasmussen (2011) é diferente: o uso de produtos anfetamínicos, nomeadamente por ingleses e norte-americanos, teve mais que ver com uma procura de elevar o moral das tropas do que aumentar os seus níveis de agressividade.

Guerra do Vietname

O uso de drogas ilícitas – essencialmente *cannabis*, heroína, anfetaminas e também LSD – por parte das tropas norte-americanas que participaram na Guerra do Vietname despertou grande interesse por parte da academia e sinal disso é o elevado número de estatísticas e estudos produzidos sobre o assunto, nomeadamente de natureza epidemiológica mas não só. De facto, pode dizer-se que a Guerra do Vietname foi o primeiro conflito armado onde o uso de drogas ilícitas entre as tropas foi estudado e monitorizado enquanto decorria, de uma forma que se pretendia objetiva e científica. Na altura, a partir de inquéritos e estudos de caso, foram feitas estimativas da dimensão do uso de drogas ilícitas, com destaque para a heroína. Um apontavam para que 10% a 25% dos militares mobilizados no Vietname fumassem heroína regularmente e muitos mais consumissem *cannabis*. Outras calculavam que 15% dos militares eram clinicamente dependentes de heroína, enquanto umas terceiras apresentavam números mais elevados, calculando que 30% e 60% dos militares fumassem heroína e *cannabis*, respetivamente (Kamienski, 2016; Camp, 2015; Lee, 2012; Jaffe, 2010; Maraniss, 2003). Fosse como fosse, o que parece certo é que o uso de determinadas drogas foi aumentando com o decorrer do conflito. Primeiro a *cannabis*, cujo consumo se intensificou a partir de 1968, o que coincidiu com a crescente popularidade desta e de outras drogas ilícitas entre a juventude norte-americana, nomeadamente entre os jovens integrados no movimento da chamada «contracultura»⁷⁴ (Cottrell, 2015; Gair, 2007). Mais tarde, a partir de 1970, emergiu o consumo de heroína, sendo que no final do conflito esta substância psicoativa

⁷⁴ Aqui reside uma enorme diferença: enquanto nos Estados Unidos da América, por alturas do final da década de 60 e início da década de 70 do século XX, a população jovem conhecia as principais drogas ilícitas e os seus efeitos, para além da conotação política que o seu uso então tinha (Kamienski, 2016; Farber, 2002), em Portugal, mais concretamente na «metrópole», isso não acontecia.

ameaçava tornar-se a droga emblemática entre os militares norte-americanos. É preciso ter em consideração que no Vietname, tal como outros países da região, a heroína estava à disposição das tropas, na medida em que era muito fácil adquiri-la a preços muito reduzidos e com um elevado grau de pureza. Assim sendo, devido ao seu baixo custo, os soldados norte-americanos no Vietname podiam dar-se ao luxo de fazer algo que a juventude nos Estados Unidos da América não podia: consumir heroína de uma forma casual e de desperdício, misturando-a com tabaco e fumando-a como se de um cigarro se tratasse (Kamienski, 2016; Camp, 2015).

A Guerra do Vietname foi, de longe, o conflito armado mais estudado no que ao uso de substâncias psicoativas diz respeito, assim como também o que lá se passou contribuiu decisivamente para alterar a forma como as ciências sociais e outros saberes olham para as drogas, ao chamar a atenção para a importância do contexto e ao perspetivar o uso de substâncias ilícitas em função de variáveis socioculturais e das expectativas dos consumidores (Coomber *et al.*, 2013).

Também nos planos mediático e político o uso de drogas por parte das tropas norte-americanas envolvidas no conflito teve um enorme impacto, suscitando grande preocupação e consternação na esfera pública, que, por um lado, se traduziram em constantes notícias e reportagens nos meios de comunicação e, por outro, na criação de grupos de trabalho para estudar o assunto e propor estratégias de intervenção (Camp, 2015; Jaffe, 2010; Booth, 2005). Temia-se que o uso de determinadas drogas, descrito como excessivo e generalizado, comprometesse a eficácia militar das tropas (o que explicaria a evidente falta de sucesso militar com que as forças armadas norte-americanas se deparavam no Vietname), sendo que a perspetiva de regresso a solo nacional de militares na condição de heroína-dependentes, «vício» desenvolvido no decurso do conflito, era também algo que assustava a opinião pública e o poder político. Na verdade, o alarme social criado pelas notícias acerca do uso de drogas por parte das tropas norte-americanas no Vietname foi tal que foi uma das causas que, em 1971, levou o presidente Richard Nixon a dar início à chamada «guerra às drogas» (Camp, 2015; Bergen-Cico, 2012; Weimer, 2003), de que falarei de forma mais detalhada num capítulo posterior. Não é despidendo o facto de, entre os militares mobilizados no Vietname, haver uma clara associação entre o uso de drogas ilícitas e baixas patentes.

Num verdadeiro clima de «pânico moral» (Cohen, 2002), as autoridades receavam que se repetisse o que se havia passado 100 anos antes, após o fim da Guerra Civil Americana:

com a desmobilização, muitos veteranos descobriram-se dependentes de morfina – substância usada extensivamente pelas tropas de ambos os lados para recuperar ou simplesmente suportar as dores causadas pelos ferimentos de guerra, fenómeno que conhecido como «doença do exército» (*soldier's disease*) – e acabaram por nunca se integrar socialmente, o que, de acordo com a crença popular, deu origem a uma vaga de criminalidade um pouco por todo o país (Camp, 2015; Poiars, 1999b). Numa altura em que os Estados Unidos da América procuravam reduzir o seu contingente militar no Vietname, o que se traduzia, portanto, em muitos milhares de soldados a regressarem da guerra todos os meses, os veteranos do conflito foram olhados da mesma forma que haviam sido os veteranos da Guerra Civil Americana – isto é, como adictos e problemáticos –, tendo-se gerado um receio generalizado que os ex-militares constituíssem um foco de instabilidade e que, com a desmobilização, se desse uma súbita enchente de «toxicodependentes» na sociedade norte-americana (Stanton, 1976, Inglis, 1975) – bem vistas as coisas, tanto a heroína como a morfina pertencem à família dos opiáceos, as substâncias psicoativas ilícitas consideradas de maior potencial aditivo e destrutivo.

Em 1971 foi tornado obrigatório para quem terminasse a comissão militar no Vietname a realização de um teste à urina para despiste do uso de opiáceos, sendo que, a partir de 1972, quem acusasse positivo estava impedido de regressar a casa de imediato, ficando num regime de quarentena que podia incluir tratamento de «desintoxicação» (Camp, 2015). No entanto, na altura, a reduzida percentagem (5%) que acusou positivo e foi encaminhada para tratamento (Robins, Davis & Goodwin, 1974) surpreendeu muita gente, revelando que muito provavelmente a maioria dos militares que usavam heroína durante a guerra, com a perspectiva de regresso a casa, abandonou o consumo por si própria, fosse porque tal já não fazia sentido em tempos de paz, fosse porque sabia que acusar positivo implicava não poder abandonar o Vietname de imediato.

De um modo geral, o uso excessivo de drogas ilícitas é algo que é automaticamente associado à Guerra do Vietname, muito por culpa da forma como a questão foi apresentada na música, na literatura e, muito especialmente, no cinema, criando a representação que as tropas norte-americanas de então consistiam num indisciplinado grupo de militares maioritariamente sob o efeito constante de substâncias psicoativas ilícitas (Whalon, 2004; Kuzmarov, 2009). Basta pensar em filmes icónicos como *Apocalypse Now* ou *Platoon*. Ao contrário da Guerra Colonial Portuguesa, tema sobre o

qual reina o silêncio, a Guerra do Vietname foi amplamente discutida nos *media*, na academia e também nas artes, sob variadas perspetivas, pelo que não é por acaso que os próprios ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa têm as imagens do Vietname por referência, mesmo quando o assunto é o uso de drogas em combate.

De facto, algumas enciclopédias sobre drogas contêm entradas específicas sobre o assunto (Robins, 2009; 2001) algo que não acontece com mais nenhuma outra guerra, embora, como se viu, em muitos conflitos armados anteriores também se tenha verificado um extenso uso de substâncias psicoativas. Embora apresente algumas similitudes com o que se passou com as tropas de Napoleão mobilizadas no Egito e na Argélia, o que o caso da Guerra do Vietname tem de particular em relação à grande maioria dos outros conflitos ocorridos até então é que o uso de determinadas drogas era um deliberado ato de transgressão, na medida em que os soldados estavam consciente que as drogas em causa eram consumo proibido por lei. Mais do que isso, naquele contexto, o consumo de algumas substâncias psicoativas estava relacionado com uma posição de contestação à justeza do próprio conflito, de certa forma consistindo num ato de resistência (Kamienski, 2016; Booth, 2005; Weimer, 2003). É preciso ter em atenção que, tal como na Guerra Colonial Portuguesa, também os soldados norte-americanos no Vietname foram recrutados contra sua vontade, sendo que a contestação à participação norte-americana no conflito foi aumentando com o decorrer dos anos, tanto entre as tropas, como na sociedade norte-americana como um todo, à medida que se iam multiplicando as baixas e os desaires militares.

Em suma, a notoriedade do uso de drogas entre as tropas norte-americanas que participaram na Guerra do Vietname deve-se à repercussão que o fenómeno teve no plano mediático e político, mas também à dimensão do próprio uso. Se é muito provavelmente o conflito onde o consumo de substâncias psicoativas entre as tropas foi mais prevalente, foi sem dúvida a guerra onde, até então, se consumiu a maior variedade de substâncias psicoativas, entre lícitas e ilícitas. Por essa razão, é frequentemente apelidada de «a primeira guerra farmacológica» (Kamienski, 2016). No entanto, tal como se passou em outros conflitos armados, incluindo a Guerra Colonial Portuguesa, o uso de determinadas drogas mereceu maior atenção do que outras. Enquanto o uso de umas suscitou preocupação, o uso de outras, como o álcool e o tabaco, foi ignorado ou desvalorizado. Revelador disso mesmo é o facto de grande parte dos estudos epidemiológicos sobre o uso de drogas realizados às tropas norte-americana mobilizadas no Vietname não incluir

perguntas acerca do consumo de bebidas alcoólicas (Camp, 2015). Isto é, por mais que se tenda a olhar para o militar norte-americano da Guerra do Vietname como um utilizador de *cannabis*, LSD e heroína, e a própria experiência de guerra como uma *trip*, a verdade é que entre as tropas o consumo de tabaco e de bebidas alcoólicas foi, de longe, mais prevalente (Kuzmarov, 2009). Também pouco discutida foi a questão do uso de anfetaminas – nomeadamente a dexedrina, um derivado anfetamínico muito mais potente do que a benzedrina usada na II Guerra Mundial –, até porque eram substâncias distribuídas pela administração militar a tropas com missões mais exigentes (Kamienski, 2016).

Como se verá, a Guerra do Vietname e a Guerra Colonial Portuguesa, que decorreram sensivelmente ao mesmo tempo, partilham vários aspetos em comum, nomeadamente a forma como o uso de substâncias psicoativas, incluindo drogas ilícitas, foi tolerado pelas chefias – no caso norte-americano, o facto do despiste do uso de drogas ser realizado apenas na altura da desmobilização diz tudo – e também a forma como os militares descontinuaram ou reduziram os consumos aquando do regresso a casa. No entanto, se o uso de drogas ilícitas no Vietname foi uma prática com motivações e implicações políticas, até porque consistia num deliberado ato de contestação, na Guerra Colonial Portuguesa não é possível fazer uma leitura tão taxativa em relação ao uso de *cannabis*. Seja como for, em ambos os conflitos os usos de drogas podem ser entendidos como uma forma de lidar com a solidão, o tédio e o medo, isto é, no fundo consistia numa forma de automedicação (Camp, 2015; Stanton, 1976). Talvez por isso os excessos fossem tendencialmente tolerados e desvalorizados, não conduzindo às consequências disciplinares e criminais que em outras circunstâncias certamente conduziriam.

Antes de passar à análise dos usos de drogas entre as tropas portuguesas presentes em Angola e Moçambique e dos seus significados, discuto no próximo capítulo alguns aspetos da Guerra Colonial Portuguesa e da experiência de combate que me parecem essenciais para os compreender.

7. RECORDAÇÕES DA GUERRA COLONIAL PORTUGUESA

Il faut entrer en soi-même armé jusqu'aux dents.

Paul Valéry

*Mas não puxei atrás a culatra,
não limpei o óleo do cano,
dizem que a guerra mata: a minha
desfez-me logo à chegada.*

*Não houve pois cercos, balas
que demovessem este forçado.
Viram-no à mesa com grandes livros,
com grandes copos, grandes mãos aterradas.*

*Folheando uns papéis que sobraram
lembra-se agora de haver muito frio.
Dizem que a guerra passa: esta minha
passou-me para os ossos e não sai.*

Fernando Assis Pacheco

É difícil, se não mesmo impossível, resumir num capítulo a Guerra Colonial Portuguesa a partir da perspectiva de quem nela participou, tão pessoal e díspar foi a experiência. Com maior ou menor dificuldade, pode contar-se a história do conflito em poucas páginas, começando nos antecedentes históricos ou nos primeiros ataques levados a cabo por militantes da UPA e do MPLA em Angola, no ano de 1961, e terminando com o cessar das hostilidades, em 1974, ou com o regresso das últimas tropas portuguesas, em 1975. Quanto às vivências, isto é, a dimensão do vivido, é bem mais difícil dar-lhes voz. Em determinado sentido, tal é inenarrável: as palavras não chegam, ficam necessariamente

alguém. Como refere Luís Quintais (2007: 42), “falar de guerra e de experiências de guerra é apelar a um patamar fenomenológico em que aquilo a que apelidamos de «condição humana» é colocado à prova”. Explícita ou implicitamente, muitos ex-combatentes expressam esta ideia. Por exemplo, *Um Barco Fardado*, o magnífico livro de memórias da Guerra Colonial Portuguesa de Eduardo Brito Aranha (2005: 17), ex-alferes miliciano que teve que interromper o curso de medicina no 2º ano para ir comandar um grupo de combate em Angola, começa assim: “A guerra? Levaria tanto tempo se te quisesse contar...”.

Neste capítulo, procuro discutir a experiência vivida da Guerra Colonial Portuguesa, nomeadamente algumas ideias-chave que entendo como cruciais para enquadrar e entender as vivências dos militares portugueses que participaram no conflito, incluindo o uso de substâncias psicoativas. Por opção metodológica, tal será feito a partir sobretudo das palavras e das expressões usadas pelos próprios ex-combatentes, pelas razões que fui apresentando ao longo do texto.

Manuel Bastos, ex-furriel miliciano e autor de *Cacimbados. A Vida por um Fio* (2008), uma prosa-em-tom-poético reflexiva e particularmente perspicaz sobre a experiência de guerra em Moçambique, refere como a dificuldade em falar acerca da participação no conflito contribuiu para o (já referido) silêncio que imperou durante muito tempo sobre a Guerra Colonial Portuguesa, e que, nesse sentido, foi também autoimposto. Entre outros, Eduardo Brito Aranha (op. cit.) e Francisco Peleirão Camejo, que assina o prefácio de *O Outro Lado da Guerra. Cantina Oliveira, Moçambique*, de Manuel Ramos (2012), são da mesma opinião.

Vai ser preciso muito tempo para a história fazer justiça, porque a revolta das populações espoliadas dos seus bens e dos filhos a troco de nada tende a culpar os últimos responsáveis, como se o dentista que extrai o dente podre fosse culpado da falta de higiene dentária que não evitou a cárie. E depois promove-se o silêncio, primeiro por pudor, porque ninguém gosta de dizer que matou um tipo com quem podia ter bebido uns copos, um tipo a quem também disseram que tinha que ir combater porque havia gente sua que precisava de ajuda; depois por estratégia, para que o manto silencioso do esquecimento cale o eco das guerras havidas para se permitir o alarde às guerra a haver. [Manuel Bastos (2008: 11), furriel miliciano, Moçambique, 1972]

Quem habita situações como as que estão referidas neste livro habitualmente tarda em publicitá-las, devido à carga emocional a que elas está ligada. Existem sentimentos de humilhação, coisas más que frenam a espontaneidade e necessitam de um tempo decorrido para o esbatimento desejável e libertador. [Eduardo Brito Aranha (2005: contracapa), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Surgiu hoje o escrito adiado. Adiado porque o «pó» das recordações ainda hoje incomoda e, quando o sinto e me toca, continua doloroso e interior. Surgem aqui e agora, esvoaçando, os fantasmas que só teimavam aparecer em tempo de Natal, de aniversário ou angústia. [Francisco Peleção Camejo (em Ramos, 2012: 4), furriel miliciano, Moçambique, 1972-1974]

Com algum embargo na voz, também Miguel Raposo, que chefiou um grupo de combate de tropas especiais *comandos* em Angola, fala da dificuldade em verbalizar tudo aquilo que assistiu e viveu, nomeadamente episódios que considera dolorosos e nunca ultrapassados.

O que define um ato de heroicidade é, por exemplo, um rapazinho que é recuperado de helicóptero, é evacuado, teve uma mina, ficou sem uma perna, está a sangrar, está sem a perna. É uma situação em que, pronto, ele acabou – «perdi a minha perna» – e ele está com uma atitude de coragem a tentar controlar-se. E há um camarada ao lado a chorar ao vê-lo assim e ele diz-lhe: «mas ouve lá, eu é que estou sem perna e tu é que choras?!». Isto é um ato heroico! Isto não... só estando, só vendo, é que se percebe exatamente o que é viver em... eu tive um momento de desolação, em que chorei sozinho, quando vi um soldado, o Adérito, um soldado negro a quem eu dei instrução, deitado lá numa arrecadação, no cimento frio de uma arrecadação, morto, trespassado. Fui ver, quis ver aquele rapaz, o Adérito, que era um negro pacífico, a quem eu dei instrução, um ser humano fantástico. Eu chorei. Quando entrei e vi. Isto são, portanto, aqueles momentos que só nós... não se consegue transmitir muito bem tudo aquilo que se sente. [Miguel Raposo, alferes comando, Angola, 1971-1973]

Perante narrativas como esta e outras – com destaque para passagens onde são descritas algumas operações militares com uma linguagem particularmente crua e realista, como aquelas que marcam *O Último Inferno. Guerra Colonial, 1971-1973*, de Pedro Catita (2006), ou *O Inferno Verde. Moçambique, 1968-1972*, de José Alberto Mesquita (2004), por exemplo –, senti sempre uma enorme dificuldade em visualizar e imaginar como real o que estava a ler ou o que me estavam a contar. Mais do que isso, grande parte das coisas

narradas soou-me a irreal – não no sentido de inverídico ou ficcional, naturalmente, mas no sentido de algo profundamente distante de tudo o que me é familiar e, até, estruturante. Realidades que considero do domínio do inimaginável, portanto. Eis um exemplo, pela pena do ex-capitão miliciano António Loja, autor de *As Ausências de Deus. No Labirinto da Guerra Colonial* (2013), uma comovente reflexão escrita a partir da cama de um hospital acerca da passagem pela Guiné durante a Guerra Colonial Portuguesa, mais de três décadas antes, onde comandou uma companhia de infantaria e onde, é sabido, a guerra era mais intensa:

Mamadú ficou desfeito, literalmente, em pedaços espalhados pela picada e escorrendo de ramos de árvores; e Abdulai, que vinha logo atrás, foi apanhado por um estilhaço que o atingiu na parte superior do tórax. Deu dois passos na minha direção, dizendo:

– Ai, meu capitão! Meu capitão!

De um buraco na clavícula jorrava a cada batida do coração, um repuxo de sangue que me atingiu a cara, os óculos e me escorreu para o nariz e para a boca. Sustentei-o debaixo dos braços e pousei-o devagar sobre as folhas das árvores, no meio da picada, enquanto toda a companhia assumia posições de defesa. Nunca consegui esquecer o sabor do sangue ainda quente e o cheiro adocicado e logo nauseabundo que me invadia as narinas. Disse-lhe uma mentira piedosa:

– Vem aí o enfermeiro. Vais ficar bem! Já mandei vir o helicóptero...

Espero que ele tenha acreditado, nos breves segundos que levou a morrer. Só que na morte não há breves segundos. É um tempo sem relógio. É toda a eternidade de um fim que parece nunca chegar. Morreu a esvair-se em sangue que ninguém poderia estancar. O que recordo com horror é a minha reação seguinte: ainda ajoelhado junto dele, inclinei-me para o lado e vomitei, de um modo incontrolável, ali a dois passos do cadáver do meu camarada. [António Loja (2013: 38), capitão miliciano, Guiné, 1966-1968]

Para além dessa limitação óbvia, houve coisas que não me achei no direito de perguntar aos entrevistados, houve temas que, de forma consciente, preferi não abordar. Como podia eu (que nunca peguei numa arma, que jamais estive sob fogo, que não fui à tropa e que, se fosse chamado para cumprir serviço militar, mesmo que em tempo de paz, me declararia objetor de consciência) questionar alguém acerca do que é matar um ser humano, ver morrer outro alguém, chorar de desespero, de raiva ou de medo? Da mesma forma, não me atrevi nunca a perguntar a quem quer que fosse como é cruzar a fronteira

da cobardia e do heroísmo, ou questionar arrependimentos ou pesos na consciência. Alguns informantes afluíram estas questões (sem nunca o aprofundar), outros evitaram-nos de forma evidente.

Daqui decorre que, mesmo depois de muitas horas de entrevistas realizadas, transcritas e analisadas, de muitas biografias de ex-combatentes lidas, de muitas discussões e interações assistidas no ciberespaço, não me considero especialista ou, sequer, grande conhecedor acerca da Guerra Colonial Portuguesa, nomeadamente na dimensão da experiência vivida. Por muitas descrições realistas e pormenorizadas de operações militares que tenham envolvido trocas de tiros que leia, será que alguma vez conseguirei colocar-me verdadeiramente no lugar do narrador que vê a sua vida em perigo, entender o que sentiu (as mãos geladas, o nó na garganta, o fel que vem à boca, o descontrolo físico, o medo paralisante)? Se nunca me aproximei sequer desse plano existencial, posso realmente perceber quando um informante me diz “quem esteve debaixo de fogo sabe bem quanto tempo dura um minuto”?

Dito isto, não deixei de identificar traços comuns à grande maioria dos testemunhos. São esses traços comuns que permitem falar de uma experiência partilhada, encontrar similitudes e, no limite, fazer generalizações acerca do conflito e dos seus participantes. Deixo claro, portanto, que estou a falar da Guerra Colonial Portuguesa a partir do plano do geral, abrindo espaço para particularidades e realidades concretas diferentes e, até, contrárias ao que exponho.

É imprescindível ter sempre presente que a Guerra Colonial Portuguesa foi um conflito que mobilizou mais de um milhão de militares, que decorreu por mais de uma década em três territórios distintos e em condições políticas, sociais e militares muito diferentes entre si e ao longo do tempo. Ainda que tenha procurado contrariar tal, admito que a minha visão possa estar condicionada pelo facto de ter entrevistado e lido textos biográficos sobretudo de um determinado perfil de ex-combatentes: furriéis e alferes milicianos que participaram na guerra nos últimos anos do conflito, essencialmente⁷⁵. Seja como for, o facto de grande parte dos autores que estudaram a Guerra Colonial Portuguesa –

⁷⁵ As razões de ser este o perfil do ex-combatente mais empenhado na produção biográfica e na participação em fóruns onde a Guerra Colonial Portuguesa é discutida são complexas e multivariadas, mas estão provavelmente relacionadas com a maior literacia e hábitos de escrita e reflexão. Por outro lado, participa em grupos de ex-combatentes na Internet todo o tipo de pessoas, incluindo aquelas com uma menor literacia. No entanto, o ciberespaço tende a ser um local mais de discussão do que de reflexão e distanciamento.

nomeadamente aqueles que adotaram uma perspetiva antropológica, como Maria José Lobo Antunes (2015), Bruno Sena Martins (2015; 2014; 2013), Elísio Jossias (2007), Sara Primo Roque (2004), Luís Quintais (2000a) ou Daniel Seabra Lopes (1998) – ter chegado genericamente às mesmas conclusões, ainda que se tenham focado em determinados aspetos em particular, quererá dizer qualquer coisa e, de certa forma, validam as minhas generalizações.

Bem ou mal, a história militar da Guerra Colonial Portuguesa está feita (Venter, 2015; Afonso & Gomes, 2010; Garcia, 2010; Teixeira, 2010; Leite, 2009; Rebocho, 2009; Brandão, 2008; Garcia, 2006; Cann, 2005; Bacelar, 2000). Também a história social do conflito se vai fazendo⁷⁶. Por outro lado, a história social dos seus intervenientes – combatentes de um lado e outro do conflito, e também a população civil afetada – está, em grande medida, por fazer, em parte devido à renitência demonstrada durante muito tempo pelos ex-combatentes em falar da participação na guerra. É também esta a opinião de Luís Oeiras, autor de *Mueda-Lua* (2009), uma espantosa biografia romanceada da experiência de guerra no norte de Moçambique contada na perspetiva de um conjunto de oficiais que estavam sedeados em Mueda, a cidade moçambicana conhecida, então, como «a capital da guerra». Diz este ex-alferes no preâmbulo:

Existirá, porventura fiel e bem clara, a história política e social da guerra, mas não a dos combatentes. Os que poderiam contá-la calam-se e as novas gerações não a conhecem, nem têm motivos para considerá-la de algum interesse. Um dia, quem sabe se tarde de mais, os filhos quererão saber e registar a saga dos homens da guerra, para que ela não se repita ou, simplesmente, para saberem quem são. [Luís Oeiras (2009: 9), alferes miliciano, Moçambique, 1968-1970]

A forma como os antigos militares que participaram da Guerra Colonial Portuguesa falam e escrevem acerca da sua experiência de guerra é particularmente diversa e, até, divergente. Uns adotam uma postura mais distanciada e superficial, com outros passa-se precisamente o contrário: o tom é pesado e o discurso mais vivido e sofrido. Há quem opte por um tom pícaro e quase anedótico, privilegiando a piléria, os episódios mais caricatos e os momentos de boa-disposição. Há quem procure sobretudo explicar e não

⁷⁶ Na história social da Guerra Colonial Portuguesa, para além da bibliografia já citada em capítulos anteriores, merece natural destaque a magnífica série televisa *A Guerra*, da autoria de Joaquim Furtado, que, entre 2007 e 2013, foi emitida na RTP em 42 episódios, sendo construída a partir de imagens de arquivo e entrevistas com personagens-chave dos dois lados beligerantes. A série contribuiu decisivamente para tornar a Guerra Colonial Portuguesa um assunto na ordem do dia na agenda mediática.

tanto descrever, procurando fazer um enquadramento histórico e social, enquanto outros adotam um registo mais individualista e autocentrado. Há também quem expresse sobretudo mágoa, raiva ou revolta. Há narrativas de reivindicação, há narrativas de autocomiseração. Nesse sentido, como não podia deixar de ser, a Guerra Colonial Portuguesa não foi uma mas muitas guerras, porventura tantas quantas os militares envolvidos.

Naturalmente, a experiência de guerra variou muito consoante o ano e o local onde decorreu a comissão militar em África, sendo radicalmente diferente de região para região: não foi o mesmo ter estado num território pacificado ou numa zona militarmente ativa, nomeadamente na Guiné, no norte de Moçambique ou em Cabinda e na região dos Dembos, em Angola. A experiência dependeu também da função desempenhada: não foi o mesmo ter tido funções operacionais e cumprido missões no «mato» ou ficado cingido apenas a funções administrativas e, por norma, não ter que sair do quartel, como aqueles que eram apelidados jocosamente de *aramistas*, por estarem sempre confinados ao interior do arame farpado (Aranha, 2005). Também a altura histórica condicionou a experiência: por exemplo, uma região podia estar em plena guerra em 1965 e já estar pacificada em 1971, e vice-versa, sendo que o sentimento de contestação à própria guerra foi crescendo com o tempo e o desenrolar do conflito, tanto entre as tropas portuguesas, como na sociedade portuguesa em geral (Gomes, 2011; Estêvão, 2000).

Em contraste com a generalidade dos testemunhos, um ex-alferes com quem falei – mas que, por razões várias, acabou por não ser entrevistado formalmente – afirmou praticamente só ter boas recordações da guerra e descreveu um quotidiano pacato e uma vida familiar: colocado numa zona pacificada de Angola, pôde viver numa habitação própria com a mulher, fora do quartel, e participar em caçadas frequentemente, sem preocupações de segurança e sem nunca ter usado a G3 ou deparado com o inimigo uma vez que fosse. É, no entanto, mais a exceção do que a regra.

Traços comuns

Um traço comum aos testemunhos bastante óbvio é a necessidade que hoje – nem sempre foi assim, como se viu atrás – os ex-combatentes (ou alguns, pelo menos) têm de contar a sua história, de acertar contas com o passado e deixar escritos para memória futura, por muito que tal custe ou implique reviver episódios que os próprios consideram dolorosos

(são estas memórias que doem que, em parte, justificam o tempo todo em que muitos se recusaram ou optaram por não abordar estes temas publicamente). Fazem-no, por um lado, para que os acontecimentos não sejam esquecidos e, por outro, para honrar a memória dos companheiros de armas, nomeadamente aqueles que já morreram. Não é por acaso que muitos livros de memórias de guerra – como o diário de guerra de José Niza (2012), escrito a partir dos aerogramas enviados a partir de Angola, ou o texto biográfico de Manuel Ramos (2012), por exemplo – são dedicados a companheiros – e mesmo a inimigos – que morreram em combate, por vezes à sua frente. Pelas dedicatórias e textos introdutórios, percebe-se que muitos ex-combatentes consideram-se pertencentes a uma geração que, de certa forma, se sacrificou e a quem não foi feita a merecida justiça, nomeadamente por parte da classe política.

Que este livro seja entendido como um apelo para que não caia no esquecimento uma guerra que poderia ter sido evitada, ou que pelo menos poderia ter sido terminada com honra e dignidade. [Manuel Bastos (2008: 11), furriel miliciano, Moçambique, 1972]

Dedico este livro aos que morreram na guerra e aos que sofreram por causa dela. Pelos que morreram nada a fazer. A não ser a recordação, a medalha e a magra pensão para as viúvas. Para os que sobreviveram há o apelo de que não permitam outras guerras como esta. [...] Só quem viveu uma guerra pode saber, verdadeiramente, o que é a paz. [José Niza (2012: 7), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

[Dedico este livro] aos camaradas da minha unidade. A todos os que combateram na guerra colonial (Angola, Guiné e Moçambique), não esquecendo os naturais e os próprios guerrilheiros dos Movimentos de Libertação. A todos os combatentes, de ambos os lados, que tombaram para sempre ou de alguma maneira ficaram com alguma deficiência, quer física, quer mental. Ao Carlos Sá Lima, a nossa única vítima mortal, à sua memória, uma dedicatória especial. [Manuel Ramos (2012: 3), furriel ranger, Moçambique, 1972-1974]

Arrisco afirmar que a produção biográfica por parte de ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa aumentou exponencialmente nos últimos dez a quinze anos⁷⁷, à

⁷⁷ A lista de obras biográficas e ficcionais sobre a experiência da participação no conflito publicada em <http://ultramar.terraweb.biz/06livros.htm>, uma página Internet gerida por e para veteranos da Guerra Colonial Portuguesa, confirma que a grande maioria dos títulos foi publicada já no presente milénio.

medida que estes se foram aproximando ou entrando na reforma e, com isso, contando com maior disponibilidade de tempo para escrever e para organizar escritos e memórias. A afirmação da Internet e a possibilidade de no ciberespaço interagir com outros antigos militares terá também contribuído, ajudando a dar maior visibilidade pública ao conflito e a fomentar consciência de grupo junto dos ex-combatentes, bem como permitido reencontrar companheiros, estreitar laços com veteranos de outras companhias, ler, publicar e obter resposta e retorno sobre textos alusivos à experiência colonial, por exemplo. Por outro lado, talvez com os anos aumente a necessidade de fazer um balanço de vida, nomeadamente das experiências biográficas mais marcantes e significativas.

Seja como for, há uma evidente vertente de catarse no que é narrado, tanto por aqueles que me concederam entrevistas (“faz-me bem falar sobre isto, não se preocupe” ou “às vezes faço uma pausa porque começo a lembrar-me daquilo, mas não tem problema, isto até serve de escape”, disseram-me quando eu, em alturas de maior emoção e embargo na voz, perguntei a dois entrevistados se queriam fazer uma pausa ou terminar por ali a entrevista) como por aqueles que escreveram textos biográficos e que referem (geralmente no prefácio) que a escrita do livro ou do blogue os ajudou a enfrentar e a exorcizar o que alguns apelidam de «fantasmas».

Vários entrevistados escreveram textos biográficos e livros de memórias da Guerra Colonial Portuguesa (geralmente obras de reduzida tiragem, publicadas por editoras locais, associações ou cooperativas, ou mesmo edições de autor, que, de uma forma geral, não cito, por forma a preservar o anonimato dos informantes). Miguel Raposo é um deles. Este ex-alferes resume muito bem esse lado catártico da escrita, assumida como homenagem e como forma de combater o que denomina «trauma de guerra».

Escrever um livro penso que foi a catarse ideal, foi exorcizar. [...] O meu primeiro tiro de morte foi o meu grande trauma de guerra. Porque não há manuais que expliquem isto... ter que acabar a vida, portanto, a um rapazinho – que poderia ter sobrevivido, eventualmente podia ter sido amputado. Mas porque era guerrilheiro, supostamente, mandaram-me abater. E foi muito doloroso. Ter falado com ele, ter estado com ele, ter prometido a salvação. Insisti e pedi, mas mandaram-me passar o «foxtrot» a «mike»⁷⁸. É duro, é muito duro. E isso traumatizou-me de tal forma que o tiro, o segundo tiro, não consegui. O comandante de companhia pediu-me

⁷⁸ Neste contexto, em alfabeto fonético militar, «passar o foxtrot a mike» quer dizer «passar o ferido a morto», isto é, tirar-lhe a vida.

para atirar: «está a vê-lo? Então atire». «Atire o meu capitão». E o sargento que está ao lado: «não atira um, então atiro eu.». Isso é muito doloroso, não vem nos manuais. É terrível, é terrível. Eu sofria muito com isso e sinto que este meu livro foi uma homenagem, acalmou-me. Eu quis fazer uma homenagem a esse rapazinho e a todos os que foram ficando, todos os que ficaram traumatizados. [Miguel Raposo, alferes comando, Angola, 1971-1973]

Na verdade, o campo do trauma não foi algo que eu tivesse procurado explorar nas entrevistas, até porque é, a par da memória, um dos temas que têm sido mais estudados no que à Guerra Colonial Portuguesa diz respeito, nomeadamente a questão do *stress* pós-traumático, com destaque para os escritos antropológicos de Luis Quintais (2007, 2000a; 2000b; 2000c) e a produção na área da Psicologia e das Ciências da Saúde (Pereira, 2012; Pereira *et al.*, 2010; Regadas, 2009; Oliveira, 2008; Maia *et al.*, 2006; Albuquerque *et al.*, 2003, 1992; Albuquerque & Lopes, 1997). Não obstante, esta dimensão surgiu invariavelmente no decurso da conversa – mesmo quando não se falou em «trauma» mas antes em «marcas da guerra». O ex-furriel Bruno Vinhas destacou-se por ser aquele que, de todos os informantes, apresentou um discurso mais «pacificado» e menos sofrido acerca da experiência de guerra, porventura por ter estado numa zona do sudeste de Angola onde o inimigo não estava militarmente ativo e, por isso, não ter sentido a sua vida em perigo. Embora se tivesse afirmado completamente em paz com a participação no conflito, mesmo ele não deixou de falar em vivências «marcantes»⁷⁹, ainda que não caracterizadas pela violência e pelo sofrimento físico. Também Daniel Queirós, que, na condição de furriel de Informações, não era um militar operacional, é da mesma opinião.

Há muitos blogues sobre a guerra colonial, alguns deles servem para – como é que eu hei de dizer? – expulsar alguns traumas, autêntica catarse. Eu não tenho razões para fazer isso. [...] Mas a guerra está lá sempre. Está lá sempre por diversas razões. Do meu ponto de vista e do ponto de vista daqueles com quem eu continuo a... é preciso entender que os meus dois grandes amigos são dois companheiros que estiveram comigo naquele local inóspito. Isso poderá servir para explicar por que é que aquilo nos marcou. Estivemos juntos, passámos maus bocados – não propriamente em termos de cenário de guerra, daquela guerra em que a gente vê as balas todos os dias, não propriamente. Mas passámos maus bocados juntos durante muito tempo. Numa altura da vida em que – eu tenho um filho com 23 anos com

⁷⁹ Neste caso, o peso do isolamento e a morte accidental de dois colegas – um por afogamento, outro num acidente de viação – foi o mais difícil de lidar.

quem, às vezes, me chateio: «nunca mais acabas o curso, pá!». «Se eu não me divirto agora, quando é que queres que eu me divirta? Se eu não gozo a vida agora, quando é que queres que eu goze a vida?». Esta é a filosofia dele. Quando nós estávamos num momento de gozar a vida, andávamos de arma na mão a calcorrear as matas de África. E isso marcou-nos, foi algo que marcou a nossa vida. Marcou-nos, efetivamente marcou-nos. [Bruno Vinhas, furriel miliciano, Angola, 1971-1973]

Aquilo deixa marcas, pá. Muito profundas, muito profundas. [Daniel Queirós, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

De facto, em maior ou menor grau, de forma mais óbvia ou mais discreta, a guerra está sempre presente na vida de um ex-combatente. Ninguém o diz melhor do que António Lobo Antunes, que esteve em Angola como alferes-médico, sendo uma constante nas entrevistas que dá, nas crónicas que escreve e na obra literária que produz (Blanco, 2002; Antunes, 1999; 1979). A participação numa guerra é, de alguma forma, uma experiência que não se esquece, como se fosse um tempo que não passou. Não é por acaso – por muito que tal me intrigasse enquanto os ouvia – que todos os informantes falaram da guerra, e de determinados episódios lá vividos ou testemunhados, com minúcia e detalhe, como se tudo tivesse passado muito recentemente, quando, na verdade, decorreram mais de quarenta ou cinquenta anos. Alguns ex-combatentes falaram da guerra em que participaram como se, para eles, esta nunca tivesse terminado – é o caso de António Loja (op. cit.) e Eduardo Brito Aranha (op. cit.), atrás apresentados –, como se, de alguma maneira, nunca tivessem assinado o cessar-fogo consigo próprios, para usar a expressão de João Paulo Guerra (2016: 1). Outros informantes, como Luís Leal, espantaram-me por se lembrarem de coisas, que julgavam há muito ter esquecido, à medida que falavam nelas, no que pode ser descrito como escavação arqueológica de memórias em tempo real.

A trovoada é agora em Coimbra, sobre a cidade. Os ecos ribombam pelas montanhas, perduram nos meus ouvidos e confundem-se com as explosões do combate. Mas a maior explosão dá-se na minha cabeça que, trinta anos depois, ainda não esqueceu e nunca alcançará paz. [António Loja (2013: 88), capitão miliciano, Guiné, 1966-1968]

Durante 5 anos não tive coragem de reler o que escrevera. Estou no ano de 2003. E tudo se passou hoje. [Eduardo Brito Aranha (2005: 194), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Havia lá um, que era o... o..., que até foi para a GNR quando veio para cá, não me lembro o nome [...]. E esse, o Leite – olha, lembrei-me agora! – disse [...] [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

Como referi na Introdução, houve uma linha⁸⁰ que não foi atravessada, porque quer eu, quer os entrevistados não mostrámos interesse nisso – falo do horror, das atrocidades, das transgressões mais sérias, do sofrimento extremo, por exemplo. Não obstante, muitos falaram de forma explícita e aberta de coisas que os atormentam e do que alguns chamam «memórias vivas», isto é, coisas impossíveis de esquecer. Os seus discursos estão repletos de referências à dimensão traumática da guerra e ao difícil processo de desmobilização e de reajustamento à vida civil. De uma forma geral, a guerra ainda hoje está presente nas suas vidas e manifesta-se de várias maneiras, nomeadamente na dimensão do onírico mas também na dimensão do vivido, quando algo – cheiros, imagens ou sons, por exemplo – faz disparar e reemergir memórias antigas, desencadeando boas sensações ou, mais frequentemente, mal-estar. Nos testemunhos, destaca-se a referência a sonhos (ou, mais concretamente, pesadelos) recorrentes – como ser chamado novamente a participar na guerra –, mas também a figura do helicóptero e do filme de guerra, nomeadamente os realizados por Oliver Stone (1989; 1986), acerca da Guerra do Vietname: o som do primeiro como instigador de memórias traumáticas, a visualização dos segundos funcionando para alguns também como uma forma de alívio, refúgio e catarse.

Houve quem conseguisse ultrapassar os traumas mais, outros menos. Eu pensava que tinha ultrapassado, embora houvesse coisas que sempre me alterassem. Eu sonhava mais do que uma vez por ano com a guerra em Angola – isso parece que é comum, já li que é comum. E também é comum – eu pensava que era só eu, mas não – a pessoa ter a sensação que está lá e já é pela segunda vez, que até já está casado e tudo («porque é que não vão os mais novos»?!). Mas já li que é comum a pessoa sonhar isso. Tudo isso está cá dentro. E até aos dias de hoje, até aos dias de hoje. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Continuo a ter sonhos. São recorrentes os sonhos em que eu estou na tropa – só me faltam as botas, só me falta a boina, ou então tenho que me apresentar no quartel e depois agora como é a minha situação profissional e a minha família? Mas então agora? Isto é recorrente em mim. Não parou, não parou. Não tão frequente como

⁸⁰ Como escreveu James Jones (1999) e Terence Malick (1998) filmou, quando tocam os tambores da guerra, o que separa os sãos dos loucos talvez mais não seja do que uma fina linha divisória, uma barreira invisível.

antigamente mas uma situação absolutamente absurda – eu estou no campo dos jogos da minha escola e estou a disparar para os meus alunos mas eles não morrem mas eu atiro, atiro, atiro. Eu não posso agarrar numa arma porque eu fico a tremer. Não consigo. Ou então deem-me uma arma e deixem-me ir para uma carreira de tiro descarregar a raiva porque sinto-a dentro de mim. Eu não consigo libertar-me da raiva, ela está cá dentro, eu sinto-a. Eu tenho uma máquina fotográfica pesada – eu gosto muito de fotografia –, eu vejo as pessoas com aquelas maquininhas, eu estou com a minha máquina e é como se fosse a minha G3, a minha arma. Ela é pesada, eu gosto de sentir o peso, estou habituado àquele peso desde que a arma G3 entrou em mim. Tudo isto é irreversível. [Miguel Raposo, alferes comando, Angola, 1971-73]

[...] Tenho um sonho muito curioso que se repete com frequência: que me chamam novamente para ir para África. E eu protesto: «mas eu já fui. Agora tenho cinquenta anos. Não vou aguentar quatro dias...». É um sonho terrível. [António Lobo Antunes em Blanco (2002: 49), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Eu hoje, ainda, se passa aqui um avião, raciocino logo: «é o correio e são os frescos que vêm aí». Logo. Aquilo fica registado. [...] Os helicópteros é logo. Isso cai logo, pronto. E há outra coisa: quando vou para o Alentejo, se calha passar num sítio onde há assim um género de uma planície com meia dúzia de árvores, pronto, fica associado automaticamente. E o cheiro da terra quando chove, aquele cheiro que a terra exala, pronto, isso é automático. Logo, automático! [...] Sonhos, neste momento, não tenho. Assim pesadelos, nem nada disso. Tenho é lembranças. Sempre, sempre, sempre, sempre, sempre, sempre. Das coisas mais variadas. [...] Isso eu penso que acontece com toda a gente. [Daniel Queirós, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Tenho memórias vivas, às vezes estou a falar consigo e vêm-me as lágrimas aos olhos. E às vezes quando vejo filmes – eh pá, fogo! –, até filmes da guerra do Vietname... Eu tenho lá um filme, que é da Guerra do Vietname – «Corações de Aço», [de Brian De Palma (1989)] ou o que é que é –, mas assemelha-se tanto à nossa guerra, eu vejo aquilo tanta vez. Às vezes a minha mulher vai-se deitar, pá, ponho-me ali na sala sozinho, meto aquilo na televisão... eh, eu choro, choro a ver aquilo [emociona-se]. Mas fico aliviado, não sei porquê [enche-se de lágrimas]. A reação que eu tenho é começar a chorar. Começar a lembrar-me daqueles ambientes e começar a chorar. Isso é que ainda não passou. Passado quarenta anos, hein! E

depois é isso, sinto-me aliviado quando vejo esse filme. Que se assemelha mais ao ambiente que a gente encontrou lá. Terrível, pá. Mas vejo aquele filme e fico aliviado. A minha mulher até diz: «vais ver o filme, não vais?». Então pronto, ela vai-se deitar e eu fico sozinho na sala, choro. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

O «Platoon» foi o filme que durante muitos anos era o meu escape. Até há muito pouco tempo, eu quando andava stressado... pronto, era o meu escape. Vi-o muitas vezes e no fim as lágrimas caíam-me sempre. Sentia-me melhor, com a alma lavada, em paz. Felizmente já não é assim, já houve coisas que foram... embora este ano me tenha lembrado da data daquela operação – 16 de janeiro – todos os anos me lembro. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Eu não consigo ver filmes de guerra. Aliás, foi exatamente a ver o «Nascido a 4 de Julho», a situação vivida nesse filme, [que se deu] a primeira situação. Induziu-me logo o meu subconsciente e eu tive que sair do S. Jorge, porque não consegui. E eu, filmes desses... nem é necessário ser um filme: eu se passo de carro, com a minha esposa, por uma zona de floresta, de caminhos de floresta... todo o ambiente volta. Ou seja, eu começo logo a pensar onde é que faria um pequeno alto, onde é que pararia, onde é que faria a emboscada, onde é que instalaria os meus homens. [Miguel Raposo, alferes comando, Angola, 1971-73]

O ambiente era igual à Guerra do Vietname. A gente quando vê esses filmes da Guerra do Vietname, aqueles bombardeamentos, aquelas coisas, havia lá zonas iguais. Às vezes era tal e qual, tal e qual. Tanto que ainda hoje consigo ver esses filmes mas farto-me de chorar, é verdade. Tanto que quando eu vim lá da guerra, eu vim de lá com dois traumas. Um já passou – a minha mãe era de uma cidade do Norte. E quando eu ia lá às festas, aqueles foguetes das aldeias, «bum, bum», a minha mãe quando olhava para o lado eu já não estava ao pé dela, já estava escondido num sítio qualquer. Aquele barulho entrava cá dentro. Mas isso já passou. Esse já está ultrapassado. Agora o que ainda tenho hoje – eu vou ali para um parque arborizado, com pista de atletismo. Eu vou para lá correr e dar uma volta e não sei quê. E em frente há uma base aérea. E de vez em quando andam ali uns pilotos, que devem andar a aprender a andar de helicóptero, andam ali no ar a sobrevoar. E quando eu ouço aquele barulho, mas não é de um helicóptero qualquer – hoje há aqueles helicópteros que são os Puma, que são mais modernos, mas esse barulho a mim não me incomoda. Mas aqueles helicópteros que iam buscar a gente ao mato...

[...] *O barulho do Alouette III ficou-me cá. Os foguetes das festas passou mas quando eu quando vou ali ao parque... Houve um dia, andava lá uma formação de cinco helicópteros – deviam ser pilotos que andavam a aprender –, assim que ouço esse barulho, sento-me num banco lá do jardim e começo a chorar. Quer dizer, não é chorar em altos berros mas vieram-me as lágrimas aos olhos. E uma pessoa que vinha atrás de mim, que eu não conhecia, também a correr, viu eu sentar-me de repente: «amigo, há problema?» e tal. Ele viu-me a chorar e eu: «não, isto é outra situação. Isto é lá da guerra colonial». E ele depois disse: «olhe, eu também lá estive, eu sei o que é isso». E lá continuou a vida dele. Portanto, esse barulho ainda hoje. Ainda hoje de manhã fui lá. Passou lá um helicóptero, fartei-me de chorar, pá. Isto não passou ainda. Aquele barulho característico lembra-me aquelas cenas. Está cá na cabecinha, não sai. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]*

Há uma óbvia dimensão coletiva nos testemunhos. Apesar das narrativas serem apresentadas na primeira pessoa, muitas vezes há uma voz coletiva («nós») que se sobrepõe: de certa forma, a participação numa guerra é uma experiência de grupo. Não são raros os romances sobre a Guerra Colonial Portuguesa com um grupo de protagonistas (como um grupo de combate, uma companhia militar ou um conjunto de oficiais, por exemplo): é o caso dos já referidos *Mueda-Lua*, de Luís Oeiras (2009), e de *Nó Cego*, de Carlos Vaz Ferraz (2008). Outro fenómeno bastante comum são os blogues dedicados a uma companhia ou batalhão em particular, onde é descrito o percurso e a história militar, as funções desempenhadas e as principais operações militares cumpridas, as baixas sofridas, as distinções e medalhas recebidas ao longo da comissão, mapas dos territórios, fotos do quartel e das instalações, da geografia e dos intervenientes, entre outras coisas.

Outras ideias-chave transversais aos testemunhos são a noção de camaradagem, invariavelmente valorizada pelos ex-combatentes como o que de melhor a participação na Guerra Colonial Portuguesa teve, e também a ideia de que a experiência de guerra transforma – da qual não se volta o mesmo – e faz amadurecer os jovens à força⁸¹ – nesse sentido, uma espécie de ritual de passagem. Não é, portanto, por acaso que tão frequentemente a comissão militar em África (e a participação em qualquer conflito militar, suponho) é entendida como uma fase liminar (Martins, 2013; Roque, 2004; Jossias, 2007; Quintais, 2000c), a partir do proposto inicialmente por Van Gennepe (2008)

⁸¹ Miguel Corrêa Monteiro (2002: 271-2, referindo-se à sua própria participação na Guerra Colonial Portuguesa (no caso, no território de Moçambique mesmo na fase final do conflito), escreve: “fui um dos que regressaram a casa. Contudo, já não era mais o «menino» sem barba que tinha sido mobilizado, pois a guerra tinha-me transformado e amadurecido, sobretudo do ponto de vista humano.”

e, mais tarde, reelaborado por Victor Turner (1969; 1967), isto é, um período de corte, onde se alteram e se fabricam regras muito próprias e de onde se sai diferente e com um estatuto diferente, como se verá melhor à frente. Definindo a liminaridade como uma «transformação ontológica», Luís Quintais (2000c: 987) propõe que as experiências da Guerra Colonial Portuguesa sejam entendidas como “momentos existencialmente significativos, como *passagens*, que estilhaçam a suposta continuidade de uma vida, ameaçando-a de dissolução”. Se há um momento crucial na vida de qualquer militar, é, precisamente, o chamado «batismo de fogo». João Paulo Guerra, que esteve em Moçambique na condição de alferes miliciano, começa assim o seu livro *Corações Irritáveis* (2016), um romance sobre o *Stress Pós-Traumático* em ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa:

Era uma vez uma mulher que viu um filho partir para a guerra. E quando o filho regressou, a mãe não era a mesma mulher e o próprio filho era outro, embora não o soubesse [João Paulo Guerra (2016: 9), alferes miliciano, Moçambique, 1968-1970]

Alberto Machado, autor de *Aconteceu no Leste de Angola* (2003), um livro de memórias de guerra, fala das transformações inerentes à participação numa guerra, enquanto António Lobo Antunes (2005), nas cartas que escreveu de Angola, resume bem o que isso faz a qualquer um.

Ninguém passa por uma guerra, grande ou pequena, com indiferença. Cada pessoa e conforme o seu carácter, de uma ou outra forma, ao participar nelas ativa ou passivamente tem um comportamento diferente do habitual. Em Angola dizia-se que era do cacimbo (neblina noturna que penetrava no cérebro...). Não, não era! Era sim o estado de guerra a influenciar o nosso normal comportamento. [Alberto Machado (2003: 152), alferes miliciano, Angola, 1968-1971]

Se bateres com mais força uma porta ver-me-ás atirar ao chão e começar a disparar, por um reflexo condicionado. É isto que a guerra faz de nós: uns insetos lutando pela própria sobrevivência num frenesim de patas e antenas. [António Lobo Antunes (2005: 106), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Há outros três traços comuns aos testemunhos que são particularmente importantes, na medida em que na minha opinião são determinantes para contextualizar, enquadrar e explicar uma série de práticas dos militares portugueses envolvidos na Guerra Colonial Portuguesa, nomeadamente o uso de substâncias psicoativas. Nos testemunhos dos ex-

combatentes, tanto explícita como implicitamente, o conflito tende a ser apresentado como: a) um tempo de experimentação, de descoberta e de contacto com novas realidades; b) uma experiência feita de grande tensão e repleta de estados de ansiedade e desequilíbrios emocionais; c) um contexto de pouca preparação militar, alguma indisciplina e pontuado por formas de contestação.

Tempo de experimentação

No tempo da Guerra Colonial Portuguesa, o país vivia em ditadura, num regime fechado sobre si próprio, sendo que para a grande maioria dos militares que nela participaram, oriundos da «metrópole», a guerra em África foi, em muitos sentidos, um mundo admiravelmente novo, para usar a expressão de Luís Oeiras (2009: 15). Excluindo uma minoria⁸² de mancebos que foram recrutados localmente («colonos» e «indígenas», para usar a terminologia da altura), tudo se passou num continente estranho, profundamente diferente do que a generalidade dos militares portugueses conhecia: os cheiros, os sabores e os sons, a fauna e a flora, a escala e a dimensão, o clima, a paisagem e os costumes, por exemplo. Tudo era novidade e muito foi vivido, sentido ou experimentado ali pela primeira vez, tendendo a deslumbrar os militares: não é por acaso que muitos informantes falam do impacto que África causou neles, das saudades que ainda hoje sentem dos territórios por onde passaram e da vontade que sentem em lá voltar.

Na «metrópole», excetuando o tempo imediatamente a seguir ao início do conflito – marcado pela propaganda de índole nacionalista que procurava mobilizar a opinião pública para a causa da defesa do Império⁸³ –, pouco se falava na comunicação social acerca da guerra que decorria em África, pelo que a generalidade dos militares não sabia muito bem o que esperar. Al Venter (2013:189) defende que “para o melhor e para o pior, os portugueses tiveram um enorme êxito em manter a guerra fora das notícias, e aqui o Vietname também ajudou”, por ser um conflito contemporâneo e muito mais mediatizado, concentrando as atenções. De facto, quem consulte a imprensa diária da

⁸² Como se verá à frente, a percentagem de militares recrutados localmente aumentou ao longo do conflito, aproximando-se, nos últimos anos de guerra, da maioria.

⁸³ Um bom exemplo ilustrativo é o hino *Angola é Nossa*, editado logo em 1961 e interpretado pelo coro e orquestra da FNAT, e que alcançou enorme popularidade.

altura verá que os jornais davam a conhecer mais a guerra que os norte-americanos travavam na Ásia do que a própria Guerra Colonial Portuguesa.

Chegados a África, os militares viram-se imersos num mundo «exótico», tanto do ponto de vista do mundo natural como do ponto de vista cultural, exprimindo espanto, fascínio e consciência das diferenças na natureza e na vida dos povos africanos nos seus registos biográficos, nomeadamente nos aerogramas enviados de África. Ainda que o racismo esteja ausente da esmagadora maioria das narrativas⁸⁴, não deixa de transparecer, por vezes, um fascínio pontuado por uma visão etnocêntrica, evolucionista e de superioridade cultural, como se depreende implicitamente das palavras de Bruno Vinhas e também de António do Carmo Reis, autor de *Diário de Guerra* (1966-1970), um livro de memórias escrito a partir de um diário que este ex-alferes manteve enquanto cumpria o serviço militar em Angola.

O cacimbo instalou-se definitivamente por aqui, as chuvas pararam por completo, mas as noites frias ainda não chegaram. Isto é uma terra mágica e quente, tão bela que nos corta a respiração, onde tudo é excessivo e extraordinário. [António Lobo Antunes (2005: 113), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Estranha, sim, foi a sensação causada pela tez humana que enchia as ruas. O colorido das roupas das mulheres, a predominância do negro nos rostos, o ar quente que se desprendia do chão e dos corpos faziam sentir que se estava num mundo diferente: África! [Luís Oeiras (2009: 18), alferes miliciano, Moçambique, 1968-1970]

A população tinha um conjunto de hábitos que para nós eram absolutamente estranhos. Desde as bebidas alcoólicas de fabrico artesanal – só de olhar para a «mistela», como eu lhe chamava, já metia nojo – ... os locais, especialmente as mulheres, fumavam os nossos cigarros, que era uma coisa de que eles gostavam muito – nós conseguíamos o mundo oferecendo um cigarro, então se a gente oferecesse um pacote de cigarros, valha-me Deus! A gente tinha tudo o que queria daquela gente. Elas metiam na boca o cigarro ao contrário. Eu tentei ver como é que... não faço a mínima ideia como é que elas faziam aquilo! [...] É muito difícil, acho eu, a tropa – como é que eu hei de dizer – entrar nos hábitos da população. O

⁸⁴ Pelo contrário, muitos testemunhos revelam que os militares portugueses deram-se conta do racismo institucional e dos maus-tratos impostos pela Administração Colonial à população negra, contra os quais por vezes reagiam e se insurgiam.

contrário sim, o contrário sim. A população moderniza-se só pelo simples contacto com a tropa. Há alterações ali. [Bruno Vinhas, furriel miliciano, Angola, 1971-1973]

À noite, é maravilhoso admirar o espetáculo das fogueiras frente às casas da senzala. As pessoas reúnem à volta da chama crepitando, conversam, fumam o cachimbo, que passa de boca em boca. Um ritual do Neolítico. Quando o fogo se extingue, o silêncio cai sobre as cubatas e a senzala adormece. [António do Carmo Reis (2001: 53), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Não era só o mundo exterior que era novo e diferente, também no plano pessoal muito se passou pela primeira vez. Os testemunhos estão repletos de referências – tendencialmente valorizadas como positivas – a descobertas, aprendizagens e novas experiências referentes aos próprios ou a terceiros, como, por exemplo, ter a primeira relação sexual, ver filmes proibidos (nomeadamente *hardcore* ou de teor político), aprender a ler, completar a 4ª classe, tirar a carta de condução ou o *brevet*, bem como comer e beber determinados alimentos e bebidas pela primeira vez, com destaque para o camarão cozido e os refrigerantes que eram proibidos na «metrópole» mas de venda livre ali – o que fez com que, em determinadas zonas, «coca-cola» fosse o nome dado pelos militares portugueses oriundos de Portugal continental aos naturais de Lourenço Marques, hoje Maputo, por exemplo (Santos, 2013: 112). Para além de autores já apresentados, também Carlos Alberto Santos, ex-alferes que passou por Angola, e Alcino Ferreira, autor de *A Minha Guerra. Um Testemunho da Guerra Colonial por Quem a Viveu* (2011), um livro de memórias de guerra que pretende mostrar o que este ex-alferes chama «o outro lado da guerra», falam de novas experiências e da maior liberdade de costumes que existia nos territórios africanos portugueses, em contraste com o ambiente «soturno» do país que os militares conheciam e de onde saíram para a guerra.

Para muitos dos nossos tropas, a experiência militar também significou: a primeira viagem de avião; a saída de casa; a ausência de vergonha dos vizinhos; o contacto com outras realidades; a necessidade de haver hábitos de grupo; a obrigatoriedade de princípios de higiene; a imposição de hábitos alimentares; a liberdade de terem satisfação sexual, normalmente com a figura da lavadeira que facilmente misturava o trabalho com o prazer livre e alegre. [Carlos Alberto Santos (2003: 44), alferes miliciano, Angola, 1971-1974]

Pela primeira vez, fora dos ecrãs dos cinemas, ao vivo e a cores, vimos «coca-cola», «pepsi-cola» e outros refrigerantes não comercializados em terras lusas, cujos sabores nada tinham que ver com as imitações fabriqueiras comercializadas na santa terrinha. [Alcino Ferreira (2011: 87), alferes miliciano, Moçambique, 1970-1972]

Não houve ninguém que não tivesse percorrido as cervejarias e saboreado o marisco [...] O camarão de Moçambique, grande e saboroso, fazia as delícias de qualquer militar que por ali passasse, e ainda mais para os chegados da metrópole, onde essas coisas valiam ouro e muitos nem conheciam. [Luís Oeiras (2009: 24), alferes miliciano, Moçambique, 1968-1970]

Já quase de madrugada, comi um prego no pão barrado com um líquido vermelho espesso e viscoso que mais parecia polpa de tomate moído. Tinha descoberto e saboreado, pela primeira vez na vida, o excelente sabor do «ketchup»! [Alcino Ferreira (2011: 87), alferes miliciano, Moçambique, 1970-1972]

Havia soldados de terras recônditas que era primeira vez que iam ver cinema. [Eduardo Brito Aranha (2005: 106), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Logo no primeiro dia [...] fomos abordados por um soldado que nos levou a uma sessão de filmes pornográficos, num barracão transformado em sala de cinema [...]. Até nisso aquela gente era diferente do que estávamos habituados! Alguma vez era possível passar e ver, aberta e livremente, filmes «hardcore» no burgo original de onde vínhamos? Nem em sonhos! [Alcino Ferreira (2011: 89), alferes miliciano, Moçambique, 1970-1972]

Em Portugal havia mais liberalização do que aquilo que se pensa [...] mas em Moçambique a liberalização dos costumes era quase total. A ponto de... não sei se sabe, isto é uma coisa importante, que é a partida das putas para África. Não tem ideia de que o Salazar proibiu a instituição em Portugal? Em Portugal havia casas de prostituição, com uma senhora que era a chefe, e as pessoas iam lá e vinham meninas à sala, escolhia-se, não sei quê e tal. E funcionava e elas eram profissionais. Eram verificadas medicamente, de tanto em tanto tempo, por causa das doenças venéreas. E pagavam impostos. O Salazar proibiu isso e, isso eu sei por via direta, porque falei com algumas ainda cá em Portugal, foi proibido, foram todas mandadas para Angola. Para não haver mestiços. Isto é uma história que é pouco

conhecida mas é assim. Isto é uma história importante. Foram mandadas para Angola para diminuir a mestiçagem. [Rui Vaz, alferes miliciano, Moçambique, 1971-74]

É preciso ter em atenção que o grosso dos militares portugueses que participaram na Guerra Colonial Portuguesa era de baixa patente (essencialmente cabos e soldados) e tinha poucas habilitações literárias, sendo apresentados nos testemunhos como oriundos de um Portugal pobre e rural⁸⁵. Eram, além disso, muito novos (com idades a rondar os vinte e poucos anos) e pouco viajados, sendo que o serviço militar constituiu para muitos a sua primeira vivência fora de casa dos pais. Nesse sentido, a experiência de guerra, enquanto incursão (ainda que, na maior parte das vezes, forçada) num mundo à parte, constituiu um óbvio corte com o quotidiano, uma pausa no percurso de vida, um intervalo em que se viveu muita coisa nova – boa e má –, um período em que se conviveu com a diversidade e se teve consciência das diferenças.

Na companhia – isto era frequente na altura – havia um lote de, pelo menos, uma dúzia, se bem me recordo, que era completamente analfabeta. Na altura a escolaridade obrigatória não era bem como é hoje. [...] Estamos a falar de gente que tinha... o meu filho tem 23 e eu considero que ele ainda é um garoto. Eu com 23 anos estava praticamente a acabar a tropa em África. Já tinha feito a guerra. Ou seja, nós éramos miúdos [Bruno Vinhas, furriel miliciano, Angola, 1971-1973]

50% da soldadesca não possuía a escolaridade considerada, ao tempo, «obrigatória», sendo que mais ou menos metade dessa percentagem correspondia a analfabetos. [Adriano Sousa, cabo-enfermeiro, Angola, 1966-1968]

O meu grupo de combate era constituído por 25 homens, daqui de Portugal, mais do Norte – alentejanos muito poucos, mais de Coimbra para cima. A maior parte de origem rural. A maior parte deles nunca tinha saído, como se costuma dizer, das «berças». Abriam horizontes, abriam espírito, não tinham contacto com a civilização, digamos assim, com as grandes cidades. [...] Um era carpinteiro, outro era agricultor, outro era padeiro, digamos que havia este tipo de profissões mais rurais. Quase aquela agricultura de subsistência do Interior. [...] 4ª classe nem todos, a escolaridade obrigatória não existia. Mas eram seres humanos fantásticos.

⁸⁵ Avelino Bento (2002: 40), que esteve na Guiné durante a Guerra Colonial Portuguesa faz assim a “radiografia” da sua companhia: “dois terços eram constituídos por trabalhadores rurais do centro e nordeste de Portugal; um terço dos elementos da companhia não sabia ler, apenas assinava o nome”.

[...] *A rudeza da vida dava-nos esta destreza e esta agilidade e esta capacidade de nos confrontarmos não só com o perigo mas com as carências e as dificuldades de sobrevivência.* [**Miguel Raposo**, alferes comando, Angola, 1971-73]

Eu lembro-me que quando estava na primeira recruta pela primeira vez tive a noção que Portugal falava «achim». Não tinha a noção que a maioria dos portugueses fala «achim»! Das Beiras para o Norte, as pessoas falam «achim». Nunca me tinha apercebido disso. Diziam «vós ides», nunca mais me esqueço. «Vós ides não sei aonde». [**Rui Vaz**, alferes miliciano, Moçambique, 1971-74]

Como se verá melhor nos próximos dois capítulos, entre as novas experiências tidas na Guerra Colonial Portuguesa consta o uso de substâncias psicoativas, nomeadamente álcool, *cannabis* e noz-de-cola. Um número considerável de militares portugueses teve em África novas experiências alcoólicas: a primeira embriaguez, o contacto com bebidas alcoólicas que nunca tinham ingerido (como as destiladas ou de fabrico artesanal, por exemplo) ou ainda o desenvolvimento de padrões de consumo intensivo. Outros experimentaram ou tornaram-se consumidores de *cannabis* e noz-de-cola, plantas que, até irem para África, desconheciam por completo ou das quais tinham um conhecimento muito vago.

Na madrugada do último dia [de instrução], distribuíram, oficialmente, umas garrafas de aguardente, para resistir ao frio, que deixaram o pagode mais para lá do que para cá, principalmente eu, que nunca ingerira qualquer tipo de bebidas alcoólicas até àquela data. Foi a minha primeira bebedeira! [**Alcino Ferreira** (2011: 42), alferes miliciano, Moçambique, 1970-1972]

90% dos soldados que estiveram em combate, sei lá, nunca tinham bebido whisky na vida, nem sabiam que existia. [**Rui Vaz**, alferes miliciano, Moçambique, 1971-74]

Eu nunca bebi whisky, gin, nem nada disso, até ir para África. Lá fora depois a gente habitua-se a beber. [**Daniel Queirós**, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

[Em África] como o calor e a sede apertavam, arrisquei beber um copo de cerveja. Que coisa mais agradável! Seria do fabrico, ou por ter menos graduação do que as imperiais ou finos do «Puto», ou porque, sem o solicitarmos, vinham acompanhadas por um pires de dobradinha à moda do Porto e outro de camarões? Só sei que lhe tomei o gosto, bebi uma série delas e não tive o mínimo sintoma de má disposição...!

Tinha adotado, finalmente, não sabia se para bem para mal, a «loirinha», de seu nome próprio «Laurentina». [Alcino Ferreira (2011: 86), alferes miliciano, Moçambique, 1970-1972]

Tensão

De acordo com os testemunhos, a Guerra Colonial Portuguesa pode ser descrita como uma experiência tendencialmente dura e difícil de suportar, tanto do ponto de vista físico (com destaque para o clima tropical, com calor abrasador, níveis de humidade elevados e grandes amplitudes térmicas) e das condições materiais, como do ponto de vista mental e psicológico⁸⁶: enfrentar um movimento de guerrilha implica combater um inimigo que na maior parte do tempo não se vê e se esconde, que ataca quando não se espera e contra o qual há que estar sempre à defesa. Luís Oeiras sintetiza isso muito bem:

Um combate de guerrilha é como um terramoto. Pode estoirar em qualquer altura, mas não se pode viver à espera debaixo de uma mesa. [Luís Oeiras (2009: 39), alferes miliciano, Moçambique, 1968-1970].

É preciso entender que, de uma forma geral, na Guerra Colonial Portuguesa não existiram propriamente «linhas da frente» nem confrontos entre exércitos na procura de conquistas territoriais (tal veio a acontecer mais explicitamente apenas na Guiné, já perto do final do conflito) (Venter, 2015). Como refere Luís Oeiras (op. cit.: 114), “não havia exércitos frente a frente, havia grupos escondendo-se mutuamente”. De facto, para a generalidade da tropa convencional – excluem-se as chamadas «tropas especiais» (como, por exemplo, fuzileiros, comandos, paraquedistas, milícias ou ainda outras forças irregulares), de natureza ofensiva e com missões operacionais específicas, maioritariamente de destruição e ataque – tratou-se de uma guerra defensiva, assente no patrulhamento de um território («nomadizações»), dispersando as forças militares em sectores⁸⁷. Sinal disso é que a

⁸⁶ Através do inquérito *on-line* que apliquei a ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa, verifiquei que a grande maioria dos respondentes (N=210) considera que o conflito foi um período difícil de aguentar (87%), de muita ansiedade (90%) e que deixou sequelas (71%). Ver anexo II.

⁸⁷ Grande parte das forças armadas portuguesas estava disposta em «quadrícula», seguindo a estratégia usada pelo exército francês na Argélia (1954-1962) de cobrir o território com uma rede de unidades militares. Como descreve Pedro Leite (2009: 8), “o território era ocupado em sectores, definidos por limites guarnecidos por pequenas Unidades, Companhias ou Batalhões com grande autonomia, largamente distanciados umas das outras e sediadas nas principais povoações e em determinados pontos importantes do território a pacificar”. O principal objetivo desta estratégia era guarnecer o território e reforçar o contacto com a população.

«coluna», ou seja, a deslocação de um conjunto de viaturas militares de um ponto para o outro, foi o tipo de operação mais comum na Guerra Colonial Portuguesa (Correia, 2003). A intervenção militar portuguesa em África estava fortemente condicionada por dificuldades geográficas e demográficas (extenso território e situado a muita distância da «metrópole», com uma base de recrutamento reduzido) e pelos fracos recursos, o que dificultava uma campanha militar de grandes dimensões: de certa forma, face aos recursos, importava manter o ritmo do conflito a níveis reduzidos (Leite, 2009; Cann, 2005). Assim, se a ideia geral era pacificar um determinado território e destruir a capacidade operacional do inimigo, na prática, muitas vezes procurava-se apenas limitar a sua ação num determinado território e, sobretudo, evitar movimentações e ataques (emboscadas e minas). De um modo genérico, as incursões ofensivas eram poucas e de âmbito limitado, e, quando tinham lugar, muitas vezes não chegavam a resultar em confrontos, porque o inimigo se punha em fuga antes. Alguns ex-combatentes descrevem o conflito como uma guerra de «toca e foge», onde as forças armadas em oposição apenas se enfrentavam de forma fortuita e esporádica – não quer isto dizer que, durante os anos que o conflito durou, não existissem cenários de guerra mais intensa e violenta, naturalmente, com destaque para o território da Guiné. Seja como for, os testemunhos estão repletos de referências a tempos mortos, de ócio e de inatividade – passíveis, no entanto, de serem interrompidos a qualquer instante por um ataque inimigo. Não conheço melhor definição do que a de Manuel Bastos, eloquente como sempre:

A vida de um soldado é feita de longos períodos de tédio, que alternam com curtos períodos de terror [...] porém nestes períodos de tédio é que verdadeiramente nos visita o medo, quando a adrenalina está baixa e a fantasia mais volátil que o fumo do cigarro. [Manuel Bastos (2008: 169), furriel miliciano, Moçambique, 1972].

Como bem ilustra a citação anterior, o medo, mesmo que não assumido, era uma constante no dia-a-dia de grande parte dos militares⁸⁸. O medo da morte, da mutilação, do desconhecido e de um inimigo que descrevem como «traíçoeiro». Um medo que só a experiência, e não o treino, ensina a dominar, daí que se destaque a figura do militar recém-chegado à guerra, conhecido jocosamente como «maçarico» em Angola, «checa»

⁸⁸ A omnipresença do medo é, muito provavelmente, algo transversal a todas as tropas em situação de combate, sendo, no caso da Guerra Colonial Portuguesa, algo que não diferenciava os militares de ambos os lados. Como diz António Brito (2016: 121), em *Irmãos de Armas*, um romance sobre um grupo de combate em Moçambique, “os «frelimos não são diferentes dos portugueses quando partem para missões de resultado incerto; reforçam-se com copos, cantorias, bebedeiras e gajas. A mesma ansiedade, o mesmo cu apertado”.

em Moçambique e «periquito» na Guiné, cuja inexperiência e a incapacidade de lidar com o medo contribuíam para cometer erros que punham em causa a segurança de todos e impediam a melhor reação perante os acontecimentos. É muito comum nos testemunhos a referência ao silêncio atarrador que ficava no quartel quando a tropa que foi rendida partia finalmente para casa, deixando a tropa recém-chegada entregue a si própria num território inóspito. Com o tempo, o militar inexperiente adquiria uma quantidade de competências e um estatuto diferente – como diz Cristóvão de Aguiar (2007: 29), ex-alferes miliciano e autor de *Braço Tatuado. Retalhos da Guerra Colonial*, um livro de memórias sobre o que chama a experiência traumática de dois anos passados em guerra na Guiné, “os veteranos ganham no decurso dos meses uma vasta experiência e um sentido bastante apurado de oportunidade, o chamado calo, paredes-meias com o oportunismo”. No entanto, em contextos mais adversos, nem o estatuto de veterano («velhinho», para usar a terminologia dos próprios), livrava os militares da tensão constante, de estados de ansiedade permanentes, o que conduzia a um cansaço crescente e culminava num desgaste físico e emocional e, em alguns casos, provocava um autêntico colapso.

Não se fala de nervosismo, o «cagaço a roer cá por dentro», porque essa condicionante já nos persegue desde o primeiro dia. [Jorge Ribeiro (1999: 67), repórter de guerra, Moçambique, 1972-1974].

Em Madina havia pelo menos dois ataques por dia. Ao amanhecer e ao pôr-do-sol. Toda a gente vivia quase todo o tempo encafuada nos abrigos de cimento armado, aguardando a flagelação. Esperar era o ofício das companhias que tinham a pouca sorte de lá ir cumprir toda ou parte da comissão de serviço. Esperava-se dentro do perímetro rodeado por duas ou três fiadas de arame farpado. [...] Pregar olho era milagre. Por tudo e por nada, abria-se fogo contra um inimigo invisível mas sempre presente [...]. O soldado Guimarães pertencia a esta companhia e concluiu a comissão com alguns feridos graves. Os que ficaram ilesos, estavam envelhecidos e arruinados por dentro da cabeça... O comandante da companhia ficou com o cabelo em neve durante o tempo que permaneceu em Madina. [Cristóvão de Aguiar (2007: 79-80), alferes miliciano, Guiné, 1965-1967]

Tenho medo. À minha volta encontram-se dezenas de militares até à patente de capitão; todos têm medo. Talvez os generais não tenham medo. Devem ter deixado de ter medo quando ascenderam a uma patente que lhes garantiu um lugar seguro

longe da guerra. [Manuel Bastos (2008: 177), furriel miliciano, Moçambique, 1972].

É do despertar repentino e indesejado que mais me lembro. Decerto o meu inconsciente aconselhava-me a adormecer e só acordar meses depois, quando estivesse à beira de regressar a casa. Mas despertar várias vezes, todas as noites, com a súbita rajada de metralhadora de um dos nossos soldados de sentinela ou com a explosão de uma granada de bazuca atirada ao quartel de uma clareira não localizável, isso era demais. Ao cabo de alguns meses os nervos ficam em franja e a nossa tempestade interior acaba por afetar o território psíquico dos que vivem a nosso lado. O cansaço físico corrói a nossa resistência e destrói lentamente a nossa capacidade de raciocínio frio e equilibrado. [António Loja (2013: 93), capitão miliciano, Guiné, 1966-1968]

Já viu o que é uma pessoa ser atacada todos os dias? Uma pessoa estar a dormir, por exemplo, às três da manhã. Todos os dias, «eh pá, três da manhã, os gajos devem estar a atacar!». Mas eles não atacavam. Atacavam ou à uma ou às quatro. E aquela guerra apesar de ter coisas... [arrepende-se do que ia dizer] – aliás não há nenhuma guerra que tenha coisas boas – mas tinha coisas mais de demolir as pessoas psicologicamente. Por exemplo, o nosso quartel ficava num planalto, depois havia um vale com três quilómetros e em frente havia outro planalto. Aquele vale tinha três quilómetros. A FRELIMO às vezes atacava o nosso quartel com morteiro 60. O que é que isto quer dizer: o morteiro 60 não atinge três quilómetros, só o morteiro 81. Quando eles atacavam lá do mesmo planalto o nosso quartel com morteiro 81 as granadas caíam mesmo no quartel. Mas eles às vezes – é a tal guerra psicológica – atacavam com morteiro 60. Ou seja, o morteiro 60 não dá para passar este vale de três quilómetros e atacar o quartel, não dá. Caem logo ali a um quilómetro. Mas só barulho que aquilo faz ao rebentar – BUM! – a malta dá gritos «aí vêm eles!», toca a fugir para os abrigos. E depois a malta no outro dia ia lá fazer uma patrulha ao vale, ia lá ver o cu – o que a gente chamava o «cu das granadas», que era a parte da granada que sobrava – e gente dizia «porra, esta merda é 60, pá, isto nunca atingia o quartel». Está a ver, é a tal guerra psicológica que era utilizada. Mas depois, se fosse preciso, estavam 15 dias a atacar com 60, que não caía no quartel, caía no vale, mas depois a malta estava à noite a ouvir o barulho – porque ouve-se as saídas dos morteiros. Então a malta estava deitada, ouvia o barulho e a malta dizia «isto é 60, não chega cá». Quando a gente dava por ela, era mesmo 81 e caíam mesmo dentro do quartel. Quer dizer, está a ver, esta guerra psicológica, de

saturação. [...] Aquela guerra foi mesmo saturante. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

Agora, o olhar perdido virado para o céu não vê o Alouette III que vem a padejar, esfarrapando o cacimbo e pousando como uma libélula gigante na clareira que os soldados abriram a golpes de catana. Ele [o soldado evacuado] vai embora na barriga da libélula e nós ficamos cá em baixo pequeninos e insignificantes como ácaros na alcatifa imensa da selva. E cerzidos de medo, o medo de todos os dias, tão familiar como o odor corporal que deixou de nos incomodar com o tempo. Um medo vago e indefinido. A náusea de permanecermos vivos. [Manuel Bastos (2008: 45), furriel miliciano, Moçambique, 1972]

Artur Duarte, que esteve em Angola numa zona particularmente complicada do ponto de vista militar, fala dos transtornos que despontaram uns anos depois do regresso de África e que ainda hoje o afetam, a ponto de necessitar de medicação específica numa base diária, e que vê como herança de tudo aquilo por que passou, com destaque para a ansiedade e a tensão nervosa, como se fossem, de alguma forma, a somatização tardia de sofrimento passado que ficou aprisionado.

Há muitas situações em que eu me «passo» facilmente dos «carretos». Ainda agora, e há de ser sempre. Porque eu, por exemplo, vejo aquelas manifestações daqueles clientes que ficaram sem as poupanças do BES, eu vi-me lá. Com uma G3 nas mãos. Eu via-me lá, eu era capaz. Eu cortava-os ao meio. Se eu tivesse as poupanças da minha vida penhoradas, eu sei que me abatiam a seguir mas não importava. Tinha era que os levar à frente. Eu penso que tudo isto [os transtornos] seja fruto de todas as vivências, porque eu não era assim, quer dizer! Eu nunca fui... eu «passo-me», fruto daquilo que passei, fruto de toda aquela ansiedade, eu penso que isso nunca desapareceu. E o facto de passarmos de um estado para outro rapidamente, que era o que sucedia lá fora, isso ficou. Eu «passo-me» do 8 ao 80, nesses casos, como passaria lá – está tudo bem, de repente há um tiro e eu passo ao 80. E isso transporte para cá. E eu isso não consigo controlar. Consigo controlar as crises de pânico, consigo controlar o álcool, deixei de fumar. É uma herança da guerra, da ansiedade, de toda a ansiedade que no fundo está cá. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Retira-se dos testemunhos que muitas circunstâncias da Guerra Colonial Portuguesa favoreciam a «saturação» e conduziam ao «desgaste»: não apenas os ataques (ou as ameaças de ataques), a violência latente, os momentos de intensa tensão emocional e o

pânico, mas também a distância, a inatividade, o tédio e o isolamento. O ambiente nos aquartelamentos portugueses é frequentemente descrito como «sufocante» ou, para usar a expressão de António Lobo Antunes (2005: 128), «concentracionario»: muitas vezes estava-se confinado a um espaço limitado – a partir daí, acabava a sensação de segurança e corriam-se sérios riscos de sofrer emboscadas ou ataques de minas. Mesmo estando de uma forma genérica em vantagem numérica⁸⁹ e contando com melhor armamento, os militares portugueses não deixavam de viver nos quartéis protegidos por arame farpado e por sentinelas com armas apontadas para o «mato», prontas a disparar ao menor sinal de alarme⁹⁰. Muitos aquartelamentos dispunham de abrigos rudimentares, onde os militares recolhiam e se resguardavam em caso de ataque, o que revela que as forças portuguesas não dominavam totalmente a situação. Fosse como fosse, as tropas portuguesas eram em África um corpo estranho: era o inimigo quem conhecia e dominava o terreno, daí tirando óbvio benefício.

O peso do isolamento é referido não só por quem esteve em territórios militarmente mais ativos, mas também por quem viveu em regiões de menor ou nenhuma atividade militar do inimigo mas, não obstante, longe de tudo e sem povoações nas imediações, por exemplo. Neste caso, os militares viam-se «no fim do mundo», sem outros objetivos que não fazer passar o tempo: estavam longe de casa e sem contacto fácil e frequente com familiares, amigos, namoradas (as «meninas dos olhos tristes» cantadas por Adriano Correia de Oliveira) e madrinhas de guerra. É transversal aos testemunhos a sensação de que a comissão em África foi também uma luta contra o tempo: todos contavam os dias que faltavam para o regresso, mas especialmente aqueles que já tinham família constituída e planos para o futuro, como era o caso de António Lobo Antunes e José Niza, por exemplo, que foram forçados a interromper o curso de medicina para ir cumprir serviço militar em Angola, e enviavam aerogramas («bate-estradas») quase diariamente às respetivas mulheres.

⁸⁹ John P. Cann (2005: 30-31) refere que, no final do conflito, estavam envolvidos 149.000 militares portugueses e 27.000 guerrilheiros dos Movimentos de Libertação.

⁹⁰ O alarme que fazia disparar as sentinelas era muitas vezes infundado: são frequentes nos testemunhos os relatos de sessões de tiros – «fogachal» – a meio da noite, quando uma sentinela se assustava por uma qualquer razão – um animal selvagem que se aproximava dos limites do quartel e era confundido com um guerrilheiro, por exemplo – e começava a disparar rajadas de G3 para o exterior, gerando, por sua vez, o disparo das outras sentinelas, numa interminável troca de tiros, comprovando que o medo é contagiante. Para uma discussão acerca do medo, remeto para o ensaio de José António Marina (2008), *O Medo. Tratado sobre a Valentia*.

Eu estive em vários quartéis em que não tínhamos população, éramos só nós. Isolados, quer dizer. A engenharia foi lá com as máquinas caterpillar, fez os montes de areia à volta e aquilo para eles era um quartel. Para eles era um quartel. Ainda me lembro quando eu fui evacuado – eu levei um tiro aqui numa mão, numa emboscada. Fui evacuado para o hospital de Mueda e quando regressei voltei ao mesmo quartel. Ainda me lembro, quando vinha no helicóptero para pousar no quartel, diz o alferes que ia pilotar o helicóptero – viu o quartel lá de cima, aquilo visto de cima era um pentágono [...] –, dizia o piloto assim: «porra, estes gajos parece que foram enviados para aqui de propósito para morrer». Aquilo era um isolamento total. Bom, aí não tínhamos população, aí a gente tinha que aliviar o stress de qualquer maneira. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

98% dos soldados da companhia não tinham condições para sair dali. E, portanto, imagine que eles passaram dezanove meses naquele buraco, sem nunca ter visto durante o tempo todo uma mulher branca, sem nunca ter conseguido ouvir a voz de alguém – o que recebiam eram umas cartinhas da família, às vezes escrita pelo vizinho porque a família não sabia escrever. E que ele punha o camarada do lado a ler e a escrever porque ele também não sabia ler. É um corte total e absoluto. Não há telefones, não há telemóveis, não há satélites, não há nada. Há as cartas que vêm. Aquilo é o que se chama o isolamento absoluto de tudo, tudo, tudo, sem rigorosamente mais nada. [...] Nós fomos colocados num dos piores sítios de Angola. Atenção, não em termos de guerra, mas em termos de... imagine uma paisagem lunar nos confins de tudo o que queira imaginar. A ideia que permite perceber o local é assim: savana desértica encalacrada entre dois desertos, sem nada à volta. O abastecimento vinha uma vez por mês, por coluna, a que nós chamávamos na altura MVL [Movimento de Viaturas Logísticas]. Chegava a levar – dependendo da época do ano, se nas chuvas ou fora das chuvas – 20 dias a fazer a viagem, entre Serpa Pinto e aquele local. [...] Aquilo era um sítio inóspito, longe de tudo. E nós estávamos confinados a um quadrado no meio de coisa nenhuma, no meio de coisa nenhuma!, cercados de arame farpado. [Bruno Vinhas, furriel miliciano, Angola, 1971-1973]

Éramos quase «velhinhos» quando se lembraram de nos mandar para Omar, um aquartelamento de barracas no meio do nada, minado no perímetro para evitar aproximações e ataques de golpe de mão furtivos, onde nem sequer havia aldeamento de negras para «limpar o olho», apenas o rio Rovuma, cheio de crocodilos, jacarés, a separar-nos da Tanzânia, onde no portal de entrada se podia

ler em letras garrafais: «Chegaste ao Inferno...!» [**Alcino Ferreira** (2011: 104), alferes miliciano, Moçambique, 1970-1972]

O hábito de contar o tempo, subtraindo um dia, todos os dias, ao número previsível de dias de comissão, era comum a todos os militares, independente do seu posto, origem social, oriundo da Metrópole ou do lugar mais recôndito do vasto território angolano. [**José Manuel Martins** (2003: 76), cabo-enfermeiro, Angola, 1973-1974]

Isto é exatamente como viver numa prisão. 50 metros quadrados de arame farpado a confinar-nos, e 100 prisioneiros dentro, à espera de 1973. Foi uma pesada sentença e a evasão é impossível. Os dias passam com uma inconcebível lentidão. Pouco mais de quatro meses até agora, e ainda mais quase vinte para o fim da pena. Em outubro um mês de liberdade condicional e é tudo. Depois regresso ao presídio. Para o ano outra saída meteórica. E só daqui a 20 meses a liberdade final e definitiva. [**António Lobo Antunes** (2005: 169), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

[12 de abril de 1971] *Há quinze minutos que deixou de ser Domingo de Páscoa. Agora é só dia 12. Faltam exatamente 2 meses, 29 dias, 23 horas e 47 minutos para isto acabar!* [**José Niza** (2012: 257), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

O isolamento era por muitos considerado tão destrutivo como a violência e, nesse sentido, algo que era preciso combater ativamente. Avelino Nunes, que teve que interromper o curso de Belas Artes para servir como furriel com a função de sapador de minas em Moçambique, junto à fronteira norte, descreve algumas estratégias usadas pelos militares portugueses para efetuar um corte no quotidiano e estabelecer alguma «normalidade» dentro das circunstâncias «extraordinárias» que é estar confinado a instalações militares mais ou menos precárias numa zona remota de África. Nas suas memórias de guerra, Carlos Alberto Santos (2003) fala do peso do isolamento no quotidiano de um militar português colocado numa região remota de Angola onde os combates eram praticamente inexistentes.

Toda a gente sofria muito com o isolamento, pá. Um fenómeno que acontecia connosco era ao fim-de-semana vestirmo-nos à civil. Para ser diferente. A gente tinha necessidade, e então passeávamos no quartel, de máquina fotográfica, de sapatinho, t-shirt «Lacoste», aquilo tudo. Claro, não saíamos do arame farpado. [risos] [**Avelino Nunes**, furriel miliciano, Moçambique, 1969-1972]

As banalidades do dia-a-dia num quartel do interior de Angola – alvorada, descascar batatas, apanhar o lixo, capinar, reparar velhas viaturas, andar desenfado, fazer olhinhos à lavadeira, uma «geraldina» na Benita, uma martelada no quimbo ou uma punheta bem esgalhada na torre das sentinelas, mandar o cozinheiro pró caralho ou andar a dizer que o alferes era a imagem de toda a «chicalhada» – fazem parte desta nossa história. [Carlos Alberto Santos (2003: 128), alferes miliciano, Angola, 1971-1974]

Neste contexto, a correspondência era a principal forma de contacto com o exterior e revestia-se de uma enorme importância, nomeadamente para aqueles que já tinham família constituída ou estavam envolvidos em namoros mais sérios. José Manuel Martins, que desempenhou as funções de enfermeiro militar em Angola, fala precisamente disso no seu livro de memórias da guerra *Zau-Évua. Terra de Ninguém* (2003). Outro exemplo eram as mensagens de Natal, recolhidas e transmitidas pela RTP⁹¹.

Na primeira carta, escrita decorrido apenas um dia, dei-me ao cuidado de lembrar a importância que para mim tinha receber correspondência, especialmente estando naquela situação de isolamento, que se prolongaria por muitos dias, muitas semanas, muitos meses, talvez... [José Manuel Martins (2003: 28), cabo-enfermeiro, Angola, 1973-1974]

Haviam coisa que eram sagradas. O correio vinhas duas vezes por semana. O dia de correio era... nós chamávamos o dia de «São Correio». Aquele aviãozinho quando se aproximava da pista, pá, e alguém ia buscar o saquinho de correio que ele trazia, aquilo era uma festa. Eu penso que o simples facto de um determinado soldado não ter recebido naquele dia correio era suficiente para ele ir para a cantina e se enfrascar em cerveja. Também não se podia enfrascar muito porque o dinheiro não era muito – embora a cerveja fosse barata. [Bruno Vinhas, furriel miliciano, Angola, 1971-1973]

A coluna que veio de S. Salvador não trouxe correio porque aqueles filhos-da-puta de Luanda estão-se marimbando para nós. Fazem a guerra com punhos de renda, vão à praia e roubam-nos a única alegria que podemos ter aqui: notícias! Porque o

⁹¹ É possível encontrar no *Youtube* muitas mensagens de boas festas que a RTP recolhia anualmente entre os militares que participavam na Guerra Colonial e exibia por alturas do Natal, sendo que muitas terminavam com as expressões «adeus, até breve» ou, mais iconicamente, com um «adeus, até ao meu regresso».

nosso direito mais sagrado é ter notícias. [José Niza (2012: 32), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

As cartas serviam para falar de mim, do ambiente, das dificuldades, também para perguntar pelos outros, manifestar os meus sentimentos, exteriorizar as minhas emoções, antever e programar o futuro, lembrar promessas, repetir compromissos, fazer recomendações, no fundo, o papel carregava o meu mundo, que teimava em não ser apenas aquele que vivia no interior do arame farpado ou nas deambulações pelo mato ou pelas picadas da região. O papel levava igualmente aquilo que não podia partilhar com os outros camaradas; os pedidos de ajuda, que não veiculava doutra forma; as críticas, que não era conveniente formular de viva voz; os lamentos, que ninguém ao derredor compreenderia; as ansiedades, que revelavam fraqueza; os receios, que não queria divulgar. [José Manuel Martins (2003: 40), cabo-enfermeiro, Angola, 1973-1974]

A chegada do correio é um acontecimento para todo o quartel. Aqueles sacos de lona verde-acinzentada são como um cordão umbilical de nove mil quilómetros que nos liga às famílias, aos amigos, às boas e às más notícias. [José Niza (2012: 47), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

Os aerogramas eram a grande solução para nós nos apaziguarmos. A minha mulher acompanha-me e acompanhou-me sempre e foi também a grande, a psicóloga, ela é que fez com que eu não perdesse a lucidez e não me afundasse no álcool e na libertação por vias que iam degradando cada vez mais o meu espírito. E isso neste momento não está, nem vai estar, completamente... nunca vai estar, nunca vou conseguir libertar-me. Mas tenho a esperança de que não me venha de algum modo a... suportar outra vez tudo aquilo que, de facto, foram os grandes choques psicológicos. Foi terrível. [Miguel Raposo, alferes comando, Angola, 1971-1973]

Se a correspondência era essencial como forma de combater o isolamento, outras atividades destacavam-se também como formas de ocupar o tempo: os jogos (desportivos ou de cartas), a música, a fotografia, o consumo de bebidas alcoólicas e, no caso de militares com maiores habilitações literárias (furriéis, alferes e capitães), também a leitura, revelando-se também de uma enorme importância. Avelino Bento (2002: 40), falando acerca da sua experiência de guerra na Guiné, refere que “os dias eram passados a comer e a dormir, jogar à lerpa ou contar anedotas jocosas, ler romances de cordel ou

fotonovelas ou ainda procurar na tabanca a prostituta negra que por momentos iludia positivamente a nossa existência.”

O que é que uma pessoa tinha com que se refugiar que não o álcool? Em circunstâncias de isolamento extremo, em circunstâncias de ansiedade, porque parecendo que não só o facto de estar num quartel cria muita ansiedade. [...] A adrenalina é tanta quando estamos em operação mas, depois, nesses tempos que estamos no quartel, que estamos sem saber em que pensar, e tudo isso gera uma situação que a pessoa tem que se agarrar a qualquer coisa para não dar em «xoné» – quer dizer, «xoné» já está. A pessoa bebe assim umas cervejas valentes. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

O jogo assumia-se como o passatempo favorito. Podia sê-lo e foi em muitas ocasiões. Quantas vezes era necessário «queimar» tempo numa jogatina de cartas! Era também o pretexto para os mais chegados, os camaradas com mais afinidades, estarem juntos, conversarem. O jogo, para alguns, converteu-se numa necessidade vital, mais do que num passatempo. [José Manuel Martins (2003: 151), cabo-enfermeiro, Angola, 1973-1974]

Os soldados jogavam à lerpa. Soldados, sargentos e oficiais. É o vício que se entranha nestes emigrantes de camuflado. Não adianta qualquer terapêutica. [António do Carmo Reis (2001: 68), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Jogava-se a dinheiro o tempo inteiro. Jogava-se, bebia-se e fumava-se. Tudo muito. Raramente se falava, mas quando qualquer conversa pegava o assunto era o mesmo: a última operação. [Rogério Pereira (2011: 149), furriel enfermeiro, Angola, 1969-1971]

Outra coisa de que eu não me esqueço é, como há muito pouca coisa para fazer – há uma espécie de «ostracismo de modorra», não haver nada para fazer –, tirando as célebres operações pela mata – que a gente andava sempre a fugir delas –, havia as funções diárias, de resto andávamos por ali – jogávamos às cartas, jogávamos aos dados e líamos. Lia muito. Eu costumo dizer – não é por brincadeira, é um facto – que li um livro que é muito difícil de ler, e que muito pouca gente leu, que é «O Pavilhão dos Cancerosos», do Solzhenitsyn – o Solzhenitsyn já tem uma forma de escrever que... e o livro é uma coisa assim deste tamanho. Eu li em N’riquinha «O

Pavilhão dos Cancerosos». Olha, não há mais nada para fazer, vai lendo. [Bruno Vinhas, furriel miliciano, Angola, 1971-1973]

Tudo isto terá contribuído para o aparecimento ou agravamento de perturbações mentais e comportamentais, problemas emocionais e episódios de descompensação, que, em geral, se multiplicavam à medida que o tempo de comissão ia passando. De acordo com os testemunhos, a saúde mental dos militares degradava-se visivelmente com o tempo, atingindo o ponto mínimo de sanidade (se é que tal pode ser medido) na altura do fim da comissão, favorecendo um «apodrecimento mental», para usar a expressão de Manuel Beça Múrias (2009: 53). Alguns ex-combatentes falam da forma como, estarecidos, depararam com as tropas que foram render, tal era o desgaste mental evidenciado, traduzindo-se em rostos sem expressão, olhares vazios e comportamentos bizarros (Janeiro, 2012), e também da forma como eles próprios foram olhados aquando da sua rendição.⁹² Muitos ex-combatentes descrevem um cenário a todos os níveis desolador nos últimos tempos de comissão, num ponto em que o mais difícil seria «separar os sãos dos loucos».

O olhar dos soldados acabados de chegar ao mato, à defesa, envergonhados. Envergonhados da sua inexperiência, por ainda não terem sentido medo a sério; por não terem ainda matado ninguém. Envergonhados da sua farda ainda não suficientemente surrada com os horrores e a ignomínia da guerra. O olhar deles, como o nosso há apenas uns meses atrás, à defesa, lendo a tabuleta, em mau português, pendurada na árvore: «Benvidos a Mueda, terra da guerra. Aqui trabalha-se, vive-se e morre-se. Checa é pior que turra». [Manuel Bastos (2008: 170), furriel miliciano, Moçambique, 1972]

Um dos comentários da malta que nos foi render hoje faz é: «quando o Nord Atlas aterrou na pista e nós saímos, a receção que vocês nos fizeram deu-nos a sensação que tínhamos aterrado num inferno, estava toda a gente maluca ou num manicómio». Genericamente estávamos assim. Parece que estava tudo doido. Era a maluqueira daquela gente toda, a euforia do «vamos embora daqui, estes gajos vêm-nos render», é tudo misturado. Mas a sensação de que estávamos todos doidos foi a imagem que passámos aos que acabávamos de chegar. Entre esses, estavam alguns «cacimbados», porque só assim é possível em algumas imagens que eu lá tenho

⁹² O retrato traçado nos testemunhos remetem para a imagem do fuzileiro que chega à ilha onde se passa a ação de *O Deus das Moscas*, de William Golding (1997), e descobre, horrorizado, o que as crianças, entregues a si próprias, são capazes de fazer.

alguém se vestir de mulher, disfarçar-se das coisas mais mirabolantes, inventar uma espécie de câmara de televisão que põe cima do unimog para fazer que está a filmar a chegada dos maçaricos. [**Bruno Vinhas**, furriel miliciano, Angola, 1971-1973]

Inépcia, concupiscência, indecoro, zombaria, fraude, negligência... não me chegam os adjetivos para emoldurar o quadro desta companhia, mesmo deste batalhão, e talvez de outros muitos batalhões que por aqui passaram e não de passar, nesta véspera de daqui sairmos e de darmos lugar a outros que nos vierem render e substituir nos diversos papéis por nós desempenhados, desde pegar na arma ou na filha dos administradores, até incendiarmos de subversão qualquer ato a que nos obriguem os mandadores deste país agonizante, porque conta já com demasiados inimigos. [**Eduardo Brito Aranha** (2005: 194), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Impressionante, naquela altura do campeonato, já nada nos incomodava e nada temíamos. Estávamos de tal forma saturados, com tudo e com todos, que o desalento nos dispunha a tudo. Éramos autênticos bonecos programados, quais mortos-vivos à espera de que a qualquer hora a «desdita» nos batesse à porta. [**Alcino Ferreira** (2011: 110-111), alferes miliciano, Moçambique, 1970-1972]

Ao fim de cinco meses éramos um grupo triste, cansado psicologicamente e saturados com o isolamento e o abandono à nossa sorte. [**Carlos Alberto Santos** (2003: 36), alferes miliciano, Angola, 1971-1974]

Nesta vida de guerra há o respeito pela hierarquia. Um soldado bem penteado, barbeado e tímido é «maçarico». Com três meses de mato, sobe a «ultramarino». Ao fim de seis meses, já habituado à guerrilha, é «ultramaroto». Com nove meses de África, é promovido a «ultramalandro». Terminado um ano, maduro e desiludido, é um mestre pistoleiro, é um «velhinho». [**António do Carmo Reis** (2001: 51), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Às vezes chovia trovoada, porque em Moçambique era assim, estava um calor do caraças mas de repente, trovoada. E a malta, para não ir lá a baixo tomar banho ao rio, [porque] tinha medo de ser atacada. A malta aproveitava a água da chuva, que saía dos telhados, despia-se num instante, tomava banho. Depois a malta zangava-se contra a trovoada [risos], a malta despejava toda a raiva que sentia depois de ter passado uma semana no mato ou duas sem beber água, ou ter que comer coisas à

pressa, depois chegava ao quartel e descarregava em toda a gente. Às vezes até nos cães. Os cães estavam a dormir, «pum», um pontapé num cão [risos]. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

Quando finalmente chegou o dia em que viriam substituir os nossos soldados, já detentores do título VCC – «velinhos como o caralho» –, que exibiam pintado de branco nas viaturas ou bordado nas camisas, foram esperar os novos à picada para lhes pregar um susto. Apareceram-lhes todos cheios de ligaduras, braços ao peito e a coxearem. Tal como nos tinham feito à chegada, assim lhes fizeram. Sobre as brasas, na cozinha, puseram a torrar a carcaça de um cão morto há para aí um mês. Disseram-lhes que era uma gazelazinha que estava a assar para os receber. Fizeram tudo para os deprimir ainda mais. Mas não por muito tempo. Feita a catarse, tudo foi desmascarado. Regressámos a N'Riquinha levando uma mascote. Era um cachorro chamado Pilinhas, um dos onze cães que uma cadela, que era a Riquinha, tinha parido. Os outros foram enterrados vivos, tal era já a dessensibilização dos soldados. [Eduardo Brito Aranha (2005: 171), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Impreparação e contestação

De acordo com os testemunhos, a generalidade dos militares que participaram na Guerra Colonial Portuguesa recebeu um treino e uma formação muito rudimentares, quando não mesmo totalmente desadequados. Muitos ex-combatentes consideram que não só não foram bem treinados e efetivamente preparados para o que aí vinha, como referem que o nível de armamento e de condições de vida nas instalações militares portuguesas era muito deficiente, começando logo a bordo dos navios que transportaram as tropas até África: as condições são descritas como sub-humanas, exceto no caso dos oficiais e militares mais graduados, que dispunham de mordomias consideradas ao nível de um cruzeiro de luxo, algo de que hoje a generalidade dos ex-combatentes fala com mágoa e até com alguma revolta.

Vi para não mais esquecer. Beliches construídos em paus de pinho, com pouco mais de três palmos entre cada cama e a superior. A má iluminação de toda aquela área do porão não deixava ver a última fiada de camas. O cheiro de corpos mal lavados, misturado com o que pareciam serem cheiros de restos de comida, estava ampliado pela falta de ventilação e pela avaria dos ozonizadores. Eu não disse nada, apenas

se fez claro como é que um navio com capacidade para mil passageiros transportava três mil militares. [Rogério Pereira (2011: 25), furriel enfermeiro, Angola, 1969-1971]

Ao som da 5ª Sinfonia de Beethoven, a ementa do almoço [a bordo do Uíge, navio que transportava as tropas até Angola] era desta guisa: acepipes (filetes de cavala em azeite, camarão ao natural, pastéis, salada romana, pasta de fígado); sopa (minestrone puré de legumes); peixe cozido, ovos estrelados quentes, mexidos, omeletes diversas; entrada (santé de carneiro à jardineira); bifés à escolha; queijo, fruta, chá, café, leite [...]. Acabo de visitar os nossos soldados que se aquartelam mais ou menos miseravelmente nos porões do navio. [António do Carmo Reis (2001: 42), alferes miliciano, Angola, 1968-1970]

Um caso particularmente revelador da falta de preparação militar e operacional é o de Avelino Nunes, mas também Luís Leal destacou este aspeto durante a entrevista etnográfica. Outros ex-combatentes falam da diferença de preparação entre militares graduados e não-graduados e também entre as ditas tropas especiais e as outras (que, por alguns, eram jocosamente apelidadas de «tropa macaca»).

A gente ia para a guerra sem preparação absolutamente nenhuma, pá. Eu tirei o curso de sapadores em Tavira e tirei o curso de minas e armadilhas em Tancos. A primeira vez que eu vi minas foi em Tancos. E mesmo a mina que os gajos utilizavam contra nós – que era uma mina de madeira – só vi em fotografias. Os gajos podiam mandar vir para instruir as pessoas, ensinar-lhes os procedimentos de levantar aquilo! Nada! A deteção das minas era feita através da «pica». Cá só ouvi falar das picas. Nunca vi. E eu era graduado! A primeira vez que nós tivemos contacto com as picas foi quando chegámos a Mueda, no caminho de Mueda para o Rovuma. A primeira vez que vamos para lá, quando vamos render os gajos que estavam lá no Rovuma, puseram-nos a picar. Nós íamos com a proteção do esquadrão de cavalaria de Mueda e os gajos chegaram a uma determinada altura – os outros que nós íamos render deviam-nos ter vindo buscar e não apareceram – disseram: «eh pá, tem que se começar a picar porque a partir daqui é perigoso». Então, lá vai o pelotão de sapadores que nunca tinha visto uma pica! E esses gajos é que nos ensinaram. «Eh pá, olhem, o primeiro gajo pica em frente dos pés, os outros que vêm a seguir cruzam em diagonal». Porque até aí nós nunca tínhamos visto uma pica, e apanhámos logo uma mina. Passado para aí 2kms de termos começado a picar apanhámos logo uma mina. E tivemos sorte: até foi o terceiro picador que a apanhou, tinham passado dois gajos por cima. Eh pá, merda de preparação, quer dizer! Nós, graduados, não

tínhamos preparação nenhuma, os soldados ainda menos. [Avelino Nunes, furriel miliciano, Moçambique, 1969-1972]

Fui para a recruta em Lagos. Aí aprendi a conduzir os carros. Depois fui para o Porto. Aí comecei a andar com aquelas berliets grandes e tal. Mas as instruções foram poucas. Eu lembro-me que na primeira coluna militar que eu fiz lá em Moçambique tive que andar a treinar dentro do quartel [risos]. Veja lá a preparação! E mesmo as nossas tropas estavam mal preparadas. Por exemplo, numa guerra de guerrilha, como era aquela, um alferes que a gente tinha [...] em pleno mato ele para organizar as tropas mandava as pessoas formar no mato. «Forma lá aí, pá, para ver se está tudo». Isso não se faz, quer dizer. Formar um pelotão no mato com vinte pessoas, então a FRELIMO se está ali ao longe, pumba, pumba, com uma rajada de metralhadora mata os vinte! [...] A malta dizia «ó meu alferes isso não se faz, pá!» [risos] Quer dizer, e não é só isso. Por exemplo, um ataque a um aquartelamento. Está bem que aquilo mete medo – e eu apanhei muito medo –, mas oficiais que tiveram preparação mais ou menos mais exigente se calhar do que nós, eh pá havia lá dois ou três que assim que começava o ataque punham-se logo a chorar dentro do abrigo! «Ai mãezinha». E a gente dizia, «ó meu alferes, maricas, pá, vamos lá responder a isto». Quer dizer, não eram todos. Eram aqueles dois. Os outros eram mais atrevidos. Havia tropas bem preparadas. Por exemplo, os comandos, os paraquedistas. Agora aquela tropa, que era a minha, tropa dita operacional, que fazia as mesmas operações que os comandos faziam... eh pá, as pessoas estavam mal preparadas. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

No terreno, constatei que era tudo uma autêntica palhaçada, e só não tivemos problemas porque o inimigo devia estar de folga... Agora sim, tinha a certeza absoluta de que os meus pensamentos em tempo de instrução não falharam. Não tínhamos a mínima preparação para enfrentar aquele ou outro tipo de guerra, tirando a preparação física e o treino de tiro. [Alcino Ferreira (2011: 100), alferes miliciano, Moçambique, 1970-1972]

Nós, graduados, nas operações só fazíamos fogo quando víssemos alguém ou sentíssemos que estavam a fazer pontaria sobre nós. Se não, não fazíamos. Porque, porque numa operação de três dias na primeira emboscada havia soldados que ficavam com dois carregadores. Para não dizer só com um, para não estar a exagerar. Mas era assim, era carregadores completos. E não adiantava. Aí é que eu

digo, é o espelho de uma má preparação, uma falha na preparação. Porque se nós conseguimos ver isso, eles não conseguiam. Não sei, não sei explicar. Quer dizer, ali não era uma questão de quem era burro ou não era, não é o QI que está aqui em questão. Provavelmente seria falta de preparação. Já os comandos... [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Nos comandos a disciplina era muito, muito rigorosa. Era cumprida à risca, mas assumíamos uma postura de respeito muito grande uns pelos outros, de cima para baixo e de baixo para cima [...]. Nós, comandos, de facto, vivemos porventura os traumas mais de quem está em combate mas a tropa de quadrícula vivia outros traumas e outro stress, que era estar na solidão e no isolamento meses e meses e meses. [Miguel Raposo, alferes comando, Angola, 1971-1973]

De uma forma geral, o conflito é descrito como uma guerra de remedeios, de improviso e desenrasque, muito pouco profissional e especializado. Como diz António Loja (2013: 43), “um cínico que conheço afirma com convicção que a Guerra Colonial foi uma luta de subdesenvolvidos (nós) contra subalimentados (eles).” Em conversa com Maria Luisa Blanco (2002: 49), António Lobo Antunes descreve o conflito como “uma guerra de pobres”, onde tudo faltava, desde os meios de transporte aos médicos. As ditas forças especiais eram a exceção: bem treinadas, preparadas e armadas, com direito a condições e regalias que a generalidade dos militares desconhecia e nunca usufruiu. Seja como for, arrisco dizer que o sentimento geral de impreparação militar e operacional, aliado a uma carência no que toca aos meios materiais disponíveis e às fracas condições de vida na maior parte dos quartéis portugueses – em particular naqueles localizados em zonas mais remotas –, contribuiu para desvincular os militares da causa nacionalista e favoreceu formas de contestação. Nas narrativas perpassa uma sensação de que os militares envolvidos na Guerra Colonial Portuguesa se sentiam «carne para canhão», manifestando amiúde uma certa antipatia e desdém em relação ao militares de carreira («chicos»), aos comandantes e, sobretudo, às chefias de topo («senhores da guerra»): era geral o sentimento contra os generais instalados nos quartéis-generais (onde dispunham de ar condicionado), que não saíam para o «mato» e não enfrentavam o perigo nem tinham que suportar as difíceis condições em que se vivia na maior parte dos aquartelamentos, e eram tidos como os responsáveis pela dura situação que se sentiam obrigados a enfrentar.

Se eu contasse histórias da tropa... eu nem sei como é que nós conseguimos combater lá. Aquilo era uma pouca-vergonha. Falta de equipamentos, equipamentos

já velhos, depois os rádios que nós tínhamos eram rádios fornecidos pela África do Sul – nós tínhamos uns grandes que ainda eram da Segunda Guerra Mundial, pá. Aquilo eram um matacão, primeiro que sintonizasse aquilo, depois tinha que se meter umas antenas nas árvores e não sei quê, pá. Apanhávamos a Emissora Nacional aqui à tarde e ouvíamos os relatos lá, e pronto, aí bebíamos umas cervejas valentes. [Daniel Queirós, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Por exemplo, morria um companheiro nosso. A malta chegava ao quartel, punha-se lá na tal caserna a mandar vir, não sei quê, mas contra os «chicos» – a malta chamava-lhe os «chicos», que eram os oficiais já de patente superior. Até havia uma canção que era [canta] «ora vai para o mato, ó meu malandro / por causa de ti é que eu aqui ando». Quer dizer, os oficiais nunca iam para o mato. Quem é que ia? Até alferes, raramente capitão. [...] A partir de alferes para cima já não iam, ficavam sempre dentro do quartel. E a malta revoltava-se quando morria ou ficava algum de nós ferido, a malta revoltava-se. Não contra o regime – não aquela posição política de ser contra o regime, «fascismo» e não sei quê, Caetano e o Salazar e aquela coisa toda – mas era contra, como quem diz, se eles também fossem para o mato também estava tudo bem. Porque eles afinal também alinham com a gente, não é? A malta insurgia-se contra as chefias militares porque eles não iam para o mato. Porque se eles fossem estavam todos a defender a pátria e pronto, já era consensual. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

Ao longe começavam-se a ouvir os primeiros acordes do conhecido hino «Estou Farto Deles». Não era hino nenhum, nós é que lhe chamávamos assim. Era uma das múltiplas cantigas que, passando de geração em geração, servia para denegrir as tropas profissionais: «Estou farto deles, da chicalhada / Filhos da puta que não fazem nada / Ora vem prá mata, ó meu malandro / Por causa de ti é que eu aqui ando». Era habitual em noites que cheirassem a festa, mais a mais se metessem cerveja, a cantiguinha; começava primeiro baixinho, timidamente, depois num enorme berreiro com batucada no que quer que fosse e produzisse som. [Eduardo Brito Aranha (2005: 100-101), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Os testemunhos referem amiúde manifestações de contestação e de protesto, de forma implícita ou explícita, e frequentemente tolerada (ou, pelo menos, sem darem origem a castigos). De uma forma geral, tratava-se de uma contestação transversal aos militares não profissionais, de soldados a capitães milicianos, e que, tudo indica, terá aumentado com o decorrer do próprio conflito. Bem ilustrativo disso mesmo é o facto de haver

militares portugueses que, em plena guerra, usavam crachás do inimigo ou símbolos políticos ou pacifistas associados ao movimento de contestação à Guerra do Vietname, por exemplo (Venter, 2015: 30). É o caso, entre outros, de António Lobo Antunes e de Pedro Lopes, que esteve como furriel em Moçambique, ambos militares que reconheciam estar ali contrariados e sem convicção, e de outros, como Luís Leal, que, mais do que isso, eram abertamente contra a guerra em que participavam.

Nunca uso boina. O comandante em Gago Coutinho ainda me disse algumas vezes para a pôr mas acabou por desistir. [...] Segundo corre por aqui sou o indivíduo mais mal fardado do batalhão. Tenho a camisa cheia de crachás de várias organizações (MPLA, Flechas, GE), patilhas antirregulamentares e o cabelo agora crescidíssimo na nuca, mas já ninguém me chateia. Volta e meia lá tapo a cabeça com um boné azul do MPLA que por aqui encontrei, aquando do último ataque a estas barracas. [António Lobo Antunes (2005: 167), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Usava um medalhão – feito de madeira por um maconde a meu pedido – ao peito e desenhado no carregador da minha G3. Explicar por que o usava é que é difícil. Aceitei ir para a Guerra Colonial combater por achar que era o meu dever, recusei a oferta de condições dadas pelos meus pais para me tornar um refratário e lembro-me bem que lhes respondi: «Não sou nenhum covarde». Daí até colocar esse medalhão ao peito e desenhar o mesmo símbolo hippie no carregador da minha arma, operou-se em mim um lento despertar para a consciência de estar do lado errado do filme. Como não cheguei a estar muito tempo na guerra [por ter sido ferido em combate e evacuado], os acontecimentos sucederam-se na verdade a uma grande velocidade, e por essa altura disparava cada vez mais a minha velha máquina fotográfica e cada vez menos a minha G3 e arquitetava já um plano de desertar nas minhas férias. De Mueda era fisicamente impossível fugir. Penso muita vez que, à medida que tomava consciência contra a guerra, me transformava crescentemente num criminoso a cada tiro que dava, e é por isso que não compreendo os ex-combatentes que afirmam orgulhosamente que foram para a guerra conscientes de que se tratava de uma «guerra injusta». Eu costumo dizer-lhes: «ao menos eu tenho a desculpa da ignorância». [Pedro Lopes, furriel, Moçambique, 1971-1972]

Alegrei-me quando encontrei dois antigos condiscípulos do colégio, na altura furriéis milicianos. Um deles ostentava um grande crachá alusivo ao «amor sim,

guerra não», e ainda, um segundo, não mais pequeno, com a sigla FLAC (Frente de Libertação dos Apanhados pelo Clima), que não era mais do que um recorte de uma embalagem de soro usada pelos serviços de saúde. O outro tinha pintado nas costas do camuflado um enorme sinal de trânsito proibido. Estavam os dois com uma pancada do arco-da-velha! [Alcino Ferreira (2011: 99-100), alferes miliciano, Moçambique, 1970-1972]

Nós tínhamos uma caserna onde nos reuníamos que tinha uns desenhos na parede, de «hippies» e não sei quê. Então o capitão chegava lá: «então ó Leal, pá, se não apagas essa merda, pá, eu coiso, vou falar à PIDE e tal». Mas a gente não apagou. Não apagámos, ficou lá [risos]. «Ó Leal, pá, tens a mania que és um maoista», ele até dizia. Porque eu recebia um jornal, que era o Comércio do Funchal, que era um jornal até cor-de-rosa, e era assim mais para o maoismo. E eu recebia lá esse jornal. [...] [Mostra umas fotos] Cá está, está a ver? Cá estou eu aqui. A gente fazia estas pinturas, lá na caserna. Cá está a pata da galinha do «make love, not war». Olhe, está aqui! Depois está aqui os nossos nomes e de onde a gente era. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

Por mais paradoxal que pareça, na medida em que Portugal vivia em ditadura, com censura instituída, polícia política e perseguições com base em ideias políticas, os militares portugueses tiveram acesso em África a informação que na altura era considerada «subversiva», como mensagens e conteúdos políticos do inimigo⁹³ e do campo ideológico adversário, como contam Cristóvão de Aguiar (op. cit) e Luís Leal, de todos os informantes o mais politizado e alinhado à esquerda. Mais surpreendente ainda é o facto de as chefias tolerarem algumas destas práticas e, por vezes, até participarem nisso, nomeadamente no caso de oficiais milicianos.

Uma vez fomos atacar uma base da FRELIMO, e eles tinham lá caixotes, pá, assim de cartão, com obras escolhidas do Samora Machel, do Mao Tsé-Tung, do Lenine, daquelas coisas todas, que era para distribuir mas em português. Por acaso tenho isso ainda aí, eu chamo-lhe até os trofeus, na brincadeira. Tenho lá esses livros em casa. A malta atacava a base, conquistava-se aquilo, depois queimava-se as palhotas todas. Diz o alferes: «eh pá, malta, vamos queimar isso tudo, as palhotas todas, pá. E esses caixotes que estão aí», que eram os livrinhos do Mao Tsé-Tung

⁹³ Por exemplo, muitos ex-combatentes falam da *Maria Turra*, a locutora das emissões em português da *Rádio Libertação*, afeta ao PAIGC, e que era ouvida nos aquartelamentos portugueses, apesar de consistir em informação de propaganda e ação psicológica do inimigo.

[...], «tragam essa merda, que é para depois entregarmos à PIDE, quando a gente chegar ao quartel». Depois um amigo meu, que era da minha companhia, que por acaso já faleceu, o gajo: «ó pá, ó Leal, estão aqui umas coisinhas que tu gostas». Então foi lá, roubou uns quatro volumes [...]. E o alferes: «...e ninguém rouba nada, pá, porque se eu apanho alguém com essa merda nos bolsos...». Mas o meu amigo deu-me e eu meti nos bolsos. [**Luís Leal**, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

Ao bater das onze da noite sou sempre eu quem sintoniza a estação na onda curta, «Aqui Voz da Liberdade, uma voz livre do Povo Português...». Ao princípio, dava-me ideia de que os soldados não gostavam lá muito daquela conspiração nas barbas da guerra de guerrilha. Se calhar, tinham medo de alguma denúncia que saísse dentro do grupo de combate de algum bufo disfarçado. Adivinhar é proibido! Com o decorrer do tempo, eram eles próprios que me lembravam, «está quase na hora, meu alferes, o melhor é já ir mudando para a emissora da liberdade...» [**Cristóvão de Aguiar** (2007: 89), alferes miliciano, Guiné, 1965-1967]

Eu dava-me com um tipo que andava muitas vezes com uma t-shirt do Che Guevara. Ele era completamente transtornado mas também era o politicamente mais informado de todos. E a t-shirt era uma posição política, a gente afrontava os oficiais e os sargentos de carreira. [**Avelino Nunes**, furriel miliciano, Moçambique, 1969-1972]

Muito do atrás descrito explica-se pelas circunstâncias da própria guerra, mais concretamente pelo facto de aparentemente a autoridade das chefias ter um limite tácito: «no mato mandam os que lá estão», uma ideia que é transversal aos testemunhos. Por outro lado, muitos comandantes (capitães e alferes milicianos) eram pouco mais velhos do que os soldados e, como os próprios reconhecem nas suas narrativas, estavam igualmente contrariados e sem convicção na guerra travada. Manuel Godinho Rebocho, autor de *Elites Militares e a Guerra de África* (2009), argumenta que, com o desenrolar do conflito, os militares profissionais (isto é, do Quadro Permanente) foram dedicando-se mais à gestão militar e menos ao comando operacional, deixando assim os militares milicianos no comando das unidades militares, principalmente nos últimos anos da Guerra Colonial Portuguesa, o que, de certa forma, tornava menos rígida a disciplina nos aquartelamentos e destacamentos portugueses. Na opinião de José Niza (2012), tal tornava-se ainda mais premente quando o nível de saturação dos oficiais era crescente e no início da década de 70 atingia proporções muito elevadas.

Uma vez íamos fazer uma operação com outra companhia. Então estavam já algumas cerca de 20 e tal a 30 viaturas – nós éramos largados na picada. E havia um unimog – um «burro do mato», como nós lhes chamávamos – que, por hipótese, levava três de cada lado, três operacionais. Um alferes da minha companhia chegou ao pé de um da outra – estavam dois pretos, um de cada lado, e o outro unimog é que tinha mais brancos da outra companhia – e disse «ali só tem dois e aqui vão mais, troca lá de lugar». Ele não respondeu. Estava assim com a G3, sentado. Virou a G3 assim para baixo, para o alferes, tirou o dedo da segurança, pôs a mão no gatilho. E disse: «vou para onde, meu alferes?». E o nosso alferes disse assim: «queres ir aí? Oh pá, vai, pá». Ia fazer o quê? O outro, se calhar, não tinha problema em dar-lhe um balázio, quer dizer. Portanto, os castigos... tá quieto, ó malandro! «Pá, queres ir aí, pá, vai, pronto acabou» [risos]. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Cá, na «metrópole», havia a disciplina: não se podia falar, senão ia-se para a gaiola, não sei quê. Lá, já era um bocado diferente. Os superiores tinham que ter uma certa disciplina, um certo rigor, mas não havia aquele autoritarismo que havia aqui – se não estavam sujeitos a levar também um balázio. Porque aconteceu muito. Olhe, no dia em que nós viemos embora do quartelamento para vir para Luanda, houve lá uma cena dessas com tiros e com rajadas de metralhadora contra o capitão! [Daniel Queirós, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

No início do segundo mês de estadia em Zau-Évua, sentia-me desgastado psicologicamente e, por isso, ansioso por partilhar outros ambientes. Os excessos resultantes de uma máxima muito repetida – «estamos no mato, longe do nosso ambiente familiar e social, façamos o que nos vem à cabeça – incomodavam-me muito. A minha sensibilidade moral obrigava-me, umas vezes, a tomar atitudes de reprovação explícitas de algumas atitudes e exageros; outras vezes, «neutralizava-me», o que me fazia sentir ainda pior. [José Manuel Martins (2003: 60), cabo-enfermeiro, Angola, 1973-1974]

«Para Angola, rapidamente e em força», ordenou Salazar em 1961. Dez anos depois, continuamos a vir para Angola, a morrer em Angola. Quanto tempo isto vai durar? As guerras fazem-se com militares. Mas os do Quadro estão a ficar cansados. E os outros, revoltados. Muitos capitães, majores, tenentes-coronéis já vão em três e quatro comissões. Em Angola. Em Moçambique. Na Guiné. De dois em dois anos, é baralhar e dar de novo. A maioria deles está farta disto. Já nem é sequer uma

questão de concordar ou não com a guerra, é uma questão de cansaço, de «já chega». Como médico, sei do que falo: é que a porta de saída destas situações não é a do quartel, é a da enfermaria. «O doutor não me arranja aí uma coisa de coração para eu me livrar disto?» [José Niza (2012: 286-287), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

Com falta de gente na Academia Militar, já nesse tempo, o nosso capitão não era de carreira, era um alferes graduado em capitão que não tinha ido à guerra. Nessa altura fazia-se assim. De resto, também já havia falta de oficiais. Ele era engenheiro, não percebia nada de guerra, trabalhava numa fábrica, casado com uma sueca, com um belíssimo ordenado, uma belíssima vida. E claro, acabou por desertar. [Joaquim Serpa, furriel miliciano, Moçambique, 1970-72]

Em suma, tudo parecia favorecer um afrouxar da disciplina militar, que se traduzia em pequenos e grandes atos de desobediência, bem como noutros que colidiam com as regras de conduta militar, sem que com isso resultassem grandes consequências disciplinares. Em suma, no «mato» vivia-se segundo as próprias regras, em grande medida à revelia das chefias, que ou não sabiam ou não queriam saber de algumas práticas por parte dos militares no terreno.

Os meus superiores toleravam essa minha «excentricidade» [usar um medalhão com um símbolo hippie pacifista] da mesma maneira que eram toleradas as canções que compunham o «Cancioneiro do Niassa», cujo disco com cantores profissionais se pode adquirir numa boa loja de discos: «Canções Proibidas – O Cancioneiro do Niassa». Em boa verdade nunca foram proibidas e eram cantadas muitas vezes a pedido dos oficiais superiores. Eu sempre encarei esse fenómeno como a última vontade que costuma conceder-se aos condenados à morte. [Pedro Lopes, furriel, Moçambique, 1971-1972]

Evitei uma ou outra situação [de ataque]. Assumi esse risco. Os meus comandantes não podiam nem teriam que saber. Assumi um ou outro [episódio], não muitos, mas assumi o risco de não atacar um ou outro objetivo que supostamente poderia ser não só perigoso para os meus homens e, enfim, provocaria mais baixas nos guerrilheiros. [...] Tive um comandante de companhia, que, embora sendo oficial do Quadro, tolerou muitas das minha impertinências. Eu muitas vezes contestei ordens. Podia ter sido preso, podia ter sido despromovido mas tive a felicidade de ser comandado por alguém que, sendo militar de patente superior, soube lidar comigo e com a minha maneira de ser. Consegui chegar ao fim cumprindo entre

aspas a minha missão, tentando salvaguardar sempre os interesses dos meus homens, salvaguardar sempre a integridade física deles, furtando-me inclusivamente – porque não – a algumas situações de combate que pude evitar – evitaram-se mortos, evitaram-se situações de stress, de traumas de guerra. E cumpri, cumpri à minha maneira. [Miguel Raposo, alferes comando, Angola, 1971-73]

Por outro lado, como defende Tiago Matos Silva (2007), para os ex-combatentes, o conceito de «camaradagem» foi, em certo sentido, mais relevante do que a noção de «pátria» ou de «dever patriótico»: era sobretudo para com os camaradas de armas que os militares estavam comprometidos⁹⁴. A nível pessoal, portanto, o propósito último da guerra travada parece não ter sido lutar pela «pátria» mas pura e simplesmente sobreviver e chegar ao fim da comissão vivo, são e inteiro. Como tal, muitos ex-combatentes declaram ter feito a guerra com pouca convicção – mesmo aqueles que se ofereceram como voluntários. Embora não possa ser generalizado, no caso de alguns militares assistiu-se a uma transformação na sua consciência política, questionando a sua participação na guerra e a justeza do conflito, como se de alguma forma se sentissem enganados perante a discrepância entre aquilo que lhes foi dito na «metrópole» e a realidade que vieram a testemunhar em África.

Há uma coisa que tem que compreender: a maior parte do pessoal naquela altura... ninguém estava lá por amor à camisola a combater, atenção! O pessoal estava lá para safar o pelo. Em primeiro lugar, logo. Era a primeira coisa. Eu vejo por mim: eu fui para lá porque fui obrigado. Mais nada. Eu não ofereci como voluntário. Aliás, eu quando tinha quinze ou dezasseis anos estive para fugir para França, não tive foi os coisos no sítio para fugir. Se calhar, ainda bem que não fugi. [Daniel Queirós, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Verdadeiramente, muita gente acreditava no que se estava a fazer, outros não sabiam o que é que estavam a fazer e outros não acreditavam. Tudo aquilo era... eu lembro-me de discussões com os soldados, os soldados falavam do que queriam. Discutíamos entre nós e depois havia gajos que diziam: «eh pá, eu não me importo de andar aqui, são dois anos e tal, pá. Se os gajos não nos atacarem a gente também não os ataca». Quer dizer, não havia generalizadamente a ideia que estávamos ali

⁹⁴ 90% dos respondentes ao inquérito *on-line* consideraram que a participação na Guerra Colonial Portuguesa foi positiva no que concerne à conquista de novas amizades, o que revela bem a importância dos laços estabelecidos durante a comissão militar em África.

a cumprir uma missão para manter Portugal com as suas colónias desde o século XVI. Mesmo em gajos com a formação de comandos, fuzileiros e isso tudo! Eu não sei, se calhar nas outras guerras também foi assim, não é? [Rui Vaz, alferes miliciano, Moçambique, 1971-74]

Para nós, fazer a guerra era, quando muito, deixar o tempo correr até chegar ao fim sãos e salvos. [Eduardo Brito Aranha (2005: 125), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Com o decorrer dos dias, Zau-Évua assumia-se no meu íntimo, de forma progressiva, como um lugar de degredo imerecido! Da minha parte, seguramente, a motivação para fazer a guerra inexistia. Procurava apenas sair incólume das inúmeras dificuldades que a vivência diária nos proporcionava. [José Manuel Martins (2003: 32), cabo-enfermeiro, Angola, 1973-1974]

Um caso particularmente interessante é o *Cancioneiro do Niassa*, que consiste num conjunto de adaptações de fados, tangos e outras canções então em voga (popularizados por artistas que vão de Amália Rodrigues e Max a José Afonso, passando por Bob Dylan e outros cantautores norte-americanos), que, de forma humorística, irónica, sarcástica e contundente, abordam a temática da Guerra Colonial Portuguesa do ponto de vista do soldado, salientando as duras condições de vida no «mato» (Ribeiro, 2003). O cancionero pode ser entendido como uma forma de contestação que é dita entredentes, uma forma de catarse ou, para usar a expressão de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi (2012:30), um “desabafo emocional”. Trata-se de um corpo muito diverso de adaptações, não de um conjunto estanque de canções: é possível encontrar várias versões de uma mesma música, com pequenas variações na letra. Nesse sentido, consiste num produto fluído e coletivo, ainda que, ao que tudo indica, grande parte das adaptações seja da autoria de militares de uma companhia de Engenharia e também de marinheiros e fuzileiros estacionados na região do Lago Niassa, no norte de Moçambique, perto do fim da década de 60 do século XX. Rapidamente foram feitas gravações áudio destas músicas, circulando entre os militares de uma forma que se tornaram extremamente populares em muitos aquartelamentos de Moçambique, e mais tarde também aqueles situados em Angola e na Guiné. No contexto da Guerra Colonial Portuguesa, o cancionero consiste numa das mais importantes formas de reivindicação e de contestação à ordem estabelecida e, sobretudo, à cadeia de comando. Para além dos tantas vezes citados *Hino*

*do Lunho e Erva Lá na Picada*⁹⁵, destacam-se outras canções pelo tom particularmente mordaz, difíceis de imaginar que pudessem ser cantadas impunemente. Em *O Unango Tango*, por exemplo, um dos versos reza assim: «Por toda a vida nós iremos recordar / quem nos mandou para aqui gozar / e àquele cabeça que soberbo decidiu / nós mandaremos para a puta que o pariu». Finalmente, *O Fado do Antoninho* é uma sátira a António Salazar e ao seu regime, fazendo menção à “doença do velhinho”, numa altura em que o ditador já havia caído da cadeira e sido substituído por Marcello Caetano.

O *Cancioneiro do Niassa* revela bem como a saturação da guerra era generalizada entre as tropas portuguesas: a maior parte das adaptações retrata os militares portugueses como alguém que está farto, que se quer ir embora, e que assume uma postura crítica e de violento desdém em relação às chefias de topo (os «senhores que mandam», os «cabeças de ar condicionado»). Segundo Carlos Nogueira (2013: 35), no *Cancioneiro do Niassa*, “não há heróis, nem se idealiza uma grandeza imperial que a realidade da guerra tornava dia a dia mais improvável. O tom, de denúncia e indignação, é burlesco, irónico e satírico”. Algumas músicas assumem mesmo um carácter subversivo, abordando pontos de vista (a perspetiva do inimigo, por exemplo, no *Fado do Turra*) ou temas (como a contestação à hierarquia militar ou a deserção, por exemplo, no *Fado do Desertor*) que, do ponto de vista institucional, seria expectável que não fossem abordados. Segundo José Jorge Letria (2002: 159-160), com a censura instituída em Portugal, não só alguns cantautores eram perseguidos, como “as referências à Guerra Colonial eram genericamente evitadas, pelo menos de forma explícita, já que se sabia ser esse o ponto nevrálgico para a máquina repressiva montada pelo regime”. No entanto, paradoxalmente, autores censurados na «metrópole», como José Afonso, eram escutados pelos militares da Guerra Colonial Portuguesa, sendo que algumas das suas canções eram politicamente adaptadas à realidade militar e “viajavam para Angola, Guiné e Moçambique na bagagem parca dos milicianos”.

A lírica do cancionero traduz muito do que tenho aqui defendido: a Guerra Colonial Portuguesa como um tempo de experimentação e um contexto marcado pela tensão e o medo, pela dureza da experiência ao nível físico e emocional, pela impreparação e pela falta de condições, o que se traduzia em militares descomprometidos e que rejeitavam a ideia de serem heróis, só querendo «salvar a pele». Tudo isto perante a convivência dos

⁹⁵ Nos testemunhos várias vezes é referido um verso em particular: “Que culpa tem o soldado / de ter raiva à sua sorte / Se chega um filho da puta / que o mete numa farda / e o manda para a morte”.

comandantes e de oficiais superiores, como é referido nos testemunhos: não só muitas vezes estas canções eram tocadas ao vivo na presença de oficiais (incluindo generais e brigadeiros em visita a aquartelamentos no «mato»), como alguns alferes milicianos⁹⁶ são apontados como os autores de algumas adaptações. O anexo IV compila algumas das mais emblemáticas adaptações que compõem o cancionero, transcritas a partir das gravações originais ou de regravações posteriores que é possível encontrar na Internet⁹⁷.

O livro *Capital Mueda*, de Jorge Ribeiro (2003:109-110), inclui depoimentos de vários intervenientes na Guerra Colonial Portuguesa. Entre eles, o de Inácio Semedo, que foi combatente do PAIGC, entre 1963 e 1974, e descreve as tropas nacionais como marcadas por muito daquilo que tem sido discutido até aqui: “os portugueses encontravam-se a apenas 6 km da nossa aldeia e, quando raramente saíam do aquartelamento, espelhavam o que qualquer miliciano revelava em qualquer das três colónias em guerra: impreparação, pouco controlo, desorientação nas horas de fogo, insegurança e medo. [...] Os soldados idos de Lisboa é que estavam desiludidos pela guerra, tinham sido enganados”.

Cacimbado

A figura do «cacimbado» tipifica muito que foi falado até aqui: é, de certa maneira, o estereótipo do militar contrariado, pouco empenhado e indisciplinado, que sofre com o isolamento e de ansiedade, a ponto de desenvolver problemas mentais e de comportamento, sendo esta condição transversal a todo o tipo de militares, de soldados rastos a oficiais superiores, independentemente de serem milicianos ou pertencentes à carreira militar. Maria José Lobo Antunes (2015: 150) descreve a condição de «cacimbado» como “uma suave loucura” responsável por tornar os “militares capazes dos mais impensados disparates”. O termo deriva de *cacimbo*, como se as perturbações sentidas resultassem do clima e não das condições da própria guerra. As referências à figura do «cacimbado» pontuam a grande maioria dos testemunhos sobre a Guerra Colonial Portuguesa, sendo mais frequentes e relevantes nas narrativas dos ex-combatentes que estiveram em aquartelamentos localizados em zonas mais remotas ou

⁹⁶ De um modo geral, os alferes eram jovens com formação universitária e, portanto, teoricamente com maiores aptidões literárias.

⁹⁷ É possível ouvir gravações da altura em <http://www.joraga.net/cancioneirodoniassa/index.htm>, [http://ultramar.terraweb.biz/Cancioneiro do Niassa/mocambique_cancioneiro do niassa.htm](http://ultramar.terraweb.biz/Cancioneiro_do_Niassa/mocambique_cancioneiro_do_niassa.htm), ou ainda no *Youtube*.

onde as condições de vida eram particularmente duras. Manuel Bastos inicia assim o seu livro *Cacimbados. A Vida por um Fio* (2008: 9): “chamavam esgazeados aos ex-combatentes da Grande Guerra e cacimbados aos da Guerra Colonial Portuguesa, associando os seus traumas, no primeiro caso às bombas de gás e no segundo ao clima de África”. De uma forma geral, os cacimbados eram encarados com indiferença ou com relativa normalidade, sendo o seu comportamento tolerado desde que não passasse determinados limites. Com exceção dos militares com responsabilidades na área da saúde (médicos e enfermeiros), não se olhava para o «cacimbado» como alguém que sofre de uma patologia e que deve ser tratado ou cujo comportamento deve, por si só, ser alvo de castigo disciplinar, mas antes como uma inevitabilidade, uma natural consequência da guerra, uma condição transitória que decorre das circunstâncias.

Quando se fala em guerra, fala-se nos momentos da guerra e normalmente não se mexe nestas coisas que põem aqui a cabeça a funcionar ou não, como nós chamávamos lá «os cacimbados» – davam curto-circuito. O cacimbado vem de cacimbo. O cacimbo existe não é só em Angola mas eu penso que o termo é angolano. O clima angolano são duas estações. A estação quente e húmida, com chuvas torrenciais, que é o tempo da praia. E a estação seca e fria – não chove durante aquele tempo da estação seca. No sítio onde nós estávamos o clima era semidesértico. Era savana encalacrada entre dois desertos. E, portanto, o clima era desértico. Na altura do cacimbo amanhecia por volta das quatro e meia da manhã. Às oito da manhã estavam 35 graus, às onze estavam 45. Às duas da manhã estavam 2 graus negativos. Assim que a noite cai, vem o cacimbo. O cacimbo é uma neblina, muito gelada, que cai lentamente e deposita aquelas gotinhas de orvalho nas plantas que, às duas da manhã, congelam. Esta diferença de temperatura enorme, com aquele cacimbo chato em cima dos ombros, que enregela os ossos, associada ao isolamento e ao não ter como ocupar o tempo daquelas cabeças menos cultas, criava uma espécie de stress, uma espécie de trauma, que nós apelidámos de «cacimbo». Porque se dizia que aquele cacimbo é que provocava isso, e portanto ele ficava cacimbado. Ficava passado, fazia coisas que você não estava à espera que fizesse, pá. De repente, às duas da manhã, havia um gajo que dava um berro na camarata e ficava toda a gente aos saltos, «está este gajo para aqui a berrar?!». Gente que se passava, o termo é esse. Isso é o cacimbado. [Bruno Vinhas, furriel, Angola, 1971-1973]

A palavra «cacimbado» deriva da estação do ano angolana conhecida como «estação do cacimbo» que se caracteriza por uma pluviosidade de gotas muito pequenas, como um borrifo ou «spray», que de tão fina quase não é bem uma precipitação porque parece que paira no ar. A palavra passou a designar genericamente esse tipo de condição atmosférica muito comum em África, sobretudo ao amanhecer e ao anoitecer. Como se tratava de uma condição atmosférica muito incómoda, tanto quando era acompanhada de intenso calor como quando de temperaturas inesperadamente baixas, era associada a doenças tropicais como o paludismo ou malária e também a perturbações psicológicas ou de comportamento, especialmente nos militares durante a guerra colonial. [Pedro Lopes, furriel, Moçambique, 1972-1974]

O tenente, distinto representante do destacamento, era o paradigma do cacimbado. Como se já tivesse nascido assim. Cavalgava de noite no seu Land Rover entre as cubatas, emitindo gritos de índio a atacar, disparava o revólver para o ar e, em derrapagens poeirentas, tentava atropelar os cães que, numa correria maluca, fugiam resguardando-se como podiam, em latidos assustados, num ambiente misto de caçada e gincana. A figura abaixo dele, numa desgraçada hierarquia de manicómio, era um sargento de centro e trinta quilos. Queimava os dias a beber grades de cerveja, sentado numa cadeira de encosto junto ao rio e de pés mergulhados na água para não incharem, guardando as noites mais animadas para a roleta russa com outros marinheiros. [Eduardo Brito Aranha (2005: 141), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

No dia seguinte, «deu a doida» ao alferes Galamares, comandante do 2º Grupo de Combate, que entrou em «parafuso» e ameaçava suicidar-se. Abordei-o e consegui acalmá-lo, sendo de seguida levado para o hospital, clínica de neuropsiquiatria, onde o visitei várias vezes. Deixou de falar, comer e olhar para as pessoas, mais parecendo uma múmia parálitica sem qualquer tipo de reações, sendo retirado, passado uns dias, para o Hospital Militar de Nampula, onde seria internado. Era o segundo oficial da companhia que ficava pelo caminho e ainda a procissão ia no adro. [Alcino Ferreira (2011: 101-102), alferes miliciano, Moçambique, 1970-1972]

Há pouco, um furriel batia com as mãos na cabeça como se fosse um macaco e dizia desesperado: «eu qualquer dia mato-me, eu morro, eu já não sei o que digo». É o

cachimbo. [António do Carmo Reis (2001: 53), alferes miliciano, Angola, 1968-1970]

Se para muita malta essas situações [«cacimbados»], ou algumas delas, apenas suscitavam curiosidade e não tinham importância ou mereciam uma atenção relativa, comparada à que atribuíam a um simples jogo de cartas ou a uma partida de voleibol, por exemplo, para mim, e certamente para alguém mais, tais momentos refletiam algo de preocupante, ainda que alguns deles pudessem também ser vistos pelo seu lado cómico e mesmo como fator terapêutico. Mas até esses aspetos aparentemente positivos do cómico e da terapia – que a terem sido reais talvez surgissem por inconsciente necessidade de combater possíveis contrariedades – eram consequências da realidade a que todos se sujeitavam: a realidade natural a que, salvo alguns militares de carreira, ninguém estava habituado antes da nossa chegada ali; a realidade provocada pela condição de combatentes ante as incertezas do dia-a-dia; a realidade em que cada criatura se ia transformando por força das circunstâncias a que não podia escapar. [Sérgio Sá (2009: 128), cabo-enfermeiro, Angola, 1966-1968]

É tendo este cenário como pano de fundo que os informantes enquadram e contextualizam um conjunto de práticas e «vícios» – aqui entendido como algo que é considerado aditivo e compulsivo e, simultaneamente, como algo que desafia a moral e pode ser visto como uma transgressão e visto como um desvio às normas – que tiveram lugar na Guerra Colonial Portuguesa: jogo, indisciplina, violência, atrocidades, prostituição, homossexualidade e também o uso e «abuso» de substâncias psicoativas. Uns comportamentos são descritos como transversais e generalizados, outros como interditos, alguns foram alvo de censura social, outros foram praticados sobretudo fora dos olhares públicos, mas todos são hoje explicados à luz da natureza do conflito militar e dos seus condicionantes. Num parágrafo, Eduardo Brito Aranha (op. cit.) resume muito do que foi discutido ao longo do presente capítulo:

A situação parecia irreversível. Mesmo aqueles que por saúde mais rija pareciam aguentar-se, o excesso de trabalhos que para eles sobrava estava a conseguir arrasá-los a ponto de se notar o espírito a fraquejar. Os próprios superiores davam sinais de esgotamento. O capitão escondia-se atrás de volumosas nuvens de fumo de cachimbo, a que começara a habituar-se, na tentativa de esquecer os cigarros que já iam em dois maços por dia. Aliás, todo o tabaco encomendado esgotava-se mais cedo do que previsto, o que indicava que poderia haver novos fumadores ou os

antigos fumavam mais. Depois, nas messes bebia-se imenso. Para matar a sede, que o calor aumentado tinha provocado, ou para afogar mágoas. Jogava-se king, damas no intervalo. Eu fotografava obstinadamente, lia tudo quanto aparecesse, desde livros de estudo até fotonovelas que vadiavam pela caserna. Havia quem tocasse viola – o vagomestre e o alferes João – mas as canções eram sempre as mesmas e ao fim já acabavam por enjoar. Dávamos até connosco também a cantar o já mais que moído «Estou farto deles», tal era a exiguidade do repertório e a miséria da imaginação. [Eduardo Brito Aranha (2005: 110), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Artur Duarte, falando acerca da sua própria condição de «cacimbado», deixa antever muito do que será discutido nos dois capítulos seguintes, nomeadamente a relação entre o consumo de álcool e outras substâncias psicoativas e o ânimo, a tensão e o estado emocional.

Eu mais que dupliquei o consumo de álcool e de outras coisas porque o tempo que se passava nos aquartelamentos, entre operações, é muito difícil de definir. [...] O clima era tal que, para além da ansiedade, para além de eu saber que amanhã ou depois de amanhã parto para uma operação de três dias, tudo era perigoso. Tudo isso, aquele isolamento... Andava tudo apanhado. [Artur Duarte, furriel, Angola, 1973-1975]

8. USO DE *CANNABIS* NA GUERRA COLONIAL PORTUGUESA

*O covarde é uma pessoa que foge para trás,
o herói é uma pessoa que foge para a frente.*

*Em maior ou menor grau,
todos nós fugimos ao
medo que faz o covarde
medo que faz o herói.*

Sérgio Godinho

A um morto nada se recusa.

Mário de Sá-Carneiro

A Guerra Colonial Portuguesa é também feita de sombras e de silêncios⁹⁸. Em virtude de muito do que foi discutido em capítulos anteriores, quando se fala sobre o tema em público, tende-se a privilegiar uns assuntos e a esquecer ou deixar de lado outros, nomeadamente aqueles considerados mais sensíveis, polémicos ou dolorosos. O uso de substâncias psicoativas (que não o álcool ou o tabaco) no conflito é um desses assuntos que nunca ou raramente é abordado, seja pelos ex-combatentes, seja por aqueles que fazem a história do conflito⁹⁹. Ao contrário da questão do uso de bebidas alcoólicas que, como se verá no capítulo seguinte, de uma forma geral está sempre presente no discurso

⁹⁸ A questão dos silêncios, dos interditos e dos assuntos geralmente não discutidos acerca da Guerra Colonial Portuguesa foi o tema da dissertação de mestrado de Sara Primo Roque (2004), onde aborda as estratégias discursivas do Estado Novo, a censura e a ideologia nacionalista mas também o papel da mulher no conflito, as condições de vida dos militares, a tecnologia da guerra, a morte, a sexualidade, as transformações ontológicas e o *stress* de guerra.

⁹⁹ No conjunto de obras que podemos considerar a historiografia «oficial» da Guerra Colonial Portuguesa (Teixeira, 2010; Afonso & Gomes, 2000; Antunes, 1995; Melo, 1988 e outros), o consumo de bebidas alcoólicas geralmente não merece mais do que uma nota de rodapé, enquanto o uso de drogas ilícitas, nomeadamente a *cannabis*, é completamente ignorado, omitido ou considerado irrelevante. O mesmo é válido para muitos trabalhos académicos ou jornalísticos realizados sobre este conflito, à parte de raras exceções.

dos ex-combatentes, o uso de drogas ilícitas – nomeadamente de *cannabis* – é algo que, por norma, é deixado de fora dos registos biográficos escritos pelos antigos militares. Mais, os poucos que abordam o tema em textos publicados (nomeadamente em blogues mas também em livros) fazem-no de uma forma normalmente esquiva, com recurso a implícitos, trocadilhos e segundos sentidos, ou então referem-no de passagem, fugazmente ou de uma forma lateral, sem lhe dar muita importância¹⁰⁰. Por outro lado, entre os informantes entrevistados, aqueles que não consumiram *cannabis* na guerra demonstram pouco conhecimento do fenómeno das drogas, enquanto, como já referido, os que afirmam ter consumido a planta revelam pouco interesse em falar sobre o tema, considerando-o, de alguma forma, um assunto menor ou um sobre o qual não há muito a dizer. Ainda assim, é minha opinião que há informação suficiente para traçar um retrato, mesmo que incompleto, baço e parcial, do uso de *cannabis* entre as forças armadas portuguesas que participaram na Guerra Colonial Portuguesa. A informação encontra-se dispersa entre as narrativas de ex-combatentes (incluindo no ciberespaço) e uma grande variedade de fontes históricas, jornalísticas e outras, pelo que só um esforço de triangulação permite obter uma visão global de um objeto complexo, fugidio e escondido dos olhares públicos. Este capítulo não consiste propriamente numa história social da *cannabis*, antes é uma tentativa de reconstituir os usos que os militares portugueses deram à planta durante a Guerra Colonial Portuguesa, começando pela forma como esta foi sendo olhada pelos europeus que ao longo dos últimos séculos passaram por África (catalogada sobretudo como um pernicioso costume local), passando pela sua descoberta e consumo durante o conflito e acabando com os militares que regressaram a casa com folhas secas de *cannabis* na bagagem. Nesse sentido, o que se segue é uma espécie de viagem histórica que assenta sobretudo nas palavras dos intervenientes¹⁰¹ e que visa demonstrar como uma mesma planta foi sendo olhada, catalogada, enquadrada e configurada socialmente de forma muito distinta, em função de contextos, personagens e referentes culturais diversos. Tal revela bem como o consumo de drogas não é um ato

¹⁰⁰ Um bom exemplo da forma esquiva com que a *cannabis* é abordada é o caso de António Lobo Antunes, que nas cartas que escreveu a partir da guerra (2005: 400) faz uma breve referência à *cannabis* que existia em Angola, conhecida aí como *liamba*. O mesmo se passa em vários dos seus romances, a começar por *Os Cus de Judas* (1979), onde, sem nunca desenvolver o assunto, retrata a planta (caracterizada pelo seu intenso odor adocicado) como algo que marca a paisagem do território angolano, um costume da população local e, menos frequentemente, como algo que «intoxica» os militares, tanto do lado português, como dos Movimentos de Libertação.

¹⁰¹ As citações dos ex-combatentes são apresentadas em blocos temáticos mas interligam-se forçosamente, remetendo com frequência para ideias discutidas mais atrás ou mais à frente no capítulo.

individual explicável e entendível na sua plenitude sem uma contextualização sociocultural. Ou seja, para entender o uso de substâncias psicoativas na Guerra Colonial Portuguesa por parte dos militares portugueses é necessário primeiro conhecer as circunstâncias do conflito e as vivências do quem nele participou, discutidas no capítulo anterior.

Dito isto, esclareço que o objetivo principal do presente trabalho não passa por quantificar ou, sequer, fazer uma estimativa da dimensão do uso de drogas entre as tropas portuguesas em África. Falo, portanto, deste fenómeno sem me preocupar com a sua representatividade: mais à frente ver-se-á que há informantes que consideram que o consumo de *cannabis* por parte dos militares portugueses era frequente e, até, generalizado em determinados aquartelamentos, enquanto outros consideram que tal era muito esporádico, pontual e a todos os níveis excepcional¹⁰². É importante também que deixe claro que o uso de *cannabis* e de outras drogas é discutido aqui na perspetiva daqueles que consumiram, assistiram ao consumo ou disso tiveram conhecimento direto, omitindo, portanto, aqueles (provavelmente em número consideravelmente maior) que têm uma opinião contrária: não se deram conta do uso de drogas ilícitas na Guerra Colonial Portuguesa, desconhecem ou, inclusivamente, negam (por vezes de uma forma veemente e exaltada) que tal se tenha passado durante o conflito em que participaram. Em suma, este capítulo apresenta e discute a relação que alguns militares portugueses presentes numa guerra em África estabeleceram com uma planta com efeitos psicoativos, sendo que, em capítulos posteriores, esta relação será comparada com os usos de bebidas alcoólicas adotados pelos militares portugueses no mesmo contexto e, finalmente, discutida e interpretada à luz da *guerra às drogas*.

Resumindo o argumento que aqui apresento, com base na triangulação da informação disponível, é seguro afirmar que a *cannabis* (na forma de erva fumável, conhecida sobretudo como *liamba*¹⁰³, em Angola, e *suruma*, em Moçambique) circulou entre os militares portugueses que participaram na Guerra Colonial Portuguesa, com exceção daqueles que estiveram apenas na Guiné, pois aí a planta, se não era desconhecida, por

¹⁰² É o que resulta do inquérito *on-line*, por exemplo.

¹⁰³ *Liamba* é o nome com que a esmagadora maioria dos militares portugueses que passaram por Angola durante a Guerra Colonial Portuguesa se refere à *cannabis*, embora existam outras designações – tais como *cangonha* ou *maconha*, por exemplo –, que eram também comuns em determinadas zonas do território ou outras – tais como *bangue*, *diamba* ou *riamba*, por exemplo – que foram utilizadas noutros tempos históricos. Para quem queira saber acerca do processo de difusão da planta em África, remeto para autores como Chris Duvall (2014), Martin Booth (2005) ou Brian du Toit (1976; 1975).

certo não era tradicionalmente consumida pelas populações¹⁰⁴, o que levou a que nunca tivesse chegado aos quartéis portugueses¹⁰⁵. De facto, como se verá, foi por via das populações africanas locais – com destaque para os militares negros de incorporação local que se foram juntando às fileiras portuguesas – que as tropas nacionais tiveram contacto com a planta. Tudo indica que a descoberta da *cannabis* tenha sido gradual e cumulativa, intensificando-se à medida que o conflito se perpetuava¹⁰⁶, e esteja intimamente relacionada com o processo de «africanização» das tropas nacionais¹⁰⁷. O que defendo aqui é que, à medida que o conflito se aproximava do fim, mais e mais militares portugueses presentes em Angola e Moçambique tomaram contacto com a planta: aperceberam-se da sua existência, experimentaram-na, apropriaram-se dela, deram-lhe uso – nomeadamente como uma forma de lidar com o medo, com a violência quotidiana e com a ansiedade reinante – e inclusivamente trouxeram-na consigo de volta a casa, introduzindo-a na «metrópole». Tudo isto num contexto de crescente contestação generalizada à guerra e perante a relativa indiferença (quando não mesmo a anuência tácita) das chefias militares e das autoridades, PIDE/DGS incluída.

A história do uso de *cannabis* na Guerra Colonial Portuguesa faz-se essencialmente de trânsitos e de fluxos, o que é, de resto, uma constante na história dos usos da maior parte das drogas (Escohotado, 1998). Neste caso, trata-se essencialmente de fluxos de um produto/mercadoria (a própria planta, naturalmente, que circulou da população negra para os aquartelamentos portugueses e, mais tarde, para a «metrópole»), mas também de pessoas (os militares portugueses que foram da «metrópole», na periferia da Europa, para África, e também os jovens nascidos em África que foram das vilas e cidades para o

¹⁰⁴ A *cannabis* chegou à parte ocidental de África muito mais tarde do que às restantes regiões africanas (Klantschnig, 2014; Toit, 1976).

¹⁰⁵ Pelo contrário, fontes históricas, jornalísticas, literárias e outras permitem afirmar que, tanto em Angola como em Moçambique, a *cannabis* era uma planta importante para diversas comunidades, incluindo do ponto de vista económico.

¹⁰⁶ Não encontrei uma única referência à *cannabis* nos registos biográficos produzidos por militares portugueses que tenham estado presentes em África antes de 1967, sendo que as referências se multiplicam em evidente crescendo em narrativas referentes ao início da década de 70 do século XX até 1975, ano do regresso de África das últimas tropas nacionais. As respostas ao inquérito *on-line* que apliquei a ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa apontam no mesmo sentido.

¹⁰⁷ Outra conclusão que se retira da triangulação da informação é a ausência de uso na Guerra Colonial Portuguesa de outras drogas ilícitas, como o ópio, a heroína ou o LSD, substâncias consumidas pelos militares norte-americanos que participaram na Guerra do Vietname, como se discutiu atrás. Algumas pistas apontam para algum uso de drogas como anfetaminas, tranquilizantes e antidepressivos. Por razões de economia de espaço, deixo este assunto de fora da presente reflexão. De qualquer maneira, posso adiantar que nada no material que recolhi indicia que o uso de anfetaminas entre as tropas portuguesas se aproximou sequer do que se passou na Guerra do Vietname. Da mesma forma, o uso de tranquilizantes era, ao que tudo indica, um fenómeno com alguma expressão apenas entre graduados e, sobretudo, pessoal médico.

«mato» combater e depois regressaram, sem esquecer as populações que o conflito obrigou a deixar as suas casas, aglomerando-se em novas povoações situadas nas imediações de quartéis e pontos estratégicos, quer do lado português, quer do lado dos Movimentos de Libertação) e de ideias (a contestação ao conflito e à política colonial portuguesa mas também o conhecimento da planta e dos seus efeitos, com destaque para a informação que vinha de fora e de outros contextos, referente nomeadamente à realidade norte-americana e à Guerra do Vietname, um conflito contemporâneo à Guerra Colonial Portuguesa).

Por muito que hoje tal pareça ter sido esquecido, as drogas, incluindo algumas substâncias psicoativas ilícitas, entraram e desempenharam um papel relevante na Guerra Colonial Portuguesa desde o primeiríssimo momento. Uma das ideias centrais da presente reflexão é a de que a *droga* é um objeto político, um elemento de alteridade, algo que tem servido para justificar o comportamento do *outro*, nomeadamente quando este é tido como desafiante, ameaçador, subversivo ou bizarro. Tal tem acontecido em muitos contextos e momentos históricos, incluindo a Guerra Colonial Portuguesa: quando o conflito eclodiu em Angola, em 1961, com uma série de ataques particularmente violentos levados a cabo por parte de militantes da UPA e do MLPA, primeiro em Luanda e depois na Baixa de Cassange, logo as autoridades nacionais e os meios de comunicação social portugueses procuraram apresentar uma justificação para o que apelidaram de «atos de selvajaria», «crimes bárbaros», «massacres» e «ações terroristas», que colidiam com a narrativa *lusotropicalista* assente na harmonia multirracial em todos os territórios do Império Português.

Os revoltosos foram considerados e apresentados em diferentes fóruns como «bandoleiros», «facínoras» e «terroristas»¹⁰⁸, sendo que publicamente não só foi apontado o dedo à ingerência estrangeira, como o comportamento «selvagem» e «alucinado» dos militantes dos Movimentos de Libertação foi relacionado com o consumo de drogas e a feitiçaria (Antunes, 2015: 64), e até mesmo com o canibalismo (Rodrigues, 2012: 139). De facto, de início, a tese oficial sustentava que os autores dos ataques agiam cegos e enlouquecidos, sob influência direta de drogas, nomeadamente a *liamba* e o *caxipembe*¹⁰⁹

¹⁰⁸ «Terroristas» assumiu-se como a designação mais popular, dando origem ao termo «turra», a forma como os militares portugueses muitas vezes se referiam aos militares das tropas inimigas.

¹⁰⁹ *Caxipembe* é uma aguardente destilada produzida a partir da fermentação de farelo de milho e de consumo tradicional em Angola.

(Wheeler & Pélissier, 2009; Valahu, 1968). Mesmo, por vezes, sem referir substâncias psicoativas em concreto (recorrendo a termos genéricos como «narcóticos», por exemplo), a *droga* era entendida como justificação quer da «barbárie», quer do que era visto como «bravura insana» do inimigo: nos primeiros ataques, os militantes independentistas enfrentaram praticamente desarmados (com recurso apenas a catanas e outras armas artesanais) as forças portuguesas (que dispunham de armas de fogo), gritando palavras de ordem, entre elas a ideia de que as balas dos «brancos» eram água e, portanto, não podiam matar¹¹⁰.

Pela leitura dos jornais portugueses da altura percebe-se claramente que a retórica então dominante acerca de algumas substâncias psicoativas assentava num pânico moral, permitindo também perceber que a *droga* era tida como justificação do comportamento irracional e violento. Por exemplo, na primeira página do *Diário de Lisboa* de 11 de fevereiro de 1961 escrevia-se acerca do “grupo de alucinados” responsável pelos primeiros ataques em Luanda: “alguns estavam verdadeiramente narcotizados [...], outros teriam bebido fortemente e davam mostras de bravura inconscientes mas inefetiva dos etilizados, mas outros ainda teriam tomado coca-cola na qual dissolveram comprimidos de aspirina – que constitui uma espécie de droga barata e que produz uma embriaguez heróica”.

Pouco tempo depois, em 26 de março desse mesmo ano, na capa do *Diário de Notícias* lia-se: “um pó misterioso que os terroristas faziam tomar os negros de Angola foi experimentado num cão. Este ficou raivoso, mordendo-se”. À chegada a Lisboa, Marília Brandão Alves, uma ex-colona que deixou Angola em virtude da violência que se vivia na Baixa de Cassange, relatava a existência de um pó que os insurgentes estrangeiros davam aos «negros portugueses», tornando-os violentos: “foi o meu pai e um médico veterinário que descobriram isso, quando viram que os criados traziam nos bolsos uns pequenos pacotes... Suspeitavam que fosse veneno e conseguiram apanhar um ou mais desses pacotes que continham um pó qualquer. Começava a parecer estranho que negros portugueses, com mais de 18 anos de casa, vivendo familiarmente com as crianças e com os patrões comesçassem a aparecer transtornados. [...] O médico veterinário examinou o

¹¹⁰ Remeto para outros autores, como Anabela Silveira (2013) ou Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus (2016; 2011) e, sobretudo, para o primeiro episódio de *A Guerra*, de Joaquim Furtado (2007), onde são discutidas não só as razões dos primeiros ataques independentistas mas a forma como tudo se passou, a partir de entrevistas com personagens-chave, incluindo Holden Roberto, então líder da UPA, e dirigentes do MPLA.

pó e depois experimentou num cão, que ficou como doido, durante horas, a ponto de se morder a ele próprio. É esse pó que os negros estrangeiros tomavam e davam aos negros portugueses para os levar a colaborar com eles...”

O mesmo tipo de discurso era veiculado pelos militares portugueses que tiveram como missão reprimir a insurreição independentista. É o caso dos militares Camilo Rebocho Vaz (1993) e Joaquim Franco Pinheiro (1963): ambos retratam em textos da altura os revoltosos como agitadores mal armados mas “fanatizados” e que se apresentam “drogados”, sem que se perceba, no entanto, de que substâncias psicoativas em concreto se estão a referir. Como se viu atrás, esta associação entre a *droga* – e a *cannabis*, em particular – e a violência não é inaudita, mas, pelo contrário, surge na sequência de, e reproduz, ideias veiculadas há séculos, desde os tempos de Marco Polo.

África

A *cannabis* circula pelo continente africano pelo menos desde o século XII ou XIII, tendo sido inicialmente introduzida, ao que tudo indica, de oriente para ocidente, a partir da Ásia através de rotas de comércio árabes (Klantschnig, 2014; Nahas, 1982; Toit, 1976). Com o tempo, algumas comunidades africanas aprenderam a cultivá-la e dominar os seus efeitos psicoativos e desenvolveram algumas formas de consumo (nomeadamente fumada através de cachimbos de água, o que não acontecia em muitas regiões da Ásia, onde a planta era comida, mascada ou tomada em preparados ou infusões), por vezes de forma ritualizada (Emboden, 1990) e, não raras vezes, em associação com o tabaco comum, que entretanto os europeus trouxeram das Américas¹¹¹.

A relação causal estabelecida por europeus entre *cannabis* e violência em África remonta ao período dos chamados *Descobrimientos* e intensificou-se nos séculos XIX e XX, com a exploração do continente africano e a construção de impérios coloniais por parte de algumas potências europeias. O caso mais frequentemente citado (Booth, 2005; Abel, 1980) é o dos guerreiros *zulus* da atual África do Sul que tinham por hábito fumar a planta (*dagga*) antes de entrar em batalha (Toit, 1975), prática que o explorador britânico David Livingstone registou no século XIX (James & Johnson, 1996). De uma forma ou de outra,

¹¹¹ Remeto quem queira aprofundar o tema do uso tradicional de *cannabis* em África para autores como Barney Warf (2014), Gernot Klantschnig (2014), Martin Booth (2005), Ernest Abel (1980) e, sobretudo, Chris Duvall (2014) e Brian du Toit (1976; 1975).

o olhar europeu tendeu a associar o consumo de *cannabis* a alterações de comportamento, favorecendo a violência mas também a revolta e a letargia, o que dificultava a relação com os escravos e os tornava menos úteis. Apesar disso, a *cannabis* tinha em determinadas regiões de África um papel que ia muito para além de uma substância usada para potenciar a violência, sendo usada nomeadamente como produto de uso ritual¹¹² ou terapêutico¹¹³.

Ao longo dos séculos, governantes mas também missionários, botânicos e exploradores portugueses e estrangeiros (Rosa & Verde, 2013; Heintze, 2010; Henriques, 1997) registaram, sob várias designações¹¹⁴, o uso e cultivo de *cannabis* nos territórios africanos do Império Português, nomeadamente em Angola e Moçambique, frequentemente associando a planta não só ao «comportamento selvagem» dos «nativos», como também à embriaguez e à violência. No entanto, o uso de *cannabis* foi também registado como algo com funções sociais bem específicas no plano comunitário, por exemplo entre os tsonga, do sul de Moçambique, que usavam a planta no âmbito do recreativo. No início do século XX, o africanista Henri Junod (1912: 311-314) descreveu o uso ritual de *bangué* e o «jogo da saliva» entre os jovens tsonga, tema mais tarde aprofundado pelo antropólogo Thomas Johnston (1973).

A referência mais antiga ao uso de *cannabis* na África portuguesa que encontrei foi a do Frade João dos Santos, missionário que em 1586 chegou a Moçambique, onde permaneceu nove anos na feitoria de Sofala. Em *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente* (1999: 368-369), obra publicada em 1609, João dos Santos regista o cultivo e uso de *banguini*, também conhecida como «erva feiticeira», cujos efeitos eram de “feitiço”, que “tirava o juízo” a quem a tomava e impelia a fazer “coisas muito mal feitas”. Esta referência surge apenas cerca de cinquenta anos depois de Garcia

¹¹² *Charisma, Cannabis, and Crossing of Africa*, de Johannes Fabian (2000), é dedicado aos *Bene Diamba* ou *Ben-Riamba* (literalmente “filhos da *cannabis*”), que construíram uma unidade cultural enquanto grupo à volta da planta, que fumavam de uma forma ritualizada. Como conta Martin Booth (2005: 57-58), os *Ben-Riamba* eram particularmente destemidos e violentos até descobrirem a planta, por volta de 1850, e construírem um culto religioso em torno da *cannabis*, o que permitiu adotar um sistema de leis e moderar o comportamento violento. Neste caso, portanto, a *cannabis* era um elemento de ordem social e algo que não fomentava a violência, mas, pelo contrário, era um símbolo de paz e proteção (Abel, 1980)

¹¹³ O exemplo mais frequentemente citado da utilização terapêutica da *cannabis* no continente africano é dos *sangoma*, curandeiros da África do Sul, que há séculos incluem a planta na sua farmacopeia tradicional (Carrier & Klantschnig, 2012).

¹¹⁴ As primeiras designações da *cannabis* em Angola e Moçambique são, ao que tudo indica, derivações de *bangué*, o termo usado na Índia, o que confirma que a planta terá sido trazido daquela região para a África portuguesa, onde no século XVI já era cultivada e consumida.

da Orta (2011 [1563]) publicar *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, onde escreve sobre a utilização de *bangue* no Oriente, e que é frequentemente citada como a primeira análise sistemática por parte de um ocidental sobre a *cannabis* (Booth, 2005).

Em 1767, o então Governador de Moçambique, Baltazar Pereira do Lago¹¹⁵, proibiu o uso de *bangue* entre os escravos locais com o argumento de que “os cafres”¹¹⁶ [...] “bêbados de um fumo infernal e pernicioso se alucinam para toda a qualidade de homicídios”. O fumo da planta era visto como algo que transformava a natureza dos escravos, cuja condição era vista como serem naturalmente dóceis e obedientes, e que, por isso, devia ser proibido e severamente castigado. Na perspetiva europeia de Baltazar Pereira do Lago, a Ilha de Moçambique era um local particularmente assustador, especialmente quando caía a noite e decorriam as festas «indígenas» à luz de fogueiras e ao som dos batuques, sendo que o consumo de bebidas alcoólicas e o fumo da *cannabis* davam, por vezes, origem a confrontos, por vezes com desfecho fatal (Antunes, 2006: 205).

Em 1853, o médico e botânico austríaco Friedrich Welwitsch (1862: 45) foi enviado pela Coroa Portuguesa numa expedição a Angola, onde permaneceu sete anos, com o objetivo de avaliar o potencial económico da fauna e da flora daquele território, sendo que a *cannabis*, sob a designação *riamba/liamba/diamba*, foi precisamente uma das plantas cujo uso tradicional registou. O autor refere que a planta “é avidamente procurada nos mercados pelos indígenas de todo o sertão de Angola, para fumaças narcóticas, que constituem um dos mais perniciosos vícios deles, mormente dos escravos, os quais sendo dados ao uso de fumaças de riamba se tornam quase completamente inúteis aos seus donos. Cultiva-se esta planta em todos os distritos interiores de Angola, mas sempre em sítios mais ou menos escondidos ou solitários, para subtrair as plantações à avidez dos viandantes”. Depois de Welwitsch, à medida que mais e mais exploradores portugueses e europeus percorriam (na sua ótica, «descobriam») o interior de Angola e Moçambique, as referências à *cannabis* multiplicam-se, adotando recorrentemente a mesma perspetiva.

Já perto do fim do século XIX, em *De Benguella ás Terras de Iácca: Descrição de uma Viagem na Africa Central e Occidental*, o relato da sua primeira expedição por terras angolanas, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens (1881a: 273; 334; 393) (1881b: 27-29)

¹¹⁵ AHU, Cod. 1325, “Registo do Bando Sobre a Proibição do Uso de Bangue”, fls. 54-54v.

¹¹⁶ Termo de origem árabe, equivalente a «bárbaro», que era usado na África portuguesa para designar povos depreciativamente considerados «incultos» e «infiéis».

registaram o uso ritual e coletivo da “fatal liamba” e a excitação provocada pela sua “ação perturbadora”, inclusivamente reproduzindo a cena com uma gravura que serve de ilustração ao texto. O uso da planta é visto como algo que torna perigosos os nativos, algo que “inspira na verdade dó” de se assistir, mas também como algo que não se consegue verdadeiramente impedir, na medida em que “para eles” tal consumo é “um dos maiores deleites em que podem empregar o tempo”.

Poucos anos depois, no relato da sua viagem pelo sul de Angola, Henrique de Paiva Couceiro (1892: 44-45) refere que no *sobado do Quingue*, terra dos ganguelas, que descreve como povos agrícolas, as principais culturas eram o milho, a mandioca, o feijão, a batata, a abóbora, o tomate, o genguba, o algodão, o tabaco e a liamba, sendo que apenas as últimas duas se cultivavam no interior das «libatas». Paiva Couceiro descreve a liamba como “um arbusto cujas folhas, depois de secas, se fumam num cachimbo especial [...]”. Segundo o autor, “em língua ganguela liamba chama-se bangué, e o seu fumo produz animação, uma espécie de embriaguez que dá prazer; pela continuação e uso imoderado, essa animação ou excitação vai aumentando de intensidade, e chega a transformar-se em doidice furiosa, como tive ocasião de observar”. Outros autores que também registaram o uso de *cannabis* na África portuguesa, embora de uma forma menos detalhada, foram os exploradores Serpa Pinto (1881), Henrique Carvalho (1898) e Silva Porto (1986).

Francisco Manuel de Melo Breyner, Conde de Ficalho e grande figura da botânica portuguesa, foi, sem dúvida, quem mais escreveu acerca da presença da *cannabis* (privilegiando o termo *riamba*) em Angola, dedicando oito páginas sobre o assunto em *Plantas Uteis da Africa Portuguesa* (1947: 261-268), obra editada pela primeira vez em 1884. O autor começa por advertir que se trata de uma “planta, que na África se não pode considerar útil, antes nociva, e no entanto se deve contar no número das plantas usuais”, para depois traçar a história da *cannabis*¹¹⁷ e sustentar a tese de que a planta chegou até à costa oriental do continente africano trazida por comerciantes árabes. O Conde de Ficalho recupera e cita outros autores que, antes dele, registaram o uso da planta em África, como o Frade João dos Santos, Capelo e Ivens e o inglês Livingstone, defendendo que o uso de *cannabis* era, à data, amplamente cultivada e fumada em cachimbos próprios um pouco por todo o território angolano e espelhando a visão do hábito «pernicioso»: “se os efeitos

¹¹⁷ Na história da planta que traça, o Conde de Ficalho (op. cit: 263) destaca “a história do Velho da Montanha e dos seus sectários”, comprovando mais uma vez a importância desta lenda na representação europeia da *cannabis* e na recorrente associação entre o uso desta planta e a violência.

imediatos são repugnantes, os que se seguem depois são lamentáveis. O fumador de riamba cai, com o andar do tempo, em um estado de completo idiotismo, e – segundo dizem – está muito exposto a ser atacado pela terrível doença do sono. Em Angola estes efeitos são bem conhecidos, e considerava-se perdido todo o escravo que contraía aquele hábito fatal. [...] A riamba, como o ópio, como o álcool, toma tenazmente posse da sua vítima, que não deixa escapar”.

É pena que a produção antropológica e o saber etnográfico acumulado acerca dos povos de Angola, Guiné e Moçambique pouca atenção tenham dedicado ao uso de substâncias psicoativas lícitas e praticamente ignorando o consumo de *cannabis* entre as comunidades angolanas e moçambicanas objeto de estudo. Um bom exemplo é o seminal estudo etnográfico sobre os macondes de Moçambique, de Jorge e Margot Dias (1964: 48), onde defendem que este grupo tinha conhecimento de plantas “que produzem estados de excitação e fazem perder a razão”, entre elas o *bangui*, que afirmam corresponder ao “cânhamo de onde se extrai o haxixe”. No entanto, segundo os autores, esta era, à data, uma prática do passado, dado que já nenhum maconde do Planalto fumava então essa planta, adiantando que “parece que só para os lados de Nangade ainda há um ou outro velho que se entrega a esse vício”.

Esta escassez de referências à planta nos escritos dos etnógrafos portugueses do século XX faz com que não se saiba muito acerca dos usos tradicionais da planta entre os povos de Angola e Moçambique à época da Guerra Colonial Portuguesa e que se tenha que recorrer a outras fontes¹¹⁸ para confirmar que a *cannabis* era fumada em Angola e Moçambique no século XX. Segundo Isabel Castro Henriques (1997: 351), a figura que chama de “pré-antropólogo” português nunca se libertou das suas próprias referências culturais, pelo que, conhecendo o tabaco como a principal substância psicoativa fumável, nunca se apercebeu que “ervas alucinatórias tinham precedido a banalização” do tabaco em África.

Ainda assim, foram os funcionários da Administração Colonial que, em obras de cariz etnográfico, mais escreveram sobre o uso de *cannabis* na África portuguesa, sobretudo em Angola, já no século XX. Num registo de olhar para o uso de liamba como uma prática

¹¹⁸ Entre as fontes que confirmam o uso de *cannabis* em Angola e Moçambique durante o século XX encontram-se obras artísticas, poéticas e literárias, por exemplo. É o caso da ilustração de Fausto Sampaio de um «fumador de liamba» que acompanha a primeira edição de *Outras Terras, Outras Gentes*, de Henrique Galvão (Pereira, 2011), ou ainda os romances de Castro Soromenho (Vale, 2004)

perniciosa e algo que leva à perdição dos «indígenas», a par da sífilis e dos excessos alcoólicos, destacam-se Ayres D’Ornellas (1905), Governador-Geral de Moçambique, Henrique Galvão (1942), que, entre outras coisas, chegou a ocupar o cargo de Governador de Huíla, Carlos Antunes Cabrita (1954), que foi Chefe da Circunscrição da Fronteira do Dilolo, e Mário Milheiros, autor de vários livros etnográficos e que se apresentava tanto como etnógrafo como funcionário da Administração Colonial. Milheiros foi dos poucos a registar o uso da planta em Angola do ponto de vista etnográfico, ainda que de uma forma extremamente sucinta. Na sua *Etnografia Angolana: Esboço para um Estudo Etnográfico das Tribos de Angola* (1951: 33-34), o autor dedica algumas linhas ao consumo tradicional de tabaco e de liamba em Angola. Para além do tabaco, Milheiros refere que “alguns indígenas, de várias tribos (senão todas), fumam também o cânhamo, a que dão o nome de *cangonha* ou *liamba*”. Em nota de rodapé declara ainda: “felizmente que a percentagem de fumadores de liamba é diminuta em todas as tribos”.

Este conjunto de fontes históricas e etnográficas comprova que o uso de *cannabis* em (determinadas zonas de) Angola e em Moçambique é secular e foi historicamente registado pelos europeus que por lá passaram. No olhar europeu, a *droga* – e a *cannabis* em particular – foi sempre um elemento do «comportamento selvagem», algo cujo uso incentivava a violência e contribuía para a decadência e a desobediência, dificultando a submissão à ordem e à «civilização», razão pela qual foi historicamente proibida e desautorizada pelos responsáveis coloniais, nomeadamente quando o consumo era referente a escravos (Toit, 1975). Como sempre se passou na história das drogas, a proibição não acabou com o uso (Henriques, 1997), e a *cannabis* continuou a ser fumada na África portuguesa, mesmo entre escravos: o facto de a planta ser ainda hoje conhecida no Brasil por termos que remetem diretamente para Angola – como *maconha* ou *fumo d’angola* – comprova que a *cannabis* chegou àquele território por via dos escravos para aí levados de Angola em navios portugueses (Hutchinson, 1975). De facto, em meados do século XX, José Ferreira Diniz (1918: 38; 254; 526), então Secretário dos Negócios Indígenas e Curador Geral da Província de Angola, que descreve a planta como um “terrível veneno” e cujo uso recorrente pode “enlouquecer o fumador”, reconhece que o uso não foi efetivamente abolido: “não obstante a proibição, só se não podem é que não fumam a liamba (cânhamo), sujeitando-se às sensações penosas produzidas por tal uso”. Também Francisco Lobo Pimentel (2009: 181; 265), Chefe do Posto Administrativo de

Chinga, em Moçambique, defende num relatório de 1927 que a proibição não acabou com o uso e a venda de suruma.

Para além da visão da *cannabis* como algo nocivo e associado à violência, à decadência e à revolta, todas as fontes já citadas convergem num ponto: o seu consumo consiste num hábito cultural exclusivo da população negra, nunca sendo referido o uso da planta por parte de europeus, ao contrário do caso do ópio, no Oriente, que foi sempre consumido por portugueses radicados em África e que originou inclusivamente casos de dependência, cujo exemplo mais notável é o poeta Camilo Pessanha (Alves, 2001). No entanto, já na segunda metade do século XX, a *cannabis* vai ser algo que os militares portugueses – aqueles que passaram por Angola e Moçambique, bem entendido – vão acabar por descobrir, adotar e apropriar-se para, em grande medida, lidar e «refugiar-se» da violência, precisamente.

Descoberta

De uma forma geral, os militares portugueses que foram para África para participar na Guerra Colonial Portuguesa – como a maior parte dos jovens portugueses seus contemporâneos, de resto – não conheciam a *cannabis* e muito menos os seus efeitos psicoativos. Quando muito, tinham um conhecimento escasso e difuso da noção de *droga*, sendo esta entendida como um conceito mais abstrato do que concreto – como se verá num capítulo posterior, na «metrópole» a *droga* começou a constituir-se num problema social apenas no início da década de 70 do século XX. A situação dos militares portugueses (brancos e negros) que viviam em África antes de se juntarem às fileiras das forças armadas portuguesas era consideravelmente diferente, dado que alguns conheciam previamente a *cannabis*, uma planta que, como se viu, era há muito consumida por algumas populações (negras) de Angola e Moçambique.

Como se discutiu no capítulo anterior, a participação na Guerra Colonial Portuguesa foi, por excelência, um período de descobertas, sendo que o contacto – direto ou indireto – com a *cannabis* foi uma das novas (e não antecipadas) experiências por que passaram muitos ex-combatentes em terras africanas. Contudo, são poucos os que hoje parecem valorizar tal facto: mesmo entre aqueles que fumaram a planta durante a guerra, a tónica do discurso é colocada no desconhecimento, porventura por forma a justificar ou desculpar, pela ignorância, a ingenuidade e a falta de informação, uma prática que é hoje

vista como ilícita, inclusive pelos próprios. Tal facto terá necessariamente que ser levado em conta na análise das suas narrativas. Não se pode esquecer, portanto, que os ex-combatentes estão a discursar acerca de uma prática que hoje é olhada sobretudo a partir de uma perspetiva médico-legal e também de uma forma vincadamente moral, as quais claramente não se aplicam à realidade de então.

Efetivamente, todos os entrevistados referem que, à data, não estavam informados acerca das drogas ilícitas e que não havia, entre a generalidade dos jovens portugueses, uma clara perceção de que o uso de *cannabis* era algo proibido ou uma prática que constituía um crime. No Portugal «metropolitano» dos anos 60 e princípios de 70 do século XX, o conhecimento sobre as drogas e o contacto (nomeadamente o uso) com substâncias proibidas eram pouco mais do que incipientes e pontuais, estando, ao que tudo indica, limitados principalmente a grupos sociais muito específicos e a uma pequena fatia da população, constituída essencialmente por uma elite urbana de jovens residentes nas principais cidades (Costa, 2007; Dias, 2007; Salvado Ribeiro, 1999).

Como se verá melhor à frente, noutro capítulo, quando o conflito teve início em Angola, Guiné e Moçambique, entre 1961 e 1964, pouco se falava em *droga* em Portugal, nem às substâncias eram associados grandes perigos ou efeitos concretos: a questão não constituía uma preocupação política nem era, então, entendida como um problema social: a visão problemática da *droga* emerge no mundo ocidental ao mesmo tempo que decorrem a Guerra do Vietname e a Guerra Colonial Portuguesa. A situação neste campo virá a alterar-se em Portugal, não tanto devido a um aumento no consumo de substâncias ilícitas, mas sobretudo por razões de política interna e devido à influência externa, replicando, de forma imprecisa, um discurso ideológico que vem de fora, nomeadamente de instâncias internacionais.

Como refere Alberto Monteiro, ex-furriel oriundo de Angola, a partir de certa altura, começaram a chegar àquele território ecos de um consumo de drogas ilícitas na «metrópole», revelando que as coisas estavam a mudar, ainda que a realidade portuguesa estivesse longe da de outros países ocidentais.

Em Angola, era já do nosso conhecimento que em Portugal Continental, nos anos 70, as classes urbanas intelectuais e de estatuto socioeconómico mais elevado consumiam drogas. [Alberto Monteiro, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

De facto, datam do início da década de 70 as primeiras explorações mediáticas do assunto e também a primeira grande discussão parlamentar sobre o tema que teve lugar na então designada Assembleia Nacional, por exemplo. A partir de então, em virtude desta maior mediatização e discussão do tema no espaço público, aumentou entre os jovens das principais cidades (sobretudo universitários) o conhecimento da existência de determinadas substâncias psicoativas ilícitas, com destaque para a morfina, o LSD ou a *cannabis*. No entanto, nos meios rurais e nas pequenas vilas nacionais, onde era recrutada a maioria dos militares que participaram na Guerra Colonial Portuguesa, tal permanecia algo completamente desconhecido: será sem dúvida em África que muitos soldados portugueses ouvirão falar pela primeira vez da *cannabis*.

O certo é que, tenham sido muitos ou poucos, houve militares portugueses que consumiram *cannabis* durante a Guerra Colonial Portuguesa, sobretudo nos anos finais do conflito. Em *Marcas da Guerra Colonial*, um valiosíssimo trabalho jornalístico publicado pouco antes da viragem do milénio, Jorge Ribeiro (1999: 56), que participou no conflito na qualidade de repórter de guerra («foto-cine»), foi porventura o primeiro a falar da questão do uso de drogas na Guerra Colonial Portuguesa do ponto de vista do problema de saúde, ainda que o próprio não lhe reconheça grande expressão entre os efetivos. Num capítulo dedicado às «doenças na guerra», o autor aborda sucintamente o tema em pouco mais do que dois parágrafos, defendendo que “a droga atingiu a tropa portuguesa de forma muito lenta, e já nos últimos anos de guerra, se quisermos encará-la como fenómeno com algum significado”.

Três ideias iniciais perpassam os testemunhos: o conhecimento que os militares portugueses tinham sobre a *droga* e algumas substâncias psicoativas ilícitas em concreto era muito escasso e impreciso, longe, portanto, do arquétipo que se tornou hegemónico em Portugal a partir dos anos 80 do século XX – isto é, como algo associado fortemente à dependência, ao crime e à decadência física, tipificada na figura do *junkie* (Fernandes, 1998); foi em África, em plena guerra, que muitos souberam da existência da *cannabis*, embora sem estarem conscientes da ilicitude e dos perigos que hoje consideram inerentes ao seu consumo; as formas de olhar para a planta, assim que dela os militares portugueses tiveram conhecimento, foram diversas e muito diferentes: do completo desinteresse à experimentação movida pela curiosidade e ao consumo regular.

*Antes de ir para Angola, não tinha ouvido falar de droga. Não tinha qualquer noção.
[...] Naquela altura, a droga era uma coisa praticamente inócua. Não é como agora,*

que a gente sabe: «eh pá, ficas com isso para o resto da vida, ficas não sei quê». [...] Naquela altura se calhar nem se chamaria «droga», chamar-se-ia outra coisa qualquer. [Daniel Queirós, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Nada sabia sobre matérias de droga. À época era matéria quase tabu e era desconhecida pela quase totalidade dos então metropolitanos. [Alfredo Vieira, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

E quando eu chego a Angola, é claro que se ouve falar que há uns gajos que fumam umas coisas. Eu fumava tabaco, toda a gente fumava naquela altura. Agora erva, fumar erva?! A gente fumava o quê, barbas de milho... era a droga maior que a gente fumava antes de ir para a tropa. Quando não havia dinheiro para comprar tabaco, a gente fumava barbas de milho. [Bruno Vinhas, furriel miliciano, Angola, 1971-1973]

Não sabia nada acerca da suruma. Uma ignorância completa. Era um cidadão ordeiro, cristão e conformado, conforme determinava a ideologia do Estado Novo. Apenas quando cheguei à colónia portuguesa [Moçambique] é que comecei a perguntar-me o que andava ali a fazer. [José Olival, furriel miliciano, Moçambique, 1972-1974]

Não tinha a noção que a liamba era droga, pelo menos como hoje é entendida, não tinha. Olhe, eu vou-lhe dizer uma coisa: eu sou do tempo, antes de ir para a tropa, em que havia uma pessoa na minha vila – que hoje é cidade, mas o tamanho é o mesmo – que se drogava. Todo o concelho e arredores sabia. Hoje é ridículo, eu estar-lhe a dizer isto [risos]. Mas na altura era assim. E havia uma fulana que dava baldas, mas a sério¹¹⁹. Também todo o concelho sabia e arredores. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Havia malta que conhecia bem a liamba. Conheceram lá. Nessa altura, aqui em Portugal não havia a droga como há agora – então no interior nem pensar! A malta bebia uns copos, era a nossa droga. Talvez nos grandes meios, sim, com certeza, no interior... eu nunca na minha cidade enquanto estudante percebi que alguém... não

¹¹⁹ Mais uma vez, regista-se a recorrente associação feita pelos ex-combatentes entre o uso de drogas ilícitas e o sexo, ambos entendidos como campos de transgressão (moral), de que falei atrás, no capítulo III.

havia, de forma alguma. Lá [em África] era a liamba. Uma coisa leve. [Miguel Raposo, alferes comando, Angola, 1971-1973]

Será, então, no «mato» de África, nas imediações dos aquartelamentos e nas zonas por onde circularam, que, de um modo geral, os militares portugueses tomaram contacto com a *cannabis*, uma planta cultivada e consumida (mascada e, sobretudo, fumada) por algumas populações negras. De uma forma geral, e mais acentuado nos primeiros anos do conflito, o consumo de *cannabis* foi visto pelos militares portugueses como um costume local, algo arcaico até, sem lhe atribuírem muita importância, não uma prática que fosse entendida como uma procura de intoxicação (o que, para o senso comum, é hoje o que, em grande medida, define o que é uma *droga*) mas mais como um hábito cultural, relevante apenas para algumas comunidades (homens e mulheres mais velhos, sobretudo) e sem grandes consequências de consumo. Certo é que, com exceção de um primeiro momento após os primeiros ataques independentistas, os militares portugueses não olharam para a liamba e a suruma como um «hábito pernicioso» ou algo que favorecia a agressividade, a violência ou a insurreição da população africana, mas, pelo contrário, como um costume cultural muitas vezes associados a momentos cerimoniais e rituais, aparentemente sem grandes consequências, tanto mais que mulheres e anciãos também fumavam a planta.

Assim, alguns militares limitaram-se a registar o seu uso a nível local, sem pensar em experimentar ou consumir a planta, descrita como abundante e até espontânea nas matas e junto aos rios de Angola e Moçambique. Alguns informantes referem que só refletiram acerca do cultivo e do consumo da planta que assistiram em África quando de lá regressaram, o que revela que, por um lado, não estavam despertos para o tema e, por outro, que não foi algo considerado relevante ou significativo, muito menos um comportamento que causasse preocupação ou receio.

Havia cânhamo em Quibala, surgia espontaneamente, talvez por anteriormente ter sido cultivada com fins industriais (será?). Penso que ninguém a experimentou, apesar de chegarmos a limpar uma área de terreno cheia dele, para servir de campo de futebol. Mas os nativos, bailundos contratados para ali trabalharem uma fazenda, sabiam que aquela planta produzia efeitos..., embora me parecesse que também não a utilizavam. [Adriano Sousa, cabo-enfermeiro, Angola, 1966-1968]

Então eu pergunto: não houve ninguém [das tropas portuguesas] que tivesse tentado provar, experimentar melhor dizendo? Se calhar houve, não sei. Não me recordo é

de alguém dizer que alguém tenha ficado pedrado e que tenha ficado viciado – ficar viciado não ficou ninguém, isso é garantido. Será porque havia tabaco e nós gostávamos era do tabaco e aquilo era um charro qualquer? [...] Talvez haja uma razão para ninguém ter querido experimentar. É porquê, porque havia tabaco? É porque achavam que era uma estupidez estar agora a fumar aquelas porcarias que os pretos fumam, como se dizia na altura? Será isso? [...] A população daquela zona, que era e acho que ainda é considerada, de entre as etnias angolanas – e são muitas –, aquela que se considera mais a próxima da pré-história, era aquela, utilizava a liamba como um algo que para eles era normal. A gente não ligava. [Bruno Vinhas, furriel miliciano, Angola, 1971-1973]

Os nossos militares, em maioria transmontanos, desconheciam totalmente o uso das drogas. Em África, também não se interessaram em experiências com a abundante maconha da região... alguma plantada nas aldeias ao lado das casas. O consumo era habitual entre os nativos mais velhos (homens e mulheres), que a mascavam ou fumavam ao fim do dia e em certas ocasiões de celebração (batuques, casamentos ou na morte). [...] Também a usavam em alguns tratamentos, mas, apesar de ter alguma formação em medicina, na altura não dei a devida importância à liamba. [Hélio Guedes, alferes miliciano, Angola, 1972-1974]

Quando eu chego ao leste de Angola, àquele sítio, a liamba era uma planta espontânea. Eu tenho algumas fotografias, que eu hoje ponho a olhar para elas e digo assim: «este fulano estava pedrado», da população local. Eles utilizavam a liamba, fumavam normalmente a liamba. Toda a gente, os homens e as mulheres, como nós fumávamos o cigarro normal. Não era propriamente para se drogarem. Alguns ficavam pedrados, de facto. Eu lembro-me de ver em cima do cone que cobria as casinhotas deles aquelas ervas a secar. Como nós aqui pomos outras coisas a secar. [Bruno Vinhas, furriel miliciano, Angola, 1971-1973]

Outra ideia que se destaca nos testemunhos é a diferença entre o uso tradicional de *cannabis* em Angola e Moçambique e a forma e os propósitos como irá ser usada pelos militares portugueses. Por outro lado, se historicamente o olhar europeu tendeu a associar a *cannabis* à intoxicação, os militares portugueses envolvidos na Guerra Colonial Portuguesa, de uma forma geral, vão olhar para a planta de modo diferente. Luís Leal, dos informantes o único que assumiu a condição de consumidor regular de *cannabis* durante o conflito, e também aquele que mais disponibilidade mostrou para falar acerca do assunto, refere as diferenças que encontrou entre o uso tradicional e o que os militares

portugueses acabaram por adotar: o primeiro é visto como um hábito cultural bem enraizado no norte de Moçambique, onde o ex-soldado esteve no início dos anos 70 do século XX, enquanto abre pistas para o que será discutido mais à frente, isto é, a utilização desta planta por parte dos militares portugueses como uma forma de lidar com as circunstâncias da guerra.

Para as tropas africanas incorporadas no exército português o consumo de suruma era vulgar. Até para as mulheres nas machambas, a mastigar aquela planta, é vulgar. Para nós é que era uma forma de escape, para aliviar o stress da guerra, não sei quê. Para eles isso já era habitual, pronto. Um hábito. Não se pode dizer que eles faziam aquilo para se libertar do esquema da guerra, não sei quê. A gente via, as mulheres até mesmo quando estavam a fazer o pilão, a mascar a mandioca, aquela coisa toda, sempre a mastigar aquilo. E eles também. Mastigando ou fumando. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

Para outros ex-combatentes, no entanto, o uso de *cannabis* não era algo totalmente inócuo, mas uma prática que tinha consequências também negativas e transformava as pessoas, nomeadamente em situações de consumo mais frequente ou intensivo.

Localmente [as populações] limitavam-se a fumar algumas folhas [de liamba] misturadas com tabaco, e só os mais viciados fumavam a cola, os caules e os frutos triturados com as folhas, até lhe chamavam «Sá Num Zanga» (senhor de que não se gosta e não se consegue esquecer). Os efeitos eram nefastos e muito tóxicos para a mente, transformando por completo homens e mulheres. [Carlos Alberto Santos (2003: 123), alferes miliciano, Angola, 1971-74]

O povo tinha um carácter reservado, os contactos eram restritos e falavam muito pouco. O problema mais grave era o consumo da liamba e do álcool, este produzido a partir da fermentação do milho e da mandioca (caxipembe). Quando estavam embriagados, transformavam-se totalmente e até os próprios olhos pareciam diferentes, insultavam e reagiam muito mal, não conhecendo aqueles de quem se diziam amigos. [Carlos Alberto Santos (2003: 140), alferes miliciano, Angola, 1971-74]

Para os militares oriundos de Angola e Moçambique, a *cannabis* não era totalmente desconhecida, mas algo de que alguns já tinham ouvido falar ou mesmo observado – fosse o cultivo, a comercialização ou inclusivamente o consumo – entre algumas comunidades negras, sem que tivessem propriamente uma noção de ilicitude: a planta tinha, tudo indica,

um estatuto legal híbrido, sendo, apesar de historicamente proibida, tolerada na prática de alguma forma. Para tal contribuiu certamente o facto de o consumo, pelo menos num primeiro momento, estar confinado à população negra: até finais da década de 60 do século XX, a população branca, nomeadamente a juventude, que vivia em África não parecia interessada nessa planta de consumo tradicional por parte de algumas comunidades negras, não obstante estar-se numa altura em que o «tráfico de droga» começava a ser uma preocupação das autoridades¹²⁰.

Nós, jovens em Angola, tínhamos conhecimento da existência de liamba / diamba / cânhamo / maconha, consumida por indígenas de algumas tribos. Era uma situação pacífica e recorrente ver muitos deles com os olhos vermelhos, raiados de sangue, porque fumaram a liamba (cânhamo). De que me recorde, desde miúdo, o referido produto era comercializado às claras nos mercados de rua em forma de espirais, em rolo, sem qualquer constrangimento das autoridades, pois esse consumo era uma prática secular. Apesar dessa liberdade, na época, a juventude angolana, fossem eles negros, brancos ou mestiços não encontrou motivação ou foi induzida no seu consumo. Tínhamos outros interesses [...]. Até aos anos 70, nós, jovens angolanos, estávamos totalmente alheios ao fenómeno da droga, embora tivéssemos conhecimento que algumas tribos indígenas do Norte da província, principalmente os Quicongos, há muito consumiam liamba/cânhamo. [Alberto Monteiro, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

No entanto, tudo aponta para que as coisas tenham começado a mudar consideravelmente a partir do início da década de 70 do século XX. À semelhança do que aconteceu também na «metrópole», aos poucos, a *cannabis* parece ter transitado para novos contextos de uso de algumas cidades de Angola e Moçambique, onde se desenvolveu uma cultura de diversão noturna. Entre estas, destaca-se claramente Luanda, onde se assistia a uma liberdade dos chamados «costumes» que não existia na «metrópole», afirmando-se como um «centro de perdição», para usar a expressão da altura. Alguma juventude branca de Angola descobriu, então, a *cannabis* e iniciou um consumo por razões hedonistas, seguindo, aliás, o padrão que começara a afirmar-se no mundo ocidental (África do Sul incluída) no final da década de 60 (Feixa, 1998). Em Luanda nascia uma «cultura de

¹²⁰ No Arquivo Histórico Ultramarino encontram-se alguns telegramas enviados de Angola e Moçambique para Lisboa entre o final da década de 60 e primeira metade da década de 70 do século XX, dando conta de episódios de tráfico de drogas ilícitas (ópio e heroína, sobretudo) que envolviam quase sempre cidadãos estrangeiros (nomeadamente asiáticos) e barcos que estavam de passagens nos portos de Lunda e da então Lourenço Marques. Acerca do tráfico de *cannabis* e do uso entre a população branca nem uma palavra.

droga», algo até aí desconhecido no Império Português (com a exceção de Macau, onde o problema do consumo de ópio há muito se fazia sentir, incluindo entre a populações de origem europeia).

A vida noturna de Luanda era de fazer perder a cabeça a um santo [...]. Cerveja barata, marisco quase de graça, bons restaurantes, «buates», esplanadas, cafés, cinemas ao ar-livre, enfim... um mundo que eu jamais conseguiria imaginar que os portugueses tivessem criado em África. [Alberto Machado (2003: 11), alferes miliciano, Angola, 1968-1971]

No tocante às drogas, só depois de rodarmos para perto de Luanda [...] é que tomei conhecimento das mesmas, especialmente da liamba. Era fumada por alguns, como diversão. Por outros como vício. Em Luanda era muito consumida pelos militares e população, especialmente em discotecas. Pelas conversas que tinha com alguns camaradas que as frequentavam. [Nuno Polvo, cabo, Angola, 1971-1974]

Ilustrando bem os tempos de mudança que se viviam nessa década de 70, José Manuel Martins, que cresceu em Luanda no seio de uma família com fortes convicções religiosas (de cristãos protestantes), conta, nas suas memórias de guerra, como a *cannabis*, que começava a circular cada vez mais entre a juventude branca da capital angolana, e era já considerada um problema, contribuiu para se afastar do seu irmão mais novo.

Uma das razões da crispação do nosso relacionamento referia-se ao consumo de «liamba», no núcleo de amigos a que ele pertencia (não é que alguma vez o tivesse visto a consumir, mas descobrira-lhe a «palha» num dos bolsos das calças e destruíra-lhe!). Era, sem dúvida, um problema para os jovens luandenses dessa geração e que, na medida em que se envolvia neles, nos afastava, dificultando a minha ação de irmão mais velho. Além disso, ele deixara de frequentar a Igreja e identificava-se, cada vez mais, com padrões sociais diferentes, afastando-se, cada dia, das referências morais que nós, em família, perfilhávamos. [José Manuel Martins (2003: 99), cabo-enfermeiro, Angola, 1973-1974]

A partir da segunda metade do século XX, na sequência do pós-guerra, uma série de transformações sociais nos países ocidentais favoreceu a emergência de vários movimentos de contestação (nomeadamente o que ficou conhecido como a «contracultura norte-americana», mas também o *Movimento do Maio de 68*, em França, ou a *Crise Académica de 69*, em Portugal). As profundas mudanças sociais registadas e os movimentos de contestação juvenil que daí surgiram ajudaram a questionar o papel da

juventude na sociedade e contribuíram para afirmar os jovens como importantes atores sociais (Feixa, 1998). Foi neste contexto que, em grande medida, as substâncias psicoativas foram reconfiguradas e adotadas como elementos culturais relevantes e com diferentes significações sociais, nomeadamente como símbolo de contestação e resistência, o que as tornava tão ameaçadoras aos olhos das autoridades políticas e morais. O que se passava na Guerra do Vietname, que começou em 1965, é especialmente importante para o tema em estudo, não só porque, como se viu atrás, foi decisivo para estabelecer o paradigma da «guerra às drogas», mas também na medida em que foi a partir das notícias veiculadas nos meios de comunicação nacionais e internacionais acerca dos usos de drogas ilícitas entre os militares norte-americanos que participam no conflito que os militares portugueses (nomeadamente aqueles com maiores habilitações académicas) também começaram a despertar para o assunto. Apesar de tratar-se da mesma planta, a *marijuana* fumada na Guerra do Vietname não era vista da forma tendencialmente benévola como era olhada a *liamba* e a *suruma* fumada tradicionalmente em Angola e Moçambique, mas como uma substância aditiva, que, juntamente com outras substâncias psicoativas, intoxicavam os militares, potencialmente causando adição.

Estive a ler um artigo do «L'Express» sobre a guerra do Vietname. Em algumas divisões do exército norte-americano, 80% dos soldados fumam marijuana. E destes, 7% são heroinómanos. Quando estes tipos regressarem aos Estados Unidos – os que regressarem –, como é que vai ser? [José Niza (2012: 261), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

No princípio dos anos 70, nós, os jovens oriundos da Escola Militar de Angola, começámos a ter conhecimento da existência de estupefacientes na guerra do Vietname onde existia um mercado negro de drogas, principalmente marijuana, heroína e ópio, para consumo dos militares. [Alberto Monteiro, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Tudo indica, então, que o conhecimento acerca da *cannabis*, incluindo o seu potencial psicoativo, tenha aumentado com o desenrolar da Guerra Colonial Portuguesa. É certo que o contacto com esta substância psicoativa dependeu não apenas do tempo histórico, mas também, em grande medida, da região onde os militares estiveram (a começar pela ausência da planta na Guiné, naturalmente), do tipo de tropa (regular ou irregular, de intervenção ou de serviços, etc.) e até da unidade militar. O certo é que o crescente contacto com a planta parece intrinsecamente relacionado com o número cada vez maior

de militares oriundos dos territórios africanos que foram sendo incorporados no contingente militar português, num processo que é designado por «africanização» das forças armadas¹²¹. De acordo com os testemunhos, foram os militares negros naturais de Angola e Moçambique quem, por via das suas ligações à população local, introduziu a *cannabis* em muitos aquartelamentos portugueses e quem contribuiu para disseminar o conhecimento da planta junto dos militares portugueses que pouco ou nada sabiam acerca dela. Eram os militares negros quem detinha um conhecimento prévio da *cannabis*, fazendo-a circular pelo seu círculo de relações. O que defendo aqui é que o uso de *cannabis* na Guerra Colonial Portuguesa pode ser visto como um processo de aprendizagem dependente de personagens-chave, sendo que entre estas se destaca claramente a figura do militar negro de incorporação local. Pode afirmar-se que o conhecimento da planta chegou aos quartéis portugueses através da população negra, pelo que não é certamente por acaso que os militares portugueses colocados em zonas mais remotas, sem aldeamentos nas imediações das instalações militares, tendem a não ter tido contacto com a *cannabis* e até a desconhecer o seu uso no decorrer do conflito. Pelo contrário, tudo indica que este contacto era maior em pontos nevrálgicos e de confluência de militares, como as cidades de Luanda, em Angola, e Mueda ou Nampula, em Moçambique. A *cannabis* foi, então, uma planta que circulou, um bem que foi levado de um lado para o outro e que, por via de uns, foi introduzido nos aquartelamentos portugueses, onde o seu uso se foi disseminando. Pode dizer-se que inicialmente o consumo de *cannabis* era uma prática confinada aos militares negros incorporados nas forças armadas portuguesas, algo que era tendencialmente feito discretamente e de forma recatada. No entanto, o cheiro característico da planta quando fumada acabava por chamar a atenção, sendo uma das formas pelas quais os militares portugueses se aperceberam da sua existência.

Havia uma razão para a existência da droga. Vamos lá ver, às vezes é preciso enquadrarmos bem esta situação. Quando as nossas tropas vindas daqui, quando os brancos chegavam lá, havia a preocupação de [...] fazer uma mesclagem: pegavam

¹²¹ «Africanização» é o termo que designa o aumento de efetivos militares oriundos dos territórios africanos, nomeadamente jovens negros, nas forças armadas portuguesas (sejam unidades regulares, tropas especiais ou milícias) (Rodrigues, 2012; Jossias, 2007). Embora houvesse desde o início da Guerra Colonial Portuguesa um contingente de recrutamento local, tal veio a ganhar uma dimensão bem maior a partir do início da década de 70 do século XX: até 1970, a percentagem de efetivos recrutados localmente rondou os 25-30%, sendo que a proporção foi crescendo a partir de 1971, até rondar os 50%, em Angola e Moçambique (Gomes, 2013). Tal deriva de um conjunto de razões de ordem política, militar e económica (Rodrigues, 2013), que me dispense de expor aqui.

em dez soldados pretos, mandavam para uma companhia nossa, e pegavam em dez nossos brancos e mandavam para uma companhia de pretos. E portanto juntavam ali os brancos com os pretos [...] Na zona onde nós estivemos, antes estava uma companhia de pretos – pretos, quer dizer, naturais de Angola. Tinha pretos e brancos, a gente é que dizia, por brincadeira. A gente dava-se bem todos, nem havia problemas de racismo nem nada, felizmente. E aí, quando lá chegámos já havia uma companhia de Luanda – a maioria dos soldados eram rapazes negros. E esses, sim, é natural que fossem os primeiros transportadores da droga. Porque vinham de Luanda – e Luanda era uma cidade já com uma imensidão de gente, pá, com bairros de lata por todo lado. Tinha um movimento diabólico. E é natural que tenham trazido com eles alguma droga. [Daniel Queirós, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

[Entre] os militares oriundos da Região Militar de Angola residentes em meios rurais, alguns, direi mesmo num número razoável, consumiam liamba, de modo discreto mas cujo efeito era depois facilmente perceptível. Os do meio urbano ou não consumiam ou então faziam-no de modo que não era detetável. [Alfredo Vieira, furriel, Angola, 1969-1971]

A minha experiência baseia-se no conhecimento de que alguns militares, nomeadamente africanos, consumiam e o cheiro era denunciador [...]. Naquele tempo a suruma era desconhecida ou ignorada pelas nossas tropas do continente. [José Olival, furriel, Moçambique, 1972-1974]

Eu tive conhecimento – pelo cheiro, pelo cheiro – de que ao meu lado, de vez em quando, fumavam lá umas coisas dessas onde eu trabalhava. [...] Todos nos conhecíamos, pá, estivemos lá dois anos. Estava ali, de vez em quando, um fulano qualquer que, esse sim, oriundo da tropa de lá e já devia fumar, ou fumava mesmo, essas coisas. Nunca ninguém se acusou, nunca ninguém disse nada, nem nunca, vamos lá ver, nunca se falou em droga. Nada, quer dizer. [Daniel Queirós, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Acordei de noite. O colchão tinha sido arrastado pela corrente. A chuva era imparável. Alguém indiferente à fúria da natureza e ao desconforto da água na roupa, fumava «cannabis». Ali chamava-se «liamba», mas o cheiro era facilmente reconhecível entre o eucalipto queimado e o pimento assado. Eram os alferes de Mavinga. Perguntaram-me se queria uma passa. Voltei para o ninho inicial para

tentar dormir. [**Eduardo Brito Aranha** (2005: 122), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Alguns africanos do nosso contingente utilizavam esporadicamente o seu consumo, sem aparato. Um ou outro caso de militares europeus consumiam, sem que para o caso tivessem de se esconder. [...] Não era generalizado o consumo de suruma por parte das tropas portuguesas oriundas do continente. Estes consumiam mais cerveja, quando havia dinheiro. A mensalidade dos soldados era baixa, muito baixa. Os soldados africanos que militavam nas nossas fileiras é que consumiam suruma moderadamente, por vezes exageradamente e com alguma frequência. [**José Olival**, furriel, Moçambique, 1972-1974]

Suponho que a suruma era consumida por militares, especialmente graduados, sediados nas zonas urbanas: Nampula, Beira e Lourenço Marques e duvido que os soldados operacionais nas zonas isoladas no mato tivessem acesso a ela, a não ser nas bases mais importantes onde havia pessoal não operacional e aeródromos, como Mueda, onde o contacto com o exterior era deste modo facilitado. [**Pedro Lopes**, furriel, Moçambique, 1971-1972]

O sítio onde eu ia dormir muitas vezes a Mueda era o esquadrão de cavalaria. No esquadrão de cavalaria, quase todos os sargentos eram originários de Moçambique. Esses gajos eram os gajos que tinham contactos com a droga. Quando vim do norte para o sul, para uma terra chamada Vila Pery, que era um centro de instrução, fomos encontrar os gajos de cavalaria que estiveram connosco em Mueda. E houve colegas meus, sargentos, que tiveram contacto com droga através desses gajos. Em Moçambique já se consumia suruma, em Portugal nem se ouvia falar. [**Avelino Nunes**, furriel miliciano, Moçambique, 1969-1972]

Adquiri a planta através de civis africanos, de forma experimental, sem consequências de viciação. [**José Olival**, furriel, Moçambique, 1972-1974]

Afirmar que a introdução da *cannabis* nos quartelamentos portugueses ficou exclusivamente a cargo dos militares negros é redutor. Num momento mais tardio, entre as personagens-chave na disseminação da planta destacam-se também a figura do veterano «cacimbado» – indisciplinado e altamente descomprometido com a causa militar – e a figura do militar que circula, que não está sedado num único território mas transita de quartel em quartel, da cidade para o «mato» e vice-versa. Por exemplo, Artur Duarte

refere o aquartelamento de Quipedro, para onde eram destacados militares alvo de castigos disciplinares («porrada»), que se traduziam em mais tempo de comissão – alguns levavam já três ou quatro anos de guerra. Foi através destes militares veteranos, descritos como indisciplinados e «cacimbados», que já usavam a planta numa base regular, que o ex-furriel teve o primeiro contacto com a *cannabis*, tornando-se depois consumidor ocasional.

Quipedro era o fim da linha para nós. Quipedro era para onde iam os soldados que levavam «porradas», dias de prisão, por isto ou aquilo. Eram destacados para lá. Lá, só os graduados é que não tinham esse tipo de problemas – senão também não podiam ser graduados! No meu caso, quando eu cheguei lá, Quipedro já existia há muitos anos. Você viu o Platoon? Não sei se se recorda de uma cena do Platoon, quando eles estão a fumar erva. Quipedro, eu quase que ia dizer que era isso. Quase seria isso. E realmente eu fui iniciado em Quipedro. Numa coluna da minha seção. E, claro, vieram-me logo oferecer-me um charro, isto e aquilo. E, aqui para nós, foi assim... de início, nós – maçaricos – com o camuflado novinho em folha, «o que é isto?!». Provavelmente já haveria alguém daqui que... penso que na altura não se falava nisso. Digamos que eles – veteranos – nos abriram para esse mundo, porque já estavam nele. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Tanto quanto me lembro, havia um cabo da Força Aérea – porque no sítio onde nós estávamos, como aquilo tinha ali um aeródromo de recurso, havia um radiofarol, e havia permanentemente dois cabos especialistas da Força Aérea. Um deles que lá estive – as equipas da Força Aérea rodavam praticamente de três em três meses, iam dois e vinham outros dois – efetivamente para ele aquilo foi um paraíso porque tinha liamba à descrição. Fumava e às vezes ficava um bocado passado. É o único exemplo que eu tenho ali de ver efetivamente a droga. [...] A gente dizia assim: «o gajo hoje está passado». [...] Nós olhávamos para ele como um ser estranho: «este gajo é doido!». [...] Ele não experimentou ali, já conhecia. [Bruno Vinhas, furriel miliciano, Angola, 1971-1973]

Em função das narrativas, torna-se claro que, no contexto de Angola e Moçambique durante a Guerra Colonial Portuguesa, a *cannabis*, pelo menos até determinada altura, era sobretudo um produto e não tanto uma mercadoria. A lógica do «tráfico de droga», um conceito-chave para o paradigma da «guerra às drogas», não parece aplicar-se para a realidade do conflito. Não existia a figura do *dealer* ou redes de distribuição (por isso, a planta não chegava a aquartelamentos sem populações nas imediações) e, tanto quanto é

possível perceber, a planta era mais oferecida e, quanto muito trocada, recolhida ou mesmo roubada, do que negociada e vendida. Tal parece ter acontecido sobretudo na fase final do conflito, porventura quando as populações negras se foram apercebendo do valor económico da *cannabis* junto das tropas portuguesas e começaram a tentar fazer negócio com a planta. Até aí, claramente os fluxos eram de outra natureza, numa escala de economia local, mesmo quando era vendida junto de outros produtos¹²². Nesse sentido, pode dizer-se que quem transformou a *cannabis* em mercadoria, pelo menos em Angola e Moçambique, foram precisamente os militares portugueses, quando desenvolveram uma crescente procura pela planta e, sobretudo, quando, no regresso a casa, a trouxeram consigo com o intuito de a comercializar na «metrópole» e, antes disso, quando a negociaram no interior dos quartéis, vendendo-a a outros militares. Ao que tudo indica, tratava-se sobretudo de esquemas rudimentares e de pequena escala, sem sofisticação e organização. Ainda assim, pode dizer-se que foi também graças aos militares portugueses que a *cannabis*, uma planta antes consumida de forma tradicional e sem grande valor económico, se transformou num bem comercial.

A mim davam-me. Eram os africanos que tinham esse conhecimento. Por vezes achavam aquilo uma coisa natural, era como dar tremoços para a cerveja, outras vezes vendiam por valores irrisórios. Os preços eram muito baratos. Na maior parte das vezes davam. [...] E portanto as pessoas fumavam, era barato, muitas vezes não custava nada, havia pessoas que sabiam ir ao campo buscar a marijuana como cá são capazes de ir buscar papoilas. [...] Aquilo era à borla praticamente, até porque aquilo crescia no campo. As pessoas iam lá e tiravam. [Rui Vaz, alferes miliciano, Moçambique, 1971-74]

No quartel de Nangade tinha um aldeamento de um lado, que eram os macondes, e do outro lado os macuas. A suruma vinha mais dos macondes, porque esta tribo, esta etnia, era a que dava mais elementos para a FRELIMO. Os macuas eram mais pacíficos, mais pró regime. Acomodavam-se mais ao regime colonial. Então quando a gente reunia à noite, o capitão: «pelotão, quem vai sair amanhã? É o primeiro pelotão ou o segundo?». Ele reunia à noite, não é? Pela calada da noite. «Nós vamos atacar a base X, que fica nas coordenadas tais, às quatro e meia, cinco da manhã vem o helicóptero para levar a malta, ou vamos a pé, depende da operação». E a

¹²² Elisete Silva (2003: 49) refere que a liamba era um dos produtos que os Ovimbundo comercializam nas suas migrações para o sul. Segundo Selma Pantoja (2008: 86), a liamba era um dos produtos vendidos pelas *quitandeiras*, as tradicionais vendedoras ambulantes de Luanda.

malta começava a ficar cheia de medo, quer dizer. Será que é desta que não volto a casa? [emociona-se] Então, o que é que gente fazia? A malta ia aos aldeamentos, à população local Ou tínhamos connosco, porque já tínhamos comprado nos aldeamentos. Ou então íamos ao aldeamento buscar. Os pretos (pretos entre aspas mas pronto) ou davam ou vendiam, conforme. Porque aquilo é uma planta simples. Suruma é uma planta que vive... está no mato, não é? Numa árvore, não me lembro o nome dela. Depois eles secavam aquilo ao sol, aquilo ficava tipo palha, depois era amachucado e a gente fumava aquilo. Ó pá, a gente fumava aquilo. [...] Havia alguém dos nossos que também sabia identificar, mas eram mais os membros da população. Ora vendiam, ora davam. Conforme a ligação que a gente tivesse com eles. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

A liamba também era um meio de subsistências dos trabalhadores negros lá na fazenda e assim, porque houve sempre oferta – com uns saquinhos, tentarem vender, para levarmos algum –, fosse na zona dos Dembos, fosse na região de Malange. [...] Vinham sempre oferecer-nos, para ganhar algum. Aquilo era um meio de subsistência deles, digamos, para ganhar mais algum. Pronto, mesmo que Quipedro não existisse, nós, mais cedo ou mais tarde, íamos ter contacto, graças à oferta que nos era feita pelos locais. [...] Sempre esteve patente a oferta de liamba [...] eram os locais que vinham oferecer a troco de ganhar alguma coisa. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Nem todos os ordenados davam para férias. Era o caso da maior parte dos soldados. Ou saíam do aquartelamento para um local onde tivessem familiares ou amigos, ou não gozariam férias. Ir à Metrópole era um luxo só para ordenados de oficiais e para alguns furriéis. [...] Esta situação provocava ainda mais roturas no equilíbrio emotivo, já de si alterado pelas outras circunstâncias. Começaram a ser frequentes e mais graves os distúrbios, a pancadaria, a bebedeira, o jogo e o fumo de forma compulsiva, este com a novidade da «cannabis» ser gratuita, porque crescia espontaneamente por ali, e até havia quem a fosse vender para o Luso, aproveitando idas para outras compras ao serviço da companhia. [Eduardo Brito Aranha (2005: 155), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

A *cannabis* que circulava entre os militares portugueses provinha não apenas dos aldeamentos que se situavam nas imediações dos aquartelamentos portugueses, mas também do inimigo. Tratava-se, portanto, de mais um fluxo. De acordo com os testemunhos, a planta era uma presença constante nas bases dos Movimentos de

Libertação e entre as populações que estavam do seu lado, algo que traziam consigo durante as frequentes migrações e movimentações táticas: segundo alguns ex-combatentes, a *cannabis* revestia-se de grande importância para estas populações devido à sua capacidade de aumentar a resistência física. A planta era, então, um bem que era capturado, apreendido ao inimigo e, supostamente, destruído pelas forças portuguesas. É neste contexto que alguns militares portugueses referem ter tomado contacto direto com a *cannabis*, nomeadamente um primeiro consumo, que pode ser descrito como experimental e movido sobretudo pela curiosidade. A determinado ponto, as forças mais ofensivas, aquelas que tinham por missão destruir as bases do inimigo, parecem ter começado a procurar a planta na sequência de operações de destruição e ataque.

Ontem, no Quiximba, fizeram cinco prisioneiros: duas mulheres e três raparigas. Gente pacífica. Viviam escondidas e refugiadas numa gruta desde 1961! Há dez anos! Como há meses se fez uma operação na zona e se lançaram bombas, elas tiveram medo e resolveram fugir para o Congo. Geralmente conseguem. Mas estas ficaram para trás e foram apanhadas. [...] Tinham três pacotes de «liamba». Vou levar para analisar aí¹²³. Os pretos usam a liamba nestas migrações porque, dizem, lhes aumenta a resistência. [José Niza (2012: 269), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

Eu tinha conhecimento da existência da liamba por uma razão simples: como estava na área das operações e das informações, todas as informações que vinham dirigidas ao nosso batalhão, dizendo que havia infiltrações do inimigo do norte, ou que tinham passado, ou que tinham sido detetados, ou que tinham sido apanhados, pronto, naquela nossa área sabíamos tudo ali na hora. Das outras áreas sabíamos no final do mês, porque vinha-nos um relatório com essas informações. Portanto, ali queimei muita liamba. Bastante. Porque havia três ou quatro coisas que os terroristas – o «IN», o inimigo – traziam sempre com eles. Era sal, liamba e pipiriri. Portanto, vinham sempre com esses três produtos. Normalmente traziam aquilo nuns sacos, ou coisa do género. Aquilo era apanhado pelas nossas tropas. Os objetos que eram apanhados ali na nossa circunscrição vinham lá para a nossa seção de operações e informações. E depois quem estava encarregado de fazer a queima da papelada toda do departamento inteiro era eu. Tínhamos um bidão, desses da

¹²³ Pouco depois, numa outra carta, Niza (op. cit.: 270) refere que do quartel Quiximba enviaram apenas uma pequena quantidade (“apenas uma latinha de Nescafé) da *cannabis* que ele próprio enviara para análise, sinal de que a planta começava a despertar curiosidade e, talvez até, novos consumidores: “acho que [em Quiximba] cada um ficou com a sua dose individual”.

gasolina, ia buscar gasolina lá ao pessoal dos mecânicos-auto, e queimava a liamba e aquilo que era de queimar, pronto. [...] Portanto, nessa altura foi a primeira vez que eu tive contato com a liamba. [...] A liamba era para consumo dos guerrilheiros da UPA. Era para eles consumirem, não vendiam. Não tinham hipótese sequer de vender. [Daniel Queirós, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Embora me encontrasse integrado num Batalhão de Caçadores oriundo da metrópole, os episódios de consumo de liamba eram esporádicos. Tinham origem em algumas poucas capturas feitas em assaltos a acampamentos inimigos. Das duas ou três vezes que tal aconteceu optámos por queimá-la. Antes de o fazermos um soldado ou outro experimentou enrolar um cigarro feito com papel de jornal para a experimentar. Eu próprio o fiz uma vez, dividindo o dito cigarro com outros dois camaradas. [Alberto Monteiro, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Para quem, como nós, se encontrava no interior, ou seja, no mato, era fácil encontrar a liamba: os próprios naturais cultivavam-na nas suas lavras e usavam-na como se fosse tabaco, portanto para os militares não havia grande dificuldade em arranjá-la. Também em ações contra a guerrilha, quando se destruíam as lavras encontradas, se queimava muita liamba. Havia sempre um ou outro soldado que às escondidas guardava umas folhinhas, para «experimentar». [Eduardo Navarro, cabo-enfermeiro, Angola, 1969-1971]

Algumas das pessoas que nós apanhámos estavam num estado lastimoso. Não comiam, não bebiam, estavam doentes, etc. Portanto eles utilizavam a liamba, sei lá, se calhar para se conseguirem aguentar, andar mais, supostamente. [Daniel Queirós, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

A droga de que estamos a falar era do haxixe¹²⁴. O haxixe que era obtido de duas maneiras: ou na própria mata, onde fazíamos operações – porque havia os Movimentos de Libertação, que controlavam determinadas povoações, pequenos aldeamentos na mata, e nós quando fazíamos operações era para tentar reconquistar essa população, e, por outro lado, não deixar os guerrilheiros se aproximarem muito dos nossos quartéis, para não nos atacarem. Essa população tinha as chamadas lavras, que eram os terrenos hortícolas deles, que chamavam

¹²⁴ Nada indica que se trate mesmo de haxixe, que é o preparado das resinas da *cannabis*, próprio do Norte de África. O mais provável é o entrevistado estar a utilizar um termo que associa à *cannabis* mas que, na verdade, não se revela adequado.

lavras. Eu penso que eles não cultivavam liamba, porque nas lavras não havia isso. Agora na própria mata deles, a mata densa, volta e meia apareciam, eh pá não sei se eram plantações, se aquilo surgia espontaneamente, não sei. Aí, nós ao princípio não conhecíamos mas depois, quer dizer, colhíamos. E quando não colhíamos...
 [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Numa carta escrita a partir de Angola, José Niza fala mesmo do uso da *cannabis* por parte do inimigo como arma de guerra: embora nada tenha encontrado que vá de encontro a esta teoria, a verdade é que tal traduz a ideia de que a planta era algo que o inimigo conhecia, usava e valorizava.

Hoje o major chamou-me muito em segredo para me ler um documento confidencial: em Moçambique, a FRELIMO anda a oferecer estupefacientes às nossas tropas. É uma «guerra química» de que nunca tinha ouvido falar e que demonstra que os tipos já estão muito evoluídos neste género de guerra subversiva. Há o receio de que isto alastre a Angola, o que não me parece difícil. Aqui no mato não há problema. Mas em Luanda já não é o mesmo, porque lá é fácil e barato arranjar droga. Todos os dias os jornais trazem notícias sobre «passadores» que são presos. [José Niza (2012: 195), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

A partir dos testemunhos, não fica claro se as chamadas tropas especiais (nomeadamente comandos, paraquedistas e fuzileiros¹²⁵) consumiam a planta mais ou menos do que dita tropa normal. O certo é que estas eram tropas ofensivas e que, por força das missões de ataque aos aldeamentos e às bases inimigas, tinham um maior contacto com a *cannabis*. Por outro lado, eram tropas que circulavam por vários territórios – depois das missões recolhiam à base, às cidades ou aos locais onde gozavam dias de férias e descanso – e, portanto, entravam em contacto com várias realidades. Tudo isto parece ter favorecido um maior consumo, ainda que seja um assunto sobre o qual reina (ainda mais) a regra do silêncio.

Ouçó os aramistas contar muita coisa. Mas só quando vou à Ilha de Moçambique, e apanho lá alguma companhia [de comandos] a descansar, consigo apurar alguma coisa. A tropa atua sob efeito de suruma, e para além disso está proibida de abrir o bico seja com quem for. [Jorge Ribeiro (2003: 30), repórter de guerra, Moçambique, 1972-1974]

¹²⁵ Excluem-se as tropas irregulares compostas por militares negros, como os Flechas, os GE's e outros. Tudo indica que, neste âmbito, estas fossem um caso à parte, pois, dada a sua composição, eram forças que conheciam previamente e usassem a *cannabis* de uma forma mais relevante (Rodrigues, 2012).

Nós vínhamos depois [das missões] para o nosso quartel, na cidade, e descomprimíamos e aliviávamos. Tínhamos também esses momentos agradáveis – porque não? –, frequentávamos as boîtes, frequentávamos cabarets, frequentávamos os bares, tínhamos as mulheres, isso era indissociável, não é? [risos]. E depois íamos bem-dispostos outra vez para o combate. [Miguel Raposo, alferes comando, Angola, 1971-1973]

Entre as experiências de descompressão destes militares operacionais parece estar o consumo de *cannabis*. Não deixa de ser um paradoxo o facto de ter tropas especiais – que eram indiscutivelmente aquelas mais motivadas e bem treinadas, e também aquelas onde a disciplina era forçosamente mais vincada e valorizada – a consumir uma planta considerada ilícita e que devia ser destruída ou, pelo menos, evitada. O paradoxo é ainda maior se tivermos em consideração que tal acontecia com a complacência das chefias. Em *O Outro Lado da Guerra*, um livro construído a partir de entrevistas e depoimentos de ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa, Dora Alexandre (2015: 243) conta a história de quão surpreso ficou um capitão que comandava uma companhia de paraquedistas em Angola quando descobriu que a eficácia com que, no fim das operações de assalto aos acampamentos inimigos, os seus homens revistavam as cubatas, supostamente em busca de armas e informações, não se devia a brio profissional mas por andarem, na verdade, à procura de liamba. As palavras de Miguel Raposo, que também foi comandante de uma força especial em Angola, vão no mesmo sentido.

Depois do assalto ao acampamento [inimigo], procurava-se sempre [liamba] lá nas cubatas e tal. Isso havia. Eu próprio experimentei, toda a gente experimentava, de uma maneira ou de outra [risos]. Havia, pois, quem não dispensasse isso, no meu caso foi apenas uma brincadeira, que não me perturbou de forma alguma, não alterou em nada. [Miguel Raposo, alferes comando, Angola, 1971-1973]

Experiência de consumo

Se a descoberta e as formas de contacto com a *cannabis* na Guerra Colonial Portuguesa estão relativamente bem documentadas, o mesmo não se pode dizer do consumo propriamente dito, muito menos quando a questão é colocada ao nível da experiência pessoal, nomeadamente no plano sensorial. Não é fácil perceber o significado social do consumo da planta nem fazer a sua história social. Como penso já ter ficado claro, não são muitos os ex-combatentes dispostos a falar do uso pessoal de *cannabis*, e ainda menos

os que aceitam aprofundar o tema. Em geral, o tom com que os entrevistados falam acerca do uso pessoal de *cannabis* revela desconforto e vontade de evitar ou, pelo menos, de desvalorizar a questão, tornando claro que este é um assunto incómodo, acerca do qual se dizem sobretudo coisas genéricas e não pessoais, o que não poderá deixar de estar relacionado com o seu (atual) carácter ilícito. Tal dificultou a pesquisa mas ao mesmo tempo comprova que as drogas não podem ser postas à parte do contexto social e que o discurso sobre elas é condicionado histórica e culturalmente. De tão presente e recorrente, este silêncio adquiriu uma importância central, levantando questões, nomeadamente em comparação com o tema das bebidas alcoólicas, como se discutirá no capítulo seguinte. Mesmo os que consumiram *cannabis* durante o conflito criam distância em relação à planta e colocam a tónica no lado experimental do consumo, tendencialmente descrito como pontual e algo sem importância simbólica: os entrevistados atribuem um consumo regular aos outros mas só muito raramente ao próprio. A curiosidade é apontada frequentemente como a principal razão desse consumo (descrito como episódico), que conduzia, muitas vezes a nenhuns ou a resultados desagradáveis. O que parece certo, mais uma vez, é que o consumo de *cannabis* era um processo de aprendizagem, pelo que alguns militares, sem saberem o que esperar do consumo da planta (inclusivamente a nível sensorial), não ficaram satisfeitos com a experiência: não souberam categorizar os efeitos, pelo que uma parte não voltou, por isso, a consumir. Seja como for, de acordo com os testemunhos, os militares não procuravam na *cannabis* os efeitos que atribuíam ao consumo por parte do inimigo e da população negra – isto é, o aumento da capacidade de resistência, por exemplo – ou que o historicamente era associado ao consumo na África portuguesa – isto é, o aumento da agressividade, da coragem ou da audácia, por exemplo. A discrepância que se verifica no que aos resultados do consumo diz respeito – quer entre militares portugueses, quer entre estes e a população negra (incluindo o inimigo) – revela bem como os efeitos do uso de uma mesma substância psicoativa não se podem reduzir às suas propriedades farmacológicas, mas depende fortemente da motivação, da predisposição e do contexto de uso e também dos referentes culturais dos consumidores, a partir dos quais se dá sentido à experiência de consumo. Como se verá, pelas descrições do uso pessoal, não fica claro se farmacologicamente a *cannabis* é uma substância psicoativa com propriedades estimulantes, depressoras ou inclusivamente alucinogénias: de acordo com os relatos de consumo dos militares portugueses que participaram na Guerra Colonial Portuguesa, a planta parece ter efeitos diversos, consoante o consumidor e as suas expectativas: tanto faz rir, como chorar, indis põe, acalma, provoca euforia ou

ajuda à descontração e à letargia. Tanto quanto se percebe, mesmo tendo consumido a planta (e, em alguns casos, consumindo-a de forma regular), os militares portugueses que participaram na Guerra Colonial Portuguesa não podem ser considerados especialistas da *cannabis*.

Havia por certo consumo de liamba durante a guerra colonial. Na minha unidade, esse consumo era muito esporádico, digamos que era feito numa de experimentar, mas não havia continuação. Eu pessoalmente nunca consumi, estava consciente do mal que poderia causar. Assisti algumas vezes mas felizmente sem que houvesse continuação por parte dos experimentadores. As razões, no que à minha unidade diz respeito, é, como já referi, apenas para experimentar, felizmente não havia viciados. Os efeitos, na maior parte dos casos, não eram os esperados, daí não haver continuação. [Eduardo Navarro, cabo-enfermeiro, Angola, 1969-1971]

A primeira vez que ouvi falar em suruma foi através de dois colegas meus. Um dia, uma noite, os outros gajos lá do esquadrão de cavalaria – acho que estavam de serviço uns quantos e estes dois meus colegas também estavam de serviço – e convidaram-nos para ir beber uns copos lá para uma camarata. E então estes dois gajos ficaram muito surpreendidos porque os gajos começaram a fumar a suruma. E experimentaram e deram-se mal com aquilo. Um deles disse-me: «eh pá, tu nem queiras saber, apanhei uma dor de cabeça». De maneira que acabou. Foi o único episódio. [Avelino Nunes, furriel miliciano, Moçambique, 1969-1972]

Eu experimentei. Comigo não resultou nada. [Miguel Raposo, alferes comando, Angola, 1971-1973]

Fumei suruma mas não gostei do cheiro e sabor. [José Olival, furriel, Moçambique, 1972-1974]

O único efeito que resultou do cigarro de liamba foi ter ficado algo eufórico durante bastante tempo. Nada mais. [Alberto Monteiro, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Tive um único contacto com uma substância inalável, em forma de cigarro, (meia dúzia de inalações) que me foi dito tratar-se de «suruma», mas que não posso garantir ser essa a substância porque me pareceu inócua. Tratou-se de uma partilha de um «cigarro» acompanhado de bebida oferecida por um dos convivas de um

pequeno grupo de militares num bar. A suruma foi-me oferecida para partilhar durante esse convívio por mais que uma vez e, de facto, experimentei, não tendo gostado da experiência e tendo duvidado até da qualidade da substância. Penso tratar-se da planta conhecida como marijuana de que tinha um conhecimento muito vago. [...] Essa primeira (e única) experiência foi muito desagradável. Foi totalmente inócua (apenas muito desagradável, comparável com o fumo do tabaco que consumia com alguma intensidade), não senti nenhum efeito de alteração de humor ou de comportamento ou da percepção da realidade. [Pedro Lopes, furriel, Moçambique, 1971-1972]

Eu lembro-me da primeira vez [que fumei liamba] e ficou-me mais foi essa de ver um deles a chorar, outros a rir. Eu, antes de fumar, estive assim a ver. Já estava bem bebido. E depois quando vi aquilo, quis ver, se calhar o meu erro foi esse: foi ver se me dava para chorar ou para rir. E então fiquei à espera. Esperei sentado [risos]. Eu não estava predisposto nem para um coisa nem para outra [mais risos]. Queria era saber o que é que aquilo dava. Aquilo era amargo como o carago, não era agradável, não. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Em relação à liamba, a primeira vez foi com – curiosamente – três ou quatro alferes. Um deles, de cor, posteriormente, depois da guerra, foi uma importante figura do regime do MPLA. O nome não interessa. Era alferes da minha companhia e... e pronto. Foi ele que proporcionou o momento de êxtase com a liamba na messe de oficiais, no nosso quarto. Nós partilhávamos o quarto os dois e convidou mais dois e, pronto, experimentámos. Depois fomos para a rua, uns tinham coisa... andavam a roçar os rabos nos candeeiros. O comportamento dele... era o super-homem, queria levantar a cama, queria levantar tudo, estava cheio de força. Os comportamentos eram estes, alterava-se completamente e ria, ria. Eu, como não senti muito o efeito, apreciei os outros. Depois tive mais experiências mas, pronto, nunca cheguei a recorrer, digamos, à liamba. O meu recurso era escrever os aerogramas para a minha mulher, para a minha noiva. Esse é que era o meu alívio. Outros recorriam com frequência. [Miguel Raposo, alferes comando, Angola, 1971-1973]

A liamba era um sabor assim mais forte do que o tabaco, não era um sabor agradável. Não era agradável, não. Era um sabor agressivo. Pá, misturado com o álcool, também... Dava para tossir. Bem, tossir até dizer chega, pronto. E acho que

nunca me habituei a isso, também nunca fumei assim muito. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Como qualquer jovem, [consumi pela] curiosidade de perceber qual era o efeito alucinogénico. [...] Sabia-se, naturalmente, que aquilo era... mas como não provocava, digamos, reações de alucinação e de alteração de comportamentos muito violentas, digamos, aquilo dava euforia. Eu nunca senti por aí além, recordo-me vagamente, vi a reação dos outros quando nós, no quarto, no nosso quarto, na messe de oficiais, refugiávamo-nos – «vamos lá embora» e tal. Vi os outros, portanto, e disse «eh pá». [Miguel Raposo, alferes comando, Angola, 1971-1973]

Para ter alguma influência da suruma, havia uma parte, que era a parte mais dura, e havia outra, que era a parte das folhas. E penso que a parte das folhas que era mais eficiente. Aquilo normalmente era fumado em cachimbo. Eu para ficar com alguma influência de marijuana em cachimbo, fiquei uma vez porque quis fazer a experiência, e foi preciso uma quantidade enorme, e a única... eu até tinha fotografias das minhas figuras a fazer isso. Sei lá onde isso está, já mudei de casa tanta vez! Há-de haver, para aí, pode ser que sim. Mas também não tem assim nada de especial. Portanto, eu para fumar a dita suruma em quantidades que fizessem alguma influência, do ponto de vista da movimentação nunca fizeram, atingir um ponto psicadélico, mudança de cores e mudança das coisas, da percepção das coisas, não estar nos sítios que estava e não sei quê. E fiz isso uma vez, uma experiência de propósito para ver se aquilo servia para... Isto é a experiência direta, enquanto lá estava em Moçambique. Fiz essa experiência só por uma questão de curiosidade. Não achei muita graça e não voltei a repetir porque achei que aquilo... [Rui Vaz, alferes miliciano, Moçambique, 1971-74]

O efeito da liamba era assim: havia um amigo meu que lembrava-se da mulher e do filho, estava duas horas a chorar. Agarrava-se a um, agarrava-se a outro. Outro, se lhe desse para rir, era para rir. Eu, para ser diferente, ficava à espera do que aquilo me dava – isto é, se uma pessoa não estiver predisposta a, chapéu! Então só ficava era bêbedo, quer dizer. Não me dava para rir, nem para chorar. Não era nada o que estava à espera, não me lembrava de nada em especial, nenhuma anedota para me rir, então pronto. No dia seguinte era uma ressaca bestial. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

De todos os informantes, Luís Leal é o único que fala do uso *cannabis* para lá do mero consumo experimental e ocasional. Para este ex-soldado, o consumo da planta visava principalmente vencer o medo e lidar com a angústia. Outros ex-combatentes, de forma menos explícita, deixam antever o mesmo significado. Neste sentido, a *cannabis* era usada como uma forma de libertar a tensão e ajudar a relaxar, precisamente o contrário dos usos atribuídos aos elementos dos Movimentos de Libertação que participaram nos primeiros ataques em Angola, no ano de 1961, ou seja, como um estimulante da agressividade e um potenciador das capacidades físicas. Como também já ficou claro em muitos excertos, o consumo de *cannabis* por partes dos militares portugueses era, muitas vezes, feito em contextos de convivialidade, que, muitas vezes, eram ocasiões em que se expressavam opiniões de raiva, revolta e protesto. Ainda que não possa generalizar, pelo menos em relação a alguns usos parece haver uma associação entre o uso de *cannabis* e formas de contestação política. Não é por acaso que é dito por vários informantes que o consumo era maior entre os militares com maior consciência política, em especial os militares milicianos com maiores habilitações académicas. É precisamente o caso de Luís Leal, que era abertamente contra as razões do conflito.

Eu fui para lá já com uma consciência contra a guerra colonial, devido à influência do meu pai, que era do Partido Comunista. E embora eu não seja comunista, nunca fui, nunca pertenci ao Partido Comunista, mas já fui para lá com uma consciência contra a guerra colonial. Na minha companhia não era só eu, havia lá três, mais três. A ideia geral que havia nas tropas é que «aquilo era nosso, tínhamos que defender aquilo, porque aquilo é defender a Pátria». [...] Eu na altura já tinha o 5º ano, podia ser furriel. Mas não dei as minha habilitações. Porque como eu era contra a guerra colonial e quanto menos responsabilidades eu tivesse naquilo... para mim, pá, era a minha consciência. Então não dei as minhas habilitações, fui como soldado. Mas depois o capitão descobriu já no final da comissão, numa conversa que eu tive e ele estava ali perto, e não sei quê. «Ó Leal, cabrão de merda, se eu soubesse isso mais cedo, ias passar mais uma comissão de dois anos lá no norte de Moçambique! [...] Olha que isso dá «porrada». Olha que se eu comunicar para os altos comandos militares tu ficas cá mais uma comissão!». Mas ele depois não disse nada. Acabou por ficar em águas de bacalhau. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

É particularmente relevante que Luís Leal fumasse a planta na companhia de outros militares com quem partilhava as mesmas visões políticas e posições contestatárias, numa

espécie de abrigo (que designavam de «tasca») decorado com símbolos e slogans *hippies*. É de destacar também a associação entre *cannabis* e bebidas alcoólicas, sendo que Artur Duarte fala do consumo da planta (igualmente em grupo e igualmente em contextos de sociabilidade) como uma forma de potenciar os efeitos do álcool e de aumentar a embriaguez alcólica. No capítulo seguinte, ver-se-á como também as bebidas alcoólicas eram muitas vezes um potenciador de formas de contestação. Fosse como fosse, o mais certo é que, pelo menos para os consumidores mais regulares, os usos de *cannabis* fossem indissociáveis das circunstâncias da própria guerra, nomeadamente a omnipresença do medo e da tensão emocional.

Fumava-se suruma em Moçambique na guerra colonial, no norte de Moçambique, que era onde havia mesmo a guerra. Porque cá em baixo, em Nampula, na Beira e em Lourenço Marques, aí não havia nada, não é? [...] Havia quartéis que não tinham o problema de ataques. Eram mais pacíficos, não havia muitos ataques e então as pessoas não recorriam a isso [suruma]. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

Tal como a cerveja e outras bebidas alcoólicas, tantas vezes utilizadas como «anestesia», a droga oferecia a fuga à realidade quando se aproximava a hora de assumir a tensão do combate. [Jorge Ribeiro (1999: 56), repórter de guerra, Moçambique, 1972-1974]

O efeito da suruma era – como é que eu lhe hei de explicar – em vez de ir cheio de medo para uma operação, eh pá, ia despreocupado. Enquanto numa situação normal – eu ia no mato, não é? – ouvia assim um barulho, olhava logo! Com a suruma ia despreocupado, quer dizer. Parecia que ia para um baile. Claro que não ia a rir, nem a pular, nem a dançar. Mas não ia com aquela preocupação, com aquele medo inicial. Cada vez que havia uma operação, «vamos atacar ou vamos sair para o mato ou vamos para uma coluna de reabastecimento», era matemático: íamos sempre ao aldeamento. Trazíamos ou fumávamos na caserna. Era uma forma de libertar o medo. Espantar os medos. [...] [A primeira vez que ouvi falar] foi do género: «eh pá, vamos ali ao aldeamento, pá, que a gente vai lá fumar uma coisa, que a gente fica que parece que vamos para um baile». Ainda me lembro da conversa. «Parece que vamos para um baile». Eh pá, pronto, eu nunca, nem sequer tinha vício de fumar, nem sequer tinha pegado numa coisa dessas, pá, experimentei. Uma pessoa com 20 anos, 22 anos ou o que é, é normal. A gente queria é ir para o mato tranquilos, sem preocupações. E aquilo: «eh pá, tu vais para o mato e parece

que não vais, esse medo todo sai, sai fora de ti, pá», não sei quê. Pronto, eu não fui só eu, praticamente a minha companhia eram quatro pelotões, cada pelotão tem vinte e tal homens ou o que é, e quase todos fumavam. Pronto. Mais a malta da zona aqui de Lisboa e Porto, zonas urbanas. Porque a malta mais do campo – não se falava em «drogado» na altura – olhavam com mais desconfiança. Acho que quase todos experimentaram, todos experimentaram. [...] Eh pá, e a gente fumava aquilo. Pá, a gente ia para uma operação e parecia que íamos para um baile. Uma despreocupação total. Quer dizer, aquele medo, coiso e tal, não. Claro que não íamos para o mato a rir, não é, nem a dançar. Mas íamos tão despreocupados que aquilo parecia que nem estávamos em guerra. E a gente ia, fazíamos as operações. Eu fumei bastante. Bastante daquilo. Porque era um escape que eu tinha. Eu não podia viver sem aquilo lá. [...] A gente queria é ir para o mato tranquilos, sem preocupações. E aquilo: «eh pá, tu vais para o mato e parece que não vais, esse medo todo sai, sai fora de ti, pá», não sei quê. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

Eu experimentei algumas vezes e tornava-se engraçado porque aquilo potenciava o álcool. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Se, a partir de múltiplas fontes, é possível constatar o consumo de *cannabis* nos quartéis portugueses durante a Guerra Colonial Portuguesa, mais difícil é perceber o que explica que muitos militares defendam que tal não se passou ou, pelo menos, que disso não se deram conta, e outros tenham registado o uso da planta e, inclusivamente, tenham-na experimentado e consumido (já para não falar naqueles que descrevem o consumo como uma prática generalizada). Como explicar que ex-combatentes que estiveram num determinado território de Angola e Moçambique ao mesmo tempo, ou com pouco tempo de diferença, manifestem opiniões tão diferentes e, às vezes, até mesmo divergentes, em relação à relevância e à dimensão do consumo de *cannabis* entre os militares portugueses? Da mesma forma, não há informação que permita perceber as razões que, no mesmo quartel, levaram uns a consumir *cannabis* e outros não. Algumas pistas apontam para que o consumo da planta fosse mais frequente entre militares com o posto de furriéis e alferes, jovens com maiores habilitações académicas e que, sobretudo nos anos finais do conflito, estavam, de um modo genérico, contrariados e desmotivados em relação à guerra em que participavam. No entanto, talvez seja demasiado redutor e precipitado encarar o uso de *cannabis* como uma prática de contestação, como é visto geralmente o uso de drogas que ocorreu entre os militares norte-americanos durante a Guerra do Vietname.

As pessoas que fumavam mais disso era malta das zonas mais urbanas, Lisboa, Porto. Havia uma clivagem, porque a malta do Norte, do interior, era mais conservadora, ligada à terra, e achavam aquilo tudo meio... [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

O consumo de suruma ocorria mais entre os militares oriundos de centros urbanos. [Pedro Lopes, furriel, Moçambique, 1971-1972]

Havia uma questão psicológica, como toda a gente fumava marijuana, havia a ideia que quem não fumasse marijuana era maricas, ou qualquer coisa. [...] Toda a gente sabia que toda a gente fumava a dita liamba – ou, como chamava-se lá, suruma, a expressão que era usada em Moçambique. De tal maneira que tornou-se uma adjetivação: «eh, pá, isso é só suruma», quer dizer que um gajo estava a ficar parvo, pá. Mas ele estava a ficar parvo não era por isso, estava a ficar parvo porque estava farto da guerra [risos], não era por causa de fumar suruma. [...] Era mais uma questão psicológica: «já fumaste suruma?» Então experimenta lá». Era como se dizia, «já foste às putas? Então tens que ir». Era uma curiosidade. E depois, claro, uma curiosidade em curiosidade, depois habituavam-se, não é?». Alguns. Não sei se era generalizado, aí é psicológico. Porque depois, às tantas, torna-se «então ainda não fumaste? Então mas continuas a fumar?». Eu penso que menos de metade fumava. Mas o aspeto que dava era que fumavam todos. [Rui Vaz, alferes miliciano, Moçambique, 1971-74]

Haviam gente que fumava [liamba], havia gente que não fumava. Eu não sei o que se passava nas casernas dos militares mas penso que, a nível de soldados, pá, podia haver um ou outro que, às escondidas,...não posso precisar. [...] Isto é como o tabaco. Havia pessoas que não fumavam e também não começaram a fumar lá. Eu fumava e passei para o dobro lá. Eu bebia e passei para o triplo lá. E como fumava, facilmente também algumas vezes, não muitas mas algumas, fumei liamba. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Mas isso é consensual, isso quem vier dizer que é mentira, «ah, isso é que era bom, drogados, isso é que era bom!?». Há aquela malta assim complexada. [...] Mas isso das drogas é verdade. Quem vier desmentir – só se alguém esteve nalgum quartel em que não foi necessário isso. Havia muita gente na minha companhia que consumia suruma.[...] Na guerra colonial, a exemplo do Vietname, acontecia também isso. Quer dizer, quando a gente vê aqueles filmes do Vietname, os soldados

lá [faz gesto de fumar um charro], a fumar e tal, eles não fumavam por acaso. Eu sei isso porque, não só pelos filmes que vi, até pela experiência que vivi. Eu próprio ainda hoje não tenho nenhum vício, não fumo, não tenho qualquer dependência de nada, mas lá fumei suruma. Porque era um escape que a gente tinha. Desculpe [emociona-se]. Eu, pronto, começo-me logo a emocionar. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

Chefias

Muito dos excertos atrás citados permitem perceber que o uso de *cannabis* na Guerra Colonial Portuguesa não era uma prática exclusivamente de praças (cabos e soldados) mas que, pelo contrário, sargentos (furriéis) e oficiais (alferes), não só estavam muitas vezes a par do consumo, como eles próprios consumiam, mesmo que esporadicamente. O que aqui defendo é que o consumo de *cannabis* era algo, no mínimo, tolerado pelas chefias diretas e pelos comandantes operacionais. Por outro lado, os capitães, que eram geralmente a autoridade máxima nos aquartelamentos – nomeadamente naqueles que se situavam no «mato», fora das principais localidades –, ou não sabiam ou, o que é mais provável, não queriam saber do consumo da planta, até porque, na maior parte dos aquartelamentos, oficiais, sargentos e praças tinham espaços de lazer e descanso diferentes e delimitados, pelo que nem sempre se cruzavam no mesmo espaço, fora de determinadas atividades. Apesar de, segundo alguns, tal ser algo desaconselhado pelos superiores e, até, expressamente proibido – sendo que, claramente, a noção de ilicitude foi aumentando com o decorrer do conflito, também pelas razões políticas atrás discutidas –, esta era uma prática que, de um modo geral, não dava azo a punições ou a castigos formais¹²⁶. O que não quer dizer que fosse bem-visto e não fosse alvo de censura social: por alguma razão o consumo de *cannabis* era, ao que tudo indica, feito geralmente de uma forma recatada e discreta, tanto em pequenos grupos como de forma isolada, exceto, eventualmente, em aquartelamentos onde o consumo é descrito como uma prática generalizada. Certo é que para as chefias militares o consumo de *cannabis* era uma preocupação menor, desde que não colocasse em causa interesses superiores, a começar

¹²⁶ Dora Alexandre (2015: 244) refere o episódio de uma denúncia de que havia liamba nos armários de alguns militares pertencentes a um pelotão que passou por Angola. Em conformidade, o capitão mandou revistar todos os cacifos, tendo sido encontrada liamba suficiente para “encher um bidão de cem litros”. As plantas foram destruídas mas os militares não foram castigados.

pela segurança e a eficácia ofensiva, naturalmente¹²⁷. Tal estará também relacionado com algo que já discuti atrás: o facto de no «mato» mandarem os que lá estão e a autoridade (incluindo a PIDE/DGS) ser exercida com limites¹²⁸. Ou seja, o consumo de *cannabis* não consistia em algo propriamente secreto ou que devia forçosamente ser praticado às escondidas, por receio de represálias ou castigos.

[O consumo de liamba] não dava azo a castigos. Entre nós, essas coisas passavam ao lado. Ninguém estava preocupado com isso. Não, de forma alguma. Era proibido, sim, mas ninguém estava para se chatear. Mas também não estávamos no quartel descaradamente, era no recolhimento do nosso quarto, quando não estávamos em ação, naturalmente. Estando em ação, ninguém levava liamba. [**Miguel Raposo**, alferes comando, Angola, 1971-1973]

Houve uma altura que o capitão teve conhecimento, ou porque nos apanhou bêbedos ou por causa do cheiro da liamba muito intenso, e levámos uma «piçada», como se diz. Não quer dizer que a gente não voltasse a fazer, mas, pronto, já sabíamos que não tínhamos ali ordem para fazer isso. Mas, pronto, não deixava de ser consumido. Não houve castigos. Castigos na mata, não, não, não. [**Artur Duarte**, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Os oficiais também fumavam [liamba]. Não havia propriamente um controlo, quem é que ou o que... não. Até porque nós depois, quando íamos para o combate, íamos concentrados, íamos perfeitamente lúcidos, portanto, com a nossa única preocupação de cumprir aquilo que nos era imposto. [**Miguel Raposo**, alferes comando, Angola, 1971-1973]

Nem todas as chefias militares sabiam. Podia haver um ou outro que alinhava – nós tínhamos para lá um alferes que até alinhava: «pá, então onde é que vocês arranjam isso?» e tal – e lá ia com a gente ou então envergonhadamente não ia mas depois de nós termos ido, pronto aquela coisa da disciplina militar e não sei quê. Não alinhavam muito mas também havia oficiais que também alinhavam nisso. Não proibiam. Não havia consequências disciplinares porque eles não sabiam. Ainda me

¹²⁷ A mesma atitude repetia-se para uma série de práticas, como o uso excessivo de bebidas alcoólicas, o jogo a dinheiro, confrontos físicos, relações sexuais com a população civil, homossexualidade, etc.

¹²⁸ Mais uma vez, teria sido enriquecedor se tivesse tido a oportunidade de entrevistar militares de carreira ou capitães milicianos e tido acesso à perspectiva de quem teve a responsabilidade de exercer a autoridade máxima nos quartéis e aquartelamentos.

lembro de um alferes que uma vez disse para mim: «pá, ó Leal, parece que estás...» (como é que ele dizia?), «parece que andas a cambalear, pá! Tens os olhos vidrados, pá». E eu: «eh pá, não é nada. Estou satisfeito, estou feliz, pá». Não estava nada feliz, quer dizer. Era o efeito daquilo. Eu ia para uma operação, não é? Sabia lá se voltava ou não [emociona-se]. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

As chefias achavam que cada um fizesse o que quisesse. Não havia qualquer proibição. [Rui Vaz, alferes miliciano, Moçambique, 1971-74]

Não havia sanções desde que não fossem alteradas as regras de conduta militar no dia-a-dia. Era uma situação pacífica. [José Olival, furriel, Moçambique, 1972-1974]

As chefias fingiam que não ouviam. Eles tinham a caserna deles, nós tínhamos a nossa. Havia alguns que ainda às vezes iam lá ter connosco, petiscar e não sei quê. Mas havia outros que diziam «deixa lá os gajos aliviar». Porque houve uma vez alguém que ameaçou com um tiro, «estamos em guerra, olhe que aqui não há regras». O gajo começou a mandar vir: «eu dou um tiro nos cornos, você está aqui a chatear-me a cabeça», e tal. Eles reservavam-se lá ao ambiente deles, dos alferes, furriéis e tal, e deixavam a malta, que andava mais no mato, «deixa lá os gajos aliviar». E a malta descarregava era nas bebedeiras e na suruma. E ia para rua chamar nomes. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

Entre todos sabíamos que era proibido, mas estávamos em Angola, e o regime lá era bem diferente do de cá, depois entre a tropa no mato era complicado aos oficiais do quadro fazerem alguma coisa. [Nuno Polvo, cabo, Angola, 1971-1974]

Quanto ao sancionamento ao consumo, não se pode sancionar algo que oficialmente não existe... O pessoal era aconselhado a não usar, não guardar, quando nas operações era encontrada nas lavras e destruída, pelo menos na minha unidade, era assim. [Eduardo Navarro, cabo-enfermeiro, Angola, 1969-1971]

Não me recordo de, nas mensagens que nós recebíamos do quartel-general ou do comando do sector, ou de uma outra entidade qualquer que tivesse alguma relevância e que tivesse interesse naquela área, que viesse dizer «olhem, tomem lá cuidado, vejam lá drogas, não sei quê, porque a tropa, porque isto ou aquilo».

Nunca. Não foi preocupação. A droga estava a começar, pronto.[...] Nesta altura, na área onde estive, não era algo que se notasse, que tivesse alguma relevância. Não tinha, não tinha. [Daniel Queirós, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Fumava-se de alguma forma, especialmente em pleno mato, muito embora junto da nossa companhia estivesse um destacamento da PIDE. A PIDE nestas zonas – pelo menos aqui – não metia o bedelho no assunto, a sua preocupação concentrava-se essencialmente em dois pontos: organizar as tropas mercenárias – os famosos cantaguengues – e interrogar prisioneiros. Sobre nós só faziam relatórios sobre o comportamento da companhia no seu total. E teve ocasiões que se deram mal. É que nós tínhamos a G3 e éramos mais de 100 homens unidos contra uns 6 deles! Tiveram uma tentativa de punir um soldado nosso, mas perante a ameaça declarada ao autor de que iria desta para melhor, a coisa ficou por ali. Tínhamos um capitão militarista mas até esse, como se diz em bom português, meteu a viola no saco. [Nuno Polvo, cabo, Angola, 1971-1974]

Havia alguma censura, sim. Daquela malta mais conservadora. «Eh pá, onde é que vocês foram?» «Fomos ao aldeamento.» «Foram para a suruma, não? Não têm vergonha, pá!» [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

Inquérito on-line

O inquérito *on-line* a ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa foi aplicado num momento mais tardio da pesquisa, numa altura em que as entrevistas já tinham sido realizadas, transcritas e parcialmente analisadas, tendo como principal objetivo confirmar as principais ideias-chave que emergiram das narrativas dos informantes, bem como recolher mais alguma informação adicional (ainda que previsse que as respostas dadas seriam essencialmente telegráficas e pouco desenvolvidas, e mais impessoais do que pessoais). O inquérito incluiu duas perguntas abertas com o propósito de confirmar o uso de *cannabis* na Guerra Colonial Portuguesa: uma questionava o conhecimento do fenómeno (*como descreveria o consumo de marijuana/liamba/suruma durante a guerra*

em África por parte das tropas portuguesas?), outra o contacto direto com a planta (consumiu marijuana/liamba/suruma durante a guerra em África?).¹²⁹

Em geral, as respostas às duas perguntas confirmam a informação que tinha sido reunida previamente através das entrevistas ou da análise documental, nomeadamente a ausência de consumo da planta por parte das tropas portuguesas que estiveram apenas no território da Guiné, e um consumo relevante por parte dos militares que passaram por Angola e Moçambique, especialmente nos últimos anos do conflito. A reação de alguns respondentes que estiveram apenas na Guiné foi a de surpresa e incómodo para com a questão, exprimindo invariavelmente total desconhecimento do uso desta e de outras drogas ilícitas por parte dos militares portugueses que participaram na Guerra Colonial Portuguesa. No entanto, alguns destes fizeram referência ao consumo de noz-de-cola naquele território, nomeadamente por parte da população local: o tom utilizado para falar desta prática é análogo à forma como alguns ex-militares se referem ao consumo de liamba e de suruma em Angola e Moçambique, isto é, como um costume local, um hábito cultural das populações negras, que, pelo seu lado exótico, eventualmente despertava alguma curiosidade e vontade de experimentar mas, regra geral, não conduzia a efeitos agradáveis ou positivos.

Acho que só os sargentos e oficiais tinham acesso a essas «coisas», porque em Portugal também só circulava no meio de elites. Só tomei uma droga de pastilhas que eram distribuídas na enfermaria para combater o cansaço. [Soldado, Guiné 1972-1974]

Na Guiné isso [o consumo de cannabis] não acontecia, era mais em Angola. O objetivo do consumo era, claro, esquecer onde estávamos. [Soldado, Guiné, 1973-1974]

Cheguei a fazer segurança a grupos de nativos que iam colher cola para mascar. [Furriel miliciano, Guiné, 1964-1965]

¹²⁹ As duas perguntas eram colocadas no fim do questionário, de modo a não condicionar as respostas, sendo que o título do questionário e as perguntas anteriores não indicavam ou deixavam antecipar que o assunto do uso de *cannabis* seria abordado.

Como pertencia a uma companhia de africanos, os soldados [negros] comiam muita cola, que era, diziam, um estimulante, mas nunca provei. [Furriel miliciano, Guiné, 1969-1970]

Eu mascava cola como estimulante e para aliviar o stress. [Furriel miliciano, Guiné, 1973-1975]

Ouvi falar que, por curiosidade, alguns elementos provaram ervas (mascadas) diariamente pelos residentes locais. [Furriel miliciano, Guiné, 1970-1972]

Mascava cola sem consequências: disfarçava a fome e o sono. [Furriel miliciano, Guiné, 1971-1973]

A situação dos respondentes que estiveram em Angola e Moçambique é completamente diferente: uma percentagem relevante (cerca de 40%) revelou que o consumo de *cannabis* durante a Guerra Colonial Portuguesa não é um assunto desconhecido. Pelo contrário, alguns tiveram mesmo contacto direto com a planta (assistiram ao seu consumo ou disso tiveram conhecimento) ou foram inclusivamente consumidores. Tratou-se de um consumo tendencialmente ocasional e esporádico, ainda que alguns refiram ter feito um uso regular e até diário. Ou seja, apesar de não ser um assunto geralmente falado (e seja porventura um que muitos se ofendem em ver discutido), o uso de *cannabis* na Guerra Colonial Portuguesa foi uma realidade, algo que merece mais do que uma nota de rodapé na história do conflito. As respostas às duas questões abertas dadas por aqueles que tiveram contacto direto ou indireto com a *cannabis*¹³⁰ confirmam o que foi dito atrás pela boca dos informantes ou pela pena dos autores citados. Serão aqui apresentadas de forma cronológica para que, de alguma forma, se possa vislumbrar a evolução dos usos da planta em Angola e Moçambique durante a Guerra Colonial Portuguesa, embora demonstrando também a grande variabilidade de experiências com a *cannabis*, nomeadamente no que diz respeito aos efeitos, significados e motivações de consumo.

Naquela data esse problema era desconhecido. [Soldado, Moçambique, 1961-1964]

Nas zonas por onde andei não havia disso. Eram zonas totalmente isoladas e sem populações. [Furriel miliciano, Moçambique, 1966-1968]

¹³⁰ Mais uma vez, omito a opinião dos respondentes que referem não ter consumido *cannabis* durante a Guerra Colonial Portuguesa e também daqueles que declaram não ter tido conhecimento do uso da planta durante o conflito. Fica novamente por explicar a razão de ser destas opiniões divergentes.

A minha libertação era o álcool e, por convicção, resisti sempre à liamba que era muito usada pelos camaradas. Penso que a usavam como fuga à realidade que se vivia. [Furriel miliciano, Angola, 1967-1968]

Nunca consumi mas a liamba estava ali. [Furriel miliciano, Angola, 1967-1969]

Havia pouco consumo de liamba. Era para relaxar. [Furriel miliciano, Angola, 1967-1969]

Um ou outro consumiu liamba. Nunca tive a experiência mas tinha acesso a qualquer quantidade que quisesse. [Furriel miliciano, Angola, 1967-1968]

No meu batalhão não havia consumo dessas drogas, que eu saiba. Esse consumo verificava-se mais na cidade de Luanda. [Alferes miliciano, Angola, 1967-1970]

Fui convidado a consumir liamba em 1970, recusei e não mais ouvi falar disso. [Soldado, Angola, 1969-1971]

Não havia droga. Por esses anos, apenas se fumava «erva», os militares oriundos das tropas de recrutamento angolano talvez o fizessem. Eu nunca vi ou senti o cheiro de drogas. Estávamos numa zona de «mato», sem qualquer contacto com populações civis e, por esses anos, até em Portugal o conhecimento e o consumo de droga era muito diminuto. [Furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Havia níveis razoavelmente elevados de liamba. Consumiam para recuperar de traumas de guerra, para esquecerem coisas e para se divertirem. [Furriel miliciano enfermeiro, Angola, 1969-1971]

Raramente notei o consumo de liamba. [Capitão, Angola, 1969-1971]

Nunca consumi mas os nativos consumiam liamba. Os nativos tinham plantações dessa planta, mas nesse tempo nem se sabia o que era nem para que servia. [Soldado, Angola, 1969-1971]

Tomei conhecimento de um ou outro caso de uso de liamba, mas sem importância. [Furriel miliciano ranger, Angola, 1970-1971]

Sei que existiam essas substâncias mas nunca confrontei militares com elas. [Furriel miliciano, Moçambique, 1970-1972]

Eu consumi suruma, de forma irregular. A suruma circulava entre os camaradas. Causava euforia e tranquilidade. Queria esquecer. [Furriel miliciano, Moçambique, 1970-1972]

Sei de casos em que se consumia suruma, principalmente em companhias oriundas do recrutamento local. Eu consumi algumas vezes. Tive acesso através de camaradas de outras companhias. A motivação era apenas para experimentar. [Furriel miliciano, Moçambique, 1970-1973]

Ouvi falar mas nunca vi. [Alferes miliciano, Moçambique, 1971-1972]

Seria mais uma forma de aliviar o stress. [Furriel miliciano, Angola, 1971-1973]

Algumas vezes consumi liamba mas com pouca regularidade. Tinha acesso à planta através da população local. Aquilo provocava euforia. Era por pura diversão e sem consequências. Para a maioria que consumiu o objetivo era esquecer, esquecer, esquecer. [Cabo-corneteiro, Angola, 1971-1973]

O consumo de suruma não era generalizado mas era real por parte dos militares mais esclarecidos e faziam-no para libertar todos os medos. Eu consumi. Só o fazia quando ia para grandes operações e tinha receio de não voltar vivo. Os seus efeitos eram quase inexistentes, apenas uma ligeira sensação de liberdade e ausência de medo. [Soldado, Moçambique, 1971-1973]

Para lidar com o stress, refugiava-me a fumar suruma. [Soldado, Moçambique, 1971-1974]

Uns consumiam liamba, outros não. Eu consumi uma vez e não gostei. [Cabo, Angola, 1971-1974]

No local onde me encontrava, Tete, o consumo de suruma não era generalizado e era pouco significativo, aumentando o seu consumo na parte final da comissão, por parte de alguns graduados. Eu consumi uma meia dúzia de vezes, se tanto. Os efeitos

sentidos eram de paz interior e as motivações eram as de encontrar essa paz interior e alheamento do ambiente geral. [Furriel miliciano, Moçambique, 1972-1974]

Toda a companhia consumia liamba. Eu fumava liamba diariamente, durante treze meses. Queria sossego. Regressei e deixei de consumir. Já tabaco consumi durante mais de trinta anos. [Furriel miliciano, Angola, 1972-1974]

Experimentei uma vez e não gostei. [Furriel miliciano, Angola, 1972-1974]

Havia consumo de liamba em algumas casernas. Na minha nunca se deu o caso. [Cabo, Angola, 1972-1974]

Pessoalmente não usei. Sei que havia oferta barata, e que servia para vencer o medo. [Alferes miliciano, Moçambique, 1972-1974]

Sabia que a liamba existia e um camarada encomendou-a a um angolano. Não sei se a tomou ou não. O camarada em questão não era operacional. Eu não consumi. [Soldado, Angola, 1972-1974]

Penso que o consumo de suruma era residual, pelo menos na zona por onde andei. [Furriel miliciano, Moçambique, 1972-1974]

Os colegas que consumiam diziam que fazia esquecer a situação e lhes dava mais ânimo. [Soldado, Angola, 1973]

Em Moçambique encontravam-se muitas plantas de suruma nas margens do rio Zambeze. Quem queria, colhia, tratava e consumia. Eu consumi apenas por curiosidade. [Soldado comando, Moçambique, 1973]

As pessoas consumiam liamba por curiosidade, porque era novidade. [Cabo-mecânico, Angola, 1973-1974]

Só fumei uma vez suruma e nunca mais usei. Nessa noite, debaixo de uma flagelação de morteiros e canhões sem recuo, nem me levantei de onde estava. Só via o «puto» (designação de metrópole/Portugal) [Cabo, Moçambique, 1973-1974]

O consumo de suruma era muito escasso na minha unidade. Os poucos casos detetados deveram-se a mera curiosidade. [Capitão miliciano, Moçambique, 1973-1974]

Uns gostavam, outros não. Mas como havia fácil acesso à liamba, terão sido poucos os que não «puxaram a sua passa», com o objetivo de obter experiências desconhecidas e uma fuga à realidade vivida. Eu consumi muito esporadicamente. Tive acesso à planta pela primeira vez na destruição de culturas do inimigo. Poucas vezes senti o efeito desejado, uma vez que não «engolia» o fumo. Sem consequências para a minha pessoa, já que nunca me viciiei. [Furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Consumi liamba algumas vezes, sim. Pouco senti, que não fossem os efeitos de uma bebedeira. Consumia-se por diversão e não trouxe consequências. [Furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

O consumo de liamba era elevado. Eu fumava um cigarro de liamba por cada dia de operações, para acalmar o stress. Tinha acesso através dos elementos dos GES que eu comandava. [Furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Nunca vi os meus soldados consumir outra coisa a não ser liamba, coisa que aprenderam com os militares da companhia de africanos. Eu nunca consumi mas assisti a ser utilizada pelos do meu pelotão sem poder fazer nada em contrário. Só de lá passar perto dava-me dor de cabeça. [Furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Só havia um que fumava liamba. [Furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

A única coisa de «estupefacientes» que lá vi foi a liamba. E sim, havia quem desse uma passa antes de ir para as operações, mas não todos. Eu consumi duas vezes liamba, com o simples motivo de satisfazer a curiosidade de saber como era. Senti euforia e aparente bem-estar. [Soldado, Angola, 1973-1975]

Havia alguns que consumiam liamba mas eram poucos. Eu nunca consumi. Experimentei mas achei muito áspero e não senti nenhum efeito. Cada um tinha as suas motivações. [Furriel miliciano, Angola, 1974-1975]

Não vi muito consumo de liamba nos homens que estiveram comigo. [Alferes miliciano, Angola, 1974-1975]

Era uma prática comum, generalizada. O principal objetivo era experimentar novas sensações. Eu consumi uma única vez, através de camaradas. Teve efeitos terríveis de pânico e indisposição. Nunca mais experimentei. [Alferes miliciano, Angola, 1974-1975]

Regresso

As histórias das drogas ilícitas em Portugal existentes (Monteiro, 2013; Costa, 2007; Dias, 2007; Poiares, 1999b) convergem num ponto: por cá, foi no pós-25 de Abril que se afirmou o problema *droga* e que o consumo de drogas ilícitas adquiriu uma dimensão significativa, pelo que os seus autores pouca atenção dão ao período anterior ao golpe revolucionário que fez cair o Estado Novo, omitindo, portanto, a relação que os militares que participaram na Guerra Colonial Portuguesa tiveram com a *cannabis* e o papel desempenhado na sua disseminação na «metrópole». No entanto, o que se viu até agora permite constatar que os ex-combatentes do conflito pertencem à primeira geração de portugueses que consumiu a *cannabis* numa escala considerável, ainda que num contexto muito específico e diferente da figura típica do «jovem consumidor de drogas» – urbano, estudante e contestatário – que começou a afirmar-se por essa altura na Europa e também em Portugal. Ao que tudo indica, numa fase mais tardia (ou mesmo terminal) do conflito, as tropas portuguesas trouxeram a planta consigo de volta a casa. Isto é, ainda antes da figura do «retornado» assumir-se, no pós-25 de Abril de 1974 e com o processo de descolonização que se seguiu, como o primeiro *dealer* de drogas ilícitas, em menor escala, é certo, alguns ex-militares da Guerra Colonial Portuguesa pensaram em fazer negócio com a *cannabis*, trazendo-a de África para venda, o que pontualmente resultou em problemas com as autoridades¹³¹. Tal quer dizer que, por um lado, por essa altura, os militares portugueses já estavam conscientes do valor económico da planta e, por outro,

¹³¹ Em 8 de junho de 1971, um telegrama-rádio enviado pelo porto de Maputo, então Lourenço Marques para o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar dava notícia do transporte de suruma por parte de militares portugueses com o objetivo de negociar a planta na «metrópole»: “vários soldados, cabos e sargentos embarcados, transporte de tropas, [no navio] Niassa saído este 25 Maio, transportam suruma que pretendem negociar na metrópole, maioria deste pessoal é proveniente [de] Tete. Nota da Direcção-Geral de Segurança de Lourenço Marques: a suruma, designação usada em Moçambique para o cânhamo indiano, é a conhecida marijuana (liamba em Angola), estupefaciente para fumar, que foi muito empregado no princípio do terrorismo nesta Província, por provocar uma fase inicial de excitação. A juventude universitária, na metrópole, está a ser alvo de penetração dos vendedores desta droga”. Documento existente no Arquivo Histórico Diplomático (PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0596/11061).

que já havia procura na «metrópole», nomeadamente entre a juventude das principais cidades, como refere António Lobo Antunes (1979: 175-176), em *Os Cus de Judas*, quando fala nas folhas de liamba “que os soldados trouxeram de Angola, em caixas de pensos, para vender aos jovens frágeis do Rossio”.

Há uma teoria que penso nunca ter sido demonstrada: que o consumo da droga se deve em parte, não sei se pequena se grande, aos ex-combatentes que a trouxeram, ou (e) a continuaram a procurar aqui. [Francisco Teixeira, furriel, Guiné, 1968-69]

Eu quando vim de África, os gajos do esquadrão de cavalaria deram-me um rolinho de suruma para eu trazer. Para mostrar, por curiosidade. A droga, nos anos 60 em Portugal, era uma coisa perfeitamente desconhecida. Eu fui para a tropa em 1968, estava na escola de Belas-Artes, e nas Belas-Artes não se ouvia falar de droga! [...] Esse rolinho trouxe para mostrar à minha mulher. Trouxe mas depois deitei fora, pá, que eu nem sequer fumava. Nunca fumei. Mas foi só por curiosidade. Aqueles gajos deram-me um bocadinho. [Avelino Nunes, furriel miliciano, Moçambique, 1969-1972]

Quando rodei, em Malange [...] era mais barato comprar aqueles sacos de liamba – lá está, os nativos para ganhar algum. E eu punha aquilo a secar no quarto. Aquilo era um pivete do caramba. [...] A minha ideia era secar e trazer para vender. Era a minha ideia. A que sequei, ainda moí e ainda trouxe. E entreguei a um colega meu, que ficou com tudo – e nunca mais me falou nisso [risos]. Eu tive essa pancada, tive, mas do meu conhecimento não houve muita gente a trazer liamba para vender. Eu vi aquilo, não era para consumo, era para ver se ganhava algum, porque, é assim, muito do pessoal – nós, os furriéis, recebíamos 4 contos e tal por mês ou 5, mas havia pessoal que mandava para cá para as famílias mais necessitadas. Eu não, os meus pais felizmente não precisavam. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Tive inclusive um furriel miliciano que foi detido à chegada a Lisboa, já que trazia uma mala cheia de liamba. Aconteceu pelo menos a um furriel miliciano, que tinha levado a esposa para Angola. Foram presos pela polícia militar porque traziam malas cheias... [...] Ele sabia que era proibido, sabia perfeitamente que nessa quantidade ia-se dar mal, mas confiou na sorte. Entre todos sabíamos que era proibido, mas estávamos em Angola, e o regime lá era bem diferente do de cá. Além

disso, entre a tropa no mato era complicado aos oficiais do Quadro fazerem alguma coisa. [Nuno Polvo, cabo, Angola, 1971-1974]

Quando eu vim de África, o meu pai tinha ali uma quinta – por acaso ainda lá está. E estava lá um fulano, ex-militar da marinha, que era amigo dele, e o fulano pediu-lhe para cultivar lá [...]. E eu cheguei lá um dia e disse: «ó pai, olha que o Américo tem ali a planta da liamba. Qualquer dia aparece alguém à dica. Aqui, ali perto de Lisboa. Ele trouxe as sementes daquilo de algum lado. Significa que ele fumava. Era marinho e devia ter estado numa comissão de serviço lá para fora. Isto foi em 71, 72, quando eu regresssei. Pá, ia a casa do meu pai e calhou um dia, não sei se em 73, 74, 75, lá ir à quinta, dar uma volta, ou coisa do género, e vir lá aquilo. Está ali, identifiquei. E disse: «eh, pá, tome lá cuidado, porque olhe que se dão à dica ainda vais ter aí problemas». Depois não sei como é que aquilo ficou. Depois eu ia lá de quinze em quinze dias, de mês a mês, os meus pais vinham para aqui e não sei quê, pronto. Aquilo depois passou-me despercebido. Nunca mais falámos, estou-me a lembrar agora, estou-me a lembrar agora. [...] Eu, como lhe digo, cá nunca soube nada de droga. Só comecei a saber lá naquela altura. Depois, claro, quando vim para cá é que se começou... é que ela foi incrementada. Eu acho que grande parte da droga veio com os militares e os retornados. E depois foi uma evolução natural a nível mundial. [Daniel Queirós, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Tanto quanto se percebe, pode dizer-se que, de uma forma geral, os consumos de *cannabis* por parte das tropas portuguesas envolvidas na Guerra Colonial Portuguesa cessaram com o fim da comissão militar. No caso de Luís Leal, terminaram até antes disso, quando a sua companhia «rodou» para uma região pacificada, onde não havia combates nem razões para ter medo, alterando-se, portanto, as condições e, nesse sentido, a razão de consumir a planta. Seja como for, todos os informantes que referem ter consumido *cannabis* durante o conflito declaram que, com o regresso a casa, não voltaram a consumir a planta, distanciando-se, aliás, dos jovens que entretanto, no pós-25 de Abril, começaram a consumir a *cannabis* africana que chegava a Portugal pela mão dos colonos regressados de Angola e Moçambique, e, mais tarde, outras drogas ilícitas. Luís Leal, que descreve o seu consumo próprio da planta durante o conflito como regular e, mais do que isso, até como uma necessidade, refere que nunca pensou em voltar a consumir quando voltou de África. Tal remete para o abandono (mais ou menos espontâneo) do consumo que, como se viu no capítulo anterior, se verificou entre os militares norte-americanos que regressavam da Guerra do Vietname. Embora o paradigma biomédico defina as drogas

ilícitas a partir do conceito central de dependência, o certo é que tal não parece aplicar-se ao caso do uso de *cannabis* na Guerra Colonial Portuguesa. Fica bastante claro que, embora alguns militares refiram casos de dependência psicoativa que nasceram de consumos iniciados durante o conflito, ninguém considera o seu próprio consumo de *cannabis* na guerra como problemático e, muito menos, aditivo. Tudo isto reforça a ideia, que atravessa toda a presente reflexão, de que o uso de substâncias psicoativas é algo que é intrinsecamente condicionado pelo contexto social e também pelo conjunto de motivações, representações e expectativas dos seus utilizadores. O caso das bebidas alcoólicas, que será discutido no próximo capítulo, vai no mesmo sentido: se bem que num processo mais complexo e demorado, com o fim da participação na Guerra Colonial Portuguesa, a grande maioria dos ex-militares adotou padrões de consumo de bebidas alcoólicas muito diferentes, à medida que se foi procedendo ao reajuste face ao novo quotidiano e à passagem para a vida civil.

Lá nunca pensei se podia ser um problema. Eu sentia-me bem. E a gente quando se sente bem não está a pensar se é de mais ou é de menos. A gente sente-se bem. [...] Eu fumei bastante. Bastante daquilo. Porque era um escape que eu tinha. Eu não podia viver sem aquilo lá. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

Nunca mais tive contacto com essa substância, ou qualquer outra substancia aditiva, e penso que a recusaria se me voltasse a ser oferecida (e deixei mesmo de fumar tabaco) [Pedro Lopes, furriel, Moçambique, 1971-1972]

Quando rodámos para outra zona, a coisa alterou-se. Alterou-se porque não senti necessidade. Quando mudei para essa zona, estávamos em novembro de 72, para uma vila onde já não havia guerra, nunca mais senti necessidade disso, porque já não havia aquele medo. A partir do momento em que acabou o stress, aquela coisa de ir para o mato e ter que fumar para libertar, fui para essa zona e nunca mais. Nunca mais senti essa necessidade de fumar. Mas que fumava bastante, fumava. Às vezes mesmo sem estar escalonado para uma operação no mato, a gente estava sempre a pensar «queres ver que vem aí alguma operação de relâmpago?!». Então a gente sempre ali [faz o gesto de dar uma passa], de vez em quando e tal. Acho estranho ainda hoje não ter o vício de fumar tabaco. [...] Desliguei totalmente da suruma. A partir do momento em que eu estava lá no norte de Moçambique, em plena guerra, faltava três meses para a gente vir embora, e fomos para uma zona sem guerra, olhe, foi tal e qual como um interruptor: a gente desliga o interruptor e

a luz apaga. Nunca mais. Porque não se sentia necessidade, não estava em constante stress. Aquela coisa «vamos sair para o mato, o que é que vai acontecer, atacaram-nos hoje e amanhã vão atacar!». A partir dali, como não acontecia nada daquilo, parece que foi um interruptor que desligou e pronto. [...] Quando, depois do 25 de Abril, começaram as drogas e não sei quê, pá, eu percebia. Percebia quem se refugiava naquilo, percebia os motivos, eh pá, mas nunca me associei a isso, nunca quis experimentar nada. Porque aquilo foi como eu disse, cortei ali um interruptorzito, desligou. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

A bebida [...] era preferível à droga, mesmo a leve, como a liamba («suruma», naquela terra), que deu muita gente em louca e «agarrou» muitos às drogas duras, mais prejudicial e viciante do que umas bejecas. Constava-se que elementos de um grupo, certo dia, assaltaram a farmácia da base para roubar embalagens de morfina e petidina, tais eram as suas carências. [Alcino Ferreira (2011: 112), alferes miliciano, Moçambique, 1970-1972]

Eu tive dois amigos – um deles foi meu colega de trabalho, o gajo esteve em Angola, e quando veio de lá já era completamente drogado. Toda a gente dizia que a origem daquilo tinha sido em África. [Avelino Nunes, furriel miliciano, Moçambique, 1969-1972]

No seu livro de memórias da guerra, José Manuel Martins, que esteve como primeiro-cabo no norte de Angola, entre 1972 e 1973, resume muito do que foi dito atrás acerca da *cannabis* e dos militares portugueses que participaram na Guerra Colonial Portuguesa, se bem que acentuando a realidade de Angola e privilegiando a perspetiva que, por norma, merece menos atenção – a dos jovens «ultramarinos».

Na década de setenta do século passado, havia consumo de droga nos quartéis! Em regra, os consumidores eram os jovens da classe média da sociedade luandense, ou das cidades do litoral a sul de Luanda. Trata-se, evidentemente, de uma constatação pessoal, sem apoio em quaisquer dados estatísticos ou científicos. Em Zau-Évua, alguns militares consumiam droga, fumavam, pelo menos, liamba. No âmbito fechado, onde o moral não era alto, o consumo constituía mais um meio de «evasão», de resposta ao isolamento e à desmotivação. Foi-me necessário dizer: «não!» Mais do que uma vez! No meu caso, nem sequer foi difícil essa experiência. Em primeiro lugar, porque não possuía hábitos tabágicos, como a generalidade dos meus camaradas; em segundo lugar, porque – e isso resulta do que me apercebi durante esses longos meses – não existiam intuítos de «tráfico»: quem tinha, tinha,

e, por vezes, «facilitava» aos interessados, que, mais tarde, faziam o mesmo. Não havia, embora possa admitir estar errado, consciência dos malefícios do consumo de droga; ao contrário, os consumidores achavam que o uso da liamba favorecia os relacionamentos, descomplexava e fazia esquecer as dificuldades do momento! Não se falava, é certo, de cocaína ou heroína nem dos horrores que o respetivo consumo implicava. Estávamos apenas no início da década de setenta, numa sociedade encerrada em si mesma, sem abertura ao exterior, onde apenas as ondas de rádio nos levavam para bem longe, embora sob todas as cautelas possíveis. Nas circunstâncias, o consumo de droga visava mais a «descontração», o alívio da tensão em que se vivia. Não mais do que isso. Para mim, porém, foi assunto proibido, inclusive como tema de conversa. Era droga, consumia-se como se fosse tabaco, implicava dependência, razões mais do que suficientes para a atitude de rejeição imediata, que sempre assumi. Não acreditava em nenhuma das «vantagens» do consumo: vivia as mesmas dificuldades que os demais, não tinha que «esquecê-las» mas valorizar o meu projeto de vida! Para muitos, aquilo em que eu acreditava, aparentemente insignificante, era suficiente para preencher o natural vazio interior provocado pelo isolamento e falta de sentido da nossa atividade diária. De início, causou-me enorme surpresa que pudesse circular o «produto» tão longe da civilização, naquela mata imensa. O certo era que havia permanentes contactos com a cidade de Luanda, onde a «palha» circulava nos meios juvenis com relativa facilidade. [José Manuel Martins (2003: 150-151), cabo-enfermeiro, Angola, 1973-1974]

Considerações finais

Fica bem claro que, ao contrário da realidade de Angola e Moçambique, na Guiné não havia consumo de *cannabis* entre os militares portugueses e, a julgar por todas as fontes disponíveis, a planta não circulava entre as populações nem era de consumo tradicional. Por outro lado, na Guiné a noz-de-cola, um fruto de plantas ricas em cafeína e com efeito psicoativo estimulante¹³², era de consumo tradicional e, à semelhança do que se passava

¹³² É muito interessante constatar que a noz-de-cola, um produto que os militares portugueses tiveram à disposição mas rejeitaram, é hoje em dia vendida (inteira, em pó ou em cápsula) em *smartshops* europeias, sendo apresentada como um estimulante com efeitos afrodisíacos: “Aumenta o poder de resistência e diminui o apetite. Melhora a concentração, aclara o cérebro, tem um efeito ligeiramente afrodisíaco e pode dar «pedra». Melhora as tuas capacidades normais, como por exemplo no trabalho, no desporto, na dança e no sexo. Devido à descarga de energia que provoca no corpo, de várias maneiras, também é usada como elemento dietético”, pode ler-se no sítio de uma dessas lojas virtuais.

noutras regiões da parte ocidental do continente africano (Lovejoy, 2007), um produto com importância social. Tal como se passou no caso da liamba, em Angola, e da suruma, em Moçambique, os militares portugueses que estiveram na Guiné durante a Guerra Colonial Portuguesa, registaram o seu uso e alguns experimentaram o seu consumo. No entanto, tudo indica que as tropas portuguesas que consumiram se tenham limitado a um uso experimental e pontual: de um modo geral, não aderiram ao consumo do fruto, por não ter gostado nem do sabor nem dos efeitos. É curioso notar como os dois casos são diferentes: na Guiné, os militares portugueses rejeitaram uma substância com propriedades estimulantes mas, em Angola e Moçambique, alguns aderiram ao consumo de uma planta com propriedades ambíguas, valorizando o seu potencial psicoativo de substância depressora, que lhes permitia relaxar e lidar com a realidade.

Os africanos, nomeadamente, mascavam cola que, dizia-se, levantava tudo e tirava todos os medos. Era especialmente mascada (são umas sementes, ao que julgo, do tamanho das nozes, e bastante ácidas ou azedas, como se queira). Tentei por mais do que uma vez experimentar, e achei-as demasiado duras de trincar e, como disse, nada açucaradas. Vendem-se, hoje, a céu aberto no Rossio e, por graça, não podia ser de outro modo, votei a tentar, mas sem sucesso. [Francisco Teixeira, furriel, Guiné, 1968-69]

No que concerne às nossas tropas nunca tive conhecimento de qualquer consumo de «substâncias». Entre os nativos havia consumo de aguardente («siri») da fermentação da seiva da palmeira e o hábito de mascar nozes-de-cola. Nada disto era usado pela tropa se bem que eu tivesse experimentado as duas coisas e tudo o que eles comiam. Apenas uma vez como experiência! A tal aguardente era um verdadeiro horror... para mim que nem gosto de bagaço. A cola, pareciam castanhas grandes, eram tão ácidas e amargas que os dentes ficavam a ranger e a boca anestesiada. Os nativos usavam-nas sobretudo durante as operações militares e, diziam, matava a fome, a sede, e a ansiedade/stress – o medo! [Hugo Cabral, soldado, Guiné, 1965-67]

Finalmente, é muito curioso constatar que, ao contrário daqueles que estiveram na Guiné durante o conflito, os militares portugueses que estiveram em Angola praticamente não referem a noz-de-cola que também existia nesse território (Welwitsch, 1862), sendo que não encontrei nos testemunhos uma única referência ao consumo do fruto em nome próprio entre os militares portugueses que passaram por Angola, nem mesmo ao nível da experimentação.

O capítulo seguinte discute os usos de bebidas alcoólicas entre os militares portugueses que participaram na Guerra Colonial Portuguesa, salientando os pontos em comum e as diferenças em relação aos usos de *cannabis*.

9. USO DE ÁLCOOL NA GUERRA COLONIAL PORTUGUESA

*Uma guerra onde o inimigo mais presente
e sempre omniausente
é a confrontação, a cada manhã,
com o desconhecido, o ignorado,
onde tudo se dilui em cerveja Nocal a vinte e cinco tostões a garrafa,
presente sem impostos para o exército português
em terras de África.*

José Niza

*De quantas saudades, senhores que em mim mandam, é feita a vida de um soldado?
E quantas loucuras, senhores que me ordenam, contém a vida de um guerreiro?
De quantos desgostos, senhores que em mim mandam, é feita a vida de um soldado?
E quanto vinho, senhores que me ordenam, se deve beber p'ra esquecer?
São ventos de guerra, não penses, amigo, que a hora que passa é de perigo*

Canção popular portuguesa

(Cancioneiro do Niassa)

Se, em determinados aspetos, no que à Guerra Colonial Portuguesa diz respeito, *cannabis* e bebidas alcoólicas¹³³ partilham as mesmas circunstâncias de consumo e muitos dos mesmos significados, a verdade é que há também muito que separa as duas drogas. Nos moldes do capítulo anterior, discuto aqui as semelhanças e também as diferenças entre o consumo de *cannabis* e álcool por parte dos militares portugueses que participaram no conflito. O que pretendo mostrar aqui é que o uso de drogas – tenham elas o estatuto legal

¹³³ Mais uma vez para simplificar, uso os termos «álcool» e «bebidas alcoólicas» como sinónimos, embora, na verdade, não o sejam, pois, tal como discutido no capítulo 4, o primeiro é a *substância* e o segundo o *produto*. Os consumidores de bebidas alcoólicas são mais do que consumidores de uma substância psicoativa, na medida em que a ingestão de bebidas com um teor alcoólico é também valorizada em função do sabor e da experiência sensorial, não se reduzindo, portanto, à procura de um efeito psicoativo. É isso que explica que alguém prefira uma marca de cerveja a outra, ou se habitue a determinada bebida destilada e não a outra.

que tiverem – é sempre uma questão de contexto social, na medida em que o seu consumo é condicionado pela forma como é socialmente conceptualizado, regulado e enquadrado, além de que começa sempre por uma aprendizagem e os efeitos daí decorrentes dependem de mais fatores que não apenas as propriedades psicoativas das substâncias.

Em resumo, pode dizer-se que a grande diferença entre as duas reside no facto de, ao contrário da *cannabis*, o álcool consistir numa substância psicoativa que os militares portugueses já conheciam antes de chegar a África, algo que fazia parte da logística militar – isto é, um produto que era distribuído através dos canais formais pelas diversas instalações militares, juntamente com outros bens, alimentos ou equipamentos, por exemplo. Para além disso, ou talvez por isso mesmo, em comparação com a *cannabis*, as bebidas alcoólicas eram consumidas nos aquartelamentos em maiores quantidades e frequência, bem como em contextos muito mais diversos, com múltiplos propósitos e motivações várias. As tropas portuguesas envolvidas na Guerra Colonial Portuguesa bebiam o álcool que era disponibilizado pela intendência militar ou que era vendido em estabelecimentos comerciais situados nas imediações dos quartéis mas fumavam a *cannabis* que encontravam e adquiriam por si próprias, por via de esquemas e fluxos informais, nomeadamente através da população negra africana, tendo desenvolvido com a liamba, em Angola, e a suruma, em Moçambique, uma relação que nunca estabeleceram com as bebidas alcoólicas tradicionais africanas, de fabrico artesanal. De uma forma geral, a *cannabis* foi algo com que os militares portugueses se depararam, de uma forma mais ou menos surpreendente, não um bem que trouxessem consigo, que já conhecessem, muito menos uma mercadoria que procurassem ativamente de antemão ou que fosse esperado que consumissem, como era o caso das bebidas alcoólicas. Mesmo entre os militares que tiveram uma primeira experiência alcoólica na guerra – fosse a primeira bebedeira ou a ingestão pela primeira vez de determinada bebida alcoólica, nomeadamente cerveja ou produtos destilados –, o álcool não era uma substância desconhecida. Nem podia ser: as bebidas alcoólicas, e o vinho em particular, desempenharam historicamente um papel social muito relevante em muitas partes do mundo, Portugal incluído, pelo que, por norma, a relação com o álcool se estabelecia desde muito cedo. Em contraste com a *cannabis*, cujos efeitos psicoativos os militares portugueses que a consumiram mais regularmente tiveram forçosamente que aprender a dominar e catalogar, em função das suas próprias expectativas e motivações de consumo, as bebidas alcoólicas eram algo cuja grande maioria dos militares já sabia para que servia,

sendo que os seus efeitos eram conhecidos por todos, mesmo aqueles que, até aí, nunca tinham bebido.

De facto, bem ou mal, a generalidade dos militares portugueses estava bem familiarizada com o álcool, atribuindo-lhe vários papéis e múltiplas funções: nas narrativas dos ex-combatentes as bebidas alcoólicas são descritas como produtos que eram usados como «escape», «sedativo», «combustível», «tranquilizante», «estabilizador», bem como algo que desinibe, causa euforia, contribui para a diversão, e potencia emoções várias, ou ainda usos mais utilitários ou cerimoniais.

Não corro grandes riscos se afirmar que o álcool foi, de longe, a substância psicoativa mais usada na Guerra Colonial Portuguesa, seguindo-se o tabaco e, a larga distância, todas as outras¹³⁴. De facto, mesmo que a partir de perspetivas diferentes e muito diversificadas, dificilmente um ex-combatente deste conflito parece ser capaz de falar da sua vivência de guerra sem fazer menção às bebidas alcoólicas, com grande destaque para a cerveja (tal era a sua importância no dia-a-dia dos militares portugueses em África), mas também para o vinho e para o whisky. Tal é bem patente quando se faz uma análise da produção fotográfica dos próprios ex-militares durante a estadia naquele continente: ao contrário da *cannabis*, da qual não encontrei um único registo fotográfico no contexto da Guerra Colonial Portuguesa, são muito frequentes as fotos que registam momentos de consumo de bebidas alcoólicas durante o conflito – convívios, celebrações, refeições, momentos de pausa, lazer e descanso, e outros –, em especial aquelas que apresentam militares portugueses em pose com copos, garrafas e latas de bebidas alcoólicas na mão ou em riste. Aliás, ainda hoje muitos ex-combatentes falam em diversos fóruns – geralmente num tom nostálgico e saudoso – acerca da cerveja africana (*Cuca* e *Nocal*, em Angola, e *Laurentina* e *2M*, em Moçambique) que beberam durante a guerra, o que contrasta com o silêncio público absoluto em torno do tema do uso de *cannabis* durante a guerra.

Produzida localmente em Angola e Moçambique – ao contrário do vinho e das bebidas destiladas, que eram trazidas especialmente da «metrópole» – e de carácter transversal, a cerveja pode considerar-se a bebida emblemática – para usar a expressão proposta por Luís Vasconcelos (2006: 71-72) – da Guerra Colonial Portuguesa: consumida pela grande

¹³⁴ Os resultados obtidos no inquérito *on-line* vão no mesmo sentido: à pergunta “Como avalia o consumo de diversas substâncias psicoativas entre as tropas portuguesas durante a guerra em África?”, a esmagadora maioria dos respondentes é da opinião que o consumo de cerveja era frequente ou mais do que isso. Embora de forma menos consensual, o mesmo é válido para o vinho e para as bebidas destiladas.

maioria dos militares, independentemente da ocasião, da hora do dia, da função ou da patente militar, ainda que em múltiplos padrões de consumo, que iam da frequência esporádica ao uso intensivo. Vendidas mais caras, bebidas destiladas como whisky, brandy, gin, aguardente e outras eram consumidas sobretudo por militares graduados, que, na sua condição de oficiais e sargentos, tinham direito a comprar a baixo custo e/ou eram-lhes oferecidas determinadas garrafas de bebidas destiladas por mês. Embora em muitos quartéis não lhes fossem vedadas, as bebidas destiladas eram muito menos consumidas por militares não graduados, por serem vendidas mais caras do que a cerveja. O preço limitava assim o acesso a este tipo de bebidas alcoólicas e impunha uma clara barreira hierárquica e de classe. Em muitos testemunhos é referido o facto de ser na aquisição das bebidas alcoólicas que grande parte dos militares portugueses (nomeadamente cabos e soldados, que comparativamente recebiam bem menos) gastava uma importante fatia do dinheiro que lhe era entregue mensalmente (o «pré»), o que revela que o nível de consumo de álcool era tendencialmente elevado.

Em suma, o álcool era uma presença constante nos aquartelamentos portugueses, tanto em ocasiões especiais e festivas como no mais banal dos dias, sendo algo que indiscutivelmente marcava a vida social no interior dos quartéis. Na verdade, o consumo de álcool assumiu-se como uma prática relevante antes até da chegada a África: segundo os testemunhos, para muitos a ingestão de grandes quantidades de bebidas alcoólicas começou logo a bordo dos navios que transportavam as tropas portuguesas até aos territórios africanos. Era aí, nos porões dos navios, onde se amontoavam soldados e cabos, que ocorria o primeiro contacto com o calor tropical e com condições de vida precárias. Para mais, tanto no meio do oceano como, mais tarde, em boa parte dos aquartelamentos africanos, a água era um bem escasso e tendencialmente de má qualidade, o que, juntamente com o clima abrasador, é apontado como algo que convidava ao consumo de outras bebidas, normalmente ingeridas frescas ou geladas. Seja como for, o certo é que o serviço militar alterou o padrão de consumo de bebidas alcoólicas (e de tabaco também, ainda que em menor grau) de muitos dos militares que participaram na Guerra Colonial Portuguesa, regra geral aumentando bastante quer a quantidade, quer a frequência de álcool ingerido, em comparação com a vida de civil anterior à guerra.

Entre outros, Alfredo Vieira, Miguel Raposo e Rui Vaz descrevem bem a situação ética nos quartéis portugueses em África, realçando, por um lado, o carácter generalizado do consumo de bebidas alcoólicas (com destaque para a omnipresente cerveja, mas também

para o whisky) e, por outro, a divisão hierárquica que se fazia sentir entre as forças armadas portuguesas no que ao consumo de álcool dizia respeito, que se traduzia também na existência de espaços distintos para adquirir e consumir bebidas alcoólicas: frequentemente os quartéis portugueses dispunham simultaneamente de messe de oficiais, de bar de sargentos e de uma cantina para cabos e soldados.

[Na Guerra Colonial Portuguesa] *havia dois tipos de líquidos alcoólicos: os destilados e a cerveja. Os primeiros: gin, whisky, licores de whisky e outros, eram vendidos só a graduados, por dotação individual e a preço muito baixo, porque isentos de impostos, e eram de consumo moderado. A cerveja era de consumo peculiar: uns bebiam «muito», outros consumiam «pouco». Coloco os adjetivos quantitativos entre aspas porque o conceito é subjetivo. 15 garrafas de cerveja de 0,33 por dia naquele clima tórrido, onde o suor abundava permanentemente, aliado ao baixo teor alcoólico, era uma quantidade aceitável como moderada. Mas havia também, raros, abstémios.* [**Alfredo Vieira**, furriel, Angola, 1969-1971]

Lá [em África] bebia-se cerveja e whisky. Nós, oficiais, tínhamos acesso... pagávamos muito pouco por três ou quatro garrafas por mês, uma coisa assim, de whisky e outras de outro tipo de bebidas. E ficava sempre uma ou outra de reserva para recordação. De resto, bebíamos o meu, depois bebíamos o do outro. E a cerveja! A cerveja era recorrente [...]. A cerveja fazia parte da logística, era imprescindível. Ninguém vivia sem a cervejinha. [**Miguel Raposo**, alferes comando, Angola, 1971-1973]

Cerveja era permanente. Nós, oficiais, tínhamos direito a uma garrafa de whisky à borla uma vez por mês. Mas era um whisky que não prestava para nada, era um whisky de Sacavém. Era oferecido, fazia parte dos regulamentos. Não era apenas uma coisa que era tolerada, era uma coisa que fazia parte das leis. [**Rui Vaz**, alferes miliciano, Moçambique, 1971-74]

No que respeita às bebidas temos de dividir as tropas em duas classes: oficiais e cabos e soldados. Os primeiros tinham direito mensalmente a cinco garrafas (aguardentes, licores whiskies). As garrafas eram pagas – eu estive seis meses como cantineiro –, e fazia a sua distribuição que era assim: 3 de whisky e duas de outra bebida. Num mês, noutra mês duas de whisky e três de outras. As de whisky custavam 130\$00 e as outras 100\$00. Os restantes apenas tinham acesso à cerveja e sumos,

pelo menos nos aquartelamentos. Fora, tudo dependia dos seus gosto e posses financeiras. [Nuno Polvo, cabo, Angola, 1971-1974]

Era preciso era ter dinheiro para comprar, mas não era caro, ainda por cima. [...] As bebidas eram baratas. E creio que a tropa fomentava um pouco o consumo das bebidas no aspeto delas serem baratas. [...] Nós [furriéis] tínhamos direito a uma garrafa de whisky por mês. Cada sargento e cada oficial. Era tudo pago, claro. [Daniel Queirós, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Como todos os meses compro uma garrafa, já vou em 4 de uísque. Vou agora mudar-me para os conhaques, gins, etc., de modo a que, quando voltar, tenhamos uma boa garrafeira. São tudo marcas ótimas, e saem a cerca de 100.00 cada. Parece-me que vale a pena. [António Lobo Antunes (2005: 175), alferes miliciano, Angola, 1971-1973].

Pelas palavras dos ex-combatentes percebe-se que efetivamente tudo na Guerra Colonial Portuguesa parecia favorecer o consumo: não apenas o facto de as bebidas alcoólicas fazerem parte da logística militar e, portanto, serem distribuídas (e a muito baixo custo, ainda para mais, como se constata pelas palavras de António Lobo Antunes que, embora não bebesse álcool, comprava as garrafas de bebidas destiladas a que tinha direito porque era uma oportunidade que não devia ser desperdiçada) em todos os aquartelamentos portugueses por mais remota que fosse a sua localização, tal como outros bens considerados de primeira necessidade (como as munições, os produtos alimentares, o combustível ou o correio, por exemplo), mas também o clima abrasador, a fraca qualidade da água em muitos quartéis, cujo quotidiano, como se discutiu atrás, era marcado por um elevado *stress*, muitos momentos de tédio e inação, isolamento, bem como por uma crescente indisciplina e fraca vinculação à causa militar.

Sem dúvida nenhuma, há um abismo quase entre a liamba e o álcool. Porque a droga, vamos imaginar um universo de 100, se afetasse eventualmente 20, o álcool eu poderei dizer que afetava talvez 60 ou 70%. Porque a pressão era muita e depois havia quem lidasse melhor, havia quem lidasse pior. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Principalmente consumia-se muita cerveja. Face à elevada temperatura ambiente (zona de muito calor durante a maior parte do ano) e também devido ao isolamento no meio do mato e às duras realidades com que muitas vezes nos confrontávamos, a

cerveja era a companhia amiga dos militares nas muitas horas e dias que passávamos lentamente nos quartéis. Alguns, poucos, por hábitos já adquiridos como civis, bebiam após as principais refeições um cálice de aguardente ou brandy. [Alberto Monteiro, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

O isolamento e o stress propiciavam a bebida... [Francisco Teixeira, furriel, Guiné, 1968-69]

O motor da água gripou. Desde que chegámos que não temos água. [...] A tropa também não bebe água, bebe cerveja para matar a sede ou vinho quando o há para acompanhar a refeição. Pouco, que ele não vem muito. Dantes vinha mais e vinha em barris, agora vem em bidões como qualquer outro combustível que afinal ele é. [Eduardo Brito Aranha (2005: 51-52), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Nós fomos para uma zona onde quase nem tínhamos água para beber. De resto, a seguir ao 25 de Abril, foi um dos sítios que abandonaram imediatamente. Antes de entregar aquilo [à FRELIMO], abandonaram o aquartelamento porque a água era imprópria para consumo. Eu bebi-a, enquanto lá estive! Pouca, porque só bebia cerveja [risos] [Joaquim Serpa, furriel miliciano, Moçambique, 1970-72]

Compete-me a mim garantir a qualidade da água. Mas rapidamente os filtros se esgotaram. E os enfermeiros, coitados, não têm mãos a medir para que se possa beber uma água razoavelmente limpa e bacteriologicamente inócua. O consumo de cerveja – por causa disto – disparou em flecha. [José Niza (2012: 113), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

Na N'Riquinha a água não prestava [...] e, como se dizia na altura, a água não mata a sede. Agora uma cerveja fresquinha, isso mata a sede. Era bebida diretamente da garrafa. Como é que é possível a um comandante de companhia proibir as bebidas alcoólicas? Não consegue. As grandes bebedeiras eram de cerveja. Não era de brandy ou de aguardente ou de vinho, que não prestava. Era de cerveja. A cerveja tinha um [baixo] teor alcoólico, [pelo] que era preciso beber muita cerveja para ficar bêbedo. [Bruno Vinhas, furriel miliciano, Angola, 1971-1973]

Copos sempre houve. E cerveja, então, havia sempre. Não era tão cara quanto isso, e toda a gente bebia. Portanto, havia, digamos, um refúgio natural. O isolamento levava a que as pessoas, e às vezes até as deficiências da alimentação eram

compensadas com o consumo de álcool. Eu próprio exagerava, e exagerei – nunca perdendo o norte, mas tornei isso uma forma de me alimentar ao pequeno-almoço, de acompanhar o almoço, etc. [...] O álcool era dia sim, dia sim. Eu não me lembro de tomar algum pequeno-almoço que não fosse uma cerveja, com pão torrado, com manteiga, umas coisas do género. Isto no mato. [Joaquim Serpa, furriel miliciano, Moçambique, 1970-72]

Lá praticamente ninguém bebia água. Eu não me recordo de lá ter bebido água. Mas também nunca tomei comprimidos [risos]. [...] Eu não me recordo de beber água. [Se] estava com sede, bebia uma cerveja ou uma 7up, uma coisa qualquer. Às refeições nunca bebia água. [Daniel Queirós, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Era obrigatório o consumo de cerveja, por tudo e por nada, pelas alegrias e pelas tristezas, para acompanhar as refeições ou para lavar os dentes ou mesmo fazer a barba, caso não houvesse água. [Eduardo Brito Aranha (2005: 39), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

O isolamento era propício ao consumo de cerveja, dependendo da bolsa, isto é, do auferimento mensal. Um soldado recebia cerca de 900 escudos, um furriel cerca de 5 mil escudos e um alferes 7 mil. Como não havia diversões, não havia onde gastar o pecúlio. Gastava-se o dinheiro na bebida e nas patuscadas. [José Olival, furriel, Moçambique, 1972-1974]

Nós, graduados, recebíamos bebidas mensalmente. Uma garrafa de whisky – por exemplo, uma «Old Parr», que ainda lá tenho, onde estava no rótulo «para uso exclusivo das forças armadas portuguesas». Mas recebíamos sempre licores – claro que nós tentávamos trocar com os primeiros-sargentos pelas garrafas de whisky. Claro que nessa noite, em que nós tínhamos bebidas, havia sempre bebedeiras e havia sempre um charro, claro. Era da ordem, pronto. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Motivações de consumo

Se o consumo de *cannabis* por parte dos militares portugueses que estiveram em Angola e Moçambique foi tendencialmente experimental e, pelo que se percebe, tinha duas motivações principais – por um lado, lidar com o medo e a tensão nervosa, ajudando a

relaxar, e, por outro lado, potenciar a diversão, nomeadamente em associação com o álcool –, os excertos anteriores deixam antever que o consumo de bebidas alcoólicas não só era muito mais generalizado como tinha na Guerra Colonial Portuguesa um carácter muito mais amplo, abrangente e plural, mais difícil de tipificar, portanto. Sejam quais forem as motivações de consumo apontadas nas diferentes narrativas, é possível sugerir que as bebidas alcoólicas eram consumidas por diversas razões, mas sobretudo razões que se prendiam com as circunstâncias da guerra. É notório o esforço que os ex-combatentes entrevistados fazem para contextualizar os usos de álcool durante o conflito, realçando, implícita ou explicitamente, que o consumo de bebidas alcoólicas deve ser entendido sobretudo como uma panaceia para os males causados pela guerra, como algo que decorria do quotidiano vivido nos quartéis portugueses. Nesse sentido, *cannabis* e álcool eram ambas substâncias psicoativas usadas como forma de «escape» – conceito que é transversal a muitas narrativas –, mas também como modo de buscar «alívio» e como forma de lidar com a realidade. Eram, portanto, encaradas como armas terapêuticas – nomeadamente como tranquilizante e algo que ajudava ao equilíbrio emocional – num contexto de guerra, em que as estratégias para enfrentar a adversidade generalizada e, em alguns casos, o horror se revestem de enorme importância. No entanto, em comparação com a *cannabis*, as bebidas alcoólicas tinham usos mais diversos e também eram usadas como alimentos e euforizantes em contextos de convivialidade, por exemplo.

Quase toda a gente bebia. Eu nunca fui bebedor, pá, e bebia. Era um escape. Para os gajos que andavam no mato era um escape. Por duas razões: por um lado, porque estavam isolados, e, por outro lado, porque sofriam as consequências da guerra. Então tinham que desopilar de qualquer maneira. Ou fazendo partidas uns aos outros, ou bebendo. Para os outros gajos que não saíam do quartel, e que viveram 16 meses ali fechados entre arame farpado, também era um escape. [Avelino Nunes, furriel miliciano, Moçambique, 1969-1972]

O álcool estava muito presente, estava. Eu digo-lhe já, eu hoje bebo à refeição um copo de vinho ou dois. Mas eu lá quase todos os dias me embebedava. Depois cantávamos aquela canção do Paco Bandeira, «lá longe, onde o sol castiga mais». Aquilo para nós era um escape. [...] Não quer dizer que andasse tudo bêbedo, não é, mas era uma forma de escape, era. Era mais à noite porque a malta durante o dia andava no mato. Depois quando regressava à noite, tomava um banhinho e tal, ia para as casernas, para os petiscos, a Laurentina, era a cerveja Laurentina – «vai

mais uma Laurentina, vai mais outra e outra». Às duas por três já estava tudo bêbedo. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

Nós bebíamos, bebíamos. Naturalmente porque era uma forma de acalmar, de esquecer, de recuperar, retemperar até. Mas quando partíamos para combate tínhamos de ter a certeza que estávamos lúcidos. Chegávamos de uma operação, enfim, como qualquer outra situação, porque precisávamos de reagir e de recuperar de stress, e o álcool ajudava. O álcool desempenhava um papel, digamos, de estabilizador. Reequilibrar um pouco os ânimos. Porque situações de combate provocavam grande stress, e o álcool, de algum modo, aliviava. Era uma forma de esquecer. E isso era recorrente. [Miguel Raposo, alferes comando, Angola, 1971-1973]

A situação em que nos encontrávamos era pior do que a que dou a entender no meu livro. O consumo de cerveja era grande, não apenas como resposta natural à necessidade de ingestão de líquidos, mas, em muitos casos, para tentar, ilusoriamente, debelar os efeitos provocados pela difícil vida que quase toda a malta lá tinha. [Adriano Sousa, cabo-enfermeiro, Angola, 1966-1968]

Muitas vezes recorriamos ao álcool como «anestesia» para aqueles que recebiam más notícias e não se aguentavam. [Nuno Polvo, cabo, Angola, 1971-1974]

Não me venham com a ladainha do beber para esquecer. Bebia-se muito, no meu pensar, devido a diversas situações: à alta pressão passada em zonas de combate, a não se saber se haveria um amanhã, à solidão, à questão de o tempo de ócio ser muito, aos quase sempre pensamentos terríveis e inoportunos que teimavam em não nos largar, aos custos quase nulos e aos proveitos mais que suficientes, tudo isto proporcionava a vadiagem e a estroinice...! [Alcino Ferreira (2011: 128), alferes miliciano, Moçambique, 1970-1972]

Normalmente havia sempre uma razão não específica para se beber. Bebia-se por camaradagem, por convivência, e porque o próprio clima convidava a fazê-lo. Poderia haver num ou noutro razões de ordem psicológica, de saudade da família, que nem sempre eram exteriorizadas. Bebia-se para comemorar o regresso de uma operação no mato, em que tudo tinha corrido pelo melhor, ou seja, sem mortos nem feridos, bebia-se porque se ia para uma ação no mato, e não se sabia quem, ou se, iria voltar, bebia-se porque poderia ser a última, bebia-se porque alguém fazia anos,

ou porque alguém pagava umas rodadas, enfim, bebia-se porque estar vivo, por si só, já era um motivo. [Eduardo Navarro, cabo-enfermeiro, Angola, 1969-1971]

Como no decurso das entrevistas ganhou força a ideia de que na Guerra Colonial Portuguesa o uso de bebidas alcoólicas estava fortemente relacionado com o «alívio emocional» (para usar a expressão de mais do que um entrevistado) – seja da violência do quotidiano, seja do peso do isolamento, ou ainda da própria experiência limite que é participar numa guerra – incluí uma pergunta aberta¹³⁵ no inquérito *on-line* aplicado junto de ex-combatentes: “No caso de ter sentido *stress*¹³⁶ durante a guerra em África, na altura como lidava com isso? O que fazia para se libertar da pressão?”. Sem surpresa, face aos excertos já citados, um número considerável de ex-militares declarou que o consumo de bebidas alcoólicas era uma das principais formas de lidar com a pressão e o *stress*, sendo que para alguns foi mesmo a mais importante. Assim, juntamente com o convívio e a camaradagem, a música, a prática de desporto e, no caso de militares mais graduados, a escrita e a leitura, o consumo de bebidas alcoólicas destaca-se mais uma vez como um importante «aliviador» de tensão emocional e algo feito com o objetivo de suportar melhor o vivido. Eis algumas respostas à pergunta que fazem referência ao consumo de bebidas alcoólicas com esse propósito. Neste caso, e ao contrário da *cannabis*, a sua ordenação por ordem cronológica não permite sugerir que com o decorrer do conflito o consumo aumentou ou diminuiu: pelo contrário, as bebidas alcoólicas marcaram presença nos quartéis portugueses desde o início da Guerra Colonial Portuguesa.

Nas alturas de maior pressão bebia. [Furriel miliciano, Guiné, 1966-1968]

Bebia até à inconsciência. [Furriel miliciano, Moçambique, 1966-1968]

Whisky, bridge y putas. [Furriel miliciano, Guiné, 1968-1969]

Farra!! E cerveja. [Cabo, Guiné, 1968-1970]

¹³⁵ Mais uma vez por forma a evitar o enviesamento das respostas, a questão era colocada antes de no questionário se falar de álcool e drogas ilícitas.

¹³⁶ Para os ex-combatentes a questão do *stress* é particularmente delicada, até pela associação ao denominado *Stress Pós-Traumático*. Durante as entrevistas procurei fugir a este termo mas no questionário não encontrei outra designação melhor, sob pena que não se percebesse a intenção da pergunta. Provavelmente como resultado disso, uma boa parte dos inquiridos optou por não responder a esta pergunta aberta (foi, de longe, onde se obteve um maior número de não-respostas), sendo que alguns desvalorizaram a questão: ou recusaram que tal fosse um problema ou disseram que simplesmente aguentaram e pronto, dando a entender que não constituía um problema. Cito duas respostas como ilustração: *Em 1965 não existia a palavra stress, e penso que nem stress. O ser humano é animal de hábitos que se adapta a todas as situações. Stress é o quê?? e Na altura não havia tempo para nervosismos (qual stress!!). A palavra não existia.* Não obstante, a maioria dos inquiridos reconheceu que sentiu *stress*, revelando o que fazia para o contrariar.

Lia, bebia e tocava guitarra. [Alferes miliciano, Angola, 1968-1970]

Pela idade, fumava bastante. Sem água, passei a beber cerveja. [Alferes miliciano, Moçambique, 1968-1970]

Dava-lhe com uns bioxenes (calão para o whisky). [Furriel miliciano, Guiné, 1969-1970]

Procurava a companhia de camaradas e bebíamos umas cervejas. [Furriel miliciano, Moçambique, 1969-1971]

Procurávamos no tempo livre abster-nos de tudo o que nos envolvia: copos, música, grandes amizades e muita confiança entre as chefias. [Furriel miliciano, Guiné, 1969-1971]

Bebia e jogava. [Cabo, Guiné, 1970-1971]

A camaradagem era muito grande e por isso se alguém estivesse em baixo havia sempre um amigo. Além disso havia muito whisky... [Alferes miliciano, Guiné, 1970-1972]

Procurava o convívio com amigos e bebia, por vezes em excesso. [Alferes miliciano, Guiné, 1970-1972]

Cantava-se em grupo o Zeca Afonso e bebia. [Furriel miliciano, Moçambique, 1970-1972]

Fingia que não havia stress. Copos, cartas, bola e convívio com os camaradas. [Alferes miliciano, Guiné, 1970-1974]

Bebia para dormir. [Alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Embebedava-me. [Cabo, Guiné, 1971-1974]

Procurava abstrair-me, distraíndo-me com amigos e bebendo. [Alferes miliciano, Angola, 1972-1973]

Passei por vários períodos de grande stress, nomeadamente os dois meses de espera por substituto depois de cumprir os dois anos de comissão. Lembro-me que a minha libertação era o álcool. [Furriel miliciano, Angola, 1972-1974]

Whisky e poker. [Alferes miliciano, Moçambique, 1972-1974]

Fumava muito, bebia umas cervejas, tomava antidepressivos, escrevia à namorada e tentava não pensar na contradição entre ser contra a guerra e participar nela. Era, na altura, muito politizado. [Furriel miliciano, Moçambique, 1972-1974]

Escrevia e bebia. [Alferes miliciano, Moçambique, 1972-1974]

Álcool e tabaco com força. [Furriel miliciano, Angola, 1972-1974]

Alguma bebida, escrever para a família. [Cabo, Guiné, 1972-1974]

A lenta passagem dos dias criava ansiedade que se combatia com um jogo de futebol, cartas de jogar, escrita e... quando havia patação bebia-se. [Soldado, Guiné, 1972-1974]

A cerveja e o tabaco eram os meus aliados pela negativa. [Soldado, Angola, 1972-1975]

Saía para caçar e bebia muito álcool [Alferes miliciano, Guiné, 1973-1974]

Bebia muitíssimo. [Alferes miliciano, Guiné, 1974]

Fumava e bebia whisky e cerveja. [Alferes miliciano, Angola, 1974-1975]

Escrevia, procurava estar sempre ocupado e utilizava bebidas alcoólicas. [Furriel miliciano, Moçambique, 1974-1975]

Com base nos testemunhos, verifica-se que o uso (sobretudo quando este é apelidado de «excessivo») de bebidas alcoólicas na Guerra Colonial Portuguesa é muitas vezes entendido pelos ex-combatentes como um sintoma e simultaneamente como um instigador da dimensão do «problemático»: quando a situação piorava, o consumo aumentava. Quando as circunstâncias e as condições de vida se tornavam mais difíceis de aguentar (em casos de maior isolamento, por exemplo), o uso de álcool tendia a ser mais elevado. O mesmo é válido para alturas ou datas específicas, como a véspera de Natal ou a noite da passagem de ano, quando, de acordo com os ex-combatentes, mais se faziam sentir as saudades de casa e a vontade de ali não estar. Ou seja, embora o álcool seja visto como algo importante para o ânimo, na medida em que ajudava a lidar com as dificuldades impostas pelo cenário de guerra, este não deixa de ser descrito como algo que fazia extravasar as emoções e que, portanto, tinha efeitos perturbadores. Nesse sentido, o álcool consistia numa substância psicoativa que não raras vezes contribuía para infrações à conduta militar e para problemas de comportamento tipificados na figura do «cacimbado». A par da indisciplina e do comportamento considerado desadequado a vários níveis, geralmente andava sempre o uso intensivo de bebidas alcoólicas. É o caso do militar que, transtornado, quer balar o oficial porque se sente injustiçado, o caso do militar que, perturbado, vem nu para a parada, o militar que ostensivamente desafia as regras e não se barbeia ou corta o cabelo, e muitos outros comportamentos e atitudes apelidados de bizarros, insanos ou próximos da loucura.

[Dez dias depois da chegada a África] *esta malta está a começar a cacimbar, a ficar de neura. Prevejo que a minha experiência psiquiátrica me vai ser muito útil. O consumo de cerveja tem aumentado em flecha. Se os turras fossem como os vietcongs, isto não durava mais do que uma semana.* [José Niza (2012: 36), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

Aqui não há porrada. É só o isolamento e a escassez de frescos. Tivemos que fechar a cantina, para o pessoal não se emborrachar com cerveja. [Eduardo Brito Aranha (2005: 98-99), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Os dias pareciam passar iguais, mas não eram: [...] os rostos de todos os soldados estavam mais resignados e adaptados; as bebedeiras cresciam de frequência e intensidade. [Rogério Pereira (2011: 47), furriel enfermeiro, Angola, 1969-1971]

Quando te disse que o Natal explodiu aqui, não exagerei. De repente, um rastilho de álcool e de lágrimas secas alastrou pelo quartel de forma descontrolada e incontrolável. O álcool libertou os sentimentos e as emoções. E a explosão deu-se. O espetáculo foi apocalíptico. [...] Depois do jantar, fui visitar os doentes que estavam acamados nas casernas e ofereci-lhes figos com nozes. Por essa altura já todo o quartel começara a festa. Bebia-se cerveja, não às garrafas, mas às grades. Bebia-se vinho, aguardente, vodka, comiam-se bolos, nozes, amêndoas, fumavam-se cigarros do «puto», tocavam-se gaitas-de-beiços, batia-se em latas. [...] Começámos pela messe de sargentos, onde o álcool já tinha feito alguns estragos. E depois andámos de caserna em caserna. Pelo caminho encontrámos tipos completamente bêbados: se houvesse um ataque, nem saberiam do que morriam. [José Niza (2012: 84-85), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

[Na ceia de Natal] *o vinho não chegou em quantidade e não chegaria nunca para a avidez de todos. As securas da alma não se amenizam assim, de pé para a mão.* [Rogério Pereira (2011: 67), furriel enfermeiro, Angola, 1969-1971]

As saídas operacionais para o «mato» – seja em missões de ataque, seja em deslocações («colunas-auto» ou ações de patrulha, por exemplo) – revelam-se como a grande exceção no que ao consumo de álcool diz respeito. O mesmo não se pode dizer da *cannabis*, que, como se viu no capítulo anterior, era consumida antes das saídas do quartel em operações militares, como forma de atenuar o medo e a ansiedade que estas acarretavam. Se, segundo alguns entrevistados, a *cannabis* não tinha grandes efeitos secundários visíveis

(à parte dos olhos raiados), a partir de determinado nível, o consumo de álcool resultava em efeitos muito mais notórios e que afetavam o desempenho militar operacional, como a perda de equilíbrio, a diminuição dos tempos de reação e dos níveis de atenção, por exemplo. Além disso, quando ingerido em maiores quantidades, o álcool implicava uma ressaca posterior, o que não é descrito em relação ao uso de *cannabis*. Assim, de acordo com os testemunhos, a regra de não haver consumos de bebidas alcoólicas durante operações no exterior era genericamente cumprida, até por ser consensualmente considerada uma regra básica de bom senso, um garante de segurança. O seu desrespeito era considerado uma inconsciência e, mais do que isso, algo que potencialmente punha em causa a vida de todos. Não obstante, alguns ex-militares falam de casos, mais ou menos episódicos, de uso de bebidas alcoólicas em serviço dentro dos aquartelamentos (frequentemente envolvendo sentinelas, por exemplo) e até em missões operacionais fora dos quartéis. Um caso paradigmático é o de Miguel Raposo, que começou por realçar que no «mato» não havia, nem podia haver, consumos de álcool, acabando, no entanto, por descrever um episódio pessoal de uma embriaguez em plena missão de ataque.

No mato não se bebia. Quem ia para o mato não bebia. Em operações não se bebia, quer dizer! A partir de uma determinada altura descobrimos que tínhamos direito a uma ração de vinho por cada dia de mato. Aliás, como no quartel se tinha também. E havia gajos que levavam um cantil com vinho. Mas aquilo não dava para embebedar. A não ser que um gajo bebesse o cantil de uma vez. [Avelino Nunes, furriel miliciano, Moçambique, 1969-1972]

Há que relembrar que em zona de combate sempre aconselhei e impedi, conscientemente, a malta de beber para se sentirem mais afoitos no mato, pois o efeito seria contraditório. Na ressaca, as pessoas sentem carências da bebida emborcada no dia anterior, e como em missão não havia nem permitia «trotil» para ninguém, ficava-se mais débil, nervoso e com menor capacidade de reação... Daí que em vésperas das operações o povo fizesse jejum etílico absoluto. [Alcino Ferreira (2011: 128), alferes miliciano, Moçambique, 1970-1972]

Houve uma fase de inconsciência, em que chegava a oferecer-me para colunas-auto, que eram perigosas. Podíamos ser emboscados. Mas uma pessoa já ia assim com uma cervejita a mais... [...] não ia bêbedo, longe disso, é aquela linha ténue entre estar com os copos... se não ninguém me deixava ir para a coluna bêbedo, não é? [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

No mato não havia bebidas. Quando íamos para o mato levávamos um cantil com a aguinha. Quando estávamos de serviço tínhamos de estar sóbrios, naturalmente. Se estivéssemos, digamos, numa pausa, num intervalo em que nós saíamos do quartel, na cidade havia excessos. Houve naturalmente excessos. Em Luanda, no Luso. [...] O álcool levava a excessos, sim, mas não necessariamente no nosso caso [comandos]. Era tudo muito controlado. Podia haver um ou outro caso, pontual naturalmente, há sempre. Eu tive grandes bebedeiras e tive uma situação que foi inesperada – estávamos numa pausa de operações e fui para a mata completamente bêbedo. Houve uma situação, felizmente por esse facto parámos logo que os helicópteros largaram, fizemos um pequeno alto para retemperar e... não fizemos o ataque que devíamos fazer e, portanto, pouparam-se algumas vidas. A minha bebedeira, se calhar, foi oportuna para poupar mais algumas vidas. [Miguel Raposo, alferes comando, Angola, 1971-1973]

Também em contextos mais adversos do ponto de vista militar – como os aquartelamentos sitiados ou constantemente alvo de ataques, como aconteceu na Guiné ou no norte de Moçambique nos anos finais do conflito – o consumo de bebidas alcoólicas tendia a ser mais condicionado, precisamente para não comprometer a capacidade operacional e uma resposta militar eficaz. Hélio Guedes, ex-alferes responsável por um grupo de combate de vinte e sete elementos pertencentes a uma companhia de caçadores que passou pelo leste de Angola, fala inclusivamente em escalas de bebedeiras.

Porque estávamos numa zona de intervenção era necessário uma maior disciplina de comando e de controlo, com eventuais escalas de bebedeiras. [Hélio Guedes, alferes miliciano, Angola, 1972-1974]

Problemas

Se o tema do uso da *cannabis* é notoriamente um assunto incómodo, o caso das bebidas alcoólicas está longe de o ser, ainda que se sinta entre os ex-combatentes uma grande preocupação geral de deixar claro que a situação ética nos quartéis portugueses não era caracterizada pelo «deboche» generalizado, mas que, pelo contrário, casos destes eram a exceção, não a regra. De resto, a mesma atitude aplica-se ao consumo de *cannabis*, como se viu.

É preciso não esquecer que, de um modo geral, os ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa se consideram pertencentes a uma geração que se sacrificou e que injustiçadamente não vê reconhecidos os esforços e as privações por que passou em África ao serviço do país. Nesse sentido, tudo o que não querem, nomeadamente na presença de alguém que não é um par, é passar uma imagem negativa, crítica e pejorativa das tropas portuguesas em geral (e dos companheiros de armas, em particular), por mais que eles próprios, em tom de denúncia, «ponham o dedo na ferida» nas suas próprias narrativas.

Falar de álcool e droga em contexto de guerra é assim um bocado perigoso. Perigoso não é de falar, é de analisar. Porque poderá dar uma impressão errada que os ex-combatentes, quer dizer, faziam a guerra drogando-se e embebedando-se. Isso não é, de todo, verdade. Pronto. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Relativamente ao consumo de álcool, refiz algumas passagens do meu livro, de modo a não enfatizar a existência do hábito do álcool entre alguns camaradas, por respeito aos protagonistas de certos momentos mais ou menos caricatos, como os descritos em determinadas páginas, que aconteceram por efeito da bebida. [Adriano Sousa, cabo-enfermeiro, Angola, 1966-1968]

De uma forma geral, o álcool não é visto hoje pelos ex-combatentes como um problema. Tampouco o era na altura: a perspetiva de encarar o uso de bebidas alcoólicas como algo normal e de justificar o consumo «excessivo», mesmo que em contexto militar e em pleno cenário de guerra, valorizando antes a sua função terapêutica e contextualizando o consumo face às circunstâncias vividas, está bem patente quer nas narrativas contemporâneas, quer nas cartas, aerogramas e diários escritos durante o conflito. Mesmo quando o consumo de bebidas alcoólicas por parte dos militares portugueses é considerado exagerado e se reconhecem excessos e consequências negativas, tal tende a não ser encarado a partir da perspetiva biomédica da patologia e dos custos de saúde, antes algo que era fruto do contexto, das circunstâncias, da época histórica e até da idade dos intervenientes.

De uma forma geral, apenas de forma muito pontual se fala nos testemunhos de alcoolismo, fenómeno que é associado sobretudo a casos em que o consumo dito excessivo de bebidas alcoólicas era uma prática adquirida antes do serviço militar. Nesse sentido, segundo os ex-combatentes, «alcoólico» não era quem bebia muito, mas

sobretudo quem nunca parava de beber e, muito especialmente, quem não «sabia beber» («maus vinhos») ou não aguentava os efeitos do álcool, apresentando-se constantemente embriagado. A dependência ou a quantidade de álcool ingerido não eram, portanto, fatores determinantes para catalogar alguém como um alcoólico. O mais importante era antes a forma de lidar com a ingestão de grandes quantidades de álcool e o comportamento daí decorrente.

Retrospectivamente, os ex-combatentes tendem a considerar elevado e até exagerado o nível geral de consumo de bebidas alcoólicas (tanto do próprio, como, em especial, do de terceiros). No entanto, tal é visto como normal ou, quanto muito, um mal menor face às circunstâncias. Consequentemente, nas narrativas contemporâneas ou datadas da altura dos acontecimentos, mesmo o uso considerado «excessivo» de bebidas alcoólicas é justificado e o álcool raramente denegrado ou malvisto. Pelo contrário, como se viu, os ex-militares atribuem ao uso de bebidas alcoólicas um papel importante e benéfico: nas condições descritas, o álcool agia positivamente sobre o estado emocional e, nesse sentido, era tido como um bem indispensável à boa saúde mental dos combatentes, a par dos momentos de convívio ou a correspondência com a família, namoradas e madrinhas de guerra, por exemplo, alturas em que, de alguma forma, se quebrava o quotidiano militar. Uma atitude de relativização da situação ética é bem visível nas palavras de Bruno Vinhas e de Eduardo Navarro e outros, em que é relevado o carácter excepcional quer dos exageros alcoólicos, quer dos problemas daí decorrentes.

Casos de alcoólicos, que fossem preocupantes, não havia. Toda a gente se embebedava, como é óbvio. Por diversas razões. Repare: um dia normal para mim – que nunca fui alcoólico – em Angola eram dez cervejas. Normal. Duas ao pequeno-almoço, duas ao almoço, duas ao lanche, duas ao jantar e mais duas ou três para a sossega. Normal. Isto não era «beber». Mas eu tive uma semana – por uma razão... a minha namorada que eu tinha aqui escreveu-me a dizer que já não queria saber de mim – em que passei oito dias bêbedo. E há um dia em que o rapaz da cantina da messe diz: «você hoje já bebeu demais». Nesse dia eu tive direito a receber uma garrafa de whisky e uma garrafa de gin. Eu, entre as duas da tarde e as oito da noite, bebi a garrafa de whisky. E a partir das oito da noite e até me deitar bebi trinta cervejas. Diz o cantineiro... porque eu perdi a consciência. Isto não é alcoolismo. Alcoolismo é aquele que é crónico. Agora há histórias de alcoolismo. Havia um que se embebedava e, um dia, deu um tiro em si mesmo, bêbedo. Cambaleante, baixou-se para apanhar qualquer coisa e, sem querer, acionou o gatilho da G3 e a bala

perfurou-lhe o braço. Eu não sei se posso chamar isso de alcoolismo. Havia outro, o furriel Quaresma que só estava sóbrio entre as cinco da manhã e as dez da manhã. Porque ele levantava-se por volta das oito, oito e meia, e às dez já estava com uma dúzia de cervejas bebidas. Ele estava per-ma-nente-mente com uma cerveja na mão. Permanentemente. Mas eu penso que isso há em todo o lado. [Bruno Vinhas, furriel miliciano, Angola, 1971-1973]

O consumo de bebidas alcoólicas tinha consequências negativas? Com certeza que tinha, mas, embora possa parecer um contrassenso, também as tinha positivas, que era fazer esquecer (aparentemente) algumas coisas. Houve um episódio que de certo modo, como enfermeiro, me marcou: um camarada a quem o comandante da companhia, por castigo, e sem razão aparente, cortou os 30 dias de férias anuais que o visado pretendia passar em Luanda, a frustração foi de tal ordem, que, este já um pouco alcoolizado, queria usar a sua G3 (espingarda automática, a todos distribuída) e dar um tiro ao próprio comandante da companhia. Consegui a muito custo dissuadi-lo, tive que ir com ele ao bar, beber com ele duas ou três cervejas e assim tentar acalmá-lo, mas ele não ficando satisfeito, comprou uma garrafa de aguardente velha Macieira, que em cerca de duas horas ingeriu toda. Com receio de que mais álcool pudesse reverter aquilo que eu tinha conseguido fazer, acompanhei-o, até que na messe de sargentos consegui que ele se deitasse numa cama, onde ficou até à manhã do dia seguinte, sem que se recordasse o que se tinha passado no dia anterior. Neste caso o álcool teve os dois efeitos, numa primeira fase espoletar uma situação que poderia ter consequências muito graves, e numa segunda fase, fazer com que, de certo modo a pessoa tenha esquecido, o motivo que a levou àquela situação, ainda que tenha havido intervenção de uma terceira pessoa, neste caso eu próprio. [Eduardo Navarro, cabo-enfermeiro, Angola, 1969-1971]

Era um consumo sem significado e sem consequências negativas, à exceção de uma bebedeira ou outra. Por estranho que pareça, no tempo em que lá estive, apenas conheci um indivíduo que de vez em quando se excedia. Era um furriel miliciano, oriundo do norte e que era bem conhecido pelos seus amigos já como alcoólico antes de ingressar no exército. [Alberto Monteiro, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Eu tinha um soldado, que era um fulano do reconhecimento – morreu cá, já, alcoólico. Esse gajo, nos dias em que recebia o «pré» – o «pré» era o vencimento – apanhava cada bebedeira, pá. Aquilo era de caixão à cova. Depois, o gajo era um tipo relativamente pacífico, mas fazia asneiras, pá. O comandante decretou que o

gajo no dia do «pré» ia logo de cana [risos]. Para evitar as coisas que o gajo fazia. Mas esse gajo era alcoólico cá. É assim: um tipo quando é novo não se apercebe dessas coisas, não está sensibilizado para isso. Mas os alcoólicos que eu conheci lá já eram alcoólicos cá. Ou pelo menos já tinham uma tendência, nem que fosse familiar, para a bebida. [Avelino Nunes, furriel miliciano, Moçambique, 1969-1972]

Nós éramos miúdos. Nós éramos miúdos a comandar miúdos. Com armas na mão. Em situações de stress. Discernimento que eu não devo beber ou que a bebida faz mal, qual quê!! A bebida não faz mal nenhum. Quer dizer, faz mal a quem é doente. Não nos passa pela cabeça. Quando somos novos não pensamos nisso. [Bruno Vinhas, furriel miliciano, Angola, 1971-1973]

Tal como no caso da *cannabis*, fica mais uma vez por explicar por que razão alguns ex-combatentes consideram que, durante a Guerra Colonial Portuguesa, o uso «excessivo» de bebidas alcoólicas nos aquartelamentos portugueses era algo pontual e excepcional, enquanto outros descrevem casos generalizados de embriaguez severas, falando em dependência alcoólica e inclusivamente em comas alcoólicos frequentes.

Bebia-se, efetivamente, demais, mas, ainda que naquela altura já não fosse um amador, tive e mantive sempre a noção da responsabilidade, nunca entrando em cavalarias altas, embora assistisse a muitos comas alcoólicos. Toda a gente bebia, uns mais do que os outros, uns por desalento, outros por saudade, desgosto ou solidão, mas que ninguém os tratasse por alcoólicos, senão tínhamos o caldo entornado. Cá para mim, passados dias e noites a beber constantemente, já não havia ninguém que se pudesse considerar não dependente, se bem que sem o admitir. Quando, raramente, se abordava o assunto e a conversa não era desviada segundos depois, tentava convencer a malta de que já nenhum dispensava o seu copinho. [Alcino Ferreira (2011: 111-112), alferes miliciano, Moçambique, 1970-1972]

Alguns militares que tiveram na Guerra Colonial Portuguesa funções e responsabilidades na área da saúde – médicos e enfermeiros militares – ou que as desempenharam depois de a guerra ter terminado (Alcino Ferreira, por exemplo, esteve ligado à área do desporto) destacam-se dos restantes por estarem despertos para os problemas do «abuso» de álcool tal como são conceptualizados pela biomedicina, da qual reproduzem o discurso, assente na ideia de «abuso», dependência e danos físicos e mentais. No entanto, mesmo conscientes dos custos associados, não deixam de reconhecer o importante papel desempenhado pelas bebidas alcoólicas em contextos como aquele. O caso mais

paradigmático é o de José Niza, então médico de uma companhia militar que esteve em Angola: nos aerogramas enviados da guerra, o ex-alferes debate-se por mais do que uma vez com estas questões, ilustrando bem a contradição entre a perspectiva teórica da medicina ocidental que vê no «abuso» do álcool uma doença e a função terapêutica que, face ao que encontrou no terreno, lhe atribuiu. Nas cartas que enviou de Angola para a mulher, Niza conta, de forma detalhada, como lutou e acabou por conseguir encaminhar o capitão da companhia para o Hospital de Luanda com o diagnóstico de doença alcoólica. O episódio revela bem como, naquele contexto, o uso excessivo de bebidas alcoólicas não era facilmente visto como um problema de saúde e só em caso extremos era considerado, primeiro, uma questão disciplinar e, só então, obrigava a tratamento clínico e conduzia à evacuação.

Outro problema que cá temos é o das quantidades astronómicas de cerveja que estes tipos bebem. Uma loucura! Muitos deles, quando chegam à cantina, em vez de pedirem uma cerveja, pedem meia grade. E quando não é cerveja, são garrafas de brandy. Seria fácil – já pensei nisso – criar um sistema de senhas para disciplinar os consumos. Mas seria humano? Muitos destes tipos são blocos de granito. Ou andam no mato, e não bebem. Ou, quando estão no quartel, a única coisa em que pensam é na bebida. Não leem, não discutem, não conversam, não têm nenhum motivo de interesse, não têm mulheres. O seu tranquilizante é o álcool, é com ele que se sentem mais animados, é ele que lhes tira do pensamento os problemas. [...] Gastam tudo em cerveja, brandy e tabaco. A solução para acabar com este alcoolismo reativo era acabar com a guerra, com a separação, com o isolamento. [...] Devo tirar-lhes a bebida? Devo tirar-lhes o biberão, a eles, que na realidade são crianças ingénuas e ignorantes a quem disseram que eram homens, a quem deram uma espingarda, a quem lançaram para uma guerra onde muitos vão ficar? Devo tirar-lhes a única coisa que para além do correio os mantém vivos? [José Niza (2012: 46-47), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

O capitão é uma figura tipo oficial nazi dos filmes, gordo e vermelhusco. Era miliciano mas concorreu ao quadro. E já vai no sexto ano seguido de guerra aqui em Angola. Não me parece mau tipo, é tímido, trata-me por senhor doutor, bebe cerveja como quem bebe água e é solteiro. [José Niza (2012: 134), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

O capitão da nova companhia desde ontem que está bêbado. Há bocado estava numa caserna a dar um espetáculo tristíssimo: vomitava, andava de gatas pelo chão, etc.

Não sei se devo intervir, até porque o comandante sabe o que se passa. Mas isto é uma situação insustentável: um tipo destes, com a responsabilidade que tem às costas, tem de estar sóbrio vinte e quatro horas por dia. [José Niza (2012: 148), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

Hoje de manhã, a primeira consulta que tive foi a do capitão de que te tenho falado. Estava sóbrio e falámos durante bastante tempo. Ele abriu-se, confessou-me o drama do seu alcoolismo, contou-me os antecedentes: quatro internamentos em psiquiatria para curas de desintoxicação. [José Niza (2012: 150), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

Finalmente, com o acordo do comandante, vou mandar o capitão alcoólico para Luanda. Fiz um relatório exaustivo em que demonstro que a forma de alcoolismo dele é uma dipsomania¹³⁷, o que certamente lhe servirá de atenuante se houver algum procedimento disciplinar. [José Niza (2012: 173-174), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

Chegou hoje uma ordem para se instaurar um processo disciplinar àquele capitão que enviei para Luanda por alcoolismo. Vão ser necessários dois relatórios médicos, o meu e o de um psiquiatra de Luanda. O objetivo é correr com ele da tropa. Embora eu ache que o melhor para ele seria mesmo sair, a instauração deste processo é completamente arbitrária. E vou defendê-lo com unhas e dentes. [...] Se na tropa um soldado leva um tiro na perna, a «doença» é considerada em serviço. E, como tal, dá direito à reforma, a medalhas e até a louvores. Mas se um tipo, em consequência de traumas psíquicos da guerra, dá em alcoólico, ou entra em depressão, ou desencadeia uma esquizofrenia, ninguém considera que é a guerra a causa determinante da doença. O que vou defender é que estas duas situações são totalmente sobreponíveis. E que, portanto, devem ser tratadas e consideradas da mesma forma, em igualdade de circunstâncias. [José Niza (2012: 173-174), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

Pese a tónica geral de desvalorizar o lado problemático do álcool, incluindo daqueles que procuram passar a ideia de que os excessos não eram generalizados mas apenas pontuais, o certo é que os testemunhos estão repletos de episódios onde o uso de bebidas alcoólicas

¹³⁷ *Dipsomania* é um termo médico usado para descrever o desejo, o impulso ou a propensão irresistível para ingerir bebidas alcoólicas. Por consistir num padrão de consumo mais irregular, súbito e incaracterístico, em termos psiquiátricos não é usado como sinónimo de *alcoolismo*.

entre os militares portugueses potenciou acidentes, casos de indisciplinas ou comportamentos que infringiam os regulamentos, bem como perturbações mentais e outros incidentes. Nesse aspeto, o álcool contrasta com a *cannabis*, que, segundo os entrevistados, não estava associada a problemas de comportamento (quanto muito, conduzia a um estado de letargia).

De facto, segundo os ex-militares, o uso – nomeadamente quando é descrito como excessivo – de bebidas alcoólicas era um dos principais fatores que contribuía para desencadear ou agravar instabilidades, descompensações ou problemas emocionais. Se não era a causa dos problemas, era certamente algo que os intensificava e lhes dava outra dimensão. Além disso, o consumo de bebidas alcoólicas potenciava algo que é descrito como recorrente: problemas de conduta (indisciplina, negligência, desleixo, falhas na segurança, entre outros), pelo que se pensa estar muitas vezes associado a episódios com armas de fogo (nalguns casos com desfechos fatais) e outros acidentes e incidentes. Não deixa de ser curioso, portanto, notar como a mesma substância à qual nas narrativas dos ex-combatentes é atribuída uma função terapêutica, indispensável para estabelecer alguma espécie de equilíbrio, nomeadamente no plano emocional, é também fortemente associada a distúrbios comportamentais e a atitudes que são descritas como próximas da loucura e da perturbação mental, desafiando não só as regras militares como o bom senso, pelo menos tal como ele era entendido na vida civil anterior à mobilização. E também a cenas de violência: nos testemunhos são frequentes as referências a episódios de pancadaria – por exemplo entre tropas ditas especiais, muitas vezes no interior ou à saída de bares civis – ou agressões – entre companheiros alcoolizados, por exemplo.

O mau estar que se vivia dava origem a festejos por tudo e por nada. Chamavam-lhes «fazer cu de boi». Celebrava-se o que tinha acontecido a alguém de bom ou de mau. O «cu de boi» geralmente acabava com a destruição de qualquer coisa. Começavam a comer, a beber, a fumar, a tocar música e a batucar, por fim a partir o que quer que fosse. [Eduardo Brito Aranha (2005: 156), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Em relação às nossas tropas, o que nós queríamos era ir embora. Tínhamos o calendário – «mais um dia, mais um dia, pá, risca, vamos embora» e não sei quê. A situação era esta. É evidente que isso, a um determinado nível, [a] pessoas que têm outro tipo de mentalidade e era suscetível da bebida, criava problemas, que era o

que estava mais perto para a pessoa, pá, adormecia e não pensava naquilo. [Daniel Queirós, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Havia acidentes potenciados pelo álcool. Eu, uma vez que fui a Mueda, estava lá na camarata do esquadrão de cavalaria, ouvimos um rebentamento dentro de uma camarata – um gajo que se embebedou, pôs-se a brincar com uma granada de mão, morreram quatro gajos. Havia gajos, com os copos, isto é uma coisa curiosa, que faziam apostas de colocar a G3 encostada ao céu-da-boca e tirar a folga do gatilho. Você já viu bem a loucura que é isso?! Aí era o álcool. O álcool, ai eu estou convencido que foi o causador de muita morte lá em África. E de acidente, por descontrolo. [Avelino Nunes, furriel miliciano, Moçambique, 1969-1972]

A modorra da sesta foi quebrada por uma rajada de G3. Ninguém parece incomodar-se, pois a origem estava ali mesmo à vista. Tinha sido o Candeeiro. Assim alcunhado pelas suas múltiplas histórias de um passado repleto de bebedeiras, na curtição das quais parecia ser habitual gostar de conversas com um determinado candeeiro de iluminação da sua terra – Tavira – com que desabafava as angústias do dia-a-dia. Já não era o primeiro disparate que fazia nem a última tosga que apanhava, e o capitão estava farto de lhe perdoar faltas sob promessa de não lhe desculpar nem mais uma. [...] E lá foi o Candeeiros entre tropeçadelas e estorcegões a caminho de um barracão horrível que se chamava prisão. Toda a N’Riquinha era já por si uma prisão. Dali ninguém conseguia sair, ao passo que da prisão, qualquer um se evadia se quisesse. Era mais um espaço simbólico. [Eduardo Brito Aranha (2005: 105), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Ontem à noite tive de tratar um soldado preto que foi mordido na cara por outro! Estavam ambos bêbados. [José Niza (2012: 126), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

Um grupo no canto mais distante do balcão diverte-se a despejar bebidas pela cabeça abaixo de um tipo completamente bêbedo e em trono nu; o resto dos militares permanece absolutamente alheio a tudo. [Manuel Bastos (2008: 32), furriel miliciano, Moçambique, 1972]

Chefias

Como explicar a atitude de incentivo (digo-o porque algumas bebidas alcoólicas eram vendidas nos quartéis a baixo custo e outras eram distribuídas gratuitamente como soldo ou ração) e de tolerância (digo-o porque, tanto quanto se percebe, não havia uma proibição efetiva ou grandes medidas de controlo) das chefias em relação ao uso de álcool durante a Guerra Colonial Portuguesa? A questão adquire maior complexidade se se pensar que as bebidas alcoólicas eram algo cuja ingestão podia afetar a capacidade operacional, ainda para mais num contexto militar, onde a disciplina é um valor altamente valorizado e estruturante, e em contexto de guerra, ainda por cima. Não é por acaso, então, que no tempo da Guerra Colonial Portuguesa (tal como hoje, de resto), o Regulamento Disciplinar Militar (RDM) pela qual as forças armadas portuguesas se regiam proibia (no artigo 24) os militares de se embriagarem.

Há dois factos que ajudam a perceber a atitude das chefias. Por um lado, tal como a generalidade dos militares portugueses, os próprios comandantes eram por norma consumidores de álcool, sendo que alguns são descritos mesmo como bebedores excessivos: como se viu, os oficiais tinham direito a beber whisky e outras bebidas destiladas, que, devido ao seu elevado teor alcoólico, permitiam atingir um estado de embriaguez mais rapidamente do que a cerveja e o vinho. Nos testemunhos não são raros os casos de sargentos, furriéis, alferes, capitães e até oficiais superiores da carreira militar apelidados de grandes bebedores e que com regularidade se apresentavam embriagados em público. Pode dizer-se que as razões do uso de bebidas alcoólicas por parte dos oficiais eram as mesmas dos restantes militares, destacando-se figuras «cacimbadas» e militares milicianos pouco convictos, ou mesmo contrariados, em relação à guerra que se travava em África e ao seu papel nela.

Nessa altura comandava o destacamento um outro tenente que era miliciano e, dos antigos, apenas restava o sargento da cerveja. Já não era um homem, era uma estátua à cerveja. Numa mão uma Cuca, noutra uma Nocal. [Eduardo Brito Aranha (2005: 171), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Um sargento que se apresentava a si próprio por Viva o Belenenses, sempre meio emborrachado, de mioleira completamente estragada pelo clima, situação a que se dava o nome de «cacimbo», como se a estação seca, em que apenas caía do céu uma ligeira humidade, pudesse dar cabo da cabeça a alguém, a quem, por esse motivo, o epíteto de «cacimbado» era ajustado. [Eduardo Brito Aranha (2005: 140), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

O resto do serão [na messe] foi passado a ver quem mais depressa secava a garrafa e afogava o tempo. [Rogério Pereira (2011: 45), furriel enfermeiro, Angola, 1969-1971]

A nova moda dos oficiais daqui é a bebida. A tensão é tão grande que se tem de libertar por qualquer lado. De modo que se bebe tudo quanto há em quantidades industriais. Ontem, mamaram 2 garrafas de espumante, em copos de água, mais 2 de vinho do Porto e uma de rosé! Brindes, discursos, e uma alegria fictícia carregada de uma angústia insuportável. Isto, claro, acompanhado de um consumo incrível de cigarros. Como não gosto de beber, vou assistindo a isto melancolicamente. Substituo os cálices por comprimidos de valium, para andar com uma sonolência agradável, que acaba por ter o mesmo efeito. E consigo dormir como um santo. [António Lobo Antunes (2005: 254), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Por outro lado, todos – incluindo os oficiais intermédios, as chefias de topo e os próprios responsáveis pela administração militar – reconheciam a importância das bebidas alcoólicas na vida social dos quartéis portugueses em África. De facto, durante a Guerra Colonial Portuguesa, enquanto parte da logística militar, as bebidas alcoólicas nunca faltavam nos vários aquartelamentos, por mais remota e isolada de população que fosse a sua localização, sob pena de perturbar a paz social e abalar a moral das tropas. Nesse sentido, as bebidas alcoólicas eram tão importantes quanto os bens alimentares, as munições ou a correspondência, por exemplo. José Niza conta como a decisão governamental¹³⁸ de limitar o acesso às bebidas alcoólicas nos quartéis, implementada em 1971, causou uma enorme revolta entre as tropas portuguesas em África, acabando consequentemente por ser revertida apenas três semanas depois. Apelidando a decisão de inoportuna e até cruel num aerograma escrito por alturas dessa decisão política, o ex-alferes defende, mais uma vez, que o consumo de álcool, mesmo se considerado excessivo, era entendido por todos como algo crucial, a ponto de defender que racioná-lo causaria mais mal do que bem.

O Ministro do Exército, Sá Viana Rebelo, numa recente visita a Angola, decidiu racionar o tabaco e a cerveja à tropa. Por ordem de Sua Excelência, cada homem

¹³⁸ Não encontrei qualquer outra informação acerca desta iniciativa de racionamento de tabaco e bebidas alcoólicas entre as tropas portuguesas, pelo que não sei se as razões de tal se prendiam com questões económicas ou com preocupações relacionadas com a saúde dos militares.

só pode consumir diariamente 70% de um maço de cigarros, o que dá catorze cigarros. Em relação à cerveja, são cinco garrafas para quatro dias, isto é, 1,25 cervejas por dia. Palavra que não é brincadeira: eu próprio li a circular assinada e carimbada. Esta deliberação – para além de estúpida – é de uma crueldade sem limites. Porque a única coisa que aqui resta aos «briosos soldados portugueses» é fumar uma cigarrada ou beber umas «Cucas». Não têm por cá mais nada: nem mulheres, nem descanso, nem um mínimo de comodidades, nem dinheiro para irem uns dias de férias a Luanda. E muito menos à metrópole. Se há alguns que não fumam, quase todos bebem. E uma cerveja por dia é uma dose pediátrica. A cerveja aqui custa vinte e cinco tostões e o tabaco trinta e cinco. Se um soldado beber três cervejas e fumar um maço por dia, gasta trezentos e trinta escudos por mês. Como ainda tem que comprar lâminas para a barba, pastas de dentes, graxa, sabão para a roupa, acaba por gastar quatrocentos escudos por mês, mais do que ganha! [José Niza (2012: 250-251), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

Lembras-te daquela história do racionamento da cerveja? A revolta foi tão grande que os chefes do ar condicionado tiveram que emendar a mão. [José Niza (2012: 258), alferes miliciano, Angola, 1969-1971]

A regra era haver nos quartéis portugueses espaços distintos para praças, sargentos e oficiais mais graduados comerem e beberem, sendo que por vezes acontecia que sargentos e oficiais partilhavam o mesmo refeitório mas tinham espaços autónomos para adquirir e consumir bebidas alcoólicas (messe de oficiais e bar de sargentos). Não é por acaso, então, que, no decorrer da Guerra Colonial Portuguesa, estes espaços de aquisição e de consumo de álcool eram locais de grande importância simbólica em qualquer quartel ou base militar portuguesa. Em virtude destes espaços autónomos, muitas vezes os comandantes nem sempre se apercebiam verdadeiramente da situação etílica do quartel como um todo. E quando se apercebiam tendiam a fechar os olhos, como faziam aliás em relação a outras práticas que colidiam com os regulamentos – a prostituição, por exemplo, que, segundo Luís Oeiras (2009: 47), é “uma característica comum a todos os teatros de guerra em todo o mundo”. A ideia de que no «mato» a autoridade tinha limites e, em certos casos, devia ser exercida com parcimónia, é transversal aos testemunhos. Havia certamente entre os comandantes a noção de que o consumo dito excessivo de bebidas alcoólicas era um mal menor e até algo que verdadeiramente não interessava ou não se conseguia impedir, pelo que as chefias só intervinham quando o resultado dos excessos ultrapassava determinado ponto e punha em causa a segurança ou a eficácia de combate, por exemplo.

No meu GC¹³⁹, felizmente, ninguém consumia estupefacientes, por isso deixava seguir a «marinha» e ia bebendo uns canecos sempre que se proporcionasse e não fizesse perigar a segurança, minha e deles. [Alcino Ferreira (2011: 112), alferes miliciano, Moçambique, 1970-1972]

À noite não havia rondas, ninguém vinha saber o que se passava em casa de cada um, não é? Nós [irmos] à messe de oficiais, só se fossemos convidados. Às vezes havia situações: «vamos aqui beber, chegou o whisky» e tal. Eu posso admitir, por exemplo no meu caso, que o capitão soubesse que nós de vez em quando nos enfrascávamos. Mas é a tal coisa: não perturbávamos a ordem pública – no mato, a ordem pública no mato (veja lá, logo aí é ridículo o termo «ordem pública» no mato). E depois o que é que ele ia fazer? «Estes desgraçados, pá, andam-me aqui no mato». Eu ia para uma operação de três dias, eu e os outros, com um camuflado na pele na altura das chuvas. Caía aquela chuva tropical torrencial, molhado até aos ossos, vinha o sol, de repente ficávamos secos, outra vez chuva em cima. Quando era altura do capim eu andava à biqueirada com as botas na terra para me deitar no chão! Com que humanidade é que vinha um fulano... [...] Eu penso que o capitão saber, sabia. Eh pá, mas ia-se chatear para quê? No fundo, devia pensar: «eh pá, são todos humanos, eles também têm que ter este escape. Coitados, se não estão aqui, estão em colunas-auto, estão em operações». Por amor de Deus, quer dizer! [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Havia hierarquias lá na companhia. Tínhamos o comandante de batalhão, que era um tenente-coronel, tínhamos o segundo comandante, que era um major, tínhamos o major de operações, tínhamos o capitão da companhia. Muitas vezes, esses gajos não se apercebiam que havia copos lá. Não se apercebiam, estou convencido que não. Viviam lá para a messe, pá! E depois aquilo era ao nível da camarata. Havia várias camaratas de soldados espalhadas pelo quartel. A camarata dos condutores, a camarata dos sapadores, aquilo eram quase guetos, pá! [Avelino Nunes, furriel miliciano, Moçambique, 1969-1972]

Os oficiais também tinham os seus convívios. Havia muito elitismo. «Nós somos os oficiais, nós somos os sargentos». A gente não se misturava. Eles tinham lá os convívios deles e raramente se misturavam. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

¹³⁹ Grupo de combate.

Em relação aos excessos de álcool, como comandante, nada a fazer. Se a pessoa perde o norte, perde a cabeça... Estamos no mato, não há lá nada, ele pode destruir alguma coisa? Se anda à porrada com alguém e se está bêbedo, leva porrada. A única solução é deixá-lo estar até passar a bebedeira. Se lhe dá para dormir, porque é que não há de dormir? Estamos a falar de situações – poucas – em que – na minha companhia – em que a pessoa podia embebedar-se. [Joaquim Serpa, furriel miliciano, Moçambique, 1970-72]

O que se passava era assim: no outro dia de manhã, se iam para o mato, eles já estavam mais ou menos. Se não estavam, iam para cima dos unimogs, agarravam na G3 e, desde que não caíssem dos unimogs abaixo, andava tudo bem. E não era fácil controlar, não era fácil. O José Niza fala [no livro] que as chefias numa altura queriam dizer que só podiam beber não sei quantas cervejas e não sei quê, mas depois aquilo deu uma volta e ficou em nada. Portanto, bebia-se o que se tinha que beber e acabava-se. Aquilo ia andando. Ia andando e quanto menos ondas melhor e as chefias iam vendo como é que a coisa estava, davam instruções – nunca vi lá nenhuma instrução em relação à bebida. Nada! Nada, nunca vi lá nada. [Daniel Queirós, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Contestação

Se a relação entre o uso de *cannabis* e formas de contestação à guerra não ficou suficientemente comprovada, apesar de alguns indícios nesse sentido, o mesmo não se pode dizer do uso de bebidas alcoólicas. Nos testemunhos, o seu consumo em maiores doses é descrito como um valioso recurso daqueles – nomeadamente furriéis e alferes milicianos – que não acreditavam ou que questionavam as razões do conflito. O álcool estava muitas vezes presente em momentos em que, de forma mais ou menos velada, se contestavam ordens ou se questionavam práticas e valores políticos ou da instituição militar – como nos momentos de convívio em que se cantavam músicas do *Cancioneiro do Niassa*, por exemplo. Nesse sentido, o álcool é entendido como uma substância psicoativa que acompanha, provoca, incentiva e favorece este tipo de situações e condutas insolentes, porque desinibe e baixa as defesas (ajudando, portanto, à catarse), razão pela qual é apelidado por alguns entrevistados como «o soro da verdade».

Raro será o universitário que se não interrogue acerca do seu papel no meio desta geringonça colonial e não se afunde, depois, numa crise existencial que o poderá conduzir, entre outros, a dois caminhos, ultimamente muito trilhados – a deserção ou o recurso ao álcool... Daí a ficar varrido e ser capaz em seguida das mais cruéis atrocidades, vai um passo de formiga. [Cristóvão de Aguiar (2007: 28), alferes miliciano, Guiné, 1965-1967]

O alferes Gonçalves vai molhando a garganta entre as estrofes da canção [pertencente ao Cancioneiro do Niassa]. Leva à boca a garrafa de litro da cerveja, sem deixar de balançar o corpo ao ritmo da guitarra manhosa do cabo Rosmaninho. Dá impressão que acompanha a canção com um instrumento de sopro, donde afinal só saem uns gorgolões sonoros de Cuca mal confeccionada. [Manuel Bastos (2008: 67), furriel miliciano, Moçambique, 1972]

Por entre uns copos bem bebidos, [...] foi então que ouvi pela primeira vez falar no «Cancioneiro do Niassa». [Alcino Ferreira (2011: 95), alferes miliciano, Moçambique, 1970-1972]

Acabo de curtir a bebedeira aos pontapés a um bidão, enquanto grito a plenos pulmões que «estou farto deles, estou farto deles», já sem qualquer vestígio da música do Zeca Afonso. [Manuel Bastos (2008: 70), furriel miliciano, Moçambique, 1972]

O papel da liamba era um pouco diferente do álcool, porque o álcool distorce. Fica-se mais eufórico... eu, com o álcool, por exemplo, era perigosíssimo porque eu com o álcool dizia tudo o que não devia. [Miguel Raposo, alferes comando, Angola, 1971-1973]

Das amizades e da camaradagem tenho saudades. Disso! Da guerra não. Terrível, pá. Um gajo ver morrer, como eu uma vez vi, quinze pessoas à minha frente. Quinze logo de uma vez!! [...] A guerra tem coisas boas, que é a tal camaradagem – um gajo depois explodia, quando chegava ao quartel, embebedava-se, explodia, chamava nomes a toda a gente: «filhos da puta, cabrões, vão para o mato, malandros. Por causa de vocês é que a gente anda aqui» e tal. [Luís Leal, soldado condutor, Moçambique, 1971-73]

Regresso

Se nas narrativas dos ex-combatentes tendencialmente o uso de bebidas alcoólicas durante a Guerra Colonial Portuguesa não é considerado um problema, mesmo quando é apelidado de excessivo, sendo algo a que inclusivamente é atribuída uma função benéfica, terapêutica mesmo, tal não se aplica à vida civil que se seguiu ao fim da participação no conflito. Após o fim do serviço militar, um nível considerado elevado de consumo de bebidas alcoólicas – que em África não era considerado entendido como problemático, antes algo que decorria das circunstâncias – passa a ser visto pela ótica do vício e da dependência, ou seja, uma patologia ou uma questão de saúde (física e mental). De facto, alguns ex-combatentes, como é o caso de Artur Duarte, sentiram necessidade de recorrer a tratamentos de desabituação alcoólica e várias formas de intervenção terapêutica. O caso dos militares portugueses que participaram na Guerra Colonial Portuguesa ilustra bem como a conceptualização de um consumo como excessivo e problemático decorre fundamentalmente das circunstâncias: as vinte cervejas que eram consumidas diariamente no contexto de guerra de forma «natural» e sem «problemas», finda a participação no conflito, e na medida em que se alteram as circunstâncias, passam a ser encaradas de forma necessariamente diferente, isto é, como algo que desafia as normas e é considerado desajustado socialmente, conduzindo a uma estigmatização. Se os ex-combatentes, por norma, tendem a evitar os termos «alcooolismo», «dependência» e «vício» quando falam acerca da realidade da Guerra Colonial Portuguesa, o mesmo não se passa quando em causa está a vida que se seguiu à desmobilização e à participação no conflito.

Não obstante – tal como a *cannabis*, de resto, ainda que num processo mais lento e difícil de gerir –, a maioria dos ex-combatentes foi reduzindo o consumo de bebidas alcoólicas, à medida que se ia procedendo o reajustamento à vida civil, sem necessidade de ajuda médica ou recurso a fármacos, o que contraria a visão biomédica do «abuso» de bebidas alcoólicas como uma doença aditiva. Também após o regresso o uso e «abuso» de bebidas alcoólicas pode ser entendido como um sintoma e simultaneamente um instigador da «desordem».

O álcool foi a maior praga que a guerra nos deixou no regresso. Deixou mazelas. As mazelas que, mais tarde, me vieram a aparecer, com as crises de pânico e isso tudo. [...] Lá, dupliquei, quase tripliquei, o que bebia. [Artur Duarte, furriel miliciano, Angola, 1973-1975]

Quando [regressado de África] cheguei a casa a meio da tarde [...] [pus-me a] beber no «penico», o que muito admirou os presentes, principalmente os meus progenitores, que nunca me tinham visto a beber em demasia.[...] Almoçava e ia até à Tasca do Luís de Baixo, meu pai, e por lá ficava o resto da tarde, mudo e quedo, em abulia permanente, como se fosse um morto-vivo, apenas reagindo, por reflexos, ao som do motor ou do abrir e fechar das portas do frigorífico, que num impulso brusco me levava a ir buscar mais uma «Cristal», debaixo do olhar espantado de todos, ao verem-me emborcar cerveja atrás de cerveja, como se quisesse esgotar o «stock» ou padecesse de sede congénita. [Alcino Ferreira (2011: 146-147), alferes miliciano, Moçambique, 1970-1972]

[Depois da guerra acabar] eu mantive o vício do álcool, mantive durante algum tempo. Não conseguia evitar o consumo de álcool e tabaco, depois casei, veio a primeira filha, e comecei a corrigir os meus vícios. Mais tarde é que senti o stress, o denominado stress pós-traumático, portanto com convulsões noturnas, com pesadelos. Consultei um psicólogo. [...] Nessa altura, a droga... eu não me apercebia muito. O meu ambiente familiar era estável. Muita gente recorria também porque, se calhar, não só para resolver os seus problemas de ordem emocional, psicológica, mas porque já vinham dependentes de lá. Eu não vinha... passou-me ao lado completamente. Continuei com o álcool, isso sim. O álcool eu não consegui. Lembro-me de conduzir completamente ébrio. Continuei durante três ou quatro anos ainda muito dependente do álcool. [Miguel Raposo, alferes comando, Angola, 1971-1973]

Eu naquela altura ainda bebia conhaque e whisky e não sei o quê – depois cá ainda bebi durante uns tempos, hoje já não faço nada disso, já há muitos anos. Conhaques franceses e não sei quê bebia-se tudo lá. [Daniel Queirós, furriel miliciano, Angola, 1969-1971]

Acerca do papel que desempenhava na guerra, eu diria que era mais o contrário: a guerra é que deve ter contribuído, e bastante, para o alcoolismo entre os antigos combatentes. Se não foram afetados enquanto lá estavam, foram sendo afetados após o seu regresso, com graves consequência pessoais e familiares. Muitos casos há de ex-combatentes que abandonaram os lares familiares, por motivos diversos, e neste momento encontram-se na situação de sem-abrigo, dormindo na rua. Espero que um dia haja algum organismo, oficial ou não, que os identifique e que os possa

ajudar a ter uma vida mais digna, se ainda forem a tempo. O país deve-lhes isso.
[**Eduardo Navarro**, cabo-enfermeiro, Angola, 1969-1971]

*Quanto ao álcool, para muitos a iniciação começou em África. As bebidas eram quase ao preço da água para a tropa, consumindo-se mesmo a coca-cola proibida no «continente». Eram muitas as marcas de whisky que, por vezes, se combinavam com águas importadas algumas da «estranja», como a Perrier e, mais uma vez, a bebida coca-cola. Eu próprio, que até então não consumia mais do que um copo de vinho de mesa, às refeições, a partir de certa altura, no fim da comissão, comecei a exceder-me com o Vat 69 e quejandos. Curiosamente, só tive consciência do excesso, largos meses depois, e já regressado definitivamente à «metrópole». [**Francisco Teixeira**, furriel, Guiné, 1968-69]*

África

Se, à data da Guerra Colonial Portuguesa, a *cannabis* era há muito uma planta de consumo tradicional entre a população negra de Angola e Moçambique, e que, por via de contactos com figuras-chave e trocas essencialmente informais, foi introduzida nos aquartelamentos portugueses com o decorrer do conflito, o mesmo não se passou com as bebidas alcoólicas. Em certo sentido, os fluxos são precisamente em sentido inverso: a *cannabis* foi algo que alguns militares portugueses descobriram em África e que, no regresso a casa, trouxeram consigo, enquanto algumas bebidas alcoólicas foram precisamente levadas pelos portugueses (e por outros europeus) para os territórios africanos ao longo do processo de colonização, onde, enquanto mercadorias, desempenharam um papel importante, nomeadamente no tráfico de escravos¹⁴⁰. Neste caso, quem aderiu a novos produtos psicoativos foram as populações africanas, ainda que mantivessem em uso as bebidas alcoólicas de fabrico artesanal de consumo muito anterior à chegada dos europeus àquelas paragens.

De facto, a presença histórica do álcool em África perde-se no tempo, sendo que é tida como a substância psicoativa de maior consumo desde sempre no continente, com exceção dos países africanos pertencentes ao «mundo islâmico», naturalmente. Embora a destilação só tenha sido introduzida em algumas regiões do continente africano muito

¹⁴⁰ Remeto para João Fernandes (2004) quem queira aprofundar o tema da relação entre bebidas alcoólicas (com destaque para o gin e o rum, importados das Américas) e a colonização de África.

tardiamente, já no século XX, o consumo de bebidas fermentadas há muito que estava fortemente enraizado (Ambler, Carrier & Klantschnig, 2014; Medeiros; 1988; Capela, 1973). Algumas bebidas alcoólicas de fabrico artesanal – como a cerveja de painço, o vinho de palma ou o hidromel, por exemplo – merecem destaque por há muito se fabricarem um pouco pelas várias regiões de África (Bersselaar, 2014). De uma forma geral, as mesmas fontes históricas que ao longo dos séculos registaram o uso de *cannabis* entre as comunidades da África portuguesa fazem também referência ao uso de bebidas alcoólicas de fabrico artesanal (*marufo*, *malavo*, *garapa*, por exemplo).

Em muitos destes relatos, tal como no caso da *cannabis*, o consumo de álcool é descrito como um *vício*, um hábito cultural nefasto, algo que perturba a personalidade, que «desgraça comunidades», que incita à violência e retira valor económico à mão-de-obra escrava. Não obstante os grandes consumos de bebidas alcoólicas que tinham lugar nos quartéis portugueses durante a Guerra Colonial Portuguesa (com as consequências atrás discutidas), nas suas narrativas os militares portugueses refletem muitas vezes estas ideias seculares, atribuindo à população negra uma vocação alcoólica.

Porque é que os negros gostarão tanto de beber? Não há nada melhor para eles, pelo menos no campo dos prazeres imediatos, do que dança e bebida. [António Lobo Antunes (2005: 323), alferes miliciano, Angola, 1971-1973]

Em dias de festa os nativos usavam o álcool a partir de uma bebida com origem na fermentação do milho. Ficavam muito descontrolados, até visível na cor de sangue nos olhos. [Hélio Guedes, alferes miliciano, Angola, 1972-1974]

Ao contrário da *cannabis*, as bebidas africanas tradicionais não mereceram grande atenção por parte dos militares portugueses que participaram na Guerra Colonial Portuguesa. De um modo geral – tal como em relação à noz-de-cola, de resto –, o discurso acerca deste tipo de bebidas alcoólicas é marcado por um manifesto desinteresse, sendo visto como um hábito cultural *demasiado* exótico. De acordo com os testemunhos, os militares portugueses experimentaram-nas (por curiosidade, sobretudo) mas, de uma forma geral, não lhes atribuíram grande valor ou utilidade. Muitas vezes as bebidas tradicionais africanas são descritas como «mistelas», produtos «intragáveis», de sabor «demasiado amargo» e efeitos «demasiados intensos». O que se percebe é que os militares portugueses não adeririam às bebidas tradicionais africanas porque tinham as suas próprias, que já conheciam e dominavam. O mesmo aconteceu com a noz-de-cola, que

não foi considerada apelativa por duas razões: um sabor desagradável e um efeito estimulante, que não era o que os militares portugueses procuravam: para isso as bebidas alcoólicas disponíveis nos quartéis portugueses eram mais do que suficientes. A *cannabis* oferecia algo que na Guerra Colonial Portuguesa era particularmente valorizado (nomeadamente em contextos mais adversos): um efeito relaxante, ansiolítico quase.

IV - GUERRA ÀS DROGAS



10. POLÍTICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

*Por isso tomo ópio. É um remédio.
Sou um convalescente do Momento.
Moro no rés-do-chão do pensamento.
E ver passar a Vida faz-me tédio.*

Álvaro de Campos

Em 17 de junho de 1971, numa célebre conferência de imprensa¹⁴¹, o então presidente Richard Nixon declarou as drogas ilícitas o «inimigo número um» da sociedade norte-americana, o que para muitos autores (Bergen-Cico, 2012; Nutt, 2012; Rodrigues, 2008; Courtwright, 2002) marcou simbolicamente o início da chamada «guerra às drogas», que mais não foi do que o reforço político¹⁴² do chamado «modelo proibicionista das drogas», que foi sendo gizado ao longo do século XX e que culminou com as Convenções das Nações Unidas de 1961 e 1971 (Coomber *et al.*, 2013), através das quais se impôs à comunidade internacional a lista das substâncias proibidas e a forma de penalizar o seu consumo¹⁴³. Na véspera da conferência de imprensa, numa mensagem escrita ao Congresso dos Estados Unidos da América, Nixon apresentara já os moldes do paradigma da *guerra às drogas*, que, apesar de cada vez mais contestado¹⁴⁴, ainda hoje domina a

¹⁴¹ A declaração inicial pode ser vista em <https://youtu.be/y8TGLLOID9M>.

¹⁴² O investimento no combate às drogas ilícitas não foi apenas retórico, mas traduziu-se numa maior alocação de recursos financeiros e não só na repressão e perseguição criminal de «traficantes» e consumidores.

¹⁴³ Remeto queira saber mais acerca da história do modelo proibicionista e dos seus processos de controlo social para autores como Virginia Berridge (2013; 1984), Alex Stevens (2011), Toby Seddon (2010) ou David Musto (2002; 1999).

¹⁴⁴ Se até há uns anos o modelo proibicionista era consensualmente aceite e, até, dominante e hegemónico, hoje em dia isso não acontece. Em múltiplas instâncias e em vários pontos do mundo, são cada vez mais as vozes, os movimentos e as medidas legislativas a favor da legalização/liberalização do uso de (algumas) drogas, com especial destaque para a situação da *cannabis* no Uruguai, no Canadá e em alguns estados norte-americanos. Nestes casos, não se trata propriamente de uma legalização das drogas, mas antes de regular o uso de uma substância psicoativa que deixa de ser vista como uma *droga* – primeiro no plano social, depois aos olhos da lei. Um bom exemplo da mudança de mentalidades em relação à *cannabis* é o

prática e, sobretudo, o discurso oficial e que se afirmou praticamente hegemónico a nível mundial durante as décadas que se seguiram (Gezon, 2016; Cruz, Machado & Fernandes, 2012; Bucher & Oliveira, 1994). Os seus defensores advogavam então «um mundo livre de drogas» (leia-se *drogas ilícitas*, na medida em que ficavam de fora substâncias psicoativas como o álcool e o tabaco) e defendiam uma concertação de esforços no sentido da sua erradicação.

Este reforço político pode ser lido como uma reação aos tempos de mudança que se viveram nos Estados Unidos da América durante a década de 60 do século XX. Mais concretamente, a *guerra às drogas* foi, no essencial, uma resposta do poder político não só ao já discutido alarme social criado pelas notícias acerca do consumo de drogas ilícitas por parte das tropas norte-americanas envolvidas na Guerra do Vietname, mas também a algo que era apresentado como igualmente preocupante: o uso crescente de substâncias psicoativas ilícitas por parte de jovens *hippies* e simpatizantes do movimento de contestação social que ficou conhecido como «contracultura» (Cottrell, 2015; Gair, 2007; Booth, 2005). Estes usos intensificaram-se à medida que a década de 60 se aproximava do fim e, em grande medida, estavam conotados com a contestação à participação norte-americana na guerra do Vietname.

Assim, o endurecimento do modelo proibicionista a que se assistiu no início da década de 70 é, de alguma forma, uma reação às mudanças sociais que ocorreram nos Estados Unidos da América e em outros países ditos ocidentais, nomeadamente no que diz respeito à chamada «juventude»¹⁴⁵, e que eram vistas como disruptivas (Marques, 2008; Feixa, 1998). Nesse sentido, a algumas substâncias psicoativas (e não outras) coube o papel de «bode expiatório» e a *droga* (já no singular) transformou-se num objeto reificado que passou a cristalizar a natureza absoluta do mal, para usar a expressão de Artur Valentim (2001:139). Como se viu em capítulos anteriores, esta é uma tendência central na história das drogas e do seu controlo social: recorrentemente as substâncias psicoativas foram diabolizadas, sendo-lhe assignadas, essencialmente por razões políticas,

que se passou com os últimos presidentes norte-americanos: se, em 1992, o então candidato Bill Clinton passou por dificuldades políticas quando reconheceu ter fumado (mas não inalado) *cannabis*, o mesmo não aconteceu com o seu sucessor, George W. Bush, após terem sido publicadas notícias acerca de problemas com bebidas alcoólicas e drogas no passado. Mais recentemente, o então presidente Barack Obama afirmou ter usado *cannabis* enquanto jovem universitário, sem que a declaração tivesse algum impacto político, enquanto a questão não foi sequer levantada ao atual presidente, Donald Trump, o que revela uma clara tendência de normalização simbólica do uso de *cannabis* nos Estados Unidos da América.

¹⁴⁵ Remeto para autores como Carles Feixa (1998), José Machado Pais (1990), Pierre Bourdieu (1983) que discutem de forma crítica e detalhada os conceitos «juventude» e «jovens».

determinadas propriedades, nomeadamente de modo a justificar uma realidade ou um comportamento social considerados incómodos mas também para servir de pretexto para discriminar ou até mesmo perseguir um determinado grupo de pessoas tidas como indesejáveis, perigosas ou subversivas.

A principal tese defendida por Jeremy Kuzmarov (2009; 2007) é precisamente a de que a prevalência de uso de *cannabis* e de heroína por parte dos militares norte-americanos envolvidos na Guerra do Vietname não era tão elevada quanto o retratado, de forma sensacionalista, nos meios de comunicação de então. De facto, tal como aconteceu na Guerra Colonial Portuguesa, em comparação com as drogas ilícitas, o consumo de bebidas alcoólicas era bem mais prevalente entre as tropas norte-americanas, ainda que tal fosse desvalorizado pelos media e pelas próprias chefias militares, provavelmente por ser uma prática socialmente melhor aceite e menos estigmatizada. Segundo o autor, a ideia tantas vezes veiculada de um exército dependente de drogas, marcado por todo o tipo de excessos e negligências, foi um mito construído pelos meios de comunicação norte-americanos e que foi aproveitado politicamente, tanto pelo lado conservador (para distrair as atenções do insucesso militar e, de alguma forma, justificá-lo), como pelo lado liberal (para contestar o próprio envolvimento militar norte-americano no conflito e forçar a retirada das tropas).

Embora o uso de substâncias psicoativas ilícitas não tenha sido algo surgido apenas na década de 60 do século XX, foi nesta altura em que, pela primeira vez em larga escala nas sociedades ditas ocidentais, a transgressão por via do consumo de novas e velhas drogas proibidas passou a fazer-se fora de minorias e «subculturas» (Manning, 2014; Feixa, 1998), massificando-se e estendendo-se a diferentes tipos de populações¹⁴⁶. Nos Estados Unidos da América, entre os novos consumidores incluíam-se jovens brancos de classe média e estudantes universitários, o que só por si fez aumentar a preocupação social (Bach, 2013) e pôs em causa estigmatizações enraizadas que relacionavam o uso de drogas exclusivamente com determinadas minorias, grupos marginalizados ou estilos de

¹⁴⁶ Ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, muita gente, incluindo militares, jornalistas, camionistas ou «donas de casa», por exemplo (Jay, 2010; Escohotado, 1998), consumiu uma panóplia de substâncias psicoativas (de tinturas de ópio a comprimidos anfetamínicos, passando por xaropes de cocaína) que foram aparecendo, de forma lícita, no mercado. Nestes casos, tratavam-se de produtos sintéticos produzidos pela indústria farmacêutica ou produtos naturais vendidos em boticários, usados sobretudo por razões terapêuticas o de bem-estar, pelo que não se verificava propriamente a transgressão que marcou o uso de determinadas drogas na segunda metade do século XX, até porque quando as drogas foram sendo proibidas por norma o uso foi abandonado, até que surgisse outra alternativa no mercado.

vida boémios: é o caso de populações negras de algumas cidades (como Chicago, Detroit ou Cleveland), de imigrantes (com destaque para aqueles provenientes da América Latina e da Ásia) ou ainda de músicos de *jazz*¹⁴⁷, por exemplo (Courtwright, Joseph & Jarlais, 2012; Lee, 2012; Jay, 2010; Booth, 2005; Musto, 1999). Se a história do controlo social das drogas é transversalmente pontuada por uma visão política que vê no uso de determinadas substâncias psicoativas uma ameaça, esta é considerada ainda maior quando o uso não é exclusivamente uma prática das margens, mas trespassa barreiras sociais e se generaliza, aproximando-se do centro, que foi o que aconteceu na segunda metade da década de 60 do século XX em alguns países ditos ocidentais.

No que ao uso de drogas diz respeito, a situação era bem diferente em Portugal. Por cá, a «contracultura», tal como é geralmente entendida, só chegou tardiamente e os movimentos juvenis de contestação social nunca se apropriaram das drogas, como, noutros pontos do mundo ocidental, fizeram *beatnicks*, *mods*, *hippies* ou *punks* (Feixa, 1998). É preciso ter em consideração que, desde meados do século XX, o país vivia num regime ditatorial, vincada e orgulhosamente fechado sobre si próprio, assente nos conceitos de *Deus*, *Pátria* e *Família*. No que toca aos chamados «costumes» (um termo muito em voga na altura), até 1974 reinou em Portugal – sobretudo na «metrópole» – um ambiente austero e de grande conservadorismo, onde até a coca-cola era proibida (Costa, 2007). Por essa altura, à semelhança do que acontecia com outras práticas, o uso de drogas ilícitas não tinha a relevância em Portugal que tinha em outros países ditos ocidentais, nomeadamente entre os jovens. Em contrapartida, por cá o consumo de algumas bebidas alcoólicas (o vinho, em particular) era muito prevalente e constituía uma prática de grande importância a vários níveis: política, económica e, sobretudo, socialmente. Não é por acaso que o uso de bebidas alcoólicas na Guerra Colonial Portuguesa assumiu as proporções discutidas em capítulos anteriores e que os excessos alcoólicos eram frequentemente tolerados pelas chefias militares dentro e fora dos quartéis.

¹⁴⁷ A relação entre o *jazz* e as drogas ilícitas – com destaque para a *cannabis*, a cocaína e a heroína – remonta aos primórdios deste estilo de música (Winick, 1961). De facto, as primeiras referências à *cannabis* na música popular norte-americana datam das décadas de 20 e 30 do século XX, através das chamadas *reefer songs* popularizadas por algumas figuras destacadas do *jazz*, como Louis Armstrong, Bessie Smith, Fats Waller ou Cab Calloway (Booth, 2005). Para além disso, muitos músicos de *jazz* debateram-se ao longo da vida com problemas decorrentes do uso de cocaína ou de heroína, como Billie Holiday, Charlie Parker, Chet Baker, Miles Davis e muitos outros (Singer & Mirhej, 2006). Howard Becker, figura seminal da análise sociológica do uso de drogas, foi ele próprio um entusiasta deste estilo de música e aspirante a pianista na cena de *jazz* de Chicago, onde testemunhou os usos de *cannabis* entre músicos (Goode, 2018).

A primeira edição do Festival de Vilar de Mouros decorreu em 1971 na zona do Alto Minho, sendo recorrentemente apontada como uma das primeiras manifestações do que pode ser considerada a «proto-contracultura» portuguesa (Matos, 2018; Bramão & Azevedo, 2005)¹⁴⁸. Face ao que se passava em outros países europeus, não é de espantar, portanto, que, naquele que é descrito frequentemente como um evento marcante no contexto de afirmação juvenil em Portugal (Monteiro, 2013; Poiares, 1999), a *cannabis* tenha marcado presença. No entanto, é difícil determinar a verdadeira dimensão que o uso desta substância psicoativa teve no festival, pois, em função das fontes consultadas, as opiniões são divergentes e, até, antagónicas. Por exemplo, na sua breve história do uso de *cannabis* em Portugal, Luís Fontes e João Carvalho (2011: 186) defendem que ninguém descortinou indícios de usos de drogas em geral, e de *cannabis* em particular, entre os participantes do festival. Uma posição completamente diferente tem João Salvado Ribeiro (1999: 8) quando defende que o evento constituiu “a primeira demonstração coletiva do consumo de liamba e, em menor escala, de LSD” na sociedade portuguesa. Também Carlos Poiares (1995: 23) considera que Vilar de Mouros constitui um marco importante no uso de drogas, e de *cannabis* em particular, em Portugal, o que vai ao encontro do que, em diferentes fóruns, têm partilhado alguns dos participantes da primeira edição do festival¹⁴⁹.

Seja como for, a ter tido lugar, como parece ter sido o caso, tudo indica que o uso de drogas ilícitas na primeira edição do festival não tenha sido muito expressivo, sendo certo que a prevalência de consumo de *cannabis* e de LSD não é comparável à dimensão do uso em outros célebres festivais de música que, mais ou menos por essa altura, decorreram nos Estados Unidos da América ou em Inglaterra, como *Monterey* (1967), *Ilha de Wight*

¹⁴⁸ Em 1971, o festival de Vilar de Mouros contou com cerca de 30.000 participantes, sendo frequentemente descrito como o *Woodstock* português, por ter sido a primeira ocasião onde *hippies* de nacionalidade portuguesa se reuniram em número considerável, daí resultando visibilidade pública e preocupação por parte do poder político. Não quer isto dizer que este tenha sido o primeiro momento de contestação juvenil no país, pois em 1962 e 1969 tinham decorrido as chamadas «crises académicas», que tiveram grande impacto e fortes implicações políticas (Cardina, 2008). No entanto, ao contrário destas, mais politizadas, a expressão juvenil no festival de Vilar de Mouros, em grande medida, inseria-se na corrente dos movimentos pacifistas e de «contracultura» oriundos dos Estados Unidos da América e de alguns países europeus, que atribuíam a determinadas drogas um importante papel social. Tal era bem visível na indumentária e no tamanho dos cabelos, por exemplo: nesse aspeto, ao contrário dos estudantes universitários envolvidos nas greves académicas dos anos 60 em Portugal, muitos dos participantes do festival de Vilar de Mouros distinguíam-se pela diferença.

¹⁴⁹ Em depoimentos prestados a jornais, revistas ou documentários, alguns participantes da primeira edição de Vilar de Mouros confirmam o consumo (esporádico e motivado sobretudo pela curiosidade, segundo uns, ou mais generalizado e intenso, segundo outros) de *cannabis* durante o evento. Ver, por exemplo, entrevista de José Cid à revista *Visão* (9/4/2015) ou de Tozé Brito à revista *Sábado* (24/8/2017), músicos que atuaram no festival em 1971.

(1968-1970) ou *Woodstock* (1969). O relatório que a PIDE/DGS produziu sobre o evento confirma-o: embora o informador que assina o documento refira “um sujeito tão drogado que teve que ser levado em braços” e faça alusão ao rumor de que “hippies tinham comprado agulhas e seringas nas farmácias” de Viana do Castelo, manifestamente as suas maiores preocupações parecem ter residido na questão da subversão política e, sobretudo, na «promiscuidade» demonstrada pelos participantes, nomeadamente a de índole sexual – o relatório reproduz várias das “cenas indecentes na via pública” que os “cabeludos” deram a assistir (informação n.º226-C.I/71¹⁵⁰).

Não quer isto dizer que, por cá, o uso de algumas substâncias psicoativas (hoje) ilícitas fosse uma prática totalmente desconhecida até ao início da década de 70 do século XX. Pelo contrário, embora fosse um fenómeno bem delimitado, há muito que, na «metrópole», o consumo de algumas destas substâncias psicoativas era uma realidade em alguns meios e contextos. Os casos mais frequentemente citados na bibliografia são o uso de cocaína durante os («loucos») anos 20 do século XX (Teixeira, 2012, Vaz, 2008; França, 1992) e de ópio, em décadas anteriores (Salvado Ribeiro, 1999). O primeiro tinha lugar essencialmente nos clubes noturnos de Lisboa, entre clientes de ambos os sexos e também entre prostitutas ditas de luxo, enquanto o segundo estava praticamente confinado a algumas elites, sobretudo profissões com acesso facilitado às substâncias opiáceas (como médicos e farmacêuticos) e parte do meio artístico¹⁵¹ (Costa, 2007; Salvado Ribeiro, 1999; Poiares, 1998). Em Portugal, no início do século XX, o uso de cocaína e de ópio e seus derivados (morfina e codeína) fazia-se sobretudo entre pessoas com mais de 30 anos, formação superior e nível socioeconómico elevado (Agra, 1998; Fonseca & Quintas, 1997), na esteira do que Carlos Poiares (1999b: 7) apelida de “a fase *aristocrata* da droga”, isto é, quando na Europa da segunda metade do século XIX, por influência orientalista, se criaram «opiários» e «fumadoiros», como o *Club des Hashichins*, frequentados por intelectuais, artistas e membros de elites sociais em busca de «paraísos artificiais», inserindo-se no que Cândido Agra (1998: 55) apelida de “lógica de um saber privado dos prazeres”.

¹⁵⁰ O relatório integral foi disponibilizado pela revista *Sábado* de 10/8/2010.

¹⁵¹ Em Portugal, entre as principais figuras consumidoras de ópio destacam-se Camilo Pessanha e Santa Rita Pintor. Para além destes, segundo João Salvado Ribeiro (1999:4-5), também Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, Eça de Queiroz, Fernando Pessoa e Mário de Sá Carneiro referiram o ópio nos seus escritos (ora explicitamente, ora de forma figurativa), ficando a dúvida se chegaram a experimentar ou se alguma vez usaram regularmente esta substância psicoativa.

Apesar das suas diferentes abordagens, os principais textos históricos sobre a questão das drogas em Portugal (Monteiro, 2013; Costa, 2007; Dias, 2007; Poiares, 1999a; Ribeiro, 1999) convergem num ponto: não obstante algum alarme social criado essencialmente pelas instâncias políticas (já na década de 70), as drogas ilícitas só se constituíram num problema nacional após o 25 de Abril de 1974, pois até aí o seu consumo era pouco mais do que residual, confinando-se principalmente a pequenos meios boémios – com destaque para as chamadas «casas de passe» (Vaz, 2008; Fonseca & Quintas, 1997; Coelho, 1934) – e a alguns meios privilegiados (Salvado Ribeiro, 1999). Mais do que isso, enquanto categoria social, a *droga* não existia em Portugal ou, quanto muito, só era conhecida por poucos, nomeadamente por gente com ligações ao estrangeiro (diplomatas, correspondentes, representantes em organizações internacionais, etc.), não constituindo uma fonte de preocupações para a generalidade da população, o que era extensível às autoridades.

Até à revolução de 1974, não existia em Portugal um verdadeiro mercado de drogas, tal como o entendemos hoje, e tanto é assim que, como refere Carlos Costa (2007: 75-76), o poeta Camilo Pessanha, que se tornara opiómano em Macau, deu conta da dificuldade que sentiu em adquirir ópio quando, em 1916, passou por Lisboa. Macau, então território português, constituía a exceção no que às drogas diz respeito, pois aí há muito que o consumo de ópio gerava alguma preocupação e levava, inclusivamente, à tomada de decisões políticas e legislativas no sentido da sua regulação, ainda no século XIX (Poiares, 1999a). Como se discutiu em capítulos anteriores, também em Angola e Moçambique há séculos que se fumava *cannabis*, mas, neste caso, embora malvisto pelo poder colonial e às vezes até proibido a nível local¹⁵², tal não era considerado um problema de relevo, pelo menos a comparar com a situação de Macau, onde desde 1909 era proibido produzir, importar ou vender ópio cozido sem autorização governamental¹⁵³. Pode dizer-se que, no que toca aos chamados «costumes», em geral, e ao uso de determinadas substâncias psicoativas, em particular, o panorama na «metrópole» era diferente do que se vivia nos territórios coloniais portugueses, onde o controlo social em determinados aspetos parecia ser bem menor (o que sobretudo era válido para a população

¹⁵² Como se viu atrás, em alguns territórios do espaço colonial português, a proibição de fumar *cannabis* abrangia apenas a população negra, na medida em que a prática era vista como um entrave à capacidade de trabalho.

¹⁵³ Remeto para Carlos Costa (2007: 84-90), que discute com maior atenção a situação de Macau na história das drogas em Portugal.

branca, bem entendido). Se há crítica que se pode fazer aos textos que procuram fazer a história do uso de drogas em Portugal é a de não darem a devida atenção à situação no então chamado «Ultramar» e, por vezes, negligenciarem o papel crucial que aqueles com ligações a esses territórios desempenharam na sua introdução e difusão na «metrópole».

Tendo em conta a realidade portuguesa, Carlos Poiars (2003: 22-23) propôs um quadro conceptual dividido historicamente em quatro momentos, a que chamou o paradigma fiscal (1914-1970), o paradigma criminal (1970-1975), o paradigma clínico-psicossocial (1975-1982) e o paradigma biopsicossocial (1983-2001). Nos dois primeiros, aqueles que abrangem o período em que decorreu a Guerra Colonial Portuguesa, o discurso do poder político e a produção legislativa por este promovida podem ser entendidos essencialmente como uma resposta a influências e pressões externas e como uma forma de adequar o quadro legal nacional às normativas internacionais (sempre com algum atraso, diga-se), mais do que constituir uma reação a determinadas realidades sociais nacionais que importava regular ou reprimir (Agra, 1998). Isto é, com a exceção de Macau, o poder político legislou sobre algumas drogas e fez delas uma preocupação social antes de tal se justificar, pelo menos a julgar pela dimensão do uso e pelas suas consequências, nomeadamente no plano da saúde pública.

Em Portugal, como em outros países, a abordagem inicial (1914-1970) à questão das drogas consistiu em tratá-las como mercadorias, regulando a sua transação através de mecanismos comerciais e fiscais. Num contexto pontuado pela racionalidade fiscal, o consumo não era alvo de atenções especiais e o consumidor não figurava sequer como ator social nos textos legais desta época (Poiars, 2003). Em 1926, surgiu pela primeira vez na legislação portuguesa a expressão «tráfico ilícito das drogas», através do Decreto-lei 12/210, que procurava verter na legislação portuguesa as recomendações da Convenção Internacional do Ópio, assinada em Haia no ano de 1912 (Fonseca & Quintas, 1997). Durante este período, o consumo propriamente dito não se encontrava criminalizado, apenas a importação e a venda de determinadas substâncias psicoativas foram explicitamente penalizadas.

Não é, portanto, de admirar que os ex-combatentes entrevistados, incluindo aqueles que fumaram *cannabis* durante o conflito, refiram que, enquanto «jovens» (isto é, antes da chegada a África, pois todos consideram que regressaram da guerra já «homens»), pouco ou nada tinham ouvido falar na questão da *droga* e só mais tarde se aperceberam da noção de ilicitude associada ao consumo de determinadas substâncias psicoativas. A verdade é

que, até 1970, à luz da lei, os militares que fumaram *cannabis* durante a Guerra Colonial Portuguesa não estavam a cometer qualquer crime¹⁵⁴ (Fontes & Carvalho, 2011). Paradoxalmente, como se viu atrás, a informação que reuni aponta para que foi precisamente no período final da Guerra Colonial Portuguesa, já perante um novo quadro legal que criminalizava explicitamente o uso de *cannabis* (e outras drogas), que se registou um maior consumo desta substância por parte das tropas portuguesas presentes em Angola e Moçambique.

Embora a Convenção Única sobre Estupefacientes tenha sido aprovada internacionalmente em 1961, apenas nove anos depois Portugal aprovou a sua ratificação, com a publicação do Decreto-lei 435/70, e aderiu à perspetiva proibicionista, por via do Decreto-lei 420/70¹⁵⁵. Neste segundo momento (1970-1975), através dos referidos diplomas, o país adotou finalmente o paradigma criminal internacional, passando a encarar o uso de determinadas drogas como uma transgressão penal. Ao contemplar uma pena de até dois anos de prisão para quem usasse drogas ilícitas, a lei transfigurou o consumidor num delinquente. Assente numa lógica criminalizadora do consumo, procurou-se desta forma ilegalizar uma prática que, segundo o legislador, punha em causa não só a saúde pública, mas também a moral vigente (Fonseca & Quintas, 1997). Em suma, de acordo com Cândido Agra (1998: 56), foi na década de 70 do século XX que a *droga*, essa “nova entidade problemática, fonte de preocupação coletiva e desencadeadora de reação social geral”, emergiu como fenómeno e problema social, processo que pode ser descrito como a «problematização» da *droga*.

Parece certo que o panorama das drogas ilícitas em Portugal mudara consideravelmente e que, no início da década de 70, já pouco tinha que ver com a realidade dos primórdios do século XX, pontuada pelos usos de ópio e de cocaína entre meios socialmente favorecidos, tal como foi ilustrado, por exemplo, por Reinaldo Ferreira, o famoso *Repórter X* (Vaz, 2008; Salvado Ribeiro, 1999), e por Adolfo Coelho (1934), autor de *Ópio, Cocaína e Escravatura Branca*. A principal substância psicoativa ilícita consumida era agora a *cannabis* e a sua utilização já não se limitava às elites e a meios boémios e

¹⁵⁴ Se, até 1970, a lei geral não penalizava o uso de *cannabis*, também os regulamentos militares em vigor durante os anos da Guerra Colonial Portuguesa nada previam sobre o uso desta e de outras substâncias psicoativas, embora proibissem explicitamente a embriaguez (o que, como se viu, não era propriamente levado a sério).

¹⁵⁵ Num primeiro momento, a legislação entrou em vigor apenas na «metrópole», sendo pouco depois extensiva a todos os territórios coloniais portugueses, com exceção de Macau, que já possuía legislação própria.

artísticos: por esta altura, os consumidores de *cannabis* eram sobretudo jovens de níveis socioeconómicos vários, embora esta opinião não seja unânime¹⁵⁶. Tudo indica que, aos poucos, à medida que a década de 70 decorria, o uso de algumas substâncias psicoativas – *cannabis*, LSD e alguns psicofármacos com efeitos estimulantes, sedativos ou hipnóticos vendidos em farmácias, como *lipoperdur*®, *mandrax*® ou *rohypnol*® (Vilela, Mrozowski & Fernandes, 2014; Salvado Ribeiro, 1999; Costa, 1976) – foi-se assumindo como uma prática juvenil e também como um «fenómeno de rua» associado a contextos de sociabilidade, sendo que o epicentro deste mercado de drogas embrionário, para usar a expressão de Ernesto Fonseca e Jorge Quintas (1997: 39), situava-se em Lisboa, mais concretamente na praça do Rossio, mas também em alguns cafés e pastelarias das Avenidas Novas, como a *Mexicana* ou o *Galeto* (Matos, 2018).

Foi também nesta altura que a comunicação social portuguesa (com destaque para as chamadas «revistas ilustradas») publicou os primeiros artigos e reportagens de fundo sobre a *droga*, apresentando-a como um novo fenómeno que chegara ou estava a chegar ao país. Num tom que se pretendia didático, recorria-se geralmente à opinião de especialistas nacionais, como médicos, juristas, psicólogos e sociólogos, que traduziam para o senso comum o «complexo mundo da droga», ao mesmo tempo que se dava conta da realidade (preocupante) de outros países do mundo dito ocidental, antecipando o cenário que se podia repetir por cá¹⁵⁷. Se num primeiro momento, a censura não parecia muito interessada em deixar publicar peças jornalística sobre o tema¹⁵⁸, a posição das autoridades parece ter mudado, a julgar pelo número crescente de tais artigos, sobretudo a partir de 1972, acompanhando os novos desenvolvimentos no plano judicial português.

¹⁵⁶ Em 1973, num depoimento prestado ao *Século Ilustrado* (2/6/1973) o sociólogo Fernando Micael Pereira defendia que, de acordo com os dados disponíveis na altura, não era nas camadas jovens que a *droga* tinha maior difusão. Pelo contrário, lembrava, então, que esta era “cara e de difícil acesso à generalidade da população”, consistindo, portanto, no que apelidou de “luxo requintado”.

¹⁵⁷ Ver, por exemplo, *Século Ilustrado* de 4/3/1972, cujo assunto de capa era precisamente a *droga*. No interior, uma peça jornalística de 12 páginas, com o título «Química da Loucura. A Droga já chegou a Portugal!», apresentava as propriedades, os riscos e os efeitos proporcionados pelas principais substâncias psicoativas ilícitas e descrevia o recente fenómeno da *droga* no contexto mundial e também em Portugal. Ver também *Século Ilustrado* de 2/6/1973.

¹⁵⁸ Na Fundação Mário Soares está disponível uma circular (nº 318) enviada pela Direção dos Serviços de Censura da Secretaria de Estado da Informação e do Turismo a todos os “jornais, revistas ilustradas e aos nossos delegados”, datada de 5/1/1970, solicitando que não fossem publicados artigos sobre “o uso das «drogas» e pornografia e erotismo”, dado originarem um “clima de perversão [...], mormente entre a juventude, que não se apercebe dos inconvenientes e perniciosos efeitos que essas leituras e imagens vão provocar nos sentidos”. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07419.035.001>

Ilustrando os novos tempos de mudança que se viviam em Portugal, no que às drogas ilícitas diz respeito, em fevereiro de 1972 (poucos meses depois da criminalização do uso de algumas substâncias psicoativas, portanto), o diretor da Polícia Judiciária anunciou em conferência de imprensa o desmantelamento de uma rede de consumo e tráfico de drogas ilícitas – essencialmente *cannabis*, mas também LSD – que atuaria do Minho ao Algarve, passando por Lisboa e a Linha do Estoril, e seria liderada por estrangeiros (ingleses, franceses e norte-americanos) com ligações a Marrocos e à Holanda (Matos, 2018). O caso ficou conhecido como o «processo dos quarenta e três» e, conforme se pode ler na imprensa da altura¹⁵⁹, envolvia sobretudo estudantes, muitos deles menores de idade e quase todos pertencentes às classes sociais média e alta. Conforme anunciou o próprio diretor da Polícia Judiciária, a investigação policial nasceu de uma denúncia acerca do uso de drogas ilícitas por parte de *hippies* radicados em Vilar de Mouros, onde, após o festival, haviam ficado a residir num regime comunitário. Se, num primeiro momento, o caso causou algum alarme, por se tratarem de jovens de filiação *hippie*¹⁶⁰, o processo acabou depois por não ter muito destaque ou grandes implicações, eventualmente devido ao estatuto socioeconómico das famílias de muitos dos arguidos. De facto, em primeira instância, ninguém foi absolvido mas as penas foram tendencialmente pequenas e de carácter correcional, sendo que muitas foram suspensas ou convertidas em multa pecuniária. Mais tarde, um acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa¹⁶¹ reduziu ainda mais a maior parte das penas, tendo em consideração uma série de atenuantes, nomeadamente o carácter pouco prejudicial da *cannabis* “quando consumida em pequenas doses por pessoas equilibradas”.

Uns meses depois, a comunicação social dava a conhecer «o caso das drogas», um novo processo judicial relacionado com o uso de substâncias proibidas (sobretudo *cannabis*, mas também LSD, mescalina e cocaína), que teve um impacto bem maior, pois foi assunto de chamada de primeira página em vários jornais nacionais, como o *Diário Popular* ou o *Diário de Lisboa*, por exemplo, o que revela o interesse mediático por algo que era apresentado como um novo fenómeno social – as *drogas leves*. Ao contrário do primeiro caso, para estupefação da Polícia Judiciária, entre os 45 detidos figuravam personalidades do meio artístico nacional (poetas, atores, pintores, escultores), bem como médicos,

¹⁵⁹ Ver *Diário de Lisboa* de 29/4/1973, por exemplo.

¹⁶⁰ As fotos de alguns dos jovens foram publicadas na imprensa, reconhecendo-se, através da indumentária, do tamanho dos cabelos ou da barba, a filiação *hippie*.

¹⁶¹ Acórdão da Relação de 21/2/1973, citado no *Diário de Lisboa* de 29/4/1973.

farmacêuticos, gerentes comerciais e até «donas de casa», sendo que muitos eram já adultos, com idades entre os 25 e os 48 anos, e tinham empregos estáveis e bem remunerados. Segundo a acusação, o consumo fazia-se em momentos de convívio em grupo no espaço doméstico, sendo que os produtos psicoativos circulavam geralmente através de troca ou oferta, não sendo transacionados por forma a obter lucro. Mais uma vez o alarme social causado pelo caso não se traduziu em condenações de relevo, até porque alguns não puderam ser incriminados por se ter provado que tinham fumado *cannabis* em data anterior à alteração legislativa que criminalizara o uso próprio. A partir de meados de 1973, este tipo de processos judiciais foi-se repetindo, com maior ou menor notoriedade mediática.

De alguma forma, estes casos marcam a transição entre os dois períodos atrás discutidos, na medida em que o perfil dos arguidos se enquadra em ambos, pois tanto eram implicados jovens *hippies* como gente mais velha, nomeadamente artistas e membros de algumas elites de Lisboa. No entanto, a principal substância psicoativa em causa é já a *cannabis* (e em menor grau, o LSD) – e não o ópio ou a cocaína –, sendo o consumo visto pelas autoridades como uma ameaça política e também como algo que vem de fora para «desencaminhar» os jovens portugueses, contribuindo para a sua subversão, e não tanto como uma excentricidade de artistas ou como uma prática associada à vida boémia, como antes (Matos, 2018).

No entanto, se, com a alteração legislativa e a consequente perseguição policial e judicial movida aos consumidores de algumas substâncias psicoativas, no plano criminal as coisas estavam a mudar, em relação às consequências do consumo, nomeadamente na vertente da saúde pública, o mesmo não pode ser dito. De facto, tudo indica que não houve um real incremento dos problemas de saúde associados ao consumo de drogas ilícitas, e tanto é assim que só em 1973 abriu no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, uma consulta de «toxicoddependência» (Durão, 2013; González-Alcaide *et al.*, 2009), apesar de a Lei de Saúde Mental¹⁶², publicada em 1963, prever a criação de uma comissão de estudo e informação sobre o alcoolismo e outras «toxicomanias» – como então se designava a dependência de drogas ilícitas – e contemplar o tratamento destas últimas, definidas no referido texto legal como “anomalias mentais”. Até aí, existia apenas uma unidade de

¹⁶² Lei 2118.

saúde com essas valências, precisamente em Macau, sendo vocacionada para o tratamento da opiomania.

Em suma, se tudo indica que, no início da década de 70 do século XX, o uso de *cannabis* e de outras drogas ilícitas começou a adquirir alguma expressão entre a juventude e o meio artístico nacionais, nomeadamente nos centros urbanos de Lisboa e Porto, também é certo que se tratava de uma prática ainda pouco difundida e prevalente¹⁶³. Apesar da maior visibilidade social que indiscutivelmente, por essa altura, o fenómeno começava a adquirir em diversos planos, a realidade social não justificava certamente a produção legislativa e, sobretudo, discursiva promovida pelo poder político, que fazia da *droga* algo que não era. De facto, como salientam Cândido Agra (1993: 31) e Carlos Poiães (1998: 241), à data, não existiam dados epidemiológicos que permitissem atestar ou estimar a dimensão do uso de drogas ilícitas em território nacional. Assim sendo, na medida em que não se baseou em critérios técnicos ou sanitários, o esforço das autoridades em «problematizar» a questão e fazer dela uma inquietação nacional só pode ter tido por base preocupações políticas. O processo deve ser entendido pelo prisma do «pânico moral», no sentido em que esta nova entidade retórica assumiu claramente a figura de um «bode expiatório» do regime, que, ao caminhar para o seu fim, procurava algo que pudesse mobilizar a opinião pública num causa comum e, assim, aliviar as tensões sociais.

O certo é que por esta altura foram tomadas em Portugal uma série de medidas políticas que visavam transformar a *droga* numa preocupação social e, conseqüentemente, resultaram na construção do que Cândido Agra (1993: 29) apelida de «dispositivo normativo e regulador»¹⁶⁴. Por razões de política interna ou por influência externa, durante os últimos anos da Guerra Colonial Portuguesa, por via de algumas iniciativas, passou a apresentar-se a *droga* como uma ameaça capaz de corromper o que era tido como a «moral e os bons costumes», nomeadamente entre os mais jovens, pelo que se tornava imperativo agir politicamente de modo a evitar o “contágio social”, para usar a expressão

¹⁶³ Mesmo na região de Lisboa a prevalência do uso de drogas ilícitas variava de bairro para bairro, destacando-se como locais de maior uso a zona da Avenida de Roma, do Restelo e da Linha do Estoril. Isto é, até 1974, o uso de *cannabis*, de LSD e de alguns psicofármacos começou por ser uma prática da classe média alta e não dos ditos bairros pobres.

¹⁶⁴ O autor (op. cit.: 29) define um dispositivo como uma “estrutura funcional reguladora e organizadora de uma multiplicidade e diversidade de objetos, de acontecimentos e de práticas dispersos em forma de uma dimensão concreta da realidade situada num espaço e tempo próprios”. O que está em causa é, portanto, formas de ler o real que organizam e impõem controlo social.

de Ernesto Fonseca e Jorge Quintas (1997: 35), e impedir que a situação que se vivia entre a juventude de alguns países ditos ocidentais, pontuada pela contestação social, chegasse a Portugal. Não é por acaso que o Decreto-lei 420/70 penalizava especificamente o que era entendido como «propaganda» e «instigação ao consumo», nomeadamente quando a «vítima» era menor de 21 anos: a pena para quem usasse drogas ilícitas na presença de outros “com a consciência de poder incentivar ou difundir” o seu uso podia chegar aos 2 anos de prisão.

Se, com a alteração legislativa de 1970, o consumo de *cannabis* e de outras substâncias passou a constituir um crime, até 1974, a *droga* era associada sobretudo a comportamentos subversivos e delinquentes – tipificados na figura do *hippie*¹⁶⁵ –, e não tanto à marginalidade e à criminalidade – tipificados na figura do *junkie*, para adotar o conceito proposto por Luís Fernandes (1995: 22), como acontecerá durante as décadas de 80 e 90 (Fernandes & Ribeiro, 2002; Quintas, 2000). O que se explica pela natureza do regime político então vigente e pelas suas próprias contradições (Agra, 1998). Entre as principais iniciativas políticas neste processo de «problematização» da *droga* em Portugal, destacam-se o discurso de Ano Novo de Américo Thomaz e o primeiro debate parlamentar sobre o assunto, que tiveram lugar no início e final do ano de 1970, respetivamente, e ainda a primeira campanha pública de prevenção do uso de drogas ilícitas, em 1972.

Discurso de Ano Novo

No primeiro dia de 1970, a costumeira mensagem de Ano Novo à nação de Américo Thomaz¹⁶⁶ consistiu essencialmente numa longa reflexão sobre quatro tópicos principais: “a degradação dos costumes”, “o anseio desconcertante da juventude”, “o progresso técnico e científico” e “o esforço da defesa”. No primeiro (e aquele que considerava o mais preocupante), o então presidente começa por discutir o processo de retrocesso da civilização ocidental a que, na sua opinião, então se assistia. É nesse contexto que enquadra “as drogas com que a humanidade está sendo mais fortemente envenenada nos

¹⁶⁵ Em contraponto, a seguir ao 25 de Abril, em pleno PREC, algumas forças políticas apelidaram o uso de drogas ilícitas de atitude «reacionária» e «burguesa», isto é, como algo que afastava os jovens do empenhamento político e, nesse sentido, comprometia a revolução em curso (Costa, 1976).

¹⁶⁶ A mensagem foi difundida pela RTP, pela Emissora Nacional e também reproduzida em vários jornais, como o *Diário de Notícias* ou o *Diário de Lisboa*, que consultei e de onde transcrevo as suas palavras.

últimos tempos” e que são um “veículo da corrupção dos costumes”. Em suma, as drogas são descritas como um elemento nefasto que intenta contra a integridade física e moral, inserindo-se num processo de contaminação mundial que o comunismo fomentava e incentivava por forma a explorar as fraquezas da sociedade ocidental e, assim, levar à sua degradação e dissolução. Thomaz termina apelando a que a sociedade ocidental saiba defender-se do “flagelo das toxicomanias”, sob pena de cair “em sucessivas e cada vez mais baixas degradações”.

A importância do discurso de Américo Thomaz reside no facto de tratar-se da primeira referência pública com algum impacto à questão das drogas (leia-se as *drogas ilícitas*). Embora o fenómeno não fosse entendido como algo que afetava (ainda) a sociedade portuguesa, as «toxicomanias» são vistas como uma ameaça externa no âmbito da Guerra Fria e da contestação política e social a um regime em dificuldades cada vez maiores, nomeadamente perante os mais jovens. Por outro lado, o então presidente refere-se às “drogas” de uma forma abstrata e imprecisa, sem especificar qualquer substância psicoativa em concreto. Seja como for, com este discurso preparava-se o caminho para a alteração legislativa que teria lugar daí a nove meses, através da qual o país se alinou com o modelo proibicionista cada vez mais hegemónico a nível mundial (Fonseca & Quintas, 1997). De facto, no texto do Decreto-lei 420/70 estão plasmados os argumentos expostos por Américo Thomaz: por um lado, remete-se para a realidade internacional e a necessidade de beneficiar da “experiência estrangeira” e de acolher “as recomendações formuladas por organismos internacionais”; por outro, a «toxicomania» (sempre esta categoria!) é apresentada como algo que degrada a saúde física e moral, conduzindo frequentemente a fenómenos de delinquência (leia-se *subversão política*).

Debates parlamentares

No final de 1970, a questão das toxicomanias foi discutida pela primeira vez na Assembleia Nacional: numa intervenção antes da ordem do dia, o deputado Leal de Oliveira aclamou o Ministro da Justiça por ter promovido a alteração legislativa que criminalizara a posse e o consumo de algumas drogas (que passaram a ser tipificadas na categoria *estupefacientes*), apresentando-as como um «flagelo» que conduzia à degradação moral e física da juventude. Apesar de descrever o cenário preocupante que se vivia nos Estados Unidos da América ou em França, onde uma percentagem

considerável de jovens – e estudantes universitários, em particular – consumia ou estava «viciado» neste tipo de substâncias psicoativas, o deputado não deixou de citar o psiquiatra Fragoso Mendes, então presidente da Liga de Higiene Mental e considerado o maior especialista português da matéria, que defendia este não era um fenómeno crescente em Portugal (Costa, 2007; Dias, 2007).

Até 1973, sucederam-se na Assembleia Nacional outros debates parlamentares sobre o assunto, sempre com as mesmas ideias centrais: por um lado, era reforçado o lado pernicioso das toxicomanias, remetendo para a realidade do mundo dito ocidental, onde a juventude se encontrava «alienada» à conta das drogas, pelo que cabia ao poder político legislar e estar atento e vigilante; por outro lado, não obstante algumas intervenções de pendor mais alarmista, concluía-se invariavelmente que, apesar de ser um fenómeno preocupante, nada apontava para que, em Portugal, o uso deste tipo de substâncias psicoativas fosse uma prática em franco crescimento ou algo que tivesse já uma expressão ao nível da epidemia. Em suma, o «vício» da *droga* era visto pelos parlamentares portugueses como uma ameaça à moral e à ordem social, um mal que vinha de fora e era capaz de subverter a *Família*, a *Nação* e o *Estado*, e alienar a juventude, em particular (Fontes & Carvalho, 2011), mas também um fenómeno que podia ser travado e que, por cá, apesar de tudo, estava numa fase incipiente.

É de salientar que muitos dos deputados que intervieram nestas primeiras discussões parlamentares sobre as drogas ilícitas tinham, por um lado, formações académicas ligadas à saúde (médicos e enfermeiras, sobretudo) e, por outro, ligações a territórios onde o consumo de drogas ilícitas tinha maior relevo, como Macau ou Angola (Matos, 2018), ou a organismos internacionais, como o Institute for the Study of Traffication (Dias, 2007), o que reforça que, à época, a preocupação com as drogas ilícitas era, em grande medida, uma importação, mais do que algo que decorria das especificidades da realidade social portuguesa.

Droga-Loucura-Morte

Em meados de 1972¹⁶⁷ foi lançada uma campanha pública no âmbito da qual foram espalhados por Lisboa e outras localidades cartazes com uma caveira com um símbolo da

¹⁶⁷ Em alguns textos é dito que a campanha foi lançada em 1973 e não em 1972, o que talvez se explique pelo facto de os cartazes terem ficado expostos durante muitos meses, nalguns casos anos (Monteiro, 2013).

paz na testa, sob um fundo negro e o *slogan* «Droga-Loucura-Morte». Pela primeira vez, a questão das drogas saía fora do âmbito político e, com a promoção de uma campanha de prevenção, a opinião pública portuguesa era alertada para o fenómeno da *droga* e das suas consequências¹⁶⁸ (Agra, 1993). No entanto, mais uma vez de forma pouco fundamentada, a mensagem difundida procurava remeter o fenómeno para uma ameaça externa: o símbolo usado estava, então, fortemente conotado com o movimento *hippie*, que noutros países era um expoente da contestação social (nomeadamente com destaque para a oposição ao envolvimento militar), mas que em Portugal pouca ou nenhuma expressão tinha (Resende & Vieira, 1992) – eventos como o festival de Vilar de Mouros eram uma exceção no que à visibilidade dos *hippies* portugueses diz respeito. Num tom particularmente macabro, o cartaz aludia mais ao LSD e ao psicadelismo adotado pela «contracultura» norte-americana do que à *cannabis*, uma substância de uso crescente entre a juventude da «metrópole» e de alguns territórios coloniais portugueses, como se discutiu atrás.

Nesse sentido, a campanha *Droga-Loucura-Morte* não pode deixar de ser lida no âmbito de um «pânico moral» promovido pelas autoridades portuguesas com objetivos políticos em mente. Aliás, a própria comunicação social da altura lançou críticas à iniciativa, por achar que nada a justificava e, pior, que induzia ao consumo, ao chamar a atenção para algo proibido mas ainda largamente desconhecido por grande parte da população portuguesa. O certo é que o facto de se ter passado de uma posição em que a censura advertia os meios de comunicação para que não produzissem peças jornalísticas alusivas às drogas, em 1970, para uma iniciativa destas, dois anos depois, é revelador de como o poder político passou a encarar as drogas ilícitas de forma bem diferente, passando do silêncio ao alarme.

Cândido Agra (1993: 35) vai mais longe, defendendo que a iniciativa inscreveu-se “numa estratégia de defesa do regime” e de reforço das lutas sociais em curso, num contexto de dificuldades políticas, sociais e económicas. A mesma posição tem Carlos Poiares (1998: 241-242), quando argumenta que “os titulares do poder lançaram o susto antes de surgir o surto”, com o objetivo de acentuar a alteridade, tendo a *droga* servido de pretexto para uma mobilização nacional que procurava demarcar o bem e o mal. Poiares descodifica a campanha *Droga-Loucura-Morte* tendo como subtexto a Guerra Colonial Portuguesa:

¹⁶⁸ Com esta campanha, abandonava-se definitivamente o termo «toxicomanias», de influência francófona e mais técnico, e o termo «droga» entrava no léxico.

num momento histórico em que a juventude portuguesa contestava cada vez mais o conflito e se revelava cada vez mais difícil assegurar o recrutamento de efetivos militares para as fileiras das forças armadas, a *droga* assumia-se como algo que «alienava» os jovens e, nesse sentido, colocava em causa o sucesso militar em África. Segundo o autor, “«se precisamos de soldados que defendam a Pátria, não deixemos que enlouqueçam e morram com a droga», é o que resulta do teor implícito da campanha”.

Militares

Se são escassas as referências à relação entre os militares portugueses e as drogas ilícitas, nomeadamente no início da década de 70 do século XX, altura em que surge em Portugal a *droga*, enquanto constructo, parece certo o papel determinante dos ex-combatentes regressados da guerra em África no processo de difusão da *cannabis* na «metrópole» nos anos que antecederam o 25 de Abril. Embora sem o fundamentar, João Salvado Ribeiro (1999: 8) defende que o consumo desta substância psicoativa em Portugal (mais uma vez, leia-se *na metrópole*) remota ao período da Guerra Colonial Portuguesa. Carlos Poiães (1999a: 239) considera que o contexto da guerra em África “constituiu causa de iniciação de muitos no mundo dos estupefacientes”, o que se explica pelos hábitos culturais que lá encontraram e também pelas “condições psicológicas típicas do estado de guerra”. Na opinião de Luís Fontes e João Carvalho (2011: 190), os militares portugueses regressados da Guerra Colonial Portuguesa foram “o fator mais importante na difusão da marijuana em Portugal”. Mas, se aos militares que participaram na Guerra Colonial Portuguesa é atribuído um papel crucial na disseminação da *cannabis* na «metrópole», é sobretudo no que à comercialização diz respeito, pois nenhuma fonte os destaca como grupo de consumidores nos primeiros anos da década de 70 – o que vai ao encontro do que dizem os ex-combatentes atrás citados, afirmando que consumiram (ou experimentaram) a planta quando em África, sob determinadas circunstâncias, mas que não continuaram o consumo depois de finda a participação no conflito.

Em suma, os militares portugueses não só descobriram e usaram a *cannabis* em África, como a trouxeram consigo de volta a casa: em Angola e Moçambique, através da população negra, as tropas portuguesas tinham acesso a um produto que, tudo indica, nos primeiros anos da década de 70 do século XX, começava a ter algum valor comercial na «metrópole», em virtude do aumento da procura, pelo que alguns, já de regresso,

aproveitaram para fazer lucro com isso. Tal é corroborado por vários tipos de fontes, incluindo o discurso dos próprios ex-combatentes¹⁶⁹.

Aqui reside a maior das ironias históricas: ao mesmo tempo que o poder político e judicial português investia na «problematização» da *droga*, promovendo o alarme e a perseguição criminal dos seus utilizadores, os seus efetivos militares consumiam de forma cada vez mais prevalente uma substância psicoativa ilícita em Angola e Moçambique, ao que tudo indica sem grandes consequências criminais ou, sequer, disciplinares. Mais do que isso, contribuíram, até, para tornar a *cannabis* um produto transacionável na «metrópole». No entanto, a julgar pelo silêncio em torno da questão, a relação entre esta substância psicoativa e os militares portugueses parecia, à época, ser desconhecida por parte do poder político ou, então, o que até será mais provável, constituía um assunto tabu ou demasiado delicado, pelo que devia ser silenciado. O certo é que é possível encontrar em referências (em jornais, revistas e até na literatura) ao uso da planta por parte dos militares portugueses envolvidos na Guerra Colonial Portuguesa, mas estas remontam apenas ao ano de 1975 em diante, não antes. Enquanto o conflito decorria, acerca do assunto nem uma palavra.

No processo de «problematização» da *droga* em Portugal, no início da década de 70 do século XX, por razões essencialmente políticas, a associação entre a criminalidade e a violência e as drogas não constituiu uma ideia central, tendo-se privilegiado antes a associação das drogas ilícitas à subversão e à contestação política. No entanto, a questão não deixou de ser aflorada, procurando justificar o comportamento violento dos «nativos», na linha dos relatos coloniais europeus dos séculos XVI e XVII e das leituras e interpretações orientalistas do século XIX. De facto, em debates parlamentares sobre a «toxicomania», foi várias vezes referida a utilização de *cannabis* por parte dos «terroristas», como por vezes eram apelidados os membros dos Movimentos de

¹⁶⁹ No processo de disseminação das drogas ilícitas em Portugal, a ligação a África ficou ainda mais patente após a Revolução de Abril, quando os chamados «retornados» assumiram o papel de principais abastecedores do mercado da *cannabis* na «metrópole». Por volta de 1977, após o fim do enorme fluxo de portugueses regressados de Angola e Moçambique, o mercado da *cannabis* alterou-se e a erva africana à venda foi substituída sobretudo pelo haxixe marroquino. Curiosamente, hoje em dia, em fóruns eletrónicos de discussão acerca de assuntos canábicos (como o www.cannabiscsafe.net, por exemplo), a liamba angolana, que é apresentada como uma espécie de *cannabis* que circulou em Portugal continental antes e, sobretudo, depois do 25 de Abril de 1974, goza de enorme reputação e é tida em grande consideração, devido ao seu efeito psicoativo particularmente potente e agradável. Nestes ciberespaços, é comum depararmo-nos com consumidores mais velhos a partilharem com nostalgia a sua experiência com a liamba, que denominam como *boi vermelho* ou *erva boi*, ou consumidores mais novos a manifestarem vontade de ter acesso a esse tipo (*strain*) de *cannabis*, que há muito desapareceu do mercado português.

Libertação de Angola, Guiné e Moçambique, um uso que contribuía para o comportamento bárbaro e particularmente violento contra as tropas portuguesas.

Numa altura em que a Guerra Colonial Portuguesa estava no início, o padre Abílio Martins (1963) publicou na revista *Brotéria* um artigo com o título «Cânhamo, Haxixe e Terrorismo». Nele, começa por apresentar o *Velho da Montanha* e a lenda dos *Assassinos*, referindo o uso que davam à *cannabis* como forma de potenciar o desempenho no campo de batalha através da fanatização e de crenças «fantasiosas». Depois de refletir sobre o uso da planta em várias partes do mundo, incluindo o Brasil e o Egipto, o autor (op. cit.: 690) alerta para o consumo que, à época, tinha lugar em Angola, um território “até há pouco inteiramente em paz e sem preconceitos raciais”. Apresentando o consumo de drogas como uma ameaça externa e com motivações políticas, o padre Martins vê no uso de *cannabis* por parte dos guerrilheiros africanos algo que, incentivado de fora e com o apoio de estrangeiros, empurra “pobre gente inofensiva para a guerra e para o crime” (op. cit.: 690). O artigo termina com a ideia de que a história se repete: muitos séculos depois dos *Assassinos*, a *cannabis* continua a instigar para o crime jovens que ingenuamente sonham com o «paraíso na Terra» (neste caso, leia-se, a independência). Alguns anos depois, já mais para o fim do conflito, o mesmo padre Abílio Martins (1971) publicou na mesma revista um outro artigo: «A Droga». Lendo os dois artigos, percebe-se que, do início da década de 60 para o início da década de 70 do século XX, muita coisa mudou no que às drogas diz respeito: o segundo artigo apresenta as substâncias (com destaque para a *cannabis* e o LSD) de forma mais detalhada e coloca a tónica na utilização entre os jovens, com destaque para os estudantes universitários. No entanto, o autor conclui este último artigo da mesma forma do anterior, referindo o papel instrumental que a *cannabis* desempenhou no início do «terrorismo» em Angola, ao ser usada intencionalmente com o objetivo de fanatizar a população negra contra o poder colonial: “parece incrível, em nossos dias, tamanha credulidade, embora se trate de miseráveis drogados, a lembrarem, no seu fanatismo, o procedimento análogo dos longínquos *haxaxin* fanatizados pelo *Velho da Montanha* (op. cit.: 57). Mais uma vez, sobre o uso de *cannabis* por parte dos militares portugueses – que, como procurei demonstrar, não só não fumavam a planta para aumentar o desempenho no campo de batalha, como, pelo contrário, a usavam para esquecer e se libertar do que lá acontecia – nem uma palavra.

V – CONCLUSÕES



11. PALAVRAS FINAIS

Il faut être toujours ivre. Tout est là: c'est l'unique question. Pour ne pas sentir l'horrible fardeau du Temps qui brise vos épaules et vous penche vers la terre, il faut vous enivrer sans trêve. Mais de quoi? De vin, de poésie ou de vertu, à votre guise. Mais enivrez-vous. Et si quelquefois, sur les marches d'un palais, sur l'herbe verte d'un fossé, dans la solitude morne de votre chambre, vous vous réveillez, l'ivresse déjà diminuée ou disparue, demandez au vent, à la vague, à l'étoile, à l'oiseau, à l'horloge, à tout ce qui fuit, à tout ce qui gémit, à tout ce qui roule, à tout ce qui chante, à tout ce qui parle, demandez quelle heure il est; et le vent, la vague, l'étoile, l'oiseau, l'horloge, vous répondront: "Il est l'heure de s'enivrer! Pour n'être pas les esclaves martyrisés du Temps, enivrez-vous; enivrez-vous sans cesse! De vin, de poésie ou de vertu, à votre guise.

Charles Baudelaire

A partir da análise dos usos que os militares portugueses que participaram na Guerra Colonial Portuguesa deram à *cannabis* e ao álcool, e na linha do que outros antropólogos e cientistas sociais têm proposto, a principal tese que, com a presente reflexão antropológica, pretendo demonstrar é a de que a *droga* é um constructo social e um objeto eminentemente político, sendo que muito do que envolve as drogas (isto é, as substâncias psicoativas no plural), incluindo os seus efeitos e as consequências do seu uso, não é um facto adquirido ou algo que decorra exclusivamente das propriedades farmacológicas de cada uma, antes é condicionado histórica e socialmente, nomeadamente em função do contexto político. Dito de outra forma, enquanto substâncias com determinado potencial psicoativo, as drogas são palpáveis, existem na natureza ou são produzidas em laboratório através da ação humana; pelo contrário, enquanto categoria que agrega, segundo critérios políticos (e, portanto, necessariamente arbitrários), uma série de substâncias a que é atribuído um valor negativo aos olhos da lei, do poder biomédico ou do senso comum, a *droga* só existe enquanto convenção social, seja na prática ou no discurso. Nesse sentido,

defendo que, mesmo quando é recorrente ou compulsivo, o uso de drogas não é uma doença ou algo cuja origem radique numa parte do cérebro, como alguns neurocientistas querem fazer crer (quando procuram causas genéticas ou disfunções neuronais para um determinado comportamento que é, na verdade, simultaneamente individual e coletivo, no sentido em que é aprendido e reproduzido socialmente), nem algo que possa ser erradicado por via de medidas legislativas, como acreditam os defensores mais acérrimos do proibicionismo e da «guerra às drogas».

De âmbito construcionista, esta conceção de olhar para o uso de drogas como um fenómeno que é forjado socialmente tem implicações óbvias e redundante forçosamente numa posição crítica face à visão hegemónica, de âmbito determinista, nomeadamente no que diz respeito a questões como a política de regulação do uso de substâncias psicoativas, o estatuto do utilizador de substâncias ilícitas, bem como as estratégias a implementar na área do tratamento ou da redução de danos, etc. Tal não quer dizer, evidentemente, que negue que as drogas são, antes de mais, substâncias químicas, que desencadeiam ações biológicas quando ingeridas, inaladas, fumadas ou injetadas. Defendo, isso sim, que as drogas são muito mais do que isso e que não podem ser reduzidas a substâncias com determinadas propriedades farmacológicas, como se o potencial psicoativo se sobrepusesse a tudo e os seus efeitos fossem sempre iguais e independentes do utilizador e do contexto de utilização. Por outro lado, defender que a *droga* é uma construção social não equivale a negar que o uso de determinadas substâncias psicoativas em determinadas circunstâncias tem implicações concretas e acarrete custos de saúde e outros. Por muito que a *droga* seja uma construção social, não deixa de destruir vidas reais e causar sofrimento verdadeiro e miséria humana. No entanto, na medida em que não são universais, acredito que essas consequências são fruto mais da política das drogas, da organização social e dos processos de controlo social do que das características dos utilizadores e das propriedades das próprias substâncias.

Apesar de cada vez mais contestada, há muito que a visão dominante, assente nos contributos das ciências naturais, concebe a *droga* como algo do foro do patológico e define a chamada «toxicoddependência» como uma doença ou uma perturbação do campo da saúde mental. Dada a ausência de anomalia biológica ou agente patológico comuns ao uso ou «abuso» das diferentes substâncias psicoativas, a toxicoddependência é definida em função dos seus efeitos e não por uma causa que origina a disfunção, sendo vista sobretudo como uma enfermidade que se traduz numa série de consequências nefastas no

plano individual e coletivo. O *DSM-V*, por exemplo, enumera uma série de critérios clínicos. Nesse sentido, determinadas drogas (mas não outras) são olhadas como algo que conduz necessariamente à degradação da saúde física e mental do consumidor e traz consigo um vasto leque de problemas sociais (marginalidade, criminalidade, insucesso escolar, desemprego, prostituição, mendicidade, doenças infecciosas, etc.) que ameaçam não só o bem-estar do próprio utilizador mas também da própria comunidade onde se insere. Como se viu, nem sempre foi assim, e esta forma de pensar a *droga*, e algumas substâncias psicoativas em particular, assente na sua «problematização», tem uma história, tendo ocorrido essencialmente no mundo ocidental ao longo do século XX, num clima de pânico moral e de acordo com uma agenda política e ideológica, que passava por criar um distanciamento face a determinados grupos e minorias. A Antropologia, com o seu saber comparativo, e a História, com o seu distanciamento no tempo, têm mostrado que em outras formas de organização social e mesmo no Ocidente, no passado, o uso de drogas – mesmo aquelas hoje consideradas mais perigosas, como o ópio, a heroína ou o LSD, por exemplo – nada teve de patológico, de problemático, de ilícito ou de censurável, não decorrendo daí muitas das consequências negativas que hoje são tidas como certas, a começar pela adição, que é o principal conceito a partir do qual o pensamento dominante define a *droga*. É essa também a contribuição que pretendo dar com a presente reflexão antropológica, ao fornecer um exemplo etnográfico onde o uso de *cannabis* e álcool, por força dos moldes em que ocorreu, tem que ser forçosamente visto como uma prática social que não pode ser separada da forma como as duas substâncias eram, à data e naquele contexto específico, enquadradas socialmente. Isto é, o uso de *cannabis* e de álcool que teve lugar na Guerra Colonial Portuguesa demonstra que as drogas não têm nada de intrínseco, nem mesmo o seu efeito psicoativo e as suas consequências, e também que a forma como são reguladas decorre de processos históricos, sociais e políticos.

Na verdade, alguns cientistas sociais têm demonstrado que, por um lado, conceitos como «droga», «adição», «toxicoddependência», etc., têm uma história e não são neutros e que, por outro, o uso de substâncias psicoativas é universal e acontece em todas as sociedades conhecidas, ainda que se verifique uma enorme variabilidade cultural quanto à forma como são enquadradas, pelo que é no plano social que necessariamente residem as causas e as razões que explicam o facto de algumas drogas em concreto constituírem uma fonte de dissabores. A posição construcionista defende que é sobretudo o processo de definição coletiva de um determinado fenómeno como um problema social que o transforma em

tal. O exemplo da *cannabis* na Guerra Colonial Portuguesa demonstra-o, na medida em que se tratou do uso de uma substância psicoativa (entretanto tornada ilícita) sem que houvesse uma noção clara de ilicitude associado à sua prática, o que contrasta com a situação na «metrópole», onde se estava a construir essa noção, a partir de conceitos como «droga» ou «toxicomania». Isto é, na Guerra Colonial Portuguesa verificou-se o uso de uma droga antes de *a droga*, enquanto categoria simbólica de inerente valor negativo, fazer sentido. É bem revelador disso o facto de muitos dos militares que fumaram *cannabis* em Angola e em Moçambique até aí nunca terem ouvido falar da planta, pelo que não tinham qualquer noção da ilicitude associada ao seu consumo.

Dito de outra forma, qualquer problema social resulta de uma construção no plano do discurso e da prática, ou seja, não é algo que exista só por si, nem tem nada de intrínseco, ao contrário do que defende a posição determinista, que é há muito dominante. O caso dos soldados norte-americanos que usaram heroína (por muitos considerada de todas a droga mais aditiva e potencialmente destrutiva) durante a Guerra no Vietname e que, antes do regresso a casa, abandonaram o consumo de forma espontânea ou, mesmo que condicionados a isso, sem acompanhamento médico ou qualquer tipo de tratamento, teve grande impacto e veio pôr em causa muitas das ideias que eram tomadas como certas acerca da *droga*, tendo contribuído para o surgimento de outras formas de a pensar, por oposição ao discurso biomédico. Numa escala diferente, na Guerra Colonial Portuguesa passou-se algo semelhante, na medida em que, assim que se viram longe de um ambiente de guerra, os militares portugueses que eram consumidores de *cannabis* abandonaram o seu consumo sem qualquer tipo de auxílio terapêutico e, também sem acompanhamento médico, de um modo geral, conseguiram reduzir substancialmente o consumo de álcool, ajustando com maior ou menor dificuldade o padrão de uso de bebidas alcoólicas de acordo com as novas realidades em que os ex-militares se viam inseridos. Na maior parte das situações, alguém que na nova vida civil consumisse o mesmo número de cervejas diárias que ingeria habitualmente durante o período da Guerra Colonial Portuguesa (às vezes 15, 20, 30 e até mais) facilmente seria rotulado de «alcoólico» e encarado de uma forma diferente do que acontecia no conflito, onde o «desvio» era a «norma».

O tema da presente reflexão antropológica é a todo o momento atravessado por silêncios (questões de que ninguém fala ou gosta de falar) e ironias históricas várias (coisas que aconteceram quando não era suposto acontecerem, e o seu contrário), demonstrando que a *droga* é um objeto particularmente complexo, um que, para ser entendido, implica ser

pensado em vários planos de análise. No presente trabalho, apesar de um assumido pendor histórico, privilegiou-se a dimensão política, procurando entender e explicar comportamentos individuais à luz do contexto e de processos sociais, incluindo as normas e as formas de controlo social impostas pelo poder político (ou a sua ausência).

Em Portugal, ao mesmo tempo que, no início da década de 70 do século XX, os jovens da «metrópole» descobriam a *cannabis* numa altura em que o seu uso já constituía um crime (o que conduziu a processos em tribunal e, inclusivamente, a penas de prisão), surpreendentemente os militares portugueses envolvidos num conflito colonial em África faziam o mesmo, neste caso sem consequências criminais ou disciplinares. Mais do que isso, ao trazerem consigo a *cannabis* de volta a casa com a ideia de a comercializar, os segundos contribuíram decisivamente para o processo de descoberta dos primeiros, assumindo-se como abastecedores de um embrionário mercado de drogas ilícitas. No entanto, porque as circunstâncias não eram as mesmas, as motivações de consumo de uns e outros eram bem diferentes. O mesmo pode ser dito acerca dos significados dos usos e até dos efeitos psicoativos (tanto as sensações pretendidas, como as sensações obtidas), apesar de em causa estar a mesma substância psicoativa. No que ao uso de *cannabis* diz respeito, os militares portugueses estavam mais perto dos soldados norte-americanos mobilizados no Vietname do que dos jovens portugueses consumidores da planta na «metrópole», que, por sua vez, sentiam afinidades ou eram influenciados pela «contracultura» que na década de 60 do século XX se afirmou nos Estados Unidos da América.

Uma das ideias que precisamente atravessa a presente reflexão é a de que, no que concerne às drogas, embora normalmente as substâncias psicoativas sejam vistas como tendo propriedades intrínsecas, que derivam dos seus mecanismos de ação no corpo e na mente humana, o contexto é absolutamente determinante. Naturalmente, isto não quer dizer que os consumidores não tenham agência ou que obedeçam cegamente às pressões sociais, como se tudo fosse pré-determinado no plano societal. O que defendo é que são as circunstâncias, plasmadas em normas, crenças, motivações ou expectativas, que contribuem decisivamente para enquadrar o uso de qualquer substância psicoativa como lícito ou ilícito, marginal ou socialmente aceite, problemático ou benéfico, terapêutico ou patológico, etc. Penso que o exemplo da Guerra Colonial Portuguesa, enquanto contexto-limite que qualquer conflito armado necessariamente é, ilustra o argumento na perfeição, pois os usos de *cannabis* e de bebidas alcoólicas que tiveram lugar nos aquartelamentos

portugueses situados em Angola e em Moçambique decorreram indiscutivelmente das particularidades do conflito, que, por sua vez, se explicam pelas especificidades do contexto social e político mais vasto.

De facto, os usos das duas drogas durante a Guerra Colonial Portuguesa são melhor percebidos à luz das principais características do conflito e da experiência de guerra. Exceções à parte, tratou-se de uma vivência particularmente exigente e desgastante do ponto de vista emocional, marcada pelo isolamento, pelo tédio, pela ansiedade e pelo cansaço. Para além do mais, tendencialmente, as tropas estavam mal preparadas e pouco empenhadas, dispunham de péssimas condições de vida e eram comandadas muitas vezes por jovens oficiais milicianos, também eles, de um modo geral, com deficiente preparação militar e pouco alinhados com a justeza da posição portuguesa em África e com o regime colonial que tinham por missão defender militarmente.

Não foi certamente por acaso que o uso de *cannabis* e de bebidas alcoólicas parecem ter aumentado nos anos finais da Guerra Colonial Portuguesa, pois foi nesta altura que se conjugou uma série de fatores, com destaque para o decréscimo do número de oficiais da carreira militar no «mato» e consequente aumento do número de oficiais milicianos e também o aumento dos efetivos recrutados localmente, que eram aqueles que tinham um conhecimento prévio das propriedades da *cannabis*, uma planta usada há séculos em várias regiões de Angola e Moçambique. Foi também nos últimos anos da Guerra Colonial Portuguesa que, entre as fileiras nacionais, se agudizou o clima de contestação à administração militar e às chefias de topo e um número crescente de efetivos começou a questionar a sua participação no conflito, sentido cada vez mais como perdido ou, pelo menos, impossível de terminar com uma vitória militar, tornando-se mais frequente entre as tropas um conjunto de práticas contestatárias, de revolta e de insubordinação: da deserção à entoação de canções proibidas pela PIDE/DGS ou de conteúdo subversivo, como aquelas incluídas no *Cancioneiro do Niassa*, passando por atitudes recorrentes de desleixo ou incúria, ou ainda pelos atos tresloucados dos «cacimbados», personagens temporariamente à beira da loucura.

Estando a *cannabis* disponível em Angola e em Moçambique logo desde o início do conflito, a pergunta que se impõe é por que razão a primeira leva de militares portugueses não olhou para a planta com curiosidade nem a consumiu, mesmo que de forma experimental. Da mesma forma, o que explica que as coisas se tenham alterado a partir do final da década de 60, quando mais e mais militares portugueses descobriram a liamba

e a suruma, dando-lhe uso? A resposta não é simples mas tem certamente que ver com o processo de «africanização» das forças armadas portuguesas nos territórios coloniais e também com o crescente descontentamento entre os militares portugueses para aí mobilizados. Por outro lado, há que ter em atenção também que no início da Guerra Colonial Portuguesa a *cannabis* era um «narcótico» associado aos Movimentos de Libertação, o inimigo, que, segundo se dizia, a usavam para potenciar a agressividade e instigar a violência. Uma droga de «bárbaros», portanto. Ou seja, os usos de substâncias psicoativas estão intimamente relacionados com as circunstâncias, não decorrendo, portanto, apenas da sua disponibilidade, mas sobretudo das motivações e dos significados dos utilizadores.

Quem se detenha um pouco a olhar para qualquer acervo de fotografias tiradas às tropas durante a Guerra Colonial Portuguesa verá como, ao longo dos anos, entre 1961 e 1975, o aprumo dos militares portugueses foi diminuindo e o tamanho dos cabelos e das patilhas aumentando. Tal reflete um ambiente de crescente desânimo e um clima geral de menor exigência, não no sentido das condições de vida, evidentemente, pois a realidade da maior parte dos aquartelamentos portugueses era extremamente difícil de suportar, mas (e talvez as coisas estejam interligadas) no sentido em que as regras se foram tornando menos rígidas ou, pelo menos, não tão cumpridas à risca, o que não é fácil de explicar que aconteça quando em causa está a instituição militar, de quem se espera que se caracterize por um estrito código de conduta, pela obediência aos regulamentos e por uma forte noção de hierarquia. Perpassa, pois, a ideia de que, durante a Guerra Colonial Portuguesa, no «mato» havia um conjunto de regras muito próprias e que toda a autoridade tinha limites, como se, desde que aptos para as funções militares de defesa e ataque, os efetivos pudessem fazer muitas coisas que em circunstâncias ditas normais não podiam fazer, como é o caso de atos de violência ou outros excessos (para colocar a questão de forma branda). Entre as tropas portuguesas em África, o mote da «contracultura» – *sexo, drogas e rock'n'roll* – era vivido sem constrangimentos por alguns como «prostituição, liamba e *Cancioneiro do Niassa*». Nesse sentido, a Guerra Colonial Portuguesa pode ser entendida como uma realidade à parte, uma fase liminar onde se forjam regras, se invertem papéis e da qual se sai outro.

Muito provavelmente, se a *cannabis* estivesse disponível na Guiné como estava em Angola ou Moçambique, territórios onde facilmente transitava da população negra para os quartéis portugueses, o seu uso entre os militares portugueses seria particularmente

elevado, pois era na Guiné onde as dificuldades eram maiores, sobretudo perto do fim do conflito, numa altura em que a derrota militar era iminente e muitos aquartelamentos portugueses estavam sitiados e sujeitos a ataques constantes, forçando as tropas portuguesas a uma situação defensiva extremamente frágil, que redundava muitas vezes numa situação de esgotamento a vários níveis. Posto de uma forma muito simples, na Guerra Colonial Portuguesa o consumo de *cannabis* e de bebidas alcoólicas era uma forma de, através do alheamento, do esquecimento e da evasão, lidar e conseguir suportar uma realidade sentida como insuportável, pelo que tendia a ter maior expressão nos locais onde as condições de vida eram mais duras, fosse pelo isolamento, fosse pela situação militar propriamente dita. A par de outras práticas, o consumo das duas substâncias psicoativas por parte dos militares portugueses era, portanto, uma forma de se manterem «funcionais» numa situação de extremo desgaste e que facilmente conduzia ao descontrolo e, conseqüentemente, à perda ou diminuição da capacidade de combater. Ora isto é precisamente o oposto do que normalmente o senso comum associa à noção de *droga*, cujo uso tende a ser visto a partir do prisma do descontrolo, da disfunção e do vício, isto é, como algo que assume o controlo do consumidor e lhe tira capacidades, promovendo um tipo de comportamento compulsivo, irracional e nefasto.

Curiosamente, na Guerra Colonial Portuguesa, embora fosse usada pelos militares portugueses como um «ansiolítico» para atenuar o medo e a violência do quotidiano, a *cannabis* começou por ser tida como um «intoxicante», um estimulante que instigava atos violentos e explicava o comportamento «bárbaro» do inimigo, nomeadamente no início do conflito em Angola. Ou seja, as substâncias psicoativas definem-se também pela forma como são olhadas e pelos significados que lhes são assignados e não apenas com base nas suas propriedades farmacológicas. No caso da *cannabis* entre o meio militar, é muito curioso constatar como, ao longo de séculos, lhe foram atribuídas propriedades psicoativas antagónicas: ora como substância usada para aumentar a capacidade operacional, potenciando os níveis de agressividade ou a capacidade de resistência física, ora como substância que alheia os militares e lhes retira a vontade de combater. Na Guerra Colonial Portuguesa, ambas as propriedades foram assignadas à planta, dependendo se se tratava do uso por parte dos militares portugueses ou por parte das tropas do inimigo.

Da mesma forma, se na Guerra Colonial Portuguesa parece haver uma correlação entre o uso de *cannabis* e de bebidas alcoólicas e o sofrimento emocional, o mesmo não se aplica propriamente à realidade de então na «metrópole». Neste caso, entre os primeiros

consumidores de *cannabis*, destacavam-se estudantes universitários, artistas ou jovens influenciados pelo movimento *hippie*, tendencialmente membros de elites e de classes económica e socialmente favorecidas, que usavam a planta como um estimulante com propriedades alucinogénias e também como um «lubrificante social» em contextos de sociabilidade, ainda que, aos olhos do poder político, o consumo fosse tido como estando relacionado com a contestação social ao regime. Será apenas na década de 80, já perante o fenómeno da heroína e da «toxicoddependência», que se irá estabelecer em Portugal uma forte associação entre o uso de drogas ilícitas, as más condições de vida e a exclusão social, nomeadamente com a emergência da figura do *junkie*.

Por outro lado, se muitas vezes o senso comum, influenciado por ideias que vêm essencialmente da Psicologia, vê no uso de drogas ilícitas uma prática própria da juventude, assente na vontade de experimentar tudo o que é novo, de desafiar a autoridade, de testar os limites e na atração pela transgressão e por tudo o que é proibido, que são tidas como características intrínsecas aos jovens e aos adolescentes, em particular, o que se verificou na Guerra Colonial Portuguesa foi diferente. Aí, os consumidores de *cannabis* eram também jovens de 20 anos mas a desempenhar o papel de adultos e com as maiores responsabilidades possíveis, que consumiam a planta não propriamente para contestar a cadeia de comando, nem para correr riscos pela emoção de correr riscos. Além do mais, de um modo geral, os militares portugueses não tinham grande noção da ilicitude associada à prática de fumar *cannabis*, uma planta que desconheciam previamente mas que viam a população local e os seus camaradas de armas negras consumir em circunstâncias banais do quotidiano e sem que isso fosse uma prática escondida ou algo feito em segredo.

Não há dúvida que na Guerra Colonial Portuguesa o uso de *cannabis* constituiu uma aprendizagem, num processo dependente de personagens-chave. No entanto, este processo de aprendizagem tinha pouco que ver com o que, ao mesmo tempo, se passava na «metrópole» e também na Guerra do Vietname. Tanto quanto se percebe, muitos militares portugueses limitaram-se a experimentar a planta por uma ou duas vezes e não deram continuidade ao consumo, seja porque não apreciaram ou valorizaram positivamente a experiência psicoativa proporcionada pela *cannabis*, seja porque não a sentiram, na medida em que, não conhecendo de antemão os seus efeitos, não os souberam catalogar e, portanto, ficaram-lhes indiferentes. Outros, com a ajuda de consumidores mais experientes, apenderam a dar à planta um uso muito próprio: ajudar a vencer o medo.

Se havia algo omnipresente em muitos dos aquartelamentos portugueses era a sensação de medo. Talvez tenha falado muito pouco do medo, eventualmente porque também os próprios ex-combatentes evitam o assunto, mas este sentimento é algo que está necessariamente presente em situações de guerra, na medida em que o que aí se vive é muitas vezes literalmente uma questão de vida ou de morte. Parafraseando Gilberto Gil¹⁷⁰, mesmo os que não têm medo da morte têm medo de morrer. O medo é paralisante e, em contexto militar, tem que ser ultrapassado, a bem ou a mal, sob pena de tornar imprestável um ser humano para a guerra, o que provavelmente explica por que razão tantas vezes, ao longo da história mundial, as drogas marcaram presença em tantos conflitos militares, tendo sido usadas extensivamente por soldados e guerreiros em combate um pouco por todo o mundo. Da mesma forma, desde sempre o uso das drogas foi tendencialmente tolerado pelas chefias em contexto de combate, quando não mesmo declaradamente aceite ou até incentivado, porquanto trazia vantagens do ponto de vista militar. Nisso a Guerra Colonial Portuguesa não foi exceção.

De facto, embora ao mesmo tempo na «metrópole» as autoridades associassem o uso de *cannabis* sobretudo ao movimento *hippie* e, de uma forma geral, à subversão política (o que implicava a contestação à guerra), encarando determinadas drogas como algo que «alienava» a juventude portuguesa e a tornava imprestável para defesa do Império, na guerra propriamente dita a mesma planta era usada com a anuência dos oficiais, a julgar pela ausência de castigos ou de outras consequências mais graves. Tudo aponta para que, nos aquartelamentos portugueses, os comandantes (aqueles que disso tinham conhecimento, pelo menos) encarassem o uso de *cannabis* como algo inócuo ou, dadas as circunstâncias, até benéfico, no sentido em que contribuía para libertar de tensões emocionais os militares num contexto tão desafiante, desgastante e perturbador quanto é uma guerra, em especial uma guerra de guerrilha, sem «frentes de batalha» propriamente ditas e com ataques passíveis de acontecer a qualquer altura, fosse através do rebentar de uma mina, de uma emboscada na «picada» ou de um ataque-relâmpago ao quartel.

Também com o álcool se passava algo semelhante. De facto, não só as bebidas alcoólicas eram permitidas nos aquartelamentos portugueses de Angola, Guiné e Moçambique, como era a própria logística militar quem se encarregava de as fazer lá chegar, por muito

¹⁷⁰ *Não Tenho Medo da Morte*, composta por Gilberto Gil, começa assim: «Não tenho medo da morte / mas sim medo morrer / qual seria a diferença / você há de perguntar / é que a morte já é depois / que eu deixar de respirar / morrer ainda é aqui / na vida, no sol, no ar / ainda pode haver dor / ou vontade de mijar».

remota que fosse a sua localização. Além disso, algumas eram distribuídas gratuitamente, enquanto as restantes eram vendidas a muito baixo custo. As bebidas alcoólicas eram vistas pelas chefias como algo necessário para manter em alta a moral dos efetivos militares, pelo que eram toleradas mesmo quando tomadas em quantidades que conduziam à embriaguez, algo que os regulamentos militares proibiam expressamente. Para além do mais, o uso de bebidas alcoólicas era algo transversal às tropas portuguesas no seu conjunto, independentemente do posto ou da função, sendo que só muito raramente era causa de encaminhamento para tratamento ou evacuação.

O que explica que, em situações de guerra, os usos de substâncias psicoativas assumam contornos muito próprios e diferentes do que é norma em situações mais corriqueiras é o facto de as drogas – sejam elas de carácter lícito ou ilícito – não se poderem reduzir às suas propriedades farmacológicas, na medida em que o seu enquadramento e até os seus efeitos estão intimamente dependentes dos referentes socioculturais dos grupos sociais que as utilizam, pelo que há que ter em conta, por um lado, o contexto político, social e económico e, por outro, as experiências e as motivações dos consumidores. Esta visão contraria as conceções médicas e legais que ainda hoje dominam o discurso e a prática das drogas e pressupõe que para entender o uso de drogas como prática é imprescindível conhecer as circunstâncias. Foi essa a razão que me fez ter prestado tanta atenção à análise das vivências na Guerra Colonial Portuguesa e do que significou para um jovem português (tipicamente miliciano e de recrutamento obrigatório) ter participado no conflito. E é também isso que explica o paradoxo que é tudo se ter passado numa altura em que o mundo ocidental, incluindo Portugal (mais tardiamente), iniciava uma «cruzada» contra determinadas drogas. Ou seja, ao mesmo tempo que o poder político forjava um discurso contra a *droga*, assente numa linguagem bélica repleta de termos e metáforas militares, longe de casa, na guerra propriamente dita, as tropas portuguesas usavam uma droga ilícita de uma forma muito própria e sem consequência criminais ou, sequer, disciplinares.

Em suma, pese embora todas as dificuldades advindas de abordar um tema complexo e manifestamente incómodo e sensível, por ter hoje uma carga moral assente na ilicitude e na censura social, pode dizer-se que na Guerra Colonial Portuguesa os usos de *cannabis* tinham um propósito principal: fazer esquecer, mesmo que temporariamente, a experiência da guerra e tornar possível a vida em tão duras condições. No caso do álcool, o mesmo não se pode afirmar de forma tão taxativa, pois os padrões de consumo e as

próprias bebidas alcoólicas em questão eram muito mais diversificados. No entanto, tudo indica que, no contexto da Guerra Colonial Portuguesa, em função das circunstâncias, o uso das duas substâncias psicoativas se inscreveu numa mesma lógica de tornar funcionais os militares num contexto particularmente adverso. Isto é, álcool e *cannabis* eram armas terapêuticas à disposição dos militares portugueses em África.

No caso da Guerra Colonial Portuguesa, o uso de drogas era uma forma de «dar de beber à dor», como reza um célebre fado-canção, ou de «não sentir o fardo horrível do Tempo», como dizia Charles Baudelaire (2002: 49), poeta maldito e membro do *Club des Hashischins*, que se enamorou e desenamorou pela *cannabis*. Não quer dizer que todos os usos de drogas tenham necessariamente essa motivação nem esse significado, até porque, com a presente reflexão antropológica, pretendi demonstrar precisamente que a *droga* é, antes de mais, um conceito político, e que, no que respeita às substâncias psicoativas, há que ter em consideração, por um lado, as circunstâncias e o contexto e, por outro, as experiências, saberes e motivações do utilizador, por muito que o senso comum e os meios de comunicação social, a partir da visão biomédica, insistam em simplificar um fenómeno tão complexo e tendam a descurar, omitir ou desvalorizar a importância da vertente sociocultural.

VI - REFERÊNCIAS

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abel, Ernest (1980), *Marijuana: the First Twelve Thousand Years*, Nova York, Plenum Press.
- Adler, Patricia (1985), *An Ethnography of an Upper-Level Drug Dealing and Smuggling Community*, Nova York, Columbia University Press.
- Afonso, Aniceto e Carlos Matos Gomes (2000), *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Agar, Michael (1997), “Ethnography: an Overview”, *Substance Use & Misuse*, 32 (9), pp.1155-1173.
- Agar, Michael (1980), *The Professional Stranger: an Informal Introduction to Ethnography*, Nova York, Academic Press.
- Agar, Michael (1973), *Ripping and Running: a Formal Ethnography of Urban Heroin Addicts*, Nova York, Seminar Press.
- Agra, Cândido (1998), *Entre Droga e Crime. Actores, Espaços, Trajectórias*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Agra, Cândido (1993), *Dizer a Droga, Ouvir as Drogas*, Porto, Radicário.
- Aguiar, Cristóvão (2007), *Braço Tatuado. Retalhos da Guerra Colonial*, Lisboa, Dom Quixote.
- Albuquerque, Afonso de *et al.* (2003), “Perturbação Pós-Traumática do Stress (PTSD): Avaliação da Taxa de Ocorrência na População Portuguesa”, *Acta Médica Portuguesa*, 16, pp.309-320.
- Albuquerque, Afonso de *et al.* (1992), “Distúrbios Pós-Traumáticos do Stress em Ex-Combatentes da Guerra Colonial”, *Revista de Psicologia Militar*, Número especial, pp.399-407.
- Albuquerque, Afonso de e Fani Lopes. (1997), “Stress de Guerra: a Ferida Encoberta”, *Revista de Psiquiatria* (Hospital Júlio de Matos), X (1), pp.47-56.
- Aldrich, Michael (1997), “History of Therapeutic Cannabis”, em Mary Lynn Mathre (ed.), *Cannabis in Medical Practice. A Legal, Historical, Pharmacological Overview of the Therapeutic Use of Marijuana*, Jefferson, McFarland & Company, Inc.
- Alexander, Bruce (2008), *The Globalisation of Addiction. A Study in Poverty of the Spirit*, Oxford, Oxford University Press.
- Alexandre, Dora (2015), *O Outro Lado da Guerra. Memórias para além das Armas e dos Combates*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Almeida, Fernando (1998), “Homicídio e «Droga»”, *Toxicodependências*, 4 (3), pp.67-74.
- Al-Imam, Ahmed *et al.* (2016), “Captagon: Use and Trade in the Middle East”, *Human Psychopharmacology: Clinical & Experimental*, 32 (3), e2548.
- Alves, Cristina (2001), “Uma História de Ópio”, *Toxicodependências*, 7 (2), pp.77-86.

- Ambler, Charles, Neil Carrier e Gernot Klantschnig (2014), “Introduction”, em Gernot Klantschnig, Neil Carrier, Neil e Charles Ambler (eds.), *Drugs in Africa. Histories and Ethnographies of Use, Trade, and Control*, Nova York, Palgrave Macmillan.
- Amit, Vered (2000), “Introduction. Constructing the Field”, em Vered Amit (ed.), *Constructing the Field. Ethnographic Fieldwork in the Contemporary World*, Londres, Routledge.
- Anslinger, Harry e Courtney Cooper (2008) [1937], “Marijuana: Assassin of Youth”, em James Inciardi e Karen McElrath (eds.), *The American Drug Scene. An Anthology*, 5ª edição, Oxford, Oxford University Press.
- Antunes, António Lobo (2005), *D’este Viver Aqui Neste Papel Descrito*, organizado por Maria José Lobo Antunes e Joana Lobo Antunes, Lisboa, Dom Quixote.
- Antunes, António Lobo (1999) [1998], *Livro de Crónicas*, 2ª edição, Lisboa, Dom Quixote.
- Antunes, António Lobo (1979), *Os Cus de Judas*, 2ª edição, Lisboa, Dom Quixote.
- Antunes, José Freire (1995), *A Guerra de África: 1961-1974*, 2 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Antunes, Luís Dias (2006), “A Ilha de Moçambique, na Segunda Metade do Século XVIII”, *Anais da História de Além-Mar*, VII, pp.197-212.
- Antunes, Maria José Lobo (2015), *Regressos Quase Perfeitos. Memórias da Guerra em Angola*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Aranha, Eduardo Brito (2005), *Um Barco Fardado*, Lisboa, Roma Editora.
- Bacelar, Sérgio (2000), *A Guerra em África, 1961-1974*, Porto, Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto.
- Bach, Damon (2013), *The Rise and Fall of the American Counterculture: a History of the Hippies and Other Cultural Dissidents*, [Tese de Doutoramento], Texas A&M University.
- Baer, Hans, Merrill Singer e Ida Susser (2003), *Medical Anthropology and the World System*, Westport, Praeger.
- Barker, Joshua (2012), “The Ethnographic Interview in an Age of Globalization”, em Richard Fardon *et al.* (eds.), *The SAGE Handbook of Social Anthropology*, Volume 2, Thousand Oaks, Sage.
- Barnard, Alan (2000), *History and Theory in Anthropology*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Bastos, Manuel (2008), *Cacimbados. A Vida por um Fio*, Vila Nova de Gaia, Babel Editores.
- Baudelaire, Charles (2002) [1869], *Do Vinho e do Haxixe*, Sintra, Colares Editora.
- Becerra, Mónica Hinojosa e Isidro Marín Gutiérrez (2017), “El Consumo de Cannabis Durante la Guerra Civil y la Autarquía”, *Cannabis Magazine*, 162, pp. 96-103.
- Becker, Howard (1966), *Outsiders. Studies in the Sociology of Deviance*, Nova York, The Free Press.
- Becker, Howard (1953), “Becoming a Marihuana User”, *The American Journal of Sociology*, 59 (3), pp.235-242.

- Bennett, Andy (2000), *Popular Music and Youth Culture: Music Identity and Place*, Londres, Macmillan.
- Bento, Avelino (2002), “O Lugar da Função Social do Teatro na Vida de um Combatente e Ex-Combatente da Guerra Colonial”, em Rui de Azevedo Teixeira (org.), *A Guerra do Ultramar. Realidade e Ficção*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Bergen-Cico, Dessa (2012), *War and Drugs: the Role of Military Conflict in the Development of Substance Abuse*, Boulder, Paradigm Publishers.
- Berger, Peter e Thomas Luckman (1998) [1966], *A Construção Social da Realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento*, 16ª edição, Petrópolis, Vozes.
- Bernard, H. Russell (2006), *Research Methods in Anthropology. Qualitative and Quantitative Approaches*, Lanham, Altamira Press.
- Berridge, Virginia (2013), *Demons. Our Changing Attitudes to Alcohol, Tobacco & Drugs*, Oxford, Oxford University Press.
- Berridge, Virginia (1984), “Drugs and Social Policy: the Establishment of Drug Control in Britain 1900-30”, *Addiction*, 79 (1), pp.17-29.
- Bersselaar, Dmitri van den (2014), “The Rise of Branded Alcoholic Drinks in West Africa”, em Gernot Klantschnig, Neil Carrier e Charles Ambler (eds.), *Drugs in Africa. Histories and Ethnographies of Use, Trade, and Control*, Nova York, Palgrave Macmillan.
- Blanco, Maria Luisa (2002), *Conversas com António Lobo Antunes*, Lisboa, Dom Quixote.
- Booth, Martin (2005), *Cannabis. A History*, Nova York, Picador.
- Booth, Martin (1996), *Opium. A History*, Nova York, Simon & Schuster.
- Boothroyd, Dave (2006), *Culture on Drugs: Narco-cultural Studies on High Modernity*, Manchester, Manchester University Press.
- Bourdieu, Pierre (1983), *Questões de Sociologia*, Rio de Janeiro, Marco Zero.
- Bourgois, Philippe (1995). *In Search of Respect: Selling Crack in El Barrio*, Nova York, Cambridge University Press.
- Boxer, Charles Ralph (1963), *Two Pioneers of Tropical Medicine: Garcia d'Orta and Nicolás Monardes*, Londres, Wellcome Historical Medical Library.
- Bramão, Ricardo e Marta Azevedo (2015), *Festivais de Música em Portugal*, Lisboa, Chiado.
- Brandão, José (2008), *Cronologia da Guerra Colonial*, Lisboa, Prefácio.
- Bray, Robert e Laurel Hourani (2007), “Substance Use Trends among Active Duty Military Personnel: Findings from the United States Department of Defence Health Related Behavior Surveys, 1980-2005”, *Addiction*, 102, pp.1092-1101.
- Brito, António (2016), *Irmãos de Armas*, Lisboa, Clube do Autor.
- Brito, António (2007), *Olhos de Caçador*, Lisboa, Sextante.
- Brown, Donald (1991), *Human Universals*, Nova York, McGraw-Hill.
- Bucher, Richard e Sandra Oliveira (1994), “O Discurso do «Combate às Drogas» e suas Ideologias”, *Revista de Saúde Pública*, 28, pp.137-145.

- Burns, Eric (2007), *The Smoke of the Gods. A Social History of Tobacco*, Filadélfia, Temple University Press.
- Cabral, João de Pina (2000), “A Difusão do Limiar: Margens, Hegemonias e Contradições”, *Análise Social*, vol. 34 (153), pp.865-892.
- Cabrita, Carlos Antunes (1954), *Em Terras de Luenas. Breve Estudo sobre os Usos e Costumes da Tribo Luena*, Lisboa, Agência do Ultramar.
- Calado, Vasco (2016), “As Drogas em Combate: Usos e Significados das Substâncias Psicoativas na Guerra Colonial Portuguesa”, *Etnográfica*, vol. 20 (3), pp.471-494.
- Calado, Vasco (2013), *Novas Substâncias Psicoativas. O Caso da Salvia Divinorum*, Lisboa, SICAD.
- Calado, Vasco (2009), “Em Torno do Cultivo de Cannabis. Uma Análise do Ciberespaço como Ponto de Partida para uma Investigação”, *Toxicodependências*, 15 (1), pp.43-52.
- Calado, Vasco (2006), *Drogas Sintéticas, Mundos Culturais, Música Trance e Ciberespaço*, Lisboa, IDT.
- Camp, Norman (2015), *US Army Psychiatry in the Vietnam War: New Challenges in Extended Counterinsurgency Warfare*, Fort Sam Houston, U.S. Army Medical Department Center & School.
- Campos, Ângela (2017), *An Oral History of the Portuguese Colonial War. Conscripted Generation*, Cham, Springer International Publishing.
- Campos, Isaac (2012), *Home Grown. Marijuana and the Origins of Mexico's War on Drugs*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press.
- Cann, John P. (2005), *Contra-subversão em África. Como os Portugueses Fizeram a Guerra em África, 1961-1974*, Lisboa, Prefácio.
- Capela, José (1973), *O Vinho Para o Preto: Notas e Textos Sobre a Exportação do Vinho Para África*, Porto, Afrontamento.
- Capelo, Hermenegildo e Roberto Ivens (1881), *De Benguella ás Terras de Iácca: Descrição de uma Viagem na Africa Central e Occidental*, volume I e II, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Capelo, Hermenegildo e Roberto Ivens (1881), *De Benguella ás Terras de Iácca: Descrição de uma Viagem na Africa Central e Occidental*, volume II, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Caputo, Virginia (2000), “At «Home» and «Away». Reconfiguring the Field for Late Twentieth-Century Anthropology”, em Vered Amit (ed.), *Constructing the Field. Ethnographic Fieldwork in the Contemporary World*, Londres, Routledge.
- Cardina, Miguel e Bruno Sena Martins (orgs.) (2018), *As Voltas do Passado. A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Cardina, Miguel (2008), “On Student Movements in the Decay of the Estado Novo”, *Portuguese Journal of Social Science*, 7 (3), pp.151-164, doi: 10.1386/pjss.7.3.151/1
- Cardoso, Gustavo (1998), *Para uma Sociologia do Ciberespaço*, Oeiras, Celta.

- Carlson, Robert *et al.* (2009), “Reflections on 40 years of Ethnographic Drug Abuse Research: Implications for the Future”, *Journal of Drug Issues*, 39 (1), pp.57-70.
- Carreiras, Helena, Celso Castro e Sabina Frederic (2016), “Introduction”, em Helena Carreiras, Celso Castro e Sabina Frederic (eds.), *Researching the Military*, Nova York, Routledge.
- Carrier, Neil e Gernot Klantschnig (2012), *Africa and the War on Drugs*, Londres, Zed Books.
- Carson-DeWitt (ed.) (2003), *Drugs, Alcohol, and Tobacco: Learning About Addictive Behaviour*, vol. II, Detroit, Thomson Gale.
- Carvalho, Henrique (1898), *O Jagado de Cassange na Provincia de Angola*, Lisboa: Typographia de Cristovão Augusto Rodrigues.
- Carvalho, Maria Carmo (2007), *Culturas Juvenis e Novos Usos de Drogas em Meio Festivo*, Porto, Campo das Letras.
- Carvalho, Maria Carmo (2003), “Expressões Psicadélicas Juvenis”, em Graça Índias Cordeiro, Luís Vicente Baptista e António Firmino da Costa (orgs.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras: Celta.
- Casto, Don M. (1970), Marijuana and the Assassins, an Etymological Investigation, *The International Journal of the Addictions*, 5 (4), pp.747-755.
- Catita, Pedro (2006), *O Último Inferno. Guerra Colonial, 1971-1973*, Lisboa, Prefácio.
- Chaves, Miguel (1999), *Casal Ventoso: da Gandaia ao Narcotráfico*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Chaves, Miguel (1998), “Consumos de «Novas Drogas»: Pontos de Partida para a Investigação Sociológica”, *Toxicodependências*, 4 (2), pp.15-23.
- Clifford, James e George Marcus (eds.) (1986), *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley, University of California Press.
- Coelho, Adolfo (1934), *Ópio, Cocaína e Escravatura Branca*, Lisboa, Livraria Clássica.
- Cohen, Peter (1990), *Drugs as a Social Construct*, Amesterdão, Universiteit van Amsterdam.
- Cohen, Stanley (2002) [1972], *Folk Devils and Moral Panics. The Creation of the Mods and Rockers*, 3ª edição, Londres, Routledge.
- Cole, Sally (1994) [1991], *Mulheres da Praia. O Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Conde de Ficalho (1947 [1884], *Plantas Uteis da Africa Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- Connerton, Paul (2009), *How Modernity Forgets*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Connerton, Paul (1993) [1989], *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta.
- Coomber, Ross *et al.*, (2013), *Key Concepts in Drugs and Society*, Londres, Sage.
- Correia, Pedro de Pezarat (2003), “A Guerra por Dentro”, em Jorge Ribeiro, *Capital Mueda*, Porto, Campo das Letras.
- Costa, António Pereira (2009), “A Guerra...”, *Jornal do Exército*, 588, pp.16-23.

- Costa, Carlos (2007), *A Droga, o Poder Político e os Partidos em Portugal*, Lisboa, IDT.
- Costa, João Alves da (1976), *Droga e Prostituição em Lisboa*, Amadora, Livraria Bertrand.
- Cottrell, Robert (2015), *Sex, Drugs, and Rock'n'Roll: the Rise of America's 1960s Counterculture*, Lanham, Rowman & Littlefield.
- Couceiro, Henrique de Paiva (1892), *Relatório de Viagem entre Bailundo e as Terras do Mucusso*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Courtwright, David, Herman Joseph e Don Des Jarlais (2012) [1989], *Addicts Who Survived. An Oral History of Narcotic Use in America before 1965*, Knoxville, The University of Tennessee Press.
- Courtwright, David (2002) [2001], *Forces of Habit. Drugs and the Making of the Modern World*, 3ª edição, Cambridge, Harvard University Press.
- Cruz, Olga (2011), *Histórias e Trajectórias de Consumidores «Não Problemáticos» de Drogas Ilícitas*, [Tese de Doutoramento], Universidade do Minho.
- Cruz, Olga, Carla Machado e Luís Fernandes (2012), “O «Problema da Droga»: Sua Construção, Desconstrução e Reconstrução”, *Análise Psicológica*, 30 (1-2), pp.49-61.
- Cunha, Manuela Ivone (2002), *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajetos*, Lisboa, Fim de Século.
- Daftary, Farhad (2006), “The «Order of the Assassins»: J. von Hammer and the Orientalist Misrepresentation of the Nizari Ismailis”, *Iranian Studies*, 39 (1), pp.71-82.
- Davis, Charlotte (1999), *Reflexive Ethnography: a Guide to Researching Selves and Others*, Londres, Routledge.
- Decorte, Tom (2011), “Blinding Ourselves with Science: the Chronic Infections of our Thinking on Psychoactive Substances”, em Geoffrey Hunt, Maitena Milhet e Henri Bergeron (eds.), *Drugs and Culture. Knowledge, Consumption and Policy*, Farnham, Ashgate.
- Denzin, Norman (2009) [1970], *The Research Act. A Theoretical Introduction to Sociological Methods*, New Brunswick, Aldine Transaction.
- Denzin, Norman (1997), *Interpretative Ethnography: Ethnographic Practices for the 21st Century*, Thousand Oaks, Sage.
- De Rios, Marlene Dobkin (1972), *Visionary Vine: Hallucinogenic Healing in the Peruvian Amazon*, Prospect Heights, Waveland Press.
- DePadilla, Lara (2009), “Military, Drug and Alcohol Use in U.S. Military”, em Henry Kranzler e Pamela Korsmeyer (eds.), *Encyclopedia of Drugs, Alcohol & Addictive Behavior*, vol. IV, 3ª edição, Detroit, Macmillan Reference USA.
- Derrida, Jacques (1995) [1989], “Retóricas de la Droga”, *Revista Colombiana de Psicología*, 4, pp.33-44.
- Devillard, M. José, Adela Mudanó, e Álvaro Pazos (2012), “Apuntes Metodológicos sobre la Conversación en el Trabajo Etnográfico”, *Política Y Sociedad*, vol. 49, (2), pp.353-369.

- Dias, Jorge e Margot Dias (1964), *Os Macondes de Moçambique. Volume II: Cultura Material*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- Dias, Lúcia (2007), *As Drogas em Portugal. O Fenómeno e os Factos Jurídicos-Políticos de 1970 a 2004*, Coimbra, Pé de Página.
- Diniz, José Ferreira (1918), *Populações indígenas de Angola*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- D'Ornellas, Ayres (1905), *Raças e Línguas Indígenas em Moçambique. Memória Apresentada ao Congresso Colonial Nacional*, Lisboa, A Liberal – Officina Typographica.
- Douglas, Mary (ed.) (1987), *Constructive Drinking. Perspectives on Drink from Anthropology*, Cambridge, Press Syndicate of the University of Cambridge.
- Durão, Catarina (2013), *Intervenção em Dependências – Um Novo Desafio*, [Tese de Mestrado], Universidade de Aveiro.
- Duvall, Chris (2014), *Cannabis*, Londres, Reaktion Books.
- Emboden, William (1999) [1972], “Ritual Use of Cannabis Sativa L: a Historical-Ethnographic Survey”, em Peter Furst (ed.), *Flesh of the Gods. The Ritual Use of Hallucinogens*, Prospect Heights, Waveland Press.
- EMCDDA (2018), *Captagon: Understanding today's Illicit Market*, Luxemburgo, Publications Office of the European Union.
- Eriksen, Thomas e Finn Nielsen (2001), *A History of Anthropology*, Londres, Pluto Press.
- Escobar, Arturo (1994), “Welcome to Cyberia: Notes on the Anthropology of Cyberculture”, *Current Anthropology*, 35 (3), pp.211-231.
- Escohotado, Antonio (1998), *Historia General de las Drogas*, Madrid, Alianza Editorial.
- Estêvão, Nuno (2000), “Os Meios Católicos Portugueses Perante a Guerra Colonial: Reconfigurações da Questão Religiosa”, *Lusitânia Sacra*, 12, pp.221-265.
- Fabian, Johannes (2000), “Charisma, Cannabis, and Crossing of Africa”, em Johannes Fabian, *Out of Our Minds. Reason and Madness in the Exploration of Central Africa*, Berkeley, University of California Press.
- Farber, David (2002), “The Intoxicated State/Illegal Nation: Drugs in the Sixties Counterculture”, em Peter Braunstein e Michael William Doyle (eds.), *Imagine Nation. The American Counterculture of the 1960s and '70's*, Nova York, Routledge.
- Fardon, Richard et al. (eds.) (2012), *The SAGE Handbook of Social Anthropology*, 2 volumes, Londres, Sage.
- Faria, Paulo (2016), *Estranha Guerra de Uso Comum*, Lisboa, Ítaca.
- Feixa, Carles (1998), *De Jóvenes, Bandas y Tribus*, Barcelona: Editorial Ariel.
- Fernandes, João (2004), *Selvagens Bebedeiras: Álcool, Embriaguez e Contatos Culturais no Brasil Colonial*, [Tese de Mestrado], Universidade Federal Fluminenses.
- Fernandes, Luís (1998), *O Sítio das Drogas. Etnografias das Drogas num Periferia Urbana*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Fernandes, Luís (1995), “O Sítio das Drogas. Etnografia Urbana dos Territórios Psicotrópicos”, *Toxicodependências*, 1 (2), pp.22-32.

- Fernandes, Luís e Catarina Ribeiro (2002), “Redução de Riscos, Estilos de Vida *Junkie* e Controlo Social”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp.57-68.
- Fernandes, Luís e Maria Carmo Carvalho (2000), “Por Onde Anda o que se Oculta: o Acesso a Mundos Sociais de Consumidores Problemáticos de Drogas Através do Método do «Snowball»”, *Toxicodependências*, 6 (3), pp.17-28.
- Ferraz, Carlos Vale (2008) [1982], *Nó Cego*, Alfragide, Casa das Letras.
- Ferreira, Alcino (2011), *A Minha Guerra. Um Testemunho da Guerra Colonial por Quem a Viveu*, Lisboa, Clube do Autor.
- Fonseca, Ernesto Paulo e Jorge Quintas (1997), *A Criminalização da Droga: da Emergência à Aplicação da Lei*, Lisboa, Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Fontana, Andrea e James Frey (2005) [1994], “The Interview”, em Norman Denzin e Yvonna Lincoln (eds.), *The Sage Handbook of Qualitative Research* (3ª edição), Thousand Oaks, Sage, pp.361-376.
- Fontes, Luis e João Carvalho (2011), “Uma Breve História da Cannabis em Portugal”, em Jack Herer, *O Rei Vai Nu. O Cânhamo e a Conspiração Contra a Marijuana*, 3ª edição, Porto, Via Ótima.
- Foucault, Michel (2005) [1999], *Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*, São Paulo, Martins Fontes.
- Foucault, Michel (1994) [1984] [1976], *História da Sexualidade*, 3 volumes, Lisboa, Relógio d’Água.
- Foucault, Michel (1984) [1979], *Microfísica do Poder*, 4ª edição, Rio de Janeiro, Edições Graal.
- Foucault, Michel (1975), *Surveiller et Punir*, Paris, Editions Gallimard.
- França, José Augusto (1992), *Os Anos 20 em Portugal: Estudo dos Factos Sócio-culturais*, Lisboa, Editorial Presença.
- Fraser, Suzanne e David Moore (2011), “Introduction. Constructing Drugs and Addiction”, em Suzanne Fraser e David Moore (eds.), *The Drug Effect. Health, Crime and Society*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Furst, Peter (1976), *Hallucinogens and Culture*, São Francisco, Chandler & Sharp Publishers.
- Galvão, Henrique (1942), *Outras Terras, Outras Gentes. 25.000 Quilómetros em Angola*, volume II, Lisboa, Livraria Francisco Franco.
- Gair, Christopher (2007), *The American Counterculture*, Edimburgo, Edinburgh University Press.
- Garcia, Francisco Proença (2010), *A Guerra de Moçambique, 1964-1974*, Matosinhos, QuidNovi.
- Garcia, Francisco Proença (2006), *Batalhas da História de Portugal. Guerra de África – Moçambique (1964-1974)*, Matosinhos, QuidNovi.
- Gately, Iain (2008), *Drink. A Cultural History of Alcohol*, Nova York, Gotham Books.
- Gately, Iain (2001), *Tobacco. A Cultural History of How an Exotic Plant Seduced Civilization*, Nova York, Grove Press.

- Gennep, Arnold van (2008) [1909], *Los Ritos de Paso*, Madrid, Alianza Editorial.
- Gezon, Lisa (2016) [2012], *Drug Effects: Khat in Biocultural and Socioeconomic Perspective*, Nova York, Routledge.
- Golding, William (1997) [1954], *O Deus das Moscas*, Lisboa, Vega.
- Gomes, Carlos Matos (2013), “A Africanização na Guerra Colonial e as suas Sequelas. Tropas Locais – Os Vilões nos Ventos da História”, em Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins (orgs.), *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: Alianças Secretas, Mapas Imaginados*, Coimbra, CES/Almedina.
- Gomes, Mário (2011), *A Politização dos Militares do Exército Entre 1961 e 1974*, [Tese de Mestrado], ISCTE.
- González-Alcaide, Gregorio *et al.* (2009), “A Investigação sobre Toxicodependência em Portugal: Produtividade, Colaboração Científica, Grupos de Trabalho e Âmbitos de Investigação Abordados”, *Toxicodependências*, 15 (2), pp.13-34.
- Good, Byron (1994), *Medicine, Rationality and Experience: an Anthropological Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Goode, Erich (2018), “Howard Becker, Drug User and the Sociology of Deviance”, *Journal of Drug Abuse*, 4(1), p.8.
- Goode, Erich (1972), *Drugs in America Society*, Nova York, Alfred Knopf.
- Goode, Erich (1970), *The Marijuana Smokers*, Nova York, Basic Books.
- Goodman, Jordan (2007), “Excitantia: or, How Enlightenment Europe Took to Soft Drugs”, em Jordan Goodman, Paul Lovejoy e Andrew Sherratt (eds.), *Consuming Habits. Global and Historical Perspectives on How Cultures Define Drugs*, Londres, Routledge.
- Goodman, Jordan (ed.) (2005), *Tobacco in History and Culture. An Encyclopedia*, 2 volumes, Detroit, Thomson Gale.
- Goodman, Jordan, Paul E. Lovejoy e Andrew Sherratt (eds.) (2007) [1995], *Consuming Habits. Global and Historical Perspectives on How Cultures Define Drugs*, segunda edição, Londres, Routledge.
- Graeber, David (2011), “Consumption”, *Current Anthropology*, vol. 52, pp. 489-511.
- Gramsci, Antonio (1988) [1947], *Prison Letters*, Londres, Pluto Press.
- Griffiths, Paul e Jane Mounteney (2010), “Drug Trend Monitoring”, em Peter G. Miller, John Strang e Peter M. Miller (eds.), *Addiction Research Methods*, Oxford, Wiley-Blackwell, pp.337-354.
- Grim, Ryan (2009), *This is Your Country on Drugs. The Secret History of Getting High in America*, Hoboken, John Wiley & Sons.
- Grund, Jean-Paul (1993), *Drug Use as a Social Ritual: Functionality, Symbolism and Determinants of Self-Regulation*, Roterão, IVO – Addiction Research Institute.
- Guba, David (2016), “Antoine Isaac Silvestre de Sacy and the Myth of the Hachichins: Orientalizing Hashish in Nineteenth-Century France”, *Social History of Alcohol and Drugs*, 30, pp.50-74.
- Guerra, João Paulo (2016), *Corações Irritáveis*, Lisboa, Clube do Autor.
- Gutiérrez, Isidro Marín (2016), *Historia General del Cannabis*, Madrid, Amargord.

- Gutmann, Matthew e Catherine Lutz (2010), *Breaking Ranks: Iraq Veterans Speak Out Against the War*, Berkeley, University of California Press.
- Hacking, Ian (1999), *The Social Construction of What?*, Cambridge, Harvard University Press.
- Halbwachs, Maurice (1994) [1925], *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, Albin Michel.
- Hall, Stuart e Tony Jefferson (eds.) (1976), *Resistance through Rituals: Youth Subcultures in Postwar Britain*, Londres, Hutchinson.
- Hari, Johann (2015), *Chasing the Scream, The First and last Days of the War on Drugs*, Nova York, Bloomsbury.
- Hart, Carl (2014) [2013], *Um Preço Muito Alto. A Jornada de um Neurocientista que Desafia Nossa Visão sobre as Drogas*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Hartogsohn, Ido (2017), “Constructing Drug Effects: a History of Set and Setting”, *Drug, Science, Policy and Law*, 3, pp.1-17.
- Heath, Dwight (2000), *Drinking Occasions: Comparative Perspectives on Alcohol and Culture*, Filadélfia, Taylor and Francis.
- Heath, Dwight (1976), “Anthropological Perspectives on Alcohol: an Historical Review”, em Michael Everett, Jack Waddell e Dwight Heat (eds.), *Cross-Cultural Approaches to the Study of Alcohol: An Interdisciplinary Perspective*, Haia, Mouton.
- Heintze, Beatrix (2010) [1999], *Exploradores Alemães em Angola (1611-1954). Apropriações Etnográficas entre Comércio de Escravos, Colonialismo e Ciência*, e-book disponível on-line em <http://www.frobenius-institut.de/images/downloads/exploradores.pdf>
- Henriques, Isabel Castro (1997), *Percursos da Modernidade em Angola. Dinâmicas Comerciais e Transformações Sociais no Século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Comercial.
- Henriques, Susana (2003a), “Novos Consumos em Ambientes de Lazer: «Risco Cultivado?»», em Graça Índias Cordeiro, Luís Vicente Baptista e António Firmino da Costa (orgs.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras: Celta.
- Henriques, Susana (2003b), *O Universo do Ecstasy. Contributos para uma Análise dos Consumidores e Ambientes*, Azeitão, Autonomia.
- Herer, Jack (2011) [2000], *O Rei Vai Nu. O Cânhamo e a Conspiração Contra a Marijuana*, 3ª edição, Porto, Via Óptima.
- Hine, Christine (2000), *Virtual Ethnography*, Londres, Sage.
- Hockey, Jenny e Martin Forsey (2012), “Ethnography is Not Participant Observation: Reflections on the Interview as Participatory Qualitative Research”, em Jonathan Skinner (ed.), *The Interview. An Ethnographic Approach*, Londres, Berg.
- Hodgson, Marshall (1980) [1955], *The Order of the Assassins. The Struggle of the Early Nizari Ismailis Against the Islamic World*, Gravenhage, Mouton.
- Horst, Heather & Daniel Miller (eds.) (2012), *Digital Anthropology*, Londres, Berg.

- Hout, Marie Claire van e John Wells (2006), “Is Captagon (Fenethylline) Helping to Fuel the Syrian Conflict?”, *Addiction*, 111 (4), pp.748-749
- Hunt, Geoffrey e Judith Barker (2001), “Socio-Cultural Anthropology and Alcohol and Drug Research: Towards a Unified Theory”, *Social Science & Medicine*, 53, pp.165-188.
- Hutchinson, Harry William (1975), “Patterns of Marihuana Use in Brazil”, em Vera Rubin (ed.), *Cannabis and Culture*, Haia, Mouton Publishers.
- Inglis, Brian (1975), *The Forbidden Game. A Social History of Drugs*, Nova York, Charles Scribner’s Sons.
- Ingold, Tim (2017), “Anthropology Contra Ethnography”, *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 7 (1), pp.21-26.
- Ingold, Tim (2014), “That’s Enough About Ethnography!”, *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 4 (1), pp.383-395.
- Ingold, Tim (2008), “Anthropology is Not Ethnography: Raddcliffe-Brown Lecture in Social Anthropology”, *Proceedings of the British Academy*, 154, pp.69-92.
- Jaffe, Jerome (2010), “A Follow-Up of Vietnam Drug Users: Origins and Context of Lee Robins’ Classic Study”, *The American Journal of Addictions*, 19, pp.212-214.
- James, William e Stephen Johnson (1996), *Doin’ Drugs. Patterns of African American Addiction*, Austin, University of Texas Press.
- Janeiro, António (2012), *Regresso a Angola (por Não Ter Partido)*, Lisboa, Edições Vieira da Silva.
- Jay, Mike (2010), *High Society. Mind-altering Drugs in History and Culture*, Londres, Thames & Hudson.
- Jiggins, John (2004), *Marijuana Australiana: Cannabis Use, Popular Culture, and the Americanisation of Drugs Policy in Australia, 1938-1988*, [Tese de Doutoramento], Queensland University of Technology.
- Jones, Edgar e Nicola Fear (2011), “Alcohol Misuse within the Military: a Review”, *International Review of Psychiatry*, 23, pp.166-172.
- Jones, James (1999) [1962], *A Barreira Invisível*, Lisboa, Europa-América.
- Johnston, Thomas (1973), “Dagga Use among the Shangana-Tsonga of Mozambique and the Northern Transvaal”, *Zeitschrift für Ethnologie*, 98 (2), pp.277-286.
- Jossias, Elísio (2007), *Entre a Colónia e a Nação: Moçambicanos Deficientes Físicos das Forças Armadas Portuguesas*, [Tese de Mestrado], ISCTE.
- Junod, Henri (1912), *The Life of a Southern African Tribe. Volume I: The Social Life*, Neuchatel, Imprimerie Attinger Freres.
- Kamienski, Lukasz (2016), *Shooting Up: a Short History of Drugs and War*, Oxford, Oxford University Press.
- Kan, Paul (2009), *Drugs and Contemporary Warfare*, Dulles, Pontomac Books.
- Kemmesies, Uwe (2000), “How to Reach the Unknown:the Snowball Technique”, em Gloria Greenwood e Kathy Robertson (eds.), *Understanding and Responding to Drug Use: the Role of Qualitative Research*, EMCDDA Scientific Monograph

Series (4), Cidade do Luxemburgo, Office for Official Publications of the European Communities.

- Klantschnig, Gernot (2014), “Histories of Cannabis Use and Control in Nigeria, 1927-1967”, em Gernot Klantschnig, Neil Carrier e Charles Ambler (eds.), *Drugs in Africa. Histories and Ethnographies of Use, Trade, and Control*, Nova York, Palgrave Macmillan, pp.69-88.
- Klein, Axel (2012), “The Anthropology of Drugs”, em Richard Fardon *et al.* (eds.), *The SAGE Handbook of Social Anthropology*, vol. II, Londres, Sage.
- Klein, Axel (2008), *Drugs and the World*, Londres, Reaktion Books.
- Kleinman, Arthur (1995), *Writing at the Margin: Discourse between Anthropology and Medicine*, Berkeley, University of California Press.
- Kleinman, Arthur (1988), *The Illness Narratives: Suffering, Healing & the Human Condition*, Nova York, Basic Books.
- Kleinman, Arthur, Veena Das & Margaret Lock (eds.) (1997), *Social Suffering*, Berkeley, University of California Press.
- Kozinets, Robert (2010), *Netnography. Doing Ethnography Research Online*, Londres, Sage.
- Kuzmarov, Jeremy (2009), *The Myth of the Addicted Army. Vietnam and the Modern War on Drugs*, Boston, University of Massachusetts Press.
- Kuzmarov, Jeremy (2007), “The Myth of the «Addicted Army»: Drug Use in Vietnam in Historical Perspective”, *War & Society*, 26 (2), pp.121-141.
- Kvale, Steinar (2006), “Dominance Through Interviews and Dialogues”, *Qualitative Inquiry*, 12 (3), pp.480-500.
- Kvale, Steinar (1996), *InterViews: an Introduction to Qualitative Research Interviewing*, Londres, Sage.
- La Barre, Weston (1938), *The Peyote Cult*, New Haven, Yale University Press.
- Laniel, Laniel (2017), *Captagon: Déconstruction d’un Mythe*, e-book disponível on-line em <https://www.ofdt.fr/BDD/publications/docs/epfxllwb.pdf>
- Leach, Edmund (1989) [1982], *A Diversidade da Antropologia*, Lisboa, Edições 70.
- Lee, A. Martin (2012), *Smoke Signals: a Social History of Marijuana — Medical, Recreational, and Scientific*, Nova York, Scriber.
- Letria, José Jorge (2002), “A Cantiga Foi uma Arma... Contra a Guerra Colonial”, em Rui de Azevedo Teixeira (org.), *A Guerra do Ultramar. Realidade e Ficção*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Leite, Pedro (2009), *As Forças de Quadrícula: Pontos de Contacto entre as guerras em África e os Conflitos Atuais*, [Trabalho de Investigação Aplicada], Lisboa, Academia Militar.
- Lenson, David (1995), *On Drugs*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Levine, Harry (1984), “The Alcohol Problem in America: from Temperance to Alcoholism”, *British Journal of Addiction*, 79, pp.109-119.

- Levine, Harry (1978), "The Discovery of Addiction", *Journal of Studies on Alcohol*, 39, pp.143-174.
- Lewis, Bernard (2003) [1967], *The Assassins. A Radical Sect in Islam*, Nova York, Basic Books.
- Lewis, Bernard (2002) [1958], *The Arabs in History*, Oxford, Oxford University Press.
- Lewis, Marc (2015), *The Biology of Desire. Why Addiction is not a Disease*, Nova York, Public Affairs.
- Lindesmith, Alfred (1938), "A Sociological Theory of Drug Addiction", *American Journal of Sociology*, 43(4), pp.593-613.
- Loja, António (2013) [2002], *As Ausências de Deus. No Labirinto da Guerra Colonial*, 2ª edição, Lisboa, Âncora Editora.
- Lopes, Daniel Seabra (1998), *Ex-combatentes da Guerra Colonial: Experiência e Identidades: Ensaio de Construção de um Objeto Antropológico*, [Tese de Mestrado], ISCTE.
- Lovejoy, Paul (2007) [1995], "Kola Nuts: the 'Coffee' of the Central Sudan", em Jordan Goodman, Paul Lovejoy e Andrew Sherratt, (eds.), *Consuming Habits. Global and Historical Perspectives on How Cultures Define Drugs*, Londres, Routledge.
- Lupton, Deborah (1994), *Medicine as Culture: Illness, Disease and the Body in Western Societies*, Londres, Sage.
- Machado, Alberto (2003), *Aconteceu no Leste de Angola*, Beja, Samarcanda.
- MacAndrew, Craig Robert Edgerton (1969), *Drunken comportment: a Social Explanation*, Chicago, Aldine.
- MacRae, Edward (2001), "Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualísticos", em Sérgio Dario Seibel e Alfredo Toscano Jr. (eds.), *Dependência de Drogas*, São Paulo, Editora Atheneu.
- MacRae, Edward (2004), "Abordagens Qualitativas na Compreensão do Uso de Psicoativos", em Alba Riba de Almeida *et al.* (orgs.), *Drogas. Tempos, Lugares e Olhares Sobre seu Consumo*, Salvador, EDUFBA.
- Maia, Ângela Costa *et al.* (2006), "Por Baixo das Pústulas da Guerra: Reflexões Sobre um Estudo com Ex-Combatentes da Guerra Colonial", em Manuel Gama (ed.), *A Guerra Colonial (1961-1974)*, Braga, Centro de Estudos Lusíadas / Universidade do Minho.
- Manning, Paul (2014), *Drugs and Popular Culture in the Age of New Media*, Nova York, Routledge.
- Maraniss, David (2003), *They Marched Into Sunlight. War and Peace, Vietnam and America, October 1976*, Nova York, Simon & Schuster.
- Marcus, George (2009), "Introduction. Notes Toward and Ethnographic Memoir of Supervising Graduate Research Through Anthropology's Decades of Transformation", em James Faubion e George Marcus (eds.), *Fieldwork is not What Used to Be. Learning Anthropology's Method in a Time of Transition*, Ithaca, Cornell University Press.
- Marcus, George (1995), "Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography", *Annual Review of Anthropology*, vol. 24, pp. 95-117.

- Marina, José António (2008) [2006], *O Medo. Tratado sobre a Valentia*, Lisboa, Sextante Editora.
- Marques, Ana Rita (2008), *A(s) Droga(s) e a(s) Toxicoddependência(s) – Representações Sociais e Políticas em Portugal*, [Tese de Mestrado], Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- Martins, Abílio (1971), “A Droga”, *Brotéria*, 93 (10), pp.45-57.
- Martins, Abílio (1963), “Cânhamo, Haxixe e Terrorismo”, *Brotéria*, 76 (6), pp.680-690.
- Martins, Bruno Sena (2015), “Violência Colonial e Testemunho: Para uma Memória Pós-Abissal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, pp. 105-126.
- Martins, Bruno Sena (2014), “Imperial Memory: the Home of Silences in Portuguese Colonial War”, *Conference Proceedings - 5th European Conference on African Studies African Dynamics in a Multipolar World*. Lisboa, Centro de Estudos Africanos.
- Martins, Bruno Sena (2013), “Guerra e Memória Social: A Deficiência como Testemunho”, *Fractal, Revista de Psicologia*, 25, 1, pp.3-22.
- Martins, José Manuel (2003), *Zau-Évua. Terra de Ninguém, Sítio de Vivências*, Seixal, Letras d’Ouro.
- Mateus, Dalila Cabrita e Álvaro Mateus (2016), *Histórias Coloniais*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Mateus, Dalila Cabrita e Álvaro Mateus (2011), *Angola 61: Guerra Colonial, Causas e Consequências*, Lisboa, Texto Editores.
- Matos, Helena (2018), “Anos 70. Quando a Droga Deixou de Ser um Vício de Artistas e Passou a Ser o Flagelo da Juventude”, *Observador* 17/6/2018. Disponível on-line em <https://observador.pt/especiais/anos-70-quando-a-droga-deixou-de-ser-um-vicio-de-artistas-e-passou-a-ser-o-flagelo-da-juventude/>
- Matthee, Rudi (1995), “Exotic Substances: the Introduction and Global Spread of Tobacco, Coffee, Cocoa, Tea and Distilled Liquor, Sixteenth to Eighteenth Centuries”, em Roy Porter e Mikulás Teich (eds.), *Drugs and Narcotics in History*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Measham, Fiona e Michael Shiner (2009), “The Legacy of Normalisation: the Role of Classical and Contemporary Criminological Theory in Understanding Young People’s Drug Use”, *Journal of Drug Policy*, 20 (6), pp.502-508.
- Medeiros, Eduardo (1988), *Bebidas Moçambicanas de Fabrico Artesanal*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.
- Melo, João (org.) (1988), *Os Anos da Guerra 1961-1975: Os Portugueses em África – Crónica, Ficção e História*, 2 volumes, Lisboa, Círculo de leitores.
- Mesquita, José Alberto (2004), *O Inferno Verde. Moçambique, 1968-1972*, Lisboa, Prefácio.
- Milheiros, Mário (1951), *Etnografia Angolana: Esboço para um Estudo Etnográfico das Tribos de Angola*, Luanda, Mensário Administrativo.
- Milhet, Maitena, Molly Moloney, Henri Bergeron e Geoffrey Hunt (2011), “Introduction. Drugs and Culture”, em Geoffrey Hunt, Maitena Milhet e Henri Bergeron (eds.), *Drugs and Culture. Knowledge, Consumption and Policy*, Farnham, Ashgate.

- Miller, Daniel e Don Slater (2000), *The Internet. An Ethnographic Approach*, Oxford, Berg.
- Miller, Marissa (2008) [1997], “History and Epidemiology of Amphetamine Abuse in the United States”, em James Inciardi e Karen McElrath (eds.), *The American Drug Scene. An Anthology*, 5ª edição, Oxford, Oxford University Press.
- Monteiro, Joana (2013), *Da Liamba ao Pó: Perspetivas Sobre o Percorso Nacional das Drogas*, [Tese de Mestrado], Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Monteiro, Miguel Corrêa (2002), “Não Voltes para Casa – um Relato de Fim de Império”, em Rui de Azevedo Teixeira (org.), *A Guerra do Ultramar. Realidade e Ficção*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Moore, David (1993), “Ethnography and Illicit Drug Use: Dispatches from an Anthropologist in the «Field»”, *Addiction Research*, 1, pp.11-25.
- Morin, Edgar (2002) [1962], *Cultura de Massas no Século XX. O Espírito do Tempo – 1 Neuroses*, 9ª edição, Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária.
- Morrell, David (2000) [1972], *First Blood*, Nova York, Warner Books.
- Muggleton, David (2000), *Inside Subcultures: the Postmodern Meaning of Style*, Londres, Berg.
- Múrias, Manuel Beça (2009), *O Salazar Nunca Mais Morre. Cartas de África em Tempo de Guerra e Amor*, Lisboa, Planeta.
- Murphy, Sheigla, Paloma Sales e Sheigla Averill (2016), “Ethnographic Studies of Drugs in Communities”, em Henry Brownstein (ed.), *The Handbook of Drugs and Society*, Oxford, John Wiley & Sons.
- Musto, David e Pamela Korsmeyer (2002), *The Quest for Drug Control Politics and Federal Policy in a Period of Increasing Substance Abuse, 1963–1981*, New Haven, Yale University Press.
- Musto, David (1999) [1973], *The American Disease. Origins of Narcotic Control. Third Edition*, Oxford, Oxford University Press.
- Nahas, Gabriel (1982), “Hashish in Islam. 9th to 18th Century”, *Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 58 (9), pp.814-831.
- Niza, José (2012), *Golden Gate. Um Quase Diário de Guerra*, Alfragide, Dom Quixote.
- Nogueira, Carlos (2013), “O Soldado Português nos Cancioneiros Lírico e Narrativo”, *Educação, Cultura e Comunicação*, 4 (8), pp.27-40.
- Nutt, David (2012), *Drugs – Without the Hot Air: Minimizing the Harms of Legal and Illegal Drugs*, Cambridge, UIT.
- Oeiras, Luís (2009), *Mueda-Lua*, Lisboa, Roma Editora.
- Ohler, Norman (2016) [2015], *Blitzed: Drugs in Nazi Germany*, Londres, Penguin Books.
- Oliveira, Humberto Nuno (2011), “O Cinquentenário do Quê? A Guerra de África 1961-1974”, *Lusitana História*, 8, pp.9-36.
- Oliveira, Susana (2008), *Traumas de Guerra: Traumatização Secundária das Famílias dos Ex-Combatentes da Guerra Colonial com PTSD*, [Tese de Mestrado], Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

- Orta, Garcia da (2011) [1563], *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, 2 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Page, Bryan e Merrill Singer (2010), *Comprehending Drug Use. Ethnographic Research at the Social Margins*, New Brunswick, Rutgers University Press.
- Pais, José Machado (1990), “A Construção Sociológica da Juventude. Alguns Contributos”, *Análise Social*, XXV (105-106), pp.139-165.
- Pantoja, Selma (2008), “Women’s Work in the Fairs and Markets of Luanda”, em Clara Sarmiento (ed.), *Women in the Portuguese Colonial Empire; the Theatre of Shadows*, Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing.
- Parascandola, John (1995), “The Drug Habit: the Association of the Word «Drug» with Abuse in American History” em Roy Porter e Mikulás Teich (eds.), *Drugs and Narcotics in History*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Peele, Stanton (2016), “People Control Their Addictions: no Matter how much the «Chronic» Brain Disease Model of Addiction Indicates Otherwise, we know that People can quit Addictions – with Special Reference to Harm Reduction and Mindfulness”, *Addictive Behaviors Reports*, 4, pp.97-101.
- Peele, Stanton (2000), “What Addiction is and is not: The impact of Mistaken Notions of Addiction”, *Addiction Research*, 8(6), pp.599-607.
- Peele, Stanton (1998), *The Meaning of Addiction: an Unconventional View*, San Francisco, Jossey-Bass.
- Peele, Stanton (1990), “Addiction as a Cultural Concept”, *Annals of the New York Academy of Sciences*, 602, pp.205-220.
- Peele, Stanton (1977), “Redefining Addiction: Making Addiction a Scientifically and Socially Useful Concept”, *International Journal of Health Services*, 7, pp.103-124.
- Pereira, Ana Rita (2012), *Trauma e Perturbação de Stress Pós-Traumático*, [Tese de Mestrado], ISPA.
- Pereira, Maria Graça *et al.* (2010), “PTSD, Psicologia e Tipo de Família em Veteranos de Guerra Colonial Portuguesa”, *Revista de Psicologia Militar*, 19, pp.211-232.
- Pereira, Rogério (2011), *Almas que Não Foram Fardadas*, Oeiras, Espaço e Memória – Associação Cultural de Oeiras.
- Pereira, Teresa Matos (2011), *Uma Travessia da Colonialidade. Intervisualidades da Pintura, Portugal e Angola*, [Tese de Doutoramento], Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.
- Peretti-Watel, Patrick (2011), “Epidemiology as a Model: Processing Data through a Black Box?”, em Geoffrey Hunt, Maitena Milhet e Henri Bergeron (eds.), *Drugs and Culture. Knowledge, Consumption and Policy*, Farnham, Ashgate.
- Pieper, Werner (ed.) (2002), *Nazis on Speed: Drogen im 3. Reich*, Lohrbach, Grune Kraft.
- Pimentel, Francisco Lobo (2009) [1927], *Relatório sobre os Usos e Costumes no Posto Administrativo de Chinga. Distrito de Moçambique, 1927*, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. E-book disponível on-line em https://www.africanos.eu/images/publicacoes/livros_electronicos/EB012.pdf

- Pinheiro, Joaquim Franco (1963), “Testemunho dos Acontecimentos de Angola”, *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 1810, pp.93-98.
- Pink, Sarah (2000), “«Informants» Who Come «Home»”, em Amit Vered (ed.), *Constructing the Field. Ethnographic Fieldwork in the Contemporary World*, Londres, Routledge.
- Pinto, António Costa (2001), *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Pinto, Serpa (1881), *Como Eu Atravessei África do Atlantico ao Mar Índico. Viagem de Benguella à Contra-Costa*, 2º volume, Londres, Sampson Low, Marston, Searle e Rivington.
- Plant, Sadie (2001) [1999], *Writing on Drugs*, Londres, Faber and Faber.
- Poiares, Carlos (2003), “A Droga e a Humanidade – Reflexão Psicocriminal”, em Dário Moura Vicente (org.), *Problemas Jurídicos da Droga e da Toxicodependência*, volume I, Suplemento da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra, Coimbra Editora.
- Poiares, Carlos (1999a), *Análise Psicocriminal da Droga: o Discurso do Legislador*, Porto, Almeida & Leitão.
- Poiares, Carlos (1999b), “Contribuição para uma Análise História da Droga”, *Toxicodependências*, 5 (1), pp.3-11.
- Poiares, Carlos (1998), “As Drogas Ilícitas: Consumo, Incriminação e Desculpabilização”, *Toxicodependências*, 4 (3), pp.57-65.
- Poiares, Carlos (1995), “A Legislação Penal da Droga – Contribuição para uma Análise do Discurso do Legislador”, *Toxicodependências*, 1 (3), pp.17-29.
- Porter, Roy e Mikulás Teich (eds.), *Drugs and Narcotics in History*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Porto, António Silva (1986), *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África. Diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto*, volume I, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- Prattis, Ian (1996), “Reflexive Anthropology”, em David Levinson e Melvin Ember (eds.), *Encyclopedia of Cultural Anthropology*, Nova York, Henry Holt and Company, vol. III.
- Quintas, Jorge (2006), *Regulação Legal do Consumo de Drogas: Impactos da Experiência Portuguesa da Descriminalização*, [Tese de Doutoramento], Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Quintas, Jorge (2000), “Consumos de Drogas: Realidades e Representações Sociais”, *Toxicodependências*, 6 (3), pp.289-42.
- Quintas, Jorge (1997), *Drogados e Consumos de Drogas: Análise de Representações Sociais*, [Tese de Mestrado], Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Quintais, Luís (2007), “A Morte do Sentido: as Experiências Traumáticas de Guerra e os Limites do Humano”, *Antropologia Portuguesa*, 22/23, pp.41-49.
- Quintais, Luís (2000a), “Memória e Trauma numa Unidade Psiquiátrica”, *Análise Social*, XXXIV (151-152), pp.673-684.

- Quintais, Luís (2000b), *As Guerras Coloniais Portuguesas e a Invenção da História*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Quintais, Luís (2000c), “Liminaridade e Metamorfose: uma Reflexão Antropológica Sobre a Desordem Psiquiátrica”, *Análise Social*, XXXIV (153), pp.985-1005.
- Rabinow, Paul (1977), *Reflection on Fieldwork in Morocco*, Berkeley, University of California Press.
- Race, Kane e Rebecca Brown (2017), “Cultural Studies Approaches to Drug and Alcohol”, em Torsten Kolind, Geoffrey Hunt e Betsy Thom (eds.), *The SAGE Handbook of Drug and Alcohol Studies. Social Sciences Approaches*, Londres, Sage, pp.100-116.
- Ramos, Manuel (2012), *O Outro Lado da Guerra Colonial. Cantina Oliveira, Moçambique*, Torres Novas, Núcleo de Torres Novas da Liga dos Combatentes.
- Rasmussen, Nicolas (2011), “Medical Science and the Military: The Allies’ Use of Amphetamine during World War II”, *Journal of Interdisciplinary History*, 42 (2), pp.205-233.
- Rasmussen, Nicolas (2008), *On Speed: From Benzedrine to Adderall*, Nova York, New York University Press.
- Redhead, Steve (1995), *Unpopular Cultures*, Manchester, Manchester University Press.
- Redhead, Steve (ed.) (1993), *Rave Off: Politics and Deviance in Contemporary Youth Culture*, Aldershot, Avebury.
- Rebocho, Manuel Godinho (2009), *Elites Militares e a Guerra de África*, Lisboa, Roma Editora.
- Regadas, Débora (2009), *Experiências de Combate e a sua Relação com a Sintomatologia Associada à Perturbação Pós-Stress Traumático em Veteranos da Guerra Colonial Portuguesa*, [Tese de Mestrado], Instituto Superior Miguel Torga.
- Reichel-Dolmatoff, Gerardo (1975), *The Shaman and the Jaguar: A Study of Narcotic Drugs Among the Indians of Colombia*, Filadélfia, Temple University Press.
- Reis, António do Carmo (2001), *Diário do Tempo da Guerra (1966-1970)*, Lisboa, Museu da Guerra Colonial.
- Reis, Joaquim da Cruz (1998), *O Sorriso de Hipócrates. A Integração Biopsicossocial dos Processos de Saúde e Doença*, Lisboa, Vega.
- Resende, José e Maria Manuel Vieira (1992), “Subculturas Juvenis nas Sociedades Modernas: os Híppies e os Yuppies”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 35, pp. 131-147.
- Rhodes, Tim e Ross Coomber (2010), “Qualitative Methods and Theory in Addictions Research”, em Peter G. Miller, John Strang e Peter M. Miller (eds.), *Addiction Research Methods*, Oxford, Wiley-Blackwell.
- Ribeiro, Jorge (2003), *Capital Mueda*, Porto, Campo das Letras.
- Ribeiro, Jorge (1999), *Marcas da Guerra Colonial*, Lisboa, Campo das Letras.
- Ribeiro, Margarida Calafate e Roberto Vecchi (2012), “Versos e Gritos: Memória Poética da Guerra Colonial”, *Abril – Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, 5 (9), pp.27-41.

- Richard, Dennis e Jean Louis Senon (1955), “A Cannabis. Revisão Bibliográfica Geral”, *Toxicodependências*, 1 (3), pp.61-91.
- Robins, Lee N. (2009), “Vietnam War: Drug Use in U.S. Military”, em Henry Kranzler e Pamela Korsmeyer (eds.), *Encyclopedia of Drugs, Alcohol & Addictive Behavior*, vol. IV, 3ª edição, Detroit, Macmillan Reference USA.
- Robins, Lee N. (2001), “Vietnam: Drug Use in”, em Rosalyn Carson-DeWitt (ed.), *Encyclopedia of Drugs, Alcohol & Addictive Behavior*, vol. IV, 2ª edição, Nova York, Macmillan Reference USA.
- Robins, Lee N., Darlene Davis & Donald Goodwin (1974), “Drug Use by U.S. Army Enlisted Men in Vietnam: a Follow-Up on their Return Home”, *American Journal of Epidemiology*, 99 (4), pp.235-299.
- Rodrigues, Fátima da Cruz (2013), “A Desmobilização dos Combatentes Africanos das Forças Armadas Portuguesas da Guerra Colonial (1961-1974)”, *Ler História*, 65, pp.113-128.
- Rodrigues, Fátima da Cruz (2012), *Antigos Combatentes Africanos das Forças Armadas Portuguesas. A Guerra Colonial como Território de (Re)Conciliação*, [Tese de Doutoramento], Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Rodrigues, Thiago (2008), “Tráfico, Guerra, Proibição”, em Beatriz Labate *et al.* (orgs.), *Droga e Cultura: Novas Perspectivas*, Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Romaní, Oriol (1999), *Las Drogas. Sueños y Razones*, Barcelona, Editorial Ariel.
- Romaní, Oriol (1997), “Etnografía y Drogas: Discursos y Prácticas”, *Nueva Antropología*, vol. XVI (53), pp. 39-66.
- Room, Robin (2003), “The Cultural Framing of Addiction”, *Janus Head*, 6, pp.221–234.
- Room, Robin (1975), “Normative Perspectives on Alcohol Use and Problems”, *Journal of Drug Issues*, 5(4), pp.358-368.
- Roque, Sara (2004), *A Guerra Colonial e os Seus Silêncios. Contributo para o Estudo de um Antropologia do Silêncio*, [Tese de Mestrado], ISCTE.
- Rosa, Frederico e Filipe Verde (2013), *Exploradores Portugueses e Reis Africanos. Viagens ao Coração de África no Século XIX*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Rosenbaum, Marsha (1981), *Women on Heroin*, New Brunswick, Rutgers University Press.
- Rosenzweig, Michel (1998), *Les Drogues dans l’Histoire, entre remède et Poison. Archéologie d’un Savoir Oublié*, Bruxelles, De Boeck & Belin.
- Rubio, Maria Isabel (2006), “La Imposición de los Puntos de Vista durante la Entrevista Etnográfica”, *Antropologia Portuguesa*, 22-23, 2005-2006, pp.9-40.
- Rubin, Vera (ed.) (1975), *Cannabis and Culture*, Haia, Mouton Publishers.
- Rubin, Vera e Lambros Comitas (1975), *Ganja in Jamaica: a Medical Anthropological Study of Chronic Marijuana Use*, Paris, Mouton.
- Rudgley, Richard (1999) [1998], *The Encyclopaedia of Psychoactive Substances*, Londres, Abacus.

- Said, Edward (1996) [1978], *Orientalismo. O Oriente como Invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Salvado Ribeiro, João (1999), “Contributo para a História dos Consumos de Drogas em Portugal”, *Toxicodependências*, 5 (3), pp. 3-9.
- Salvado Ribeiro, João (1995), “Dependência ou Dependências? Incidências Históricas na Formalização do Conceito”, *Toxicodependências*, 1 (3), pp. 5-16.
- Santos, Carlos Alberto (2003), *Tchikapa, o Final da Viagem. Luanda e o Leste de Angola – 1971 a 1974*, s/l, edição de autor.
- Santos, João dos (1999) [1609], *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Santos, Vítor (2013), «*O Bafo do África*». *Histórias de um Sapador*, Lisboa, RCP Edições.
- Scheper-Hughes, Nancy (1993), *Death without Weeping. The Violence of Everyday Life in Brazil*, Berkeley, University of California Press.
- Scheper-Hughes, Nancy (1990), “Three Propositions for a Critically Applied Medical Anthropology”, *Social Science & Medicine*, 30 (2), pp.189-97.
- Seddon, Toby (2010), *A History of Drugs. Drugs and Freedom in the Liberal Age*, Oxford, Routledge.
- Sherratt, Andrew (2007) [1995], “Introduction: Peculiar Substances”, em Jordan Goodman, Paul Lovejoy e Andrew Sherratt (eds.), *Consuming Habits. Global and Historical Perspectives on How Cultures Define Drugs*, Londres, Routledge.
- Silva, Elisete (2003), “Impactos da Ocupação Colonial nas Sociedades Rurais do Sul de Angola”, *Occasional Paper Series* nº 8, Lisboa, ISCTE, disponível *on-line* em <http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/08/Impactos-da-ocupacao-colonial-nas-sociedades-rurais-do-sul-de-Angola.pdf>
- Silva, Tiago Matos (2007), “Exilados em Casa. Os Veteranos da Guerra Colonial e os Limites da “Nação”, *Arquivos da Memória. Temas e Problemas em Antropologia*, 1 (1), pp.31-39.
- Silveira, Anabela (2013), “A Baixa de Cassange: o Prenúncio da Luta Armada”, *Revista Porto*, pp.39-57.
- Singer, Merrill e Greg Mirhej (2006), “High Notes: the Role of Drugs in the Making of Jazz”, *Journal of Ethnicity in Substance Abuse*, 5 (4), pp.1-38.
- Spivak, Mark (2012), *Iconic Spirits. An Intoxicating History*, Guilford, Lyons Press.
- Stanton, M. Duncan (1976), “Drugs, Vietnam, and the Vietnam Veteran: an Overview”, *The American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, 3(4), pp.557-570.
- Stevens, Alex (2011), *Drugs, Crime and Public Health. The Political Economy of Drug Policy*, Oxon, Routledge.
- Szasz, Thomas (1993), *Our Right to Drugs: the Case for a Free Market*, Nova York, Praeger.
- Szasz, Thomas (1974), *Ceremonial Chemistry. The Ritual Persecution of Drugs, Addicts, and Pushers*, Nova York, Anchor Press.

- Teixeira, Manuel (2012), *Mundanismo, Transgressão e Boémia em Lisboa dos Anos 20 – o Clube Noturno como Paradigma*, [Tese de Licenciatura], Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Teixeira, Rui de Azevedo (2010), *A Guerra de Angola. 1961-1974*, Matosinhos, QuidNovi.
- Teixeira, Rui de Azevedo (1998), *A Guerra Colonial e o Romance Português*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Toit, Brian du (1976), “Man and Cannabis in Africa: a Study of Diffusion”, *African Economic History*, 1, pp.17-35.
- Toit, Brian du (1975), “Dagga: The History and Ethnographic Setting of Cannabis Sativa in Southern Africa”, em Vera Rubin (ed.), *Cannabis and Culture*, Haia, Mouton Publishers, pp.81-116.
- Turner, Victor (1969), *The Ritual Process. Structure and Anti-Structure*, Nova York, Cornell University Press.
- Turner, Victor (1967), *The Forest of Symbols: Aspects of Ndembu Ritual*, Nova York, Cornell University Press.
- Valahu, Mugar (1968), *Angola – Chave de África*, Lisboa, Edição A.M. Pereira.
- Vale, Regina (2004), *Poder Colonial e Literatura: as Veredas da Colonização Portuguesa na Ficção de Castro Soromenho e Orlando Costa*, [Tese de Doutoramento], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Valentim, Artur (2001), “Droga, Liminaridade Social e Utilização de Ersatzs”, em Nuno Torres e João Pulo Ribeiro (orgs.), *A Pedra e o Charco. Sobre o Conhecimento e Intervenção nas Drogas*, Almada, Íman Edições.
- Valentim, Artur (2000), “O Campo da Droga em Portugal: Medicalização e Legitimação na Construção do Interdito”, *Análise Social*, vol. 34 (153), pp.1007-1042.
- Valentim, Artur (1997), “A Construção Social do Problema-Droga”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 25, pp.80-102.
- Vasconcelos, Luís (2006), sem título, *Etnográfica*, número especial.
- Vasconcelos, Luís (2003), *Heroína: Lisboa como Território Psicotrópico nos Anos Noventa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Vaz, Camilo Rebocho (1993), *Norte de Angola, 1961: a Verdade e os Mitos*, Coimbra, edição de autor.
- Vaz, Cecília (2008), *Clubes Nocturnos Modernos em Lisboa: Sociabilidade, Diversão e Transgressão*, [Tese de Mestrado], ISCTE.
- Venter, Al. J. (2015) [2013], *Portugal e as Guerrilha de África. As Guerras Portuguesas em Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa, 1961-1974*, Lisboa, Clube do Autor.
- Vilela, Joana, Nick Mrozowski e Pedro Fernandes (2014), *LX 70. Lisboa, do Sonho à Realidade*, Alfragide, Dom Quixote.
- Waldorf, Dan (1973), *Careers in Dope*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.

- Warf, Barney (2014), "High Points: an Historical Geography of Cannabis", *Geographical Review*, 104 (4), pp. 414-438.
- Wasson, Gordon (1968), *Soma: Divine Mushroom of Immortality*, Nova York, Harcourt Brace Jovanovich, Inc.
- Weimer, Daniel (2003), "Drugs-as-a-Disease: Heroin, Metaphors, and Identity in Nixon's Drug War", *Janus Head*, 6(2), pp.260-281.
- Weiss, Robert W. (1994), *Learning from Strangers. The Art and Method of Qualitative Interview Studies*, Nova York, The Free Press.
- Welwitsch, Friedrich (1862), *Synopse Explicativa das Amostras de Madeiras e Drogas Medicinaes e de Outros Objectos Mormente Ethnographicos Colligidos na Provincia de Angola Enviados á Exposição Internacional de Londres em 1862*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Whalon, Pete (2004), *The Saigon Zoo: Vietnam's Other War; Sex, Drugs, Rock'n'Roll*, West Conshohocken, Infinity Publishing.
- Wheeler, Douglas e René Pélissier (2009) [1971], *História de Angola*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Williams, Ian (2005), *Rum. A Social and Sociable History*, Nova York, Nation Books.
- Winick, Charles (1961), "How High the Moon: Jazz and Drugs", *The Antioch Review*, 21 (1), pp.53-68.
- White, William F. (1955) [1943], *Street Corner Society: The Social Structure of an Italian Slum*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Xiberras, Martine (1997) [1989], *A Sociedade Intoxicada*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Young, Jock (1971), *The Drugtakers*, Londres, Paladin.
- Zinberg, Norman (1984), *Drug, Set and Setting. The Basis for Controlled Intoxicant Use*, New Haven, Yale University Press.

11. REFERÊNCIAS DISCOGRÁFICAS

Branco, José Mário (1969), *Ronda do Soldadinho*, José Mário Branco (letra & música), Edição de autor.

Delfins (1988), *Aquele Inverno*, Miguel Ângelo e Fernando Cunha (letra & música), EMI.

Fausto (1982), *Por Este Rio Acima* (LP), Triângulo / CBS.

FNAT – Coro e Orquestra (1961), *Angola é Nossa*, Santos Braga (letra) & Duarte Pestana (música), A Voz do Dono.

Gil, Gilberto (2008), *Não Tenho Medo da Morte*, Gilberto Gil (letra & música), Warner Brasil.

Godinho, Sérgio (1993), *Fotos de Fogo*, Sérgio Godinho (letra & música), EMI.

Oliveira, Adriano Correia de (1964), *Menina dos Olhos Tristes*, Reinaldo Ferreira (letra) & José Afonso (música), Orfeu.

Peste & Sida (1987), *Veneno*, Paulo Delfim (letra) & Peste & Sida (música), Polygram.

Trovante (1986), *Aerograma*, João Monge (letra) & João Gil (música), EMI.

Veloso, Rui (1990), *Trolha d'Areosa*, Carlos Tê (letra) & Rui Veloso (música), EMI.

12. REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS

A Guerra (2007-2013), Joaquim Furtado (autoria), 4 séries, Portugal, RTP.

Apocalypse Now (1979), Francis Ford Coppola (realização), E.U.A., Zoetrope Studios.

Assassin of Youth (1938), Elmer Clifton (realização), E.U.A., BCM Roadshow Productions.

Born on the Fourth of July (1989), Oliver Stone (realização), E.U.A., Ixtlan.

Casualties of War (1989), Brian de Palma (realização), E.U.A., Columbia Pictures Corporation.

First Blood (1982), Ted Kotcheff (realização), E.U.A. & México, Anabasis N.V. & Elcajo Productions.

First Blood Part II (1985), George Cosmatos (realização), E.U.A., Estudios Churubusco Azteca & Anabasis.

Platoon (1986), Oliver Stone (realização), E.U.A., Hemdale Film Corporation.

Rambo III (1988), Peter MacDonald (realização), E.U.A., Carolco Pictures.

The A-Team (1983-1987), Stephen Cannell & Frank Lupo (autoria), 5 séries, E.U.A., Stephen Cannell Productions & Universal Television.

The Thin Red Line (1998), Terrence Malick (realização), E.U.A., Fox 2000 Pictures, Geisler-Roberdeau & Phoenix Pictures.

ANEXOS

I. EX-VOTOS



















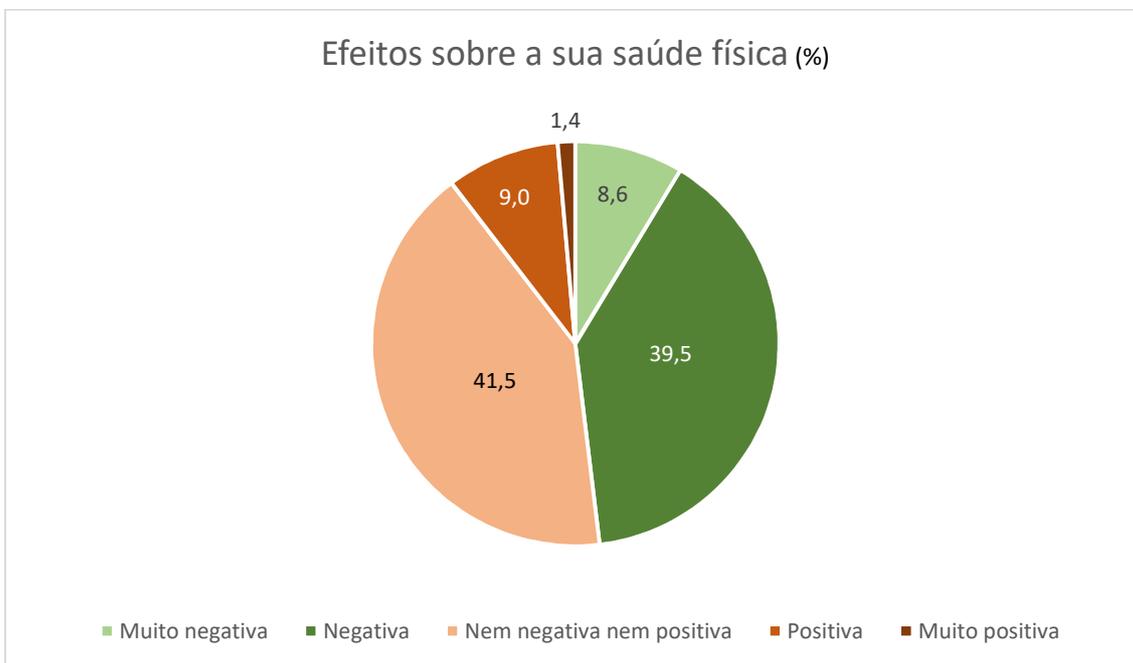




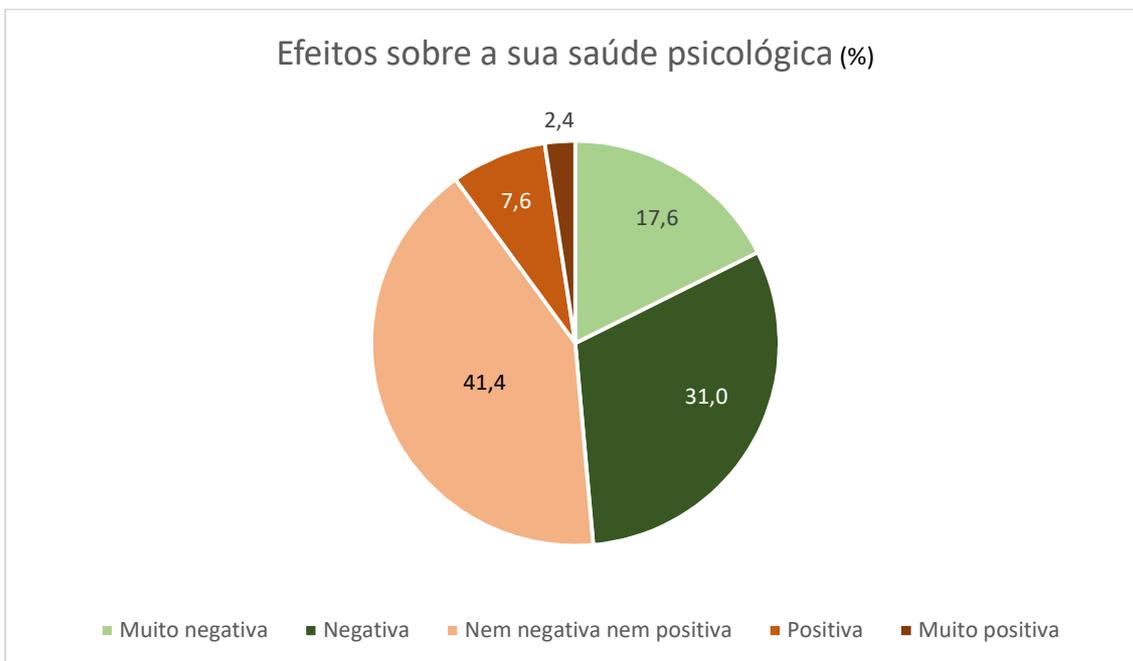
II. INQUÉRITO *ON-LINE*



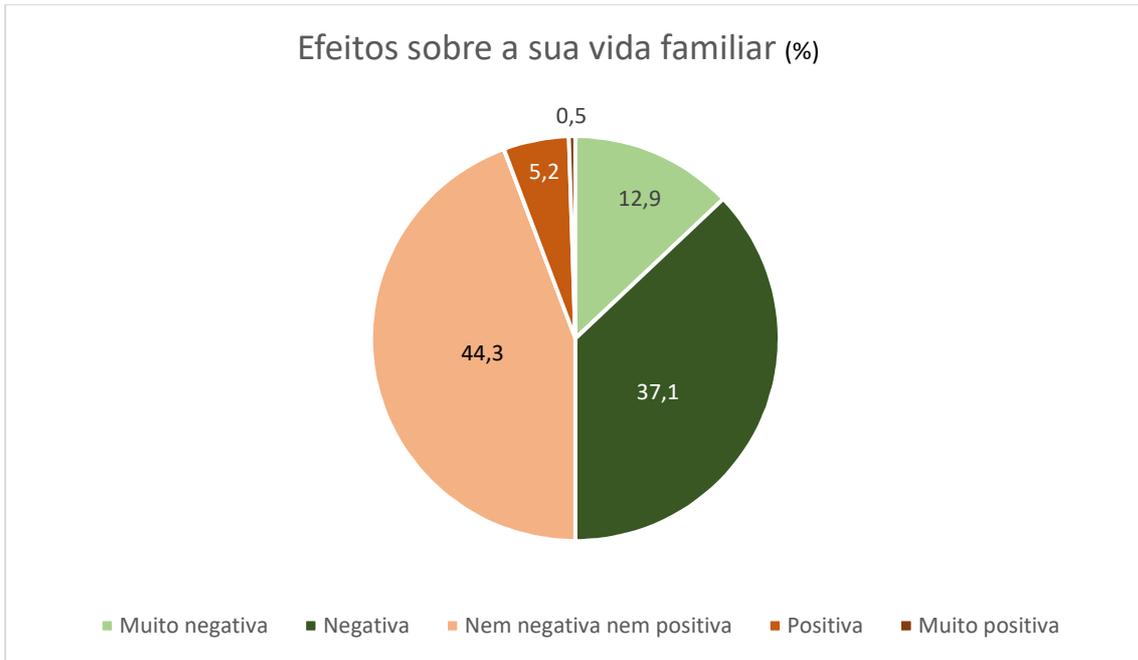
1. Como avalia a sua experiência na guerra em África em termos de:



N=210



N=210

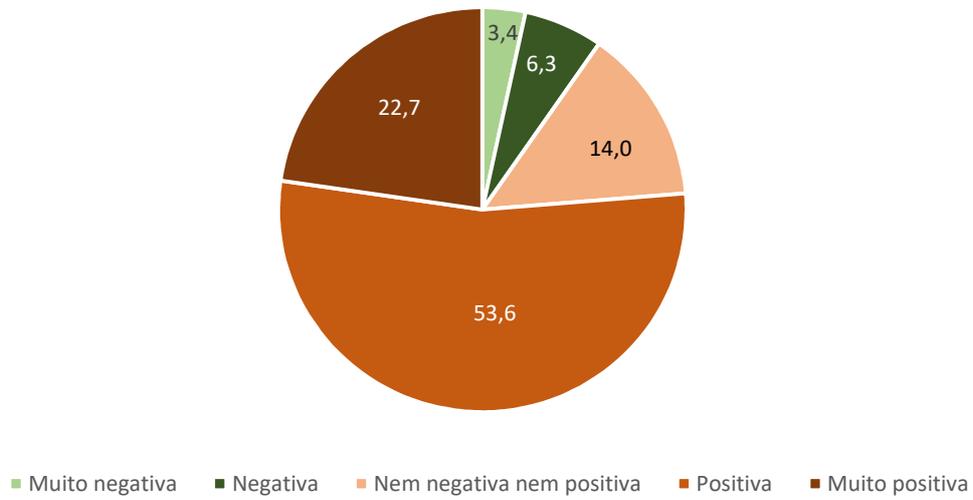


N=210



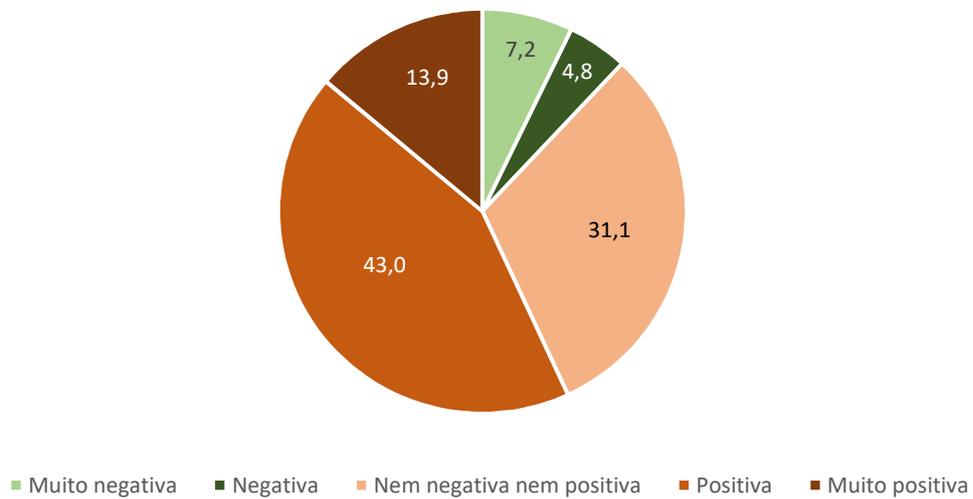
N=208

Enquanto experiência de vida (%)

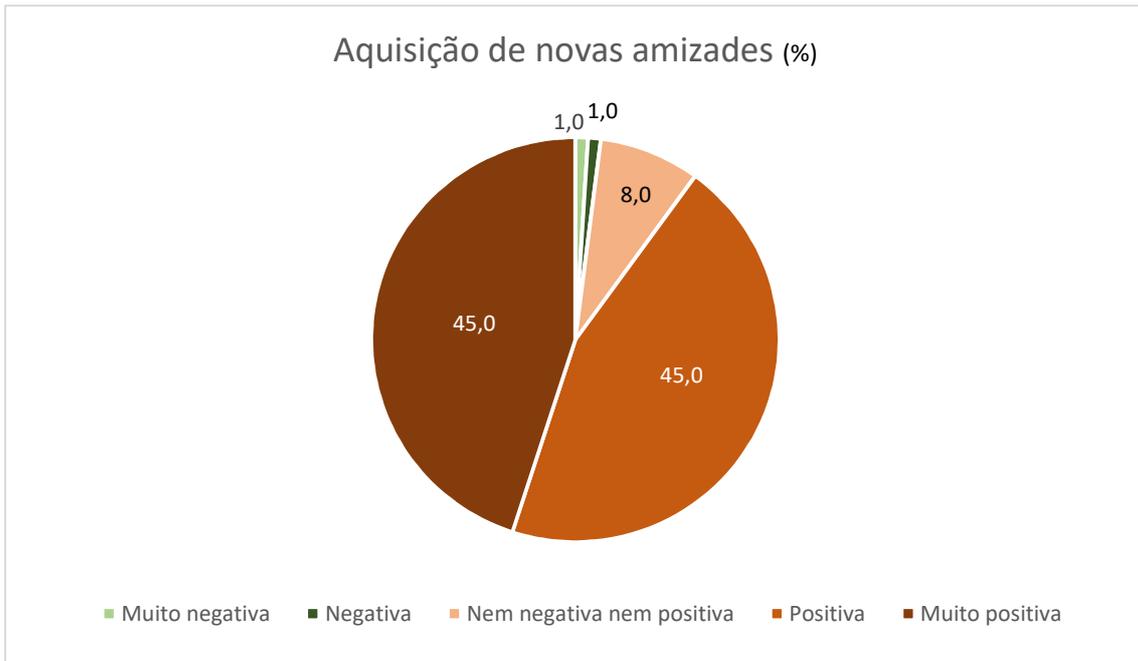


N=207

Aquisição de novas competências (%)

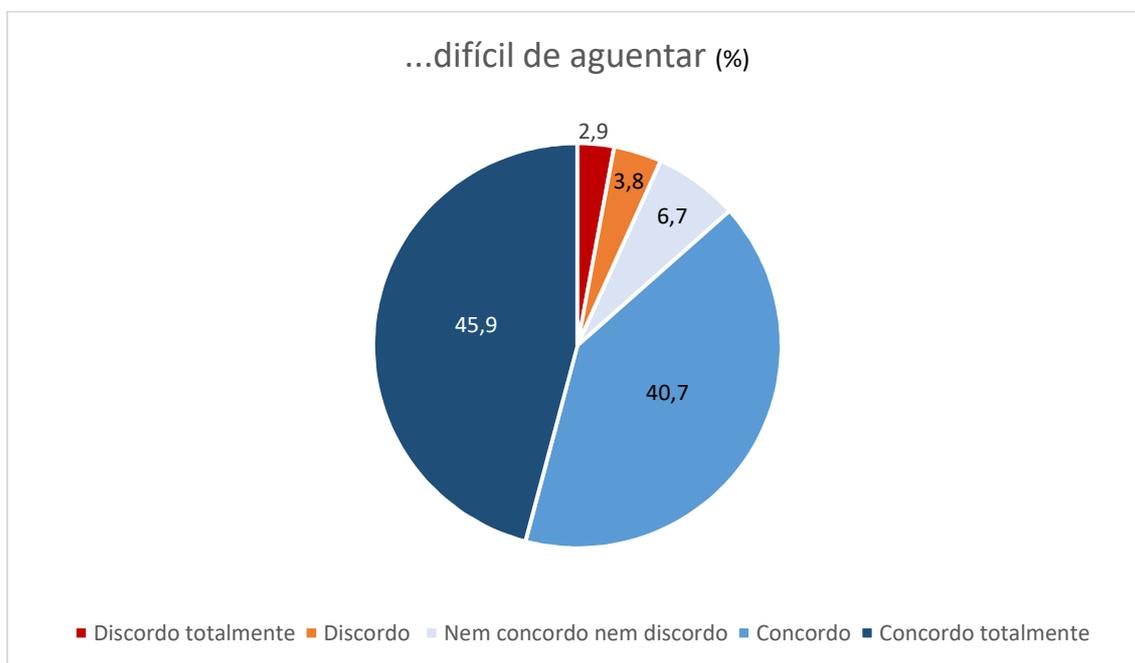


N=209

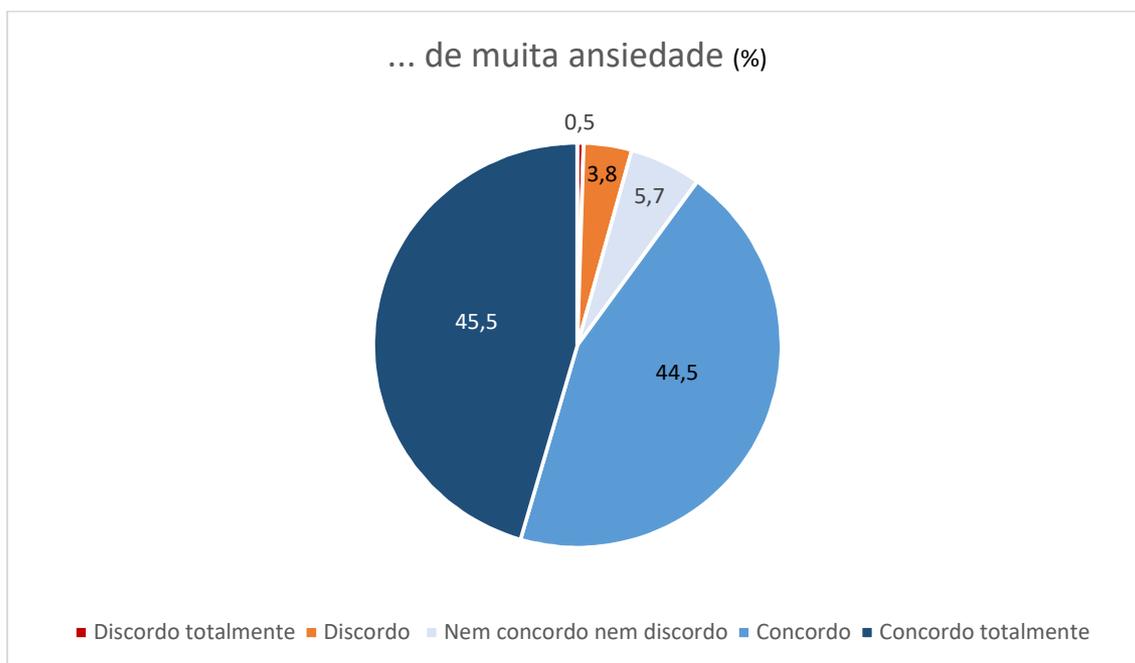


N=209

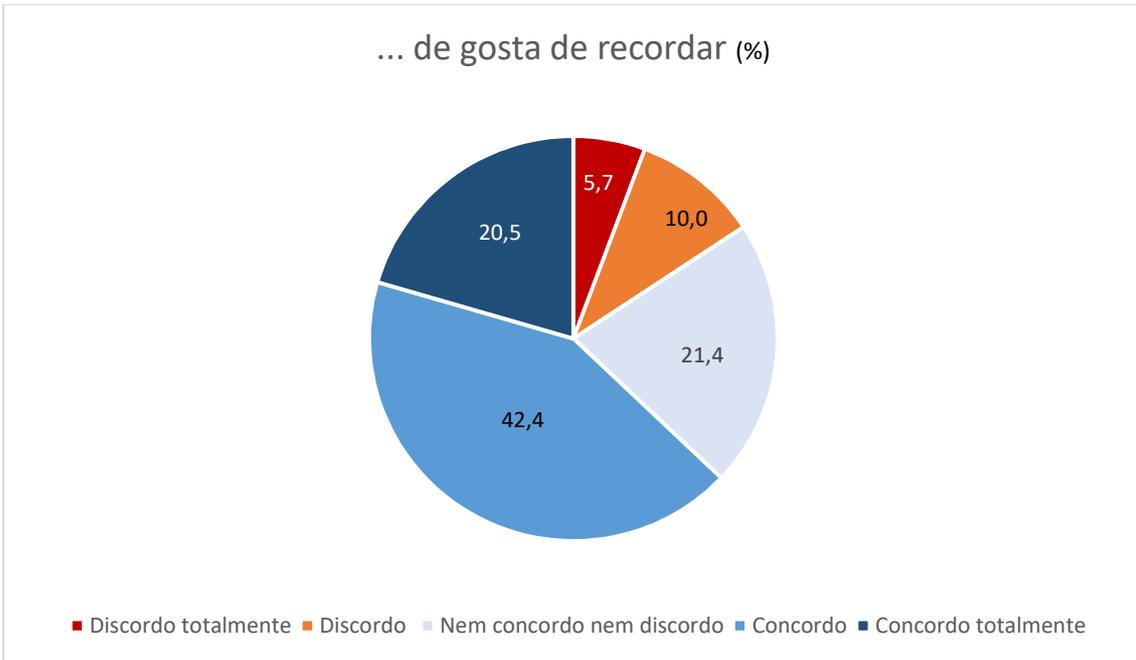
2. A guerra em África foi para si um período... :



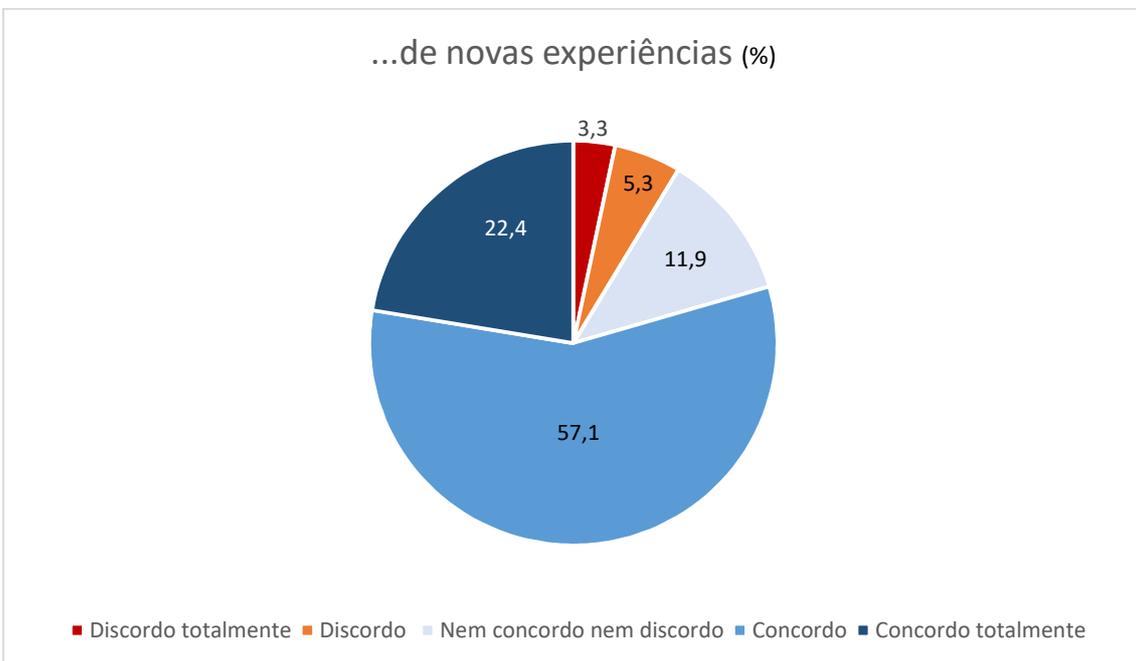
N=209



N=209

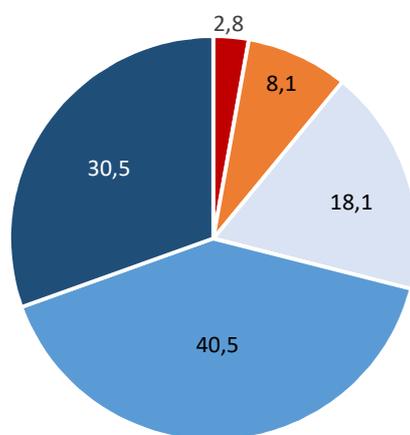


N=210



N=210

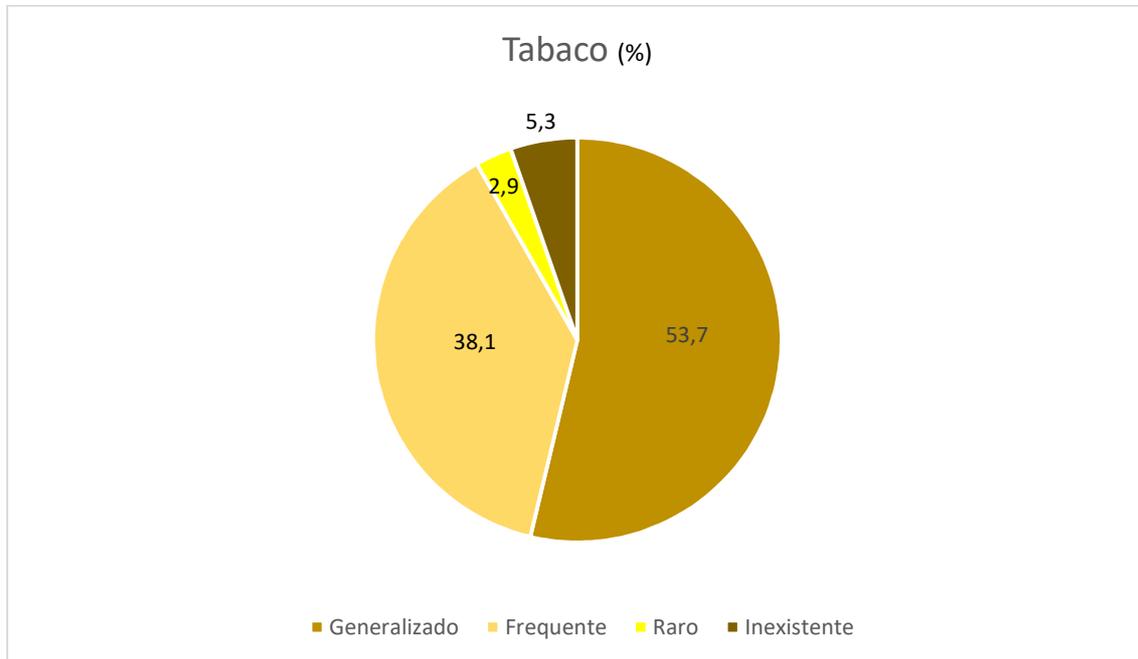
...que deixou sequelas (%)



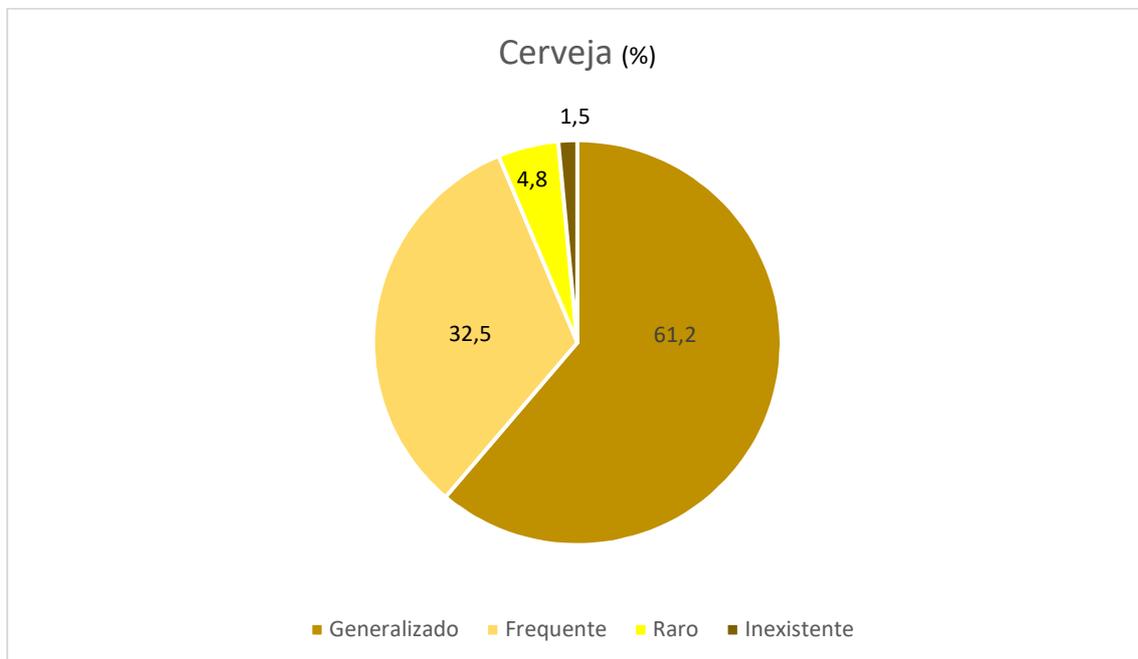
■ Discordo totalmente ■ Discordo ■ Nem concordo nem discordo ■ Concorde ■ Concorde totalmente

N=210

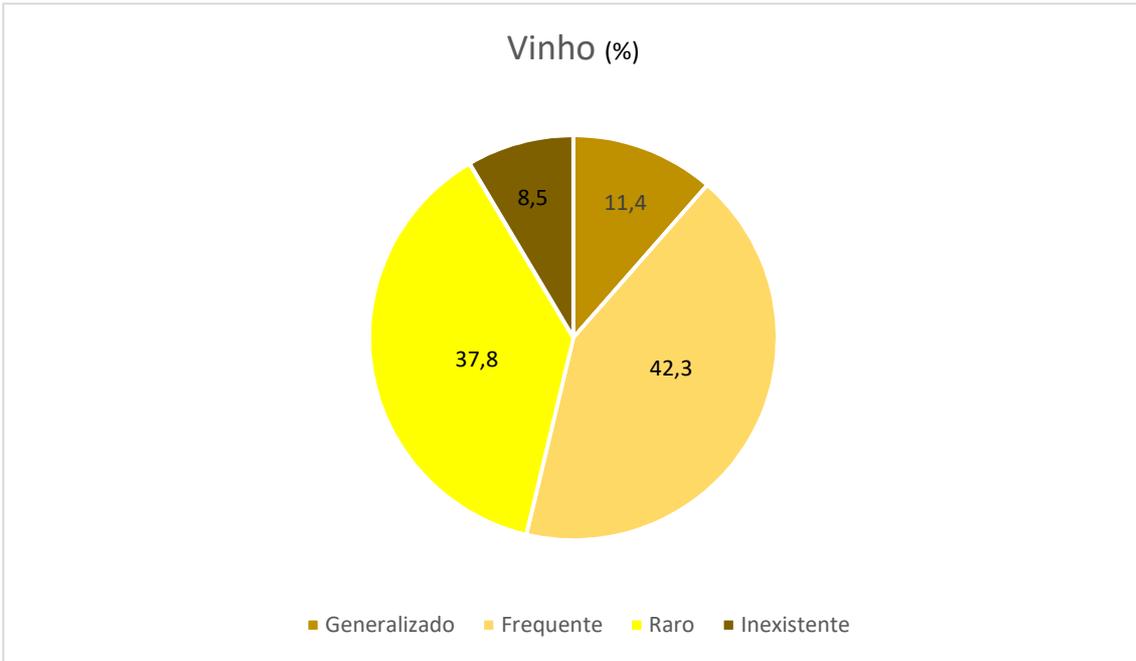
3. Como avalia o uso entre as tropas portuguesas durante a guerra de África... :



N=205



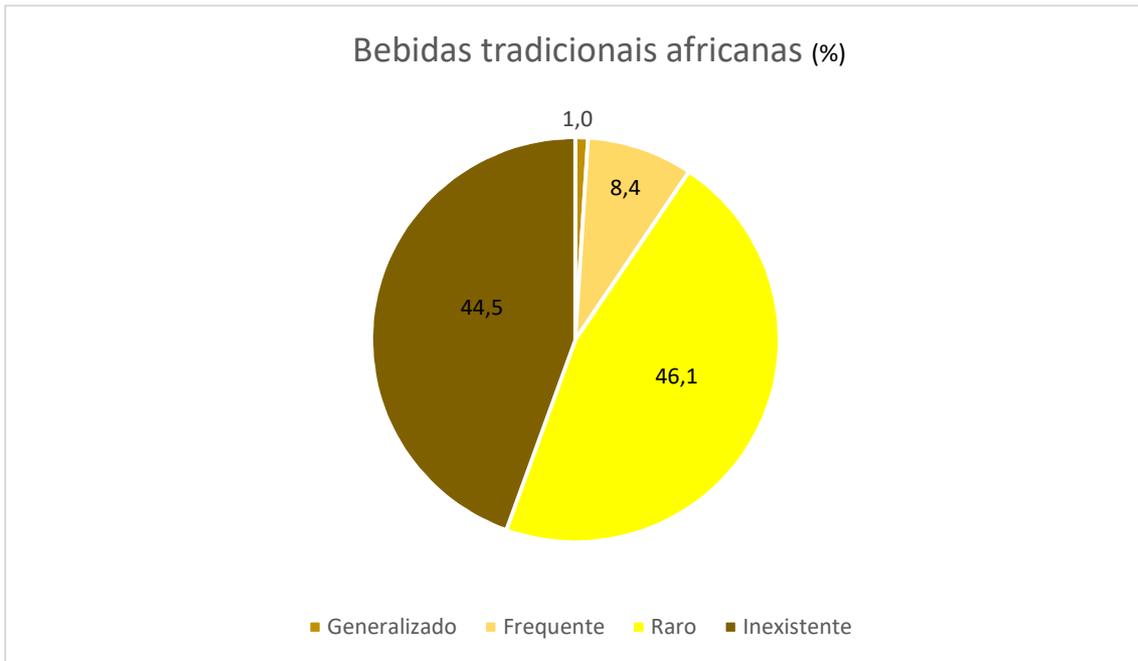
N=206



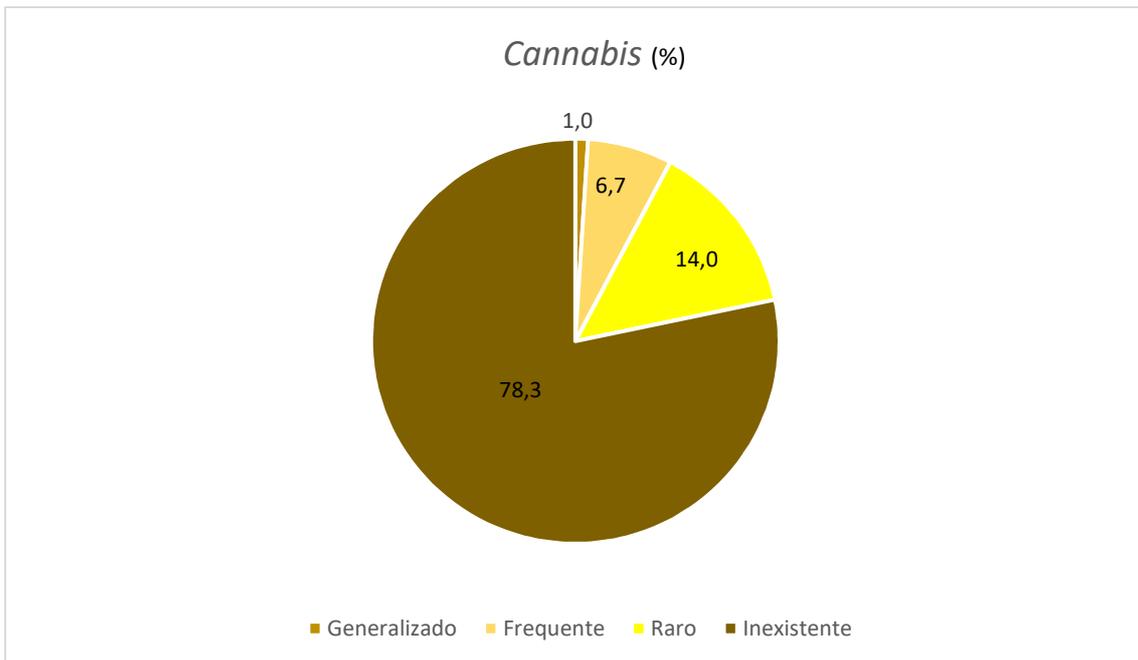
N=201



N=201



N=191



N=193

III. Glossário



TERMOS E SIGLAS

Aerograma – Envelope-carta enviado gratuitamente de e para os militares mobilizados em Angola, Guiné e Moçambique durante a Guerra Colonial Portuguesa. Consistia numa única folha de papel mais pequena do que A4 que, quando dobrada, tinha a forma de um envelope, pelo que o espaço de escrita era limitado. Eram de cor amarela (quando destinados aos territórios africanos) ou azul (quando o destino era a «metrópole»).

Alouette – Helicóptero de fabrico francês que é uma das imagens de marca da Guerra Colonial Portuguesa, na medida em que era o principal meio utilizado em missões de logística, transporte de tropas, assalto militar e, sobretudo, evacuação de feridos. Quando equipado com um canhão de 20mm era denominado «helicanhão» e fazia proteção às tropas terrestres ou a outros helicópteros. A partir de 1971, surgiram os helicópteros Puma, de maior autonomia, capacidade e poderio militar.

Aramistas – Assim eram jocosamente apelidados os militares que, devido à especificidade das suas funções, nunca saíam do interior dos aquartelamentos, muitas vezes delimitados por arame farpado. Por não participarem em missões de ataque ou patrulhamento, eram o contrário dos militares «operacionais».

Berliet – Viatura pesada de transporte de tropas. Nas deslocações das «colunas», seguiam muitas vezes à frente, protegidas com sacos de areia ou câmaras-de-ar, de modo a funcionar como rebenta-minas.

Cacimbo – Termo angolano para a época seca que decorre entre maio e agosto e se caracteriza por noites húmidas de neblina densa, extramente difíceis de suportar.

Checa – Nome por que era conhecido em Moçambique o militar novato e inexperiente, recém-chegado ao teatro de guerra. Equivalente a «maçarico», em Angola, e «periquito», na Guiné.

Chicos – Termo pejorativo por que eram conhecidos os militares de carreira, em especial oficiais superiores.

Coluna – Disposição tática de progressão no terreno em fila. Podia ser feita num conjunto de viaturas ou de forma apeada pelas picadas.

FNAT – Federação Nacional para a Alegria no Trabalho.

Foto-cine – Especialidade responsável pela recolha e tratamento de imagens e sons e também pela projeção de filmes para as tropas ou para a população.

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique.

Lerpar – Calão para perder, que tanto significava um qualquer desfecho desfavorável como a morte em combate.

Mato – Termo por que era designado o terreno silvestre de África onde se desenrolava a ação de guerra, por oposição ao meio urbano e pacificado. Para os militares portugueses, «mato» tanto era a savana, como a mata densa, o deserto, o capim ou a floresta tropical.

Metrópole – No âmbito do pensamento colonial, designava a nação que possuía colónias (ou províncias ultramarinas). No caso português, o termo aplicava-se a Portugal continental.

Miliciano – Militares graduados que não eram de carreira, isto é, não pertenciam ao Quadro Permanente do Exército.

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola.

MVL – «Movimento Viaturas Logística». Consista no conjunto de viaturas civis e militares responsável por abastecer os aquartelamentos.

Nomadização – Saída em patrulhamento de um determinado território. Podia demorar umas horas ou vários dias.

Pica – Vara para picar o terreno utilizado na deteção de minas.

Picada – Caminho estreito pelo «mato» ou em estrada de terra batida. Constituía as principais vias de comunicação em Angola, Guiné e Moçambique.

PIDE/DGS – Polícia Internacional de Defesa do Estado / Direcção-Geral de Segurança. Embora a PIDE tenha sido formalmente extinta em 1969, tendo-lhe sucedido a DGS, a antiga designação continuou a ser usada correntemente. Consistia numa espécie de «polícia política» do regime.

Porrada – Termo que tinha vários sentidos mas significava sobretudo um castigo disciplinar.

Praças – Militares sem patente, ou seja, cabos e soldados. Sargentos e oficiais eram as outras categorias de militares.

Pré – Termo que significava o vencimento mensal auferido pelos militares portugueses em comissão de serviço em África.

Puto – «Metrópole».

Turra – Corruptela de «terrorista». Nome por que eram tratados os membros dos Movimentos de Libertação ou os seus simpatizantes.

Unimog – Jipe de caixa aberta que, depois de adaptado, transportava 6 militares. Também conhecido como «burro do mato», devido à sua versatilidade e adaptabilidade aos terrenos africanos.

UPA – União dos Povos de Angola.

Velhinho – Militar veterano e experiente, cujo tempo de comissão militar em África se aproximava do fim.

IV. CANCIONEIRO DO NIASA



Fado do *checa*

Bem-vindo *checa*
p'ra esta guerra
que cá te espera.
Não estejas triste
que a guerra é linda,
só fazes cera.

Vais ter saudades
de mulheres brancas,
ai, que tormento!
Aqui há pretas
mas tem cuidado
c'os seus lamentos!

Checa danado
p'la tropa *muy* lixado,
não chores, ó desgraçado,
não vale a pena chorar.

Checa, bem-vindo,
chegaste a horas,
eu já vou indo.

Afinal, mal encavado,
que vieste cá fazer?

Checa, danado,
vieste p'ra me render.

Vais *lerpar* muito,
mas com o aumento
vais ficar rico.
Dá-o às pretas,
pois assim fazes
a tua *psíco*.

Mas tem cuidado,
checa danado,
sê pouco anjinho.
Manda-os lixar
e faz a tua
guerra sozinho.

Ventos de guerra

De quantos sacrifícios,
senhores que em mim mandam,
é feita a vida de um soldado?
De quantas noites perdidas no mato
é feita a vida de um guerreiro?

De quantos tiros,
senhores que me ordenam,
é feita a vida de um soldado?
De quantas minas,
senhores que em mim mandam,
é feita a vida de um guerreiro?

Quem limpa, senhores, as manchas de sangue
que os jovens deixam na picada?

Quem limpa, senhores, lágrimas choradas
por noivas e mães adoradas?

De quantas vidas,
senhores que em mim mandam,
é feita a alma de um soldado?
E quantas mortes,
senhores que me ordenam,
contém a alma de um guerreiro?

De quanta saudade,
senhores que em mim mandam,
é feita a vida de um soldado?
E quantas loucuras,
senhores que me ordenam,
contém a vida de um guerreiro?

De quantos desgostos,
senhores que em mim mandam,
é feita a vida de um soldado?
E quanto vinho,
senhores que me ordenam,
se deve beber p'ra esquecer?

E quantas vezes,
senhores que em mim mandam,
se deve expor a vida ao perigo?
E quantos gritos se devem soltar
p'ra se acreditar que está vivo?

Quantas ideias tombadas na luta,
quantas esperanças se consomem?
Quanto sangue deve um jovem verter
antes que o chamem de homem?

São ventos de guerra,
não penses amigo,
que a hora que passa é de perigo.

Fado do desertor

Estava eu na minha terra,
disseram-me vais para a guerra,
toma lá uma espingarda,
um bilhete pró navio,
uma medalha num fio
e uma velha, velha farda.

Após dias de caminho,
estava lá muito magrinho,
esfomeado como um rato.

Olhei e só vi palmeiras,
macacos e bananeiras,
entendi, estava no mato.

Foi então que o nosso cabo
disse que eu era um bom nabo
por à noite a Deus rezar.
Para ele um bom *magala*
vai à noite para a *machamba*
para uma preta arranjar.

O furriel e o sargento
chamavam-me fedorento
porque me queria lavar.

O alferes e o capitão
diziam que era calão
se me viam descansar.

Estava já farto de guerra
que ao lembrar a minha terra
fui um dia passear.

Numa palhota sozinha
estava uma preta girinha
que ao ver-me pôs-se a chorar.

E fiquei com tanta pena
dessa mocinha morena
que fugimos para o mato.

Somos um casal feliz
e já temos um petiz,
que por sinal é mulato.

O turra das minas

O turra das minas
pequeno e traquinas
lá vai na picada.
E a malta escondida
na mata batida
monta a emboscada.

O turra passou
e a malta esperou
já toda estafada.
Não o viu passar
e a *berliet*
sempre foi estoirada.

Oh turra das minas,
a tua vida agora
é pôr as *marmitas*
pela picada fora

Oh turra das minas,
a tua arma soa
por léguas e léguas
aqui no Niassa
onde a guerra ecoa.

Há mortes e feridos
e os mais comidos
somos sempre nós,
Vamos pelos ares
gritando por todos
até pelos avós.

Oh Turra bairrista,
mas pouco fadista,
já é tradição.

Ser paraquedista
sem tirar um curso
ai isso é que não.

A erva lá na picada

A erva lá na picada
pisam-na os guerrilheiros
O coração do soldado
pisam-no os coronéis
e ajudam os *machambeiros*.

Que culpa tem o soldado
de ter raiva à sua sorte
se chega um filho da puta
que o mete numa farda
e o manda para a morte.

E o Senhor Brigadeiro
Vive muito consolado
Até comprou uma balança
para pesar o dinheiro
que rouba ao pobre soldado

Quando será, Deus do céu,
Que um dia haverá verba
Para a malta comer pão
E os chicos erva erva

E os chicos merda merda
Merda merda!

Taberna do diabo

Um dia fui dar com Deus
na taberna do diabo,
entre cristãos e ateus
fizeram de mim soldado.

E eu, sem querer, fui embarcado.
Levei armas e um galão
pr'ó outro lado do mar.
Quis levar o coração
não mo deixaram levar.

E eu, sem querer, ia matar.

Deram-me uma Cruz de Guerra
quando matei meu irmão.
E o povo da minha terra
promoveu-me a capitão.

E eu, sem querer, fiquei papão.

Todos me chamam herói,
ninguém me chama Manel.
Quem quer uma *Cruz de Guerra*
que eu já não vou pr'ó quartel.

Hino de Vila Cabral

No dia em que cá chegamos
contentes ficamos e admirados.
Vimos moças engraçadas
no parque sentadas com seus namorados.

Em seguida toda a malta
foi dar uma volta e até por sinal
ficamos admirados
com os autocarros de Vila Cabral.

Depois fomos em seguida
por uma avenida, que é de encantar.
E então, só de passagem,
a linda paisagem fez-nos delirar.
Vimos coisas tão bonitas
que atraem turistas e os faz pasmar.
E fomos de madrugada
à sardinha assada, à feira popular.

Depois fomos mais além
e vimos também parques infantis.
Para vermos coisas mais fina
fomos à piscina ver os biquínis.

No fim vimos muita gente
e disse contente o amigo Amaral:
com tanta coisa que ver
dá gosto viver em Vila Cabral.

Não, não,
com tanta coisa que rir
Deu gosto fugir de Vila Cabral.

Fado de Mueda

Mueda, terra da guerra,
vou cantar-te neste fado
que compus ainda há pouco.
Mueda, terra sagrada,
de ataques à *morteirada*
que é de dar com um tipo em louco.

Mueda, és uma mina
para o Santos e para o China
e para os tipos experientes.
E para os que têm por sina
vender a *água das Pedras*
mais cara do que gasolina.

Fado do Antoninho

Foi no domingo passado que eu passei
à casa onde vivia o Antoninho,
mas está tudo tão mudado
que não vi em nenhum lado
os tais agentes da PIDE, bonitinhos.

Do rés-do-chão ao telhado,
não vi nada, nada, nada, nada,
que fizesse recordar a tal vidinha.
Já não há vidros pregados, reforçados,
guardados com tabuinhas.

Entrei onde era a casa, agora está
à secretária um sujeito, uma delícia.
Não vi bombas, nem espingardas,
nem revólveres, nem espadas,
nem espreitadelas furtivas da polícia.

O tempo cravou a garra
na alma daquela casa
onde às vezes parecia não ter gente.
E onde em noites de segredo, a meter medo,
lá surgia o Presidente.

As janelas tão medonhas que ficavam
com cortinas a tapar a velharia
ganharam de novo a graça,
pois são hoje umas vidraças,
já livres de toda a porcaria.

E lá p'ra dentro quem passa
hoje é para ir ao Marcelo
entregar ao Presidente um pedidinho,
pois chega a esta desgraça toda a graça
com a doença do velhinho.

P'ra terem feito da casa o que fizeram
melhor fora que a mandassem p'rás alminhas,
pois na Casa de Saúde
provas de amor amiúde
é ideia que não cabe cá nas minhas.

Recordações do pavor,
d'avareza e do terror,
vamos procurar esquecer nas cervejinhas,
pois dar de beber à dor é o melhor,
lá dizia a Mariquinhas.

Fado das comparações

Que estranha forma de vida,
que estranha comparação,
vive-se em Lourenço Marques,
cá arrisca-se o *coirão*.

Eu queria beber uns copos
para matar a saudade
e para dar cor ao meu rosto.
Mas digam-me amigos a mim
com a água a um preço assim
se pode andar bem-disposto.

Mueda, onde a camaradagem
é sábia como a aragem
que pelo ar vai passando.
Mueda, onde a cada instante
se ouve uma voz gritante
«vai para o mato, malandro».

Mueda, haverá ilusão
onde a messe do batalhão
é um suplício atroz.
Se não fosse a aviação
sem lagosta e camarão
o que seria de nós.

Tango de Unango

Adeus ó Lunho,
inferno da minha vida,
terra perdida e sem igual.
Adeus, Felgar, adeus,
azar é despedida.
Vamos embora,
vamos para outra vida.

Por toda a vida,
nós iremos recordar
quem nos mandou
para aqui gozar.
E àquele cabeçaço
que soberbo decidiu
nós mandaremos
para a puta que o pariu.

Cantam de novo
nossas bocas já cansadas
a injustiça desta toirada.
A aqui poremos direitinho
neste tango
estou farto deles,
aqui mesmo no Unango.

Vida boa, vida airada,
Boîtes, é só festança.
Lá não se fala em matança,
nem turras há, só *borgada*.

Niassa, pura olvidança,
guerra como és ignorada.
Conversa que é evitada
pelos que vivem n'abastança!

Falar da nossa desdita
fica mal e aborrece
e como lembrar irrita
toda a gente a desconhece.

Ao passar pela cidade
com tanta tranquilidade
deu-me para comparar.

Meninas com minissaias
mandai-as p'rás nossas praias
p'ra *manobra de atracar*.

Pipis com carros *GT's*
mandai-os para as *berliets*,
tirar-lhes as modas finas.
Melenudos efeminados
eram bem utilizados
p'ra fazer rebentar minas.

Bem como essas tais meninas,
que apesar de *enfezadinhas*,
mas com ar de sua graça,
serviriam muito a jeito
pr'a aliviar a dor de peito
cá da malta do Niassa.

Mas não foi só por pirraça
hão de lá continuar
e nós temos de *lerpar*.
Invertem-se as posições
e trocam-se as situações,
continuamos a aguentar.

Nós sem sermos desejados
ficamos cá *apanhados*
aos urros num desvario.
Eles os daqui naturais
gastando dinheiro aos pais
vão para o Matola-Rio

Acabe-se com a tradição,
entre-se em mobilização,
utilize-se a manada.
Dentro de poucas semanas,
como quem come bananas,
estará a guerra acabada.

Hino do Lunho

No céu cinzento, sob o astro mudo,
batem as hélices na tarde esquentada,
vêm em bandos, com pés de veludo,
chupar o sangue fresco da manada.

Se alguém se engana com o seu sorrir
e lhes franqueia as portas, à chegada:
só mandam vir, só mandam vir,
só mandam vir e não fazem nada.
A toda a parte vai o helicóptero,
poisa nos *tandos*, poisa nas picadas.
Leva no bucho os *cabeças d'ouro*
que de guerrilhas não percebem nada.

São os reizinhos do Niassa todo,
senhores por escolha, mandadores sem punho,
aceitam cunhas e dizem que não,
fazem as rondas sobre os céus do Lunho.

Quantos *mercedes*, senhor capitão,
até agora foram fornicadas?
Eu bem lhe disse que pusesse os homens
rebentando minas, fazendo emboscadas.

Foi de propósito, foi de propósito,
foi de propósito que ela foi estoirada.
No chão do medo tombam os vencidos,
ouvem-se gritos na noite abafada,
jazem nos fossos vítimas d'um credo,
e não se esgota o sangue da manada.

Fazendo estradas sobre um chão de greda
fazem-se aterros, pontes e pontões,
ouvem-se os tiros lá na emboscada,
aqui no Lunho somos uns leões.

Ouve-se um estrondo, todo o chão tremendo,
saltam as chispas com grande estupor,
soam as tubas: - O que terá sido?
Mudou o chefe deste sector.

Acaba a guerra, eu cá sou bom,
sou candeeiro e também fogão!

- Só quero feridos à segunda-feira!...
- Não quero mais evacuações!...
- O inimigo deve conhecer-se,
vamos chamá-lo para as inspeções.

Agora queriam arrasar o Lunho,
deixar a estrada e largar a pista.
Ele bom, já ninguém duvida,
deixa contente qualquer terrorista.
Tremem as paredes de qualquer quartel,
falam militares, anda tudo à bulha.

Fado do turra

Se de mim nada consegues
não sei porque me persegues
constantemente no mato.
Sabes bem que eu sou ladino,
que tenho um andar muito fino
e que escapo como um rato

Lá porque és branco e pedante,
não podes ser arrogante
por capricho e altivez.
Sei que tenho sido pobre
mas que tenho a alma nobre,
talvez te lixe de vez.

Como ando sempre alerta,
tua arma não me acerta
nem me deixa atrapalhado.
E assim num breve instante
por mais que andes vigilante
tu serás sempre emboscado.

Por isso toma cuidado
e não me venhas com teu fado
dizer que “branco é melhor”.
Eu já muito codilhado
estou sempre desconfiado
irás desta p'ra pior.

Ri-se o capitão, ri-se o coronel,
com esta moda da mini-patrolha!

Encher o peito de metal brilhante,
é essa a sua aspiração.
Para isso deixa os turras sossegados
dentro a linha de contenção.

- Deixem crescê-los, organizá-los,
depois eu vou deitar-lhes a mão!

Estranha maneira de tratar o cancro
que se propaga por nossa nação.
Ele será leigo ou talvez ceifeiro,
mas nunca médico-cirurgião.

Por uma ponte sem terminação,
o nosso sangue foi sacrificado,
Mas aleluia! não será lembrado
pelos *cabeças de ar condicionado*.

Estou farto deles, estou farto deles,
Só mandam vir e não fazem nada.
